



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DEFINIDAS PARA A REGIÃO  
DO RIO MADEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE A PESCA ARTESANAL**

**Manaus – Amazonas  
2009**

**GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DEFINIDAS PARA A REGIÃO  
DO RIO MADEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE A PESCA ARTESANAL**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

**PROF. DR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA**

**Manaus - Amazonas  
2009**

**GLÁUCIA MARIA QUINTINO BARAÚNA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DEFINIDAS PARA A REGIÃO  
DO RIO MADEIRA E SEUS EFEITOS SOBRE A PESCA ARTESANAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF. DR. ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA**  
Programa de Pós-graduação em Antropologia - UFAM

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA IZABEL DE MEDEIROS VALLE**  
Programa de Pós-graduação em Sociologia - UFAM

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ROSA ELISABETH ACEVEDO MARIN**  
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e equipe.

Aos ribeirinhos e pescadores do Rio Madeira.

Ao meu Orientador professor Alfredo Wagner.

Aos professores da UNIR.

Ao MAB, a Pastoral Ribeirinha e Fórum de Ribeirinhos de Humaitá, as Irmãs Franciscanas de Porto Velho, ao IMV, às Colônias de Pescadores de Humaitá e Porto Velho, ao MPF e MPE de Rondônia.

A todas as Agências que me receberam e aos amigos das Ciências Sociais, pela força e incentivo.

*À Bruna Gonçalves D'Almeida, pela dedicação aos movimentos sociais.  
Em memória*

## RESUMO

O objeto desta dissertação consiste em analisar as políticas governamentais e os projetos que ora estão se instalando na região do Rio Madeira e que se estendem desde a fronteira com a Bolívia, passando pelo Estado de Rondônia, até o Amazonas. Trata-se de uma análise sobre os planos, projetos e programas governamentais definidos para essa região, considerando seus efeitos sobre a prática da pesca artesanal realizada entre Humaitá - AM e Porto Velho - RO. Examino as transformações sociais que ocorrem nessa região e as lutas de resistência a essas políticas, travadas pelos agentes sociais nesses municípios.

**Palavras-chave:** Pesca. Política. Rio Madeira. Movimentos Sociais.

## **ABSTRACT**

The object of this thesis is to examine government policies and projects that are now being implemented along the Madeira River and extend from the border with Bolivia, passing through the State of Rondônia, to the Amazon. This is an analysis of the plans, projects, and government programs defined for this region, considering their effects on artisanal fishing practices between Humaitá - AM and Porto Velho - RO. I examine the social changes occurring in this region and the social struggles of resistance to these policies, waged by social workers in these municipalities.

**Keywords:** Fishing. Politics. Rio Madeira. Social Movements.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AIC	Agenda de Implementação Consensuada
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APL	Anteprojetos de Lei
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CJP	Comissão Justiça e Paz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CMB	Comissão Mundial de Barragem
CNO	Construtora Norberto Odebrecht
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CSUTCG	Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Guayara Merin
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Eletrosul	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ENERSUS	Energia Sustentável do Brasil
FDMCP	Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando “Bortolina Sisa”
FIP	Fundo de Investimentos e Participações
FLONA	Floresta Nacional
FLOREX	Floresta Extrativista
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOBOMADE	Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
FORAMA	Foro Regional Amazônico de Medio Ambiente
FSUTCM	Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Madre de Dios
FSUTCP	Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Pando
GNTF	Grupo Nacional de Trabajo para la Participación
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IDAM	Instituto de Desenvolvimento do Amazonas
IFI	Instituição Financeira Internacional
IMV	Instituto Madeira Vivo
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana

LT	Linhas de Transmissão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MESA	Madeira Energia
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
PEC	Propostas de Emendas Constitucionais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIN	Plano de Integração Nacional
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDE	Plano Decenal de Energia
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SE	Subestação de Energia
SEAP	Secretaria de Pesca
SIN	Sistema Interligado Nacional
SGM	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
SPE	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
STRE	Superintendência do Trabalho Regional e Emprego
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UC's	Unidades de Conservação
UHE	Usina Hidrelétrica de Energia
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNICAMP	Universidade de Campinas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
USP	Universidade de São Paulo
UTE	Usina Termelétrica
ZFM	Zona Franca de Manaus

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Interligação Acre-Rondônia / Sudeste Centro Oeste.....	55
<b>Figura 02</b> – Rota – Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus.....	56
<b>Figura 03</b> – Número de barragens distribuídas na Bacia Amazônica.....	58
<b>Figura 04</b> – Mapa da América do Sul.....	71
<b>Figura 05</b> – Fluxograma do campo das relações sociais.....	117

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

<b>Quadro 01</b> – Áreas apontadas pelo IBGE como Seringais. ....	28
<b>Quadro 02</b> – Lista das “comunidades” pertencentes ao Município de Humaitá/AM .....	36
<b>Quadro 03</b> – Áreas de Risco imediato em Rondônia.....	40
<b>Quadro 04</b> – Movimentos Sociais Pan-Amazônicos que apóiam a luta contra as Hidrelétricas do Rio Madeira.....	41
<b>Quadro 05</b> – Medidas do PAC.....	47
<b>Quadro 06</b> – Metas para eliminação de obstáculos.....	50
<b>Quadro 07</b> – “Ampliação da Infraestrutura Logística e Energética” – Estado do Amazonas.....	51
<b>Quadro 08</b> – “Investimentos em Infraestrutura Logística e Energética para o Estado de Rondônia.....	51
<b>Quadro 09</b> – Prioridades do PAC – Eixos Temáticos.....	53
<b>Quadro 10</b> – Problemas ocorridos na história das barragens no Brasil.....	60
<b>Quadro 11</b> – Lista de UHE’s a serem construídas na região Amazônia – Prioridades do PDE 2008-2017.....	63
<b>Quadro 12</b> – Investimentos do PAC e previstos no PDE para o Estado de Rondônia para o setor energético – Empreendimentos Exclusivos.....	64
<b>Quadro 13</b> – Investimentos do PAC no Estado de Rondônia para o setor energético – Empreendimentos Regionais.....	64
<b>Quadro 14</b> – Detalhamento dos valores totais das obras no Rio Madeira.....	66
<b>Quadro 15</b> – Características das UHE’s de Jirau e Santo Antônio.....	67
<b>Quadro 16</b> – Lista de fatores vistos como “impactos negativos” causados pelas UHE... i	69
<b>Quadro 17</b> – Lista de instituições financiadoras.....	71
<b>Quadro 18</b> – Carteira IIRSA 2008.....	73
<b>Quadro 19</b> – Projetos concluídos e tipos de financiamentos.....	74
<b>Quadro 20</b> – Interligação dos Eixos.....	75

<b>Quadro 21</b> – Unidades de Conservação no Rio Madeira – Federais.....	82
<b>Quadro 22</b> – Unidades de Conservação no Rio Madeira Estaduais.....	82
<b>Quadro 23</b> – Projetos de Assentamento – Região do Rio Madeira Amazonas.....	83
<b>Quadro 24</b> – Critérios para o funcionamento de um Acordo de Pesca.....	105
<b>Quadro 25</b> – Lei estadual de Pesca e Aqüicultura – Rondônia.....	120
<b>Quadro 26</b> – Penalizações por infração.....	121
<b>Quadro 27</b> – Parecer Técnico do IBAMA.....	132
<b>Quadro 28</b> – Petição Tribunal Latino Americano da Água.....	132
<b>Quadro 29</b> – Lista de agências e agentes que participaram da reunião de mobilização contra a implantação do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio.....	138

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 As Relações Sociais e as Políticas de Integração da Pan-Amazônia</b> .....	20
<b>1.1 As políticas governamentais no Rio Madeira</b> .....	20
1.1.1 O processo de formação de relações associativas no Rio Madeira .....	23
1.1.2 As formas de classificação segundo os agentes sociais no município de Humaitá.....	29
1.1.3 Os agentes sociais atingidos pela intervenção oficial e suas formas de organizativas em Porto Velho. ....	37
<b>1.2 As políticas governamentais que se consolidam no sul do Amazonas - O PAC, o PAS e o PDE</b> . 41	
1.2.1 O PAC: uma política governamental em expansão .....	46
1.2.2 O Plano Amazônia Sustentável: uma proposta de “desenvolvimento regional” para a “integração internacional” .....	52
<b>1.2.3 O Plano Decenal de Energia: uma das bases da política de infraestrutura que visa grandes transformações no eixo do Rio Madeira</b> .....	54
<b>1.3 O “Complexo Madeira” e a implantação das UHE’s de Jirau e Santo Antônio</b> .....	65
<b>1.4 Os Planos da IIRSA na América do Sul</b> .....	69
<b>2 UM CAMPO DE CONFRONTOS E TENSÕES: OS AGENTES DA PESQUISA EM HUMAITÁ - AM</b> .....	77
<b>2.1 As “políticas governamentais e os investimentos empresariais” que promovem as “transformações sociais” no município de Humaitá e seus efeitos locais</b> .....	77
<b>2.2. A Política de Pesca e seus efeitos locais</b> .....	85
<b>2.2.1 A recente criação do Ministério da Pesca e Aquicultura</b> .....	90
<b>2.3 As agências e as ações que orientam à pesca em Humaitá</b> .....	93
<b>2.3.1 O IDAM</b> .....	93
<b>2.3.2 O IBAMA</b> .....	96
<b>2.3.3 A agência Pacto Amazônico</b> .....	97
<b>2.3.4 A Colônia de Pescadores Z- 31</b> .....	100
<b>2.4. O processo de construção do Acordo de Pesca: o vislumbre de uma “Instrução Normativa” para regular os conflitos de pesca em Humaitá</b> .....	103
<b>2.5 A pesca e o “Complexo Madeira”: novos desafios para os diferentes agentes sociais do Rio Madeira</b> .....	109
<b>3 AS RELAÇÕES DE CONFLITO EM PORTO VELHO - RO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO “COMPLEXO MADEIRA”</b> .....	114
<b>3.1 As relações de pesquisa: o caso “Complexo Madeira” em Porto Velho</b> .....	115
<b>3.2 A pesca na região de Porto Velho</b> .....	118
<b>3.3 As lutas e mobilizações dos agentes sociais atingidos pelas UHE’s em Porto Velho</b> .....	125

<b>3.4 Atos de mobilização: os agentes e as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio</b> .....	137
<b>3.4.1 A reunião e o “Ato Público” no Porto do Cai n’água – Porto Velho</b> .....	137
<b>3.4.2 A Audiência Pública como mecanismo de informação</b> .....	145
<b>3.4.3 As audiências realizadas sobre as hidrelétricas do “Complexo Madeira”</b> .....	146
<b>3.4.4 Etnografia sobre a Audiência Pública da UHE de Jirau</b> .....	150
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	164
<b>6. FONTES CONSULTADAS:</b> .....	169

## INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar as políticas governamentais que estão sendo implementadas no norte do Brasil, especificamente na região que diz respeito ao Rio Madeira, entre os estados do Amazonas e Rondônia<sup>1</sup>. A intenção é identificar os efeitos destas políticas, ou seja, como suas medidas afetam as relações sociais e o modo de vida de diferentes agentes sociais como: *ribeirinhos, pescadores, extrativistas, garimpeiros, agricultores, indígenas*, que historicamente constituíram formas de organização social ao longo do rio. Para tanto daremos ênfase às análises relativas às atividades rurais, como a “pesca”, que se destaca como uma das práticas mais antigas na Amazônia, e que será afetada, principalmente a partir das transformações sociais causadas pela implementação de projetos como o “Complexo Madeira”, concebido no âmbito das pretensões da IIRSA<sup>2</sup>, e pelas medidas oficiais que são definidas para o setor da pesca.

Atualmente as políticas governamentais apresentam vínculos estreitos com interesses empresariais e de financiadores nacionais e estrangeiros. Suas ações priorizam a criação de uma mega infraestrutura “rodoviária, hidroviária e energética”, sobretudo nesta região estudada para consolidar os “eixos de integração” da IIRSA na América do Sul. Tais eixos são notadamente mercadológicos e empresariais.

Eles projetam a aproximação entre os países amazônicos, argumentando que as distâncias serão encurtadas. Não obstante isto, visam à ampliação de rotas, criadas somente para escoar tudo o que será incentivado pelos governos para ser produzido na Amazônia. A

---

<sup>1</sup> A “região” considerada nesta dissertação, não se limita a um mero recorte geográfico, mas tem como referência principal a área limitada pelo RIMA do projeto “Complexo Madeira” e para os investimentos governamentais, bem como considera as áreas que serão afetadas pelas transformações sociais, recorrentes da implementação desse projeto e das políticas governamentais que convergem para os mesmos interesses que impulsionam as alterações impostas (SOARES, et alli, 2008, p. 140-141). A “região” do Rio Madeira, onde serão feitas as obras hidrelétricas e a hidrovía, apresenta-se como uma referência que está em “jogo”, onde no cerne das relações sociais emergem as disputas e os interesses econômicos, trata-se de um “campo de lutas” onde grupos antagônicos tentam defender seus interesses poder (BOURDIEU, 2004, p. 108-116).

<sup>2</sup> O projeto “Complexo Madeira” visa à criação de uma infraestrutura “rodoviária, hidroviária e hidrelétrica”, que atenderá as necessidades do setor empresarial produtivo e industrial. As rodovias servirão para atender o escoamento de produções como a soja, minérios, madeira. A hidrovía servirá também para transportar produções via o eixo fluvial do rio Madeira, até os limites com os países vizinhos (Bolívia e Peru), para que as mercadorias, a serem exportadas, tenham uma outra alternativa de saída rumo ao pacífico até chegar na Ásia e Europa. As UHEs serão responsáveis por produzir energia elétrica, suficiente para que as indústrias do sul do país possam aumentar a quantidade de produtos fabricados também para atender o mercado externo. O projeto “Complexo Madeira” faz parte de um plano mais amplo tido como um dos principais objetivos da IIRSA. A IIRSA foi projetada pelos chefes de Estado dos países sulamericanos, para orientar a criação de projetos de infraestrutura em todo continente com vistas a “integrar” todos os países e a beneficiar os interesses que se aliam a tal plano.

produção agrícola e os demais bens produzidos<sup>3</sup> servirão às necessidades de mercados externos e serão exportados para a Europa e a Ásia. Os recursos naturais serão explorados mais interventivamente para atender a esses interesses e estão concentrados nas áreas ocupadas pelos agentes sociais, que representam, de alguma forma um obstáculo a todo esse processo de avanço sobre a Amazônia como um todo.

O objeto de pesquisa desta dissertação consiste em problematizar quais seriam as implicações sociais destas políticas sobre a pesca artesanal no Rio Madeira tendo como campo de observação empírica, dois municípios localizados no Rio Madeira: Humaitá, no estado do Amazonas, e Porto Velho em Rondônia. São municípios que se encontram no principal limite dessas transformações sociais e onde parte dessas políticas governamentais encontram-se em andamento. O propósito de fazer a referência aos dois municípios é realizar um contraste entre as diferentes situações sociais vividas pelos agentes sociais e suas realidades específicas. Para tanto, importa descrever o avanço dessas políticas governamentais, tanto em Humaitá, quanto em Porto Velho. Também considerarei o estudo da inserção destes, através de suas formas organizativas, nas deliberações políticas externas que afetam os seus interesses.

O rio Madeira tem ganhado visibilidade entre os investimentos energéticos e se tornado um alvo de disputas de vários interesses. Um dos mais acirrados confrontos ocorre a partir da implantação das obras hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, que fazem parte do chamado “Complexo Madeira”, e que tem causado o enfrentamento entre governistas, empresários, agências multilaterais de financiamento, agências ambientais e os movimentos sociais.

Duas situações específicas que estão co-relacionadas me chamam a atenção para efeito deste estudo. Primeiro, a construção das Usinas Hidrelétricas de Energia - UHE de Santo Antônio e Jirau (RO), que de uma forma direta causará inúmeras alterações ambientais, a saber: mudança no curso do rio, efeito sobre a migração dos peixes, alagações de extensões territoriais, deslocamentos de povoados e alterações geológicas. Elas vão refletir, de um modo geral, na vida de “povos indígenas e comunidades ribeirinhas” localizadas na região de influencia do Rio Madeira, provocando mudanças marcantes em seu modo de vida.

Segundo, o estabelecimento de uma política governamental que pressupõe planos para “gestão” dos recursos pesqueiros, que valoriza a produção de pescado para exportação.

---

<sup>3</sup> Madeira, minérios, soja, pescado, castanha, derivados do petróleo e outros elementos retirados/produzidos a partir dos recursos naturais encontrados na Amazônia.

Tais planos estabelecem normas para regulamentação da atividade da pesca em rios e lagos do Rio Madeira. O conteúdo normativo rígido e de cunho proibitivo, com poucos vieses para elaboração de uma política mais aberta às propostas da sociedade civil evidencia as perspectivas de um conflito. Trata-se de um “pacote ambiental” que é idealizado pelas agências, de modo recorrente, em toda Amazônia, mas que está relacionado ao primeiro fator, uma vez que ambos fazem parte dos “programas e planos de desenvolvimento” dos governos federal, estadual e municipal. Eles concernem, pois, diretamente a cada um dos municípios que estou acompanhando, e se mostram em consonância com todas as demais regulamentações projetadas para a região ora estudada.

Neste estudo farei uma abordagem sobre como os agentes sociais se posicionam frente às transformações sociais que estão ocorrendo, ressaltando as suas formas de expressão política, seus posicionamentos e as mobilizações e atos de resistência que os contrapõem a essas políticas governamentais.

### **Estrutura da Dissertação**

No primeiro capítulo tratarei do processo de formação social e das relações entre diferentes agentes no Rio Madeira, fazendo uma breve referência histórica à formação dos povoados e das chamadas “comunidade”. Apresentarei quem são os agentes sociais da pesquisa, denotando-os em suas características e formas de organização. Destacarei quem são os atuais “mediadores”, que representam os agentes sociais nos diversos âmbitos. Para empreender essa análise apoio-me em Bourdieu (2004) em seu estudo sobre o “fetichismo da delegação”.

Apresentarei quais são as políticas governamentais em vigência, PAC, PAS e PDE, que estão promovendo profundas transformações sociais na região do Rio Madeira. Uma primeira constatação é que tais medidas oficiais, não se configuram como “públicas”, mas acima de tudo são políticas governamentais que privilegiam os setores dominantes, direcionadas para atender aos interesses empresariais. Analisarei como os governos, estão conduzindo os projetos de infraestrutura, identificando as parcerias e analisando os interesses do empresariado com relação à Amazônia.

Dando seqüência a este capítulo, descreverei no que consiste o projeto “Complexo Madeira” que está sendo implementado. Discutirei como diferentes agentes sociais, referidos à pesca artesanal, passaram a ser vistos como “deslocados” ou como obstáculos, para que se realize o projeto de criação de “hidrelétricas – a UHE de Jirau e a UHE de Santo Antônio, as

hidrovias e rodovias”. Analiso esta medida como meio que servira de energia para o setor industrial e que facilitará o transporte e escoamento de produtos da Amazônia.

Nestas medidas de conjunto relatarei o IIRSA, que é o projeto maior, que inspirou a criação do projeto “Complexo Madeira”, e onde são gestados os demais planos de “integração”, que envolvem todos os países da América do Sul na construção de obras de infraestrutura que irão interligar os diferentes países da região. Essa pretensão se tornará de fato, o avanço do capital sobre as áreas ainda inexploradas, com intuito de “reordená-las” para tornar concreto os anseios governistas e empresariais. Este capítulo apresenta como base para a análise, um leque de autores que discutem pontos relativos a atual política de “integração”.

O segundo capítulo é dedicado à análise dos resultados do trabalho de campo<sup>4</sup> realizado durante o segundo semestre de 2008, no mês de agosto, no município de Humaitá (AM). Nesse capítulo farei uma abordagem sobre as políticas governamentais que estão relacionadas ao projeto “Complexo Madeira”. As medidas dela derivada iniciam o processo de transformações sociais em Humaitá, através de ações interventoras sobre essa área. Algumas destas medidas podem ser percebidas a partir da “reativação da BR-319” e do aumento de “frentes de produção” relacionadas à soja, à pecuária e à exploração madeireira.

Em meio a isso darei ênfase à atual política de pesca definida para o estado do Amazonas. Ressaltarei os pontos específicos sobre a pesca no plano estadual de governo, na qual o município está incluso. Tal inclusão do município é restrita, considerando-o apenas como uma das áreas produtoras de pescado para atendimento de mercado. Apresentarei também como outros estudiosos criticam a implementação das políticas governamentais, que não definiram diretrizes condizentes com as realidades locais sobre a pesca e apresentam fragilidades por não ser consideradas ainda como prioridade. Darei destaque à “nova política de pesca” que está sendo definida para todo país, com a criação do Ministério da Pesca, fazendo referência às suas atuais prioridades.

Descreverei como foi construída a *relação de entrevista* com os representantes das agências, na qual entrei em contato para saber mais sobre as ações que orientam a prática da pesca em Humaitá. A partir dessas informações, o objetivo era analisar como essas agências estariam inseridas dentro da formulação do “Acordo de pesca”<sup>5</sup> que está sendo discutido

---

<sup>4</sup> Tomando como base para construção do texto etnográfico os estudos de Geertz (1978) e Almeida (2006).

<sup>55</sup> Norma criada para regular a atividade para que não haja a exploração intensiva dos recursos pesqueiros e para tentar conter a ocorrência de conflitos pela pesca. No conteúdo dessas normas devem estar descritas as proibições, detalhes sobre as infrações e punições. Também estão indicadas as áreas permitidas e proibidas. Quem criaria essas normas seriam os agentes sociais em conjunto com a agência ambiental do governo. A base

com os agentes da pesquisa. Também abordarei como projetos a exemplo do “Complexo Madeira”, podem afetar de forma “danosa” as atividades da pesca artesanal e o que os agentes sociais estão fazendo com relação a isto. Procuo descrever como estes efeitos estão se consolidando nas proximidades da área referente ao município de Humaitá.

No terceiro capítulo apresentarei as relações de conflito ou como os agentes sociais que praticam a pesca artesanal foram se contrapondo às imposições de interesses externos. Destacarei neste capítulo como as mobilizações anti-barragens se constituíram em lutas dos agentes sociais, tendo como foco alguns eventos, tais como manifestações que reuniram ONG’s, MAB, segmentos da igreja católica, pesquisadores e professores universitários, em tentativas de paralisação das obras das UHE’s de Jirau e Santo Antônio.

Os eventos que também foram relevantes e que apresento neste mesmo capítulo, vistos de acordo com Dourado (2008), são as audiências públicas. Elas consistem em espaços sociais, legalmente reconhecidos para propiciar esclarecimento público sobre obras de infraestrutura que envolvem prováveis efeitos sobre o meio ambiente e sobre as áreas efetivamente ocupadas por diferentes agentes sociais. Representam, no caso estudado, os espaços onde os sujeitos sociais vinculados direta ou indiretamente à pesca artesanal, expressam sua indignação face às obras das UHE’s<sup>6</sup>.

Para tanto farei referência às três audiências realizadas no ano de 2006 e depois farei a descrição de uma reunião, que antecedeu uma manifestação contra a implantação do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. A descrição que farei tem como referência a etnografia feita por Leite Lopes (2000) e sua equipe de pesquisa, ao tratar da audiência pública da Usina Nuclear de Angra 2, realizada, em 1999, no Rio de Janeiro.

Em seguida farei a apresentação de uma breve etnografia a partir da audiência pública de Jirau, da qual participei em outubro de 2008, em Porto Velho – RO. Tive a oportunidade de observar diretamente as movimentações dos diferentes grupos e fazer uma análise do evento como algo anteriormente previsto e programado de acordo com as expectativas dos empreendedores, quais sejam, os conglomerados econômicos responsáveis pelas obras de infraestrutura.

O intuito de pensar essas audiências públicas consiste em fazer um contraste sobre como tais eventos foram transcorrendo até chegar ao último deles e mostrar como se apresentava o quadro que envolvia a participação dos movimentos sociais e demais

---

para criação de um Acordo de Pesca está na Instrução Normativa nº 29 de 31 de dezembro de 2002 pelo MMA-IBAMA.

<sup>6</sup> As audiências públicas estão previstas segundo a Resolução nº 01/86, artigo 11 no parágrafo 2º do CONAMA.

segmentos nessa luta. Em suma destacarei as situações que tangem aos mecanismos usados pelos empreendedores para persuadir o público durante esses eventos, bem como, as manifestações de aceitação das obras, feita por pessoas que vivem nas áreas que serão ocupadas pelas mesmas; as indagações a respeito destes estudos realizados pelos empreendedores e destacar as demais observações diretas sobre o evento da audiência pública como um todo.

Sobre a atividade da pesca, apontarei quais são as ações orientadas pelo Estado para regulamentar a atividade no âmbito estadual e, sobretudo na área onde serão construídas as UHE's, mais exatamente nas cachoeiras e margens de rios que irão ser ocupadas e inundadas pela ação das obras. Farei uma apresentação das normas vigentes e falarei sobre como elas são aplicadas aos agentes, ressaltando o que pensam os próprios agentes e a colônia de pesca sobre essas normas.

Ao final farei um breve resumo das lutas sociais em Porto Velho, destacando como os diferentes agentes sociais se empenharam na luta contra os empreendimentos, vinculados ao "Complexo Madeira". Darei ênfase ao papel do MAB, que tem se manifestado contra a concessão de licenciamento ambiental para construção das UHE's. Além dessa manifestação de resistência, falarei da forma como os agentes reagiram às imposições normativas do Estado, no que diz respeito ao ato de pescar, que é duramente fiscalizado e punido pelas agências governamentais (SEDAM e Polícia Ambiental) e criticado em virtude dos abusos cometidos contra os agentes.

## CAPÍTULO I

### **1 As Relações Sociais e as Políticas de Integração da Pan-Amazônia<sup>7</sup>**

#### **1.1 As políticas governamentais no Rio Madeira**

Os pequenos produtores rurais e extrativistas que vivem ao longo do Rio Madeira fazem parte do elenco de agentes sociais que vem sofrendo com as intervenções governamentais que afetam seus modos de vida, a partir da implementação de planos e programas definidos pelos governos para esta região. Um resultado disso são os atuais “efeitos”, que surgiram a partir de ações externas, sobre o espaço físico (área requerida pelo projeto “Complexo Madeira”), ocupado por estes agentes.

De acordo com Bourdieu, esses “efeitos” podem ser explicados a partir da seguinte situação: no “espaço social” estão os agentes sociais, as agências e as coisas. Nesse contexto, as relações sociais são estabelecidas e cada agente, orienta seu sentido de pertencimento, seguindo uma identificação mútua entre os membros de um determinado grupo, de acordo com o “campo” do qual faz parte.

Cada agente pertencente a um grupo tem sua ocupação, possui valores, adquire seus bens e propriedades de acordo com sua forma de agir. O capital “econômico e intelectual” também acaba definindo a posição ocupada por esses agentes dentro do “espaço social”. Por ser caracterizado dessa maneira, no “espaço social” existem posições hierarquizadas, que marcam o comportamento dos agentes dentro desse espaço.

Isso é expresso quando, dentro do “espaço social”, um grupo de agentes que detém o capital econômico e social (concentram propriedades, prestígio, bens, nobreza, status), inicia um processo de ordenamento do espaço físico, de acordo com a lógica de seus interesses em detrimento ao modo de vida daqueles que não detém um capital suficiente para conter esse avanço. As modificações se darão no espaço físico onde estão situados os lugares ocupados pelos agentes sociais, logo as relações sociais e os aspectos culturais que foram constituídos e estabelecidos entre esses agentes afetados, estarão prestes a ser modificados (BOURDIEU, 2007, p. 160-166).

Atualmente os acontecimentos mais destacados nesta região definida como “Complexo Madeira” estão na esfera da política governamental projetada para os diversos setores da economia sob o signo do desenvolvimento. As prioridades dos governos estão

---

<sup>7</sup> Há título de esclarecimento denotaremos que títulos de artigos, citações, classificações e designações externas como termos técnicos ficarão marcados entre aspas. As autodefinições serão destacadas em itálico e os títulos de livros ficarão em negrito.

referidas às obras de infraestrutura, como construções de hidrelétricas, rodovias, hidrovias, gasodutos, portos, linhas de transmissão de energia e projetos de exploração mineral, que estão sendo efetuados na área correspondente ao que os governos passaram a definir como sendo de abrangência do projeto “Complexo Madeira”. O fato de terem que criar essa infraestrutura, para atender interesses externos, acaba refletindo sobre as formas organizativas dos agentes sociais dessa região.

A concretização desses projetos tem ganhado o empenho por parte dos governos<sup>8</sup> e tem repercutido também junto a diferentes agentes sociais, que convencidos pela propaganda governista e empresarial, anseiam, localmente, por novas oportunidades e melhora da “qualidade de vida”<sup>9</sup> em seus municípios. No entanto, outros segmentos da sociedade têm reprovado essas iniciativas e vem manifestando a sua insatisfação através de mobilizações contra esses projetos.

Para tanto, são os movimentos sociais e as organizações voluntárias da sociedade civil que condenam essas iniciativas, pela falta de transparência e forma na qual foram concebidas, alegando que essas obras não consideraram a diversidade cultural da região e estão caracterizadas pela falta de compromisso ambiental e social.

Foram essas disparidades que fizeram com que houvesse uma motivação para a construção de uma reflexão teórica sobre realidades empíricas observadas na região do Rio Madeira.

Seguindo os pressupostos analíticos de Bourdieu, busquei romper com os fatos evidentes, informações prévias e noções pré-concebidas às quais tive acesso, li criticamente e constatei que não esboçavam de fato as relações sociais naquela região. A partir disso, tive como base a “sociologia compreensiva” e exercitando o desprendimento da “sociologia espontânea” (BOURDIEU, 2004, p. 23-50), recorri aos cuidados da orientação para entender e buscar explicar o que estava ocorrendo nas realidades localizadas por via da observação direta. Com isso, a importância do “olhar sociológico” passou a ser o fio condutor para que fosse dado um próximo passo rumo ao trabalho de campo.

Na medida em que entrava em contato com fontes secundárias e informações prévias sobre as transformações sociais que estariam ocorrendo na região do Rio Madeira, antes mesmo de ir ao campo, senti a necessidade de apressar a minha ida, pois a distância não me dava a dimensão dos fatos. Era necessário identificar quem eram os agentes da pesquisa,

---

<sup>8</sup> Faço referência aos governos federal, estadual e municipal.

<sup>9</sup> Tal repercussão foi observada em Humaitá-AM e Porto Velho-RO durante o período em que estivemos realizando o trabalho de campo, no segundo semestre de 2008.

com o propósito de adquirir novas informações, às quais não tinha acesso, para aprofundar o conhecimento sobre a situação social. Procedi ao estabelecimento de uma “relação de pesquisa”, fator relevante para que fosse criada uma familiaridade e uma confiabilidade mútua, com aqueles que seriam os colaboradores desse estudo. (BOURDIEU, 2007, p. 693-747).

Parti do princípio de estabelecer uma relação de reciprocidade, em que os agentes da pesquisa pudessem tecer suas próprias considerações a respeito do que vivenciavam e para que essa relação construída, não se tornasse uma abordagem forçosa ou impositiva, de minha parte. Para tanto, busquei agir com cautela em minhas abordagens para que eu não viesse a provocar aquilo que Bourdieu denomina de “violência simbólica”, principalmente quando ocorresse a primeira comunicação entre pesquisadora e agentes sociais.

Nessa etapa de transformações, se fez necessário que houvesse uma detida análise de todos os processos que envolviam as ações do Estado e das agências (governamentais, empresariais e multilaterais) em torno da implantação de um conjunto diverso de “obras físicas” designadas como “infraestrutura”. A expectativa era que se obtivesse um entendimento desse sentido (capital) que interligava os objetivos de diferentes planos governamentais de ação, que estão dirigidos para a região do Rio Madeira.

Ao mesmo tempo, fazia parte do objetivo da pesquisa, buscar conhecer os agentes sociais através das suas formas organizativas e identificação social. Somado a isso, tornou-se relevante conhecer outros segmentos da sociedade civil (ONG's, entidades confessionais, pesquisadores) que ora são os aliados desses agentes em suas mobilizações sociais.

Refletindo sobre o modo de vida dos agentes da pesquisa e sobre as relações sociais que foram estabelecidas, foi necessário que houvesse um recorte no objeto de pesquisa para dar início ao estudo. Essa delimitação foi baseada na separação do objeto “real”, aquele que parte da crítica do pré-construído para o objeto científico, que aponta para um “sistema de relações construído propositalmente”, para criar uma estrutura de entendimento conceitual que embasará todas as análises da pesquisa (BOURDIEU, 2004, p. 45).

Tendo isso como pressuposto, elegi para efeitos de investigação, as tensões e os conflitos que afetam a vida dos agentes sociais como fato a ser estudado, principalmente no que tange a todas as transformações que assinalam o denominado “Complexo Madeira”. Para tanto, resolvi analisar as políticas governamentais que são projetadas para a região do Rio Madeira e que num espaço curto de tempo, tem se intensificado, através do estímulo dado, à criação de “rodovias, hidrelétricas, portos e hidrovias”, que de alguma forma, afetam

as práticas habituais desses agentes, como a pesca em Humaitá-AM e Porto Velho-RO, fator que reflete no modo de vida dos agentes sociais da pesquisa.

Assim, nessa abordagem inicial, será realizada uma apresentação sobre a identificação dos agentes sociais, das políticas governamentais em vigência e das agências envolvidas nesse “campo de luta”, que aponta para a imposição de interesses que visam, através do poder de barganha, manter o domínio das relações sociais nessa região. Cada campo é marcado por relações de concorrência entre agentes, e a participação no “jogo” supõe um mínimo de acordo sobre a existência do campo. É também caracterizado por mecanismos específicos de congregação de recursos capitais (cultural, político, social). Deter um maior número de capital específico no campo significa ter mais poder dentro deste. Os grupos que detêm o poder podem exercer maior “violência” sobre os agentes de pouco capital acumulado.

O campo que farei referência é caracterizado por ser um campo de forças, segundo Bourdieu, marcado por uma distribuição desigual dos recursos e logo, por uma relação de forças entre dominantes e dominados. Nesse campo os agentes se confrontam para conservar ou transformar a estrutura que está em jogo. Também é um campo de poder, à medida que há lutas dos agentes predispostos a lutar pelo monopólio do poder, pode ser econômico ou político, mais, sobretudo, específico e simbólico (BOURDIEU, 2004, p. 23-25).

Tendo como base a referência de Pierre Bourdieu para explicar as relações sociais, passei a refletir sobre as realidades encontradas durante o processo de elaboração desta dissertação. Trazendo essa análise para a realidade empírica observada, tem-se que dentro deste campo de disputas estão grupos empresariais e políticos, que através das políticas governamentais, com suas imposições, tentam dominar os agentes. Seja através, dos projetos como o “Complexo Madeira”, ou mesmo de regulamentações que passam a direcionar o modo de agir e as práticas sociais dos que estão dentro desse campo. Os reflexos sobre as ações das políticas governamentais recaem diretamente sobre os que não detêm o capital simbólico, explicitado por Bourdieu em seus estudos (BOURDIEU, 2007, p. 161-162).

### **1.1.1 O processo de formação de relações associativas no Rio Madeira**

Para entender como se formaram os “povoados” que se encontram na extensão do Rio Madeira, foi necessário que fizéssemos uma incursão histórica em busca de fontes literárias que expressassem como os agentes sociais constituíram suas atuais formas de organização social existentes. Para que isso fosse possível, empreendi leituras de comentaristas regionais, que descreveram como havia sido a formação social dos povoados

locais de ambos os municípios estudados. No entanto, dada a riqueza dessa história literária, optei por apresentar um resumo desse histórico, baseado na reunião de informações apresentadas por alguns autores.

De acordo com Domingues Teixeira, a ocupação dos chamados vales dos rios Madeira e Guaporé, sempre foram uma constante preocupação para o governo brasileiro desde o período colonial, principalmente por estas áreas estarem próximas aos países vizinhos, como a Bolívia e o Peru, e pela relevância comercial que a região tinha estabelecida entre o Mato Grosso e o Pará.

Por ser uma rota comercial, Domingues Teixeira relata que várias tentativas de colonização foram feitas, principalmente para garantir a “posse territorial e a chamada integridade da fronteira”. Pelo Rio Madeira transitavam muitas pessoas, vindos de vários lugares, sendo que alguns passaram a se estabelecer nas margens do rio, originando pequenos agrupamentos, que no futuro se tornariam povoados que reuniriam cada vez mais novos membros.

Vitor Hugo (1991)<sup>10</sup> em seus escritos sobre a história de ocupação no Rio Madeira, também destacou a diversidade de agentes que chegavam na região, estimulados pelas propagandas da época, para começar uma nova vida nessas terras. Dentre estes apontou a chegada de exploradores bandeirantes e portugueses, mas, sobretudo, chamou a atenção para o grande número de famílias que vieram do nordeste e de outras partes do Brasil para trabalhar nas localidades, bem como em “seringais, garimpos, com a agricultura local, na caça, na pesca e no extrativismo de matérias-primas da floresta”.

Segundo Victor Hugo, além destes, há registros de que as famílias de negros, alguns deles ainda escravos<sup>11</sup>, se refugiavam cada vez mais em direção ao Rio Madeira, de perseguições promovidas pelas “bandeiras”<sup>12</sup>. Esse fato pode ser confirmado, pela leitura vista nas descrições de Roquete-Pinto, durante sua empreita por Rondônia, quando este fez referência as histórias que ouviu e registros que tomou conhecimento sobre os “quilombos”. Alguns deles, ele pode entrar em contato e ter a possibilidade de vê-los ainda ocupados, outros chegou a conhecer em pleno abandono, pois os membros haviam escapado por medo da perseguição, durante a chegada de expedições que adentraram o estado de Rondônia (ROQUETTE-PINTO, 2007, p. 12-17).

---

<sup>10</sup> Vitor Hugo organizou dois Tomos sobre a história da ocupação do Vale do Rio Madeira e em sua obra faz referências a vários municípios que se formaram as margens do rio.

<sup>11</sup> A presença do negro como escravo é citado na obra de Raimundo Neves quando descreve a formação do município de Humaitá. (NEVES DE ALMEIDA, 2005)

<sup>12</sup> Segundo Domingues Teixeira, as “bandeiras” eram expedições de exploração. Nessas expedições os bandeirantes procuravam riquezas minerais e caçavam escravos e índios para trabalhar.

Outro grupo de agentes em destaque na pesquisa e que é citado por historiadores como Domingues Teixeira, são os bolivianos<sup>13</sup> que vinham da confluência dos rios Mamoré, no Brasil, e Beni, na Bolívia (entre Guajará Mirim-BR e Guayaramerin-BO), para trabalhar nas atividades rurais no Rio Madeira e assim, garantir a própria sobrevivência. Estes faziam a rota fluvial pelo rio e estabeleciam-se em suas margens, alguns chegaram a se tornar donos de terras, de “garimpos e seringais”. Os bolivianos mantinham a constante movimentação de ida e vinda por esses rios. Ao final formaram povoados e contribuíram enquanto agentes, na formação social presente atualmente nessa região.

No entanto, essa era apenas uma das formas que dava origem a formação desses povoados, havia muitas tentativas incentivadas pelo colonialismo, mas várias fracassaram, devido fatores de adaptação a região e a falta de assistência dos governos. Os conflitos com indígenas marcaram o fracasso de parte dessas tentativas de estabelecimento de povoados, uma vez que estes resistiam ao processo de ocupação de suas terras, por outros agentes e aos deslocamentos forçados que sofriam com a chegada de mais aventureiros nessa região (DOMINGUES TEIXEIRA, 2001, p. 102).

O resultado da busca por informações, como as que acima apresentei, me fizeram reconhecer a diversidade de agentes que contribuíram para a formação social que ocorreu nessa região. Entendi que existiam várias situações que deram origem a formação dos povoados que se distribuíram ao longo do rio até a sua foz, onde muitos deles se tornaram municípios. No entanto, a pesquisa exigia que me limitasse à compreensão dos povoados que se formaram entre Humaitá, no Amazonas e Porto Velho, em Rondônia<sup>14</sup>.

Um dos fatores que me chamou a atenção ao analisar as informações sobre ambos os municípios, foi à compreensão de que muitos dos povoados pertencentes a sua jurisdição, foram antigos “seringais”, que agrupavam centenas de indígenas, viajantes, trabalhadores e famílias que vinham de outros lugares, em busca de trabalho e movidos pelas promessas de riqueza, que a empresa seringalista pudesse lhes proporcionar.

---

<sup>13</sup> A presença dos bolivianos no território de Humaitá e Porto Velho é apontada pelo historiador Marco Domingues Teixeira (2001, p. 107) quando faz relatos sobre o “seringal Jumas” como sendo um dos mais prósperos pertencia aos trabalhadores bolivianos que se deslocaram rumo ao povoado de Crato em Humaitá.

<sup>14</sup> Segundo Domingues Teixeira, até o fim do século XIX, Porto Velho era apenas um pequeno povoado que pertencia ao Estado do Amazonas, mas com a prosperidade da borracha e os investimentos feitos por vários seringalistas. O então povoado começou a crescer e se tornar um entreposto estratégico para a comercialização, sendo em seguida elevado a categoria de vila. A cidade de Porto Velho, tem sua criação a partir dos investimentos feitos através do empreendimento da Ferrovia Madeira-Mamoré que criou na área da cidade toda infraestrutura que os funcionários da obra necessitavam. Mais tarde com o processo de criação do estado de Rondônia que se dava a partir da década de 70 e com a criação de novos municípios, ganhou o status de capital rondoniense a partir da Lei Complementar n° 41 que tornava o Território Federal de Rondônia um Estado (2001, p. 142-173).

De acordo com Domingues Teixeira, a partir do século XIX, na região amazônica, inclusive no Rio Madeira, a busca pela matéria-prima do látex retirado da *Hevea brasiliense*, árvore conhecida como “seringueira”, foi intensificada. A “goma”, borracha que era originada desse látex, era comercializada com as indústrias internacionais de materiais pneumáticos. Para atender a essa demanda externa, foram criados os chamados “seringais”, que eram áreas destinadas à extração do látex (DOMINGUES TEIXEIRA, 2001, p. 97-98).

Segundo Samuel Benchimol, o “seringal” reunia vários grupos sociais em função do processo de exploração das seringueiras, era uma unidade produtiva comandada pelo denominado “coronel de barranco” ou “patrão”<sup>15</sup>, que delegava tarefas a seus subordinados para que o trabalho nos seringais atendesse as demandas externas. Dentre os funcionários havia os “gerentes, mateiros, comboieiros, capatazes, roceiros, fiéis-de-depósitos, auxiliares de escrita, guarda-livros”. Aqueles que trabalhavam nos “seringais”, na extração da borracha nas matas, eram conhecidos como “seringueiros” (BENCHIMOL, 1999, p. 141).

Artur César Ferreira Reis, em sua clássica obra **O seringal e o seringueiro** de 1953, também fez alusão ao funcionamento do “seringal” e a figura sofrida do explorado “seringueiro” por seu “patrão”. Essa figura segundo o autor, enquanto “patrão” conseguiu expandir suas habilidades para os negócios e tinha a destreza da dominação para lhe dar com os demais “seringueiros”. O “patrão” era o dono da terra, considerado “dinâmico, rude e tirânico”, buscava sempre aproveitar-se ao máximo dos “seringueiros” que constituíam suas moradas dentro dessas localidades (FERREIRA REIS, 1997, p. 223-224)

Segundo Lacerda, o “seringueiro” foi levado a trabalhar durante longas jornadas diárias, cada um era responsável por percorrer várias estradas do “seringal” para fazer o corte nas árvores e extrair o látex. Os que haviam deixado as suas famílias para trabalhar nos “seringais”, sofriam com a solidão enfrentada na floresta, alguns chegavam a adquirir problemas de cunho emocional, o que muitas vezes os levava ao desfecho de adquirirem problemas mentais (LACERDA, 2006, p. 48-50).

Os detalhes da vida difícil nos seringais, também foram destacados pela historiadora Bárbara Weinstein. Segundo ela, os seringueiros tinham que seguir um rígido regime de regras ditados pelo “patrão” ou “seringalista”, para trabalhar nos “seringais” e estavam

---

<sup>15</sup> Benchimol relata que os “patrões em sua maioria eram homens com pouca ou nenhuma instrução escolar, mas capazes de sobressair-se no comando e na organização desses empreendimentos. Os “patrões” orientavam toda a vida social dos que viviam nos “seringais”, o “patrão” era o juiz, o apaziguador, o promotor de batismos e de casamentos, em suma, detinha todo poder dentro do seringal. Controlava a segurança da área contra invasões, estabelecia vínculos de compadrio com os “seringueiros” e demais funcionários, apontava os políticos que todos deveriam apoiar e era sempre o que dirigia as vontades de todos, dentro de suas terras (BENCHIMOL, 1999 p.141 - 143).

presos as amarras de dívidas que adquiriam com a compra de produtos fornecidos por esses donos de “seringais”, para que conseguissem manter as suas famílias que também trabalhavam na extração da borracha. Segundo Weinstein, o seringueiro ocupava a posição mais baixa na hierarquia do trabalho no seringal (WEINSTEIN, 1993, p. 31).

Oliveira Filho em suas críticas sobre a história da borracha na Amazônia, relata que muitos estudos tentaram explicar o período referente ao auge dos “seringais” na Amazônia, mas apenas pelo viés econômico. O autor critica as interpretações que primavam um caráter estagnado e uniforme da história. Com isso, afirma que houve várias tentativas de se fazer uma história geral da borracha na Amazônia, desconsiderando o processo diferenciado que o extrativismo da borracha teve, em cada região onde se estabeleceram os “seringais.

O antropólogo chama a atenção para o desconhecimento das realidades específicas, que os conteúdos das descrições encontradas nos estudos não apresentam, seriam os detalhes da vida nos “seringais”, fato que iria além dos relevância econômica que a borracha teria na Amazônia. Revela que há uma sobreposição da história geral sobre a “história política e cultural extremamente empobrecida e cheia de lacunas” (OLIVEIRA FILHO, 1979, p.102-103).

Ao que concerne a organização das informações sobre o período da borracha, Oliveira Filho relata que o uso da noção de “ciclo” para explicar esse período, omite os detalhes e as especificidades desse “campo”, se quer considera, por exemplo: o “uso da mão-de-obra de obra indígena de forma abusiva e sobre as outras formas de reprodução” preexistentes a tal modo de produção. A noção atendia apenas aos aspectos evidentes, sobre o processo de crescimento econômico da empresa seringalista. Os pontos que revelam fatores marcantes para o entendimento dessas realidades, não são contemplados por essa história apresentada (OLIVEIRA FILHO, 1979, p. 103).

Contudo, pude notar que a forte relação com os “seringais” no Rio Madeira foi expressa em obras escritas, o que me levou a refletir sobre as realidades localizadas. Obras como a de Ferreira de Castro em **A Selva**, que descreveu como era a vida no “seringal Paraíso”<sup>16</sup> e como funcionava o regime de exploração nos barracões, se tornou umas das referências para pensar os povoados que se constituíram a partir desses “seringais”.

Carlos Teixeira em sua dissertação de mestrado fez uma abordagem sobre o sistema de aviamento que se estabeleceu na Amazônia, onde descreveu as atrocidades e maltratos que os chamados “patrões” faziam contra os “soldados da borracha” no Rio Madeira. Nesse

---

<sup>16</sup> O seringal Paraíso localizasse acima de Humaitá – AM.

estudo, foi abordado como se dava a relação de poder e dominação, onde a figura abusiva do “patrão” exercia um controle sobre aqueles que se submetiam as suas determinações. Em sua dissertação, Teixeira faz referência aos “seringais”: Três Casas e Juma, que também ficam nas proximidades de Humaitá (TEIXEIRA, 2009, p. 27- 29).

Mesmo não sendo mais a principal atividade que movimentava a produção no Rio Madeira. A herança seringalista ainda está presente na história desses povoados e é contada pelas pessoas que vivem neles. A história de vida e o trabalho nos “seringais” pode ser conferida num dos depoimentos concedidos em entrevista, durante um dos eventos que acompanhei em maio de 2009, no Lago do Antônio em Humaitá<sup>17</sup>, vejamos:

Nós dormíamos das sete até a meia-noite porque tinha que levantar pra se arrumar pra ir pra estrada Se arrumava aí saia uma hora da madrugada pra cortar. Depois que a gente vinha em casa pegava o balde... rodiava, vinha por um lado e chegava pelo outro. Era uma hora a pé e cinco horas só cortando. Aí quando chegava umas quatro horas, chegava ai tomava outro café e voltava de novo. E já tomava café lá, só o café, às vezes tinha bolacha. (Entrevista nº 01, A, Lago do Antônio-Humaitá, maio de 2009)

Não obstante, a forma também ainda é reconhecida por algumas agências, como o IBGE, que em seus mapas municipais estatísticos, registram algumas localidades ainda como “seringais”. Observei a referida forma classificatória, quando fui fazer uma consulta ao mapa estatístico do município de Humaitá. Nele os povoados são apontados da seguinte maneira:

Município – Humaitá/AM	Áreas designadas como “Seringais” segundo o IBGE
Situação atual vista pelos agentes da pesquisa: povoados designados como “comunidades”.	<p style="text-align: center;">           Namor            Goiabal            Boa Esperança            Mirari            Jenipapo            Repartimento            Paraíso         </p>

**Quadro 01:** áreas apontadas pelo IBGE como Seringais.

**Fonte:** IBGE, 2007.

A partir dessa observação fiz uma reflexão sobre como são concebidas essas realidades. Os mapas convencionais elaborados pelas agências de estudos estatísticos e demográficos no Brasil, não foram construídos com bases atualizadas. Nesse caso, as

<sup>17</sup> Depoimento feito em 04 de maio de 2009, durante a Oficina de Mapas do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na qual estive presente fazendo o registro das falas.

agências continuam a apontar alguns povoados, a partir do aspecto predominante de uma produção, que não é mais uma das principais fontes de sustento de muitas famílias. O fato é que sempre foram desenvolvidas outras culturas, mas a marca da produção de borracha persiste na forma como outros agentes e agências vêm esses povoados.

Contudo, os “seringais”, desde a derrocada das exportações da borracha, não são mais as alavancas que movimentam a economia das elites na região. A partir da falência do empreendimento da borracha, deu início o processo de desagregação da empresa seringalista e houve a transformação nas relações de trabalho, rompendo com as formas de imobilização da mão-de-obra. Desapegados a forma dominante que os assolava, os agentes passaram a estabelecer os povoados e conforme foram assimilando o lugar em que viviam, foram desenvolvendo suas atividades diversas. Assim criaram as condições para reproduzir-se socialmente.

No entanto, a partir de uma avaliação historiografia da região e sobre o modo de vida dos agentes sociais que vivem nessas localidades, que outrora eram chamadas de “seringais” e que na atualidade são definidas pelos próprios agentes como “comunidades”, não há uma análise que pensasse essa passagem. Isso nos leva a crer que há uma omissão sobre as dinâmicas das novas formas identitárias que encontramos durante o trabalho de campo.

### **1.1.2 As formas de classificação segundo os agentes sociais no município de Humaitá**

O município de Humaitá-Amazonas está localizado no limite com o Estado de Rondônia próximo a capital Porto Velho, cerca de 200 km<sup>2</sup>, possui uma extensão média de 33137, 895 km<sup>2</sup> de extensão<sup>18</sup> e possui aproximadamente 38.559 mil habitantes<sup>19</sup>. É um município que possui vários povoados que se formaram a partir de processos diferenciados de origem.

Antes de iniciarmos a discussão em torno das formas de classificação e autodefinição que encontramos em Humaitá, faço um breve esclarecimento: as informações e reflexões que apresento, se deram a partir da minha primeira ida ao campo da pesquisa no segundo semestre de 2008 e depois durante uma viagem de retorno que fiz em maio de 2009. A partir de ambas as viagens, constatei diversas situações que serão conhecidas ao logo desse capítulo.

Da forma como surge à discussão sobre a designação “comunidade” alguns pensadores clássicos possibilitaram a problematização em torno dessa questão. Chamo a

---

<sup>18</sup> Fonte – SIPAM 2005

<sup>19</sup> Censo Demográfico do IBGE, ano de 2007. Ver [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

atenção para o fato de não fazer uma gênese dessa categoria, pois não é o intuito, não irei recorrer a todos os *cientistas sociais* que fizeram considerações a respeito. A intenção é compreender a categoria de forma a perceber a “dimensão significativa” que ela representa para os agentes sociais.

Max Weber (2000), explica em seus estudos, que os agrupamentos sociais podem se originar a partir de uma unidade familiar e da união com outras unidades familiares e também quando outros indivíduos são agregados ao grupo, por motivos diversificados como: casamentos, situações de deslocamento, em busca de trabalho, por motivos religiosos e outros. Pressupostos que provavelmente contribuíram para a formação dessas “comunidades” em Humaitá.

As localidades daquela região se formaram a partir de origens como as apontadas, anteriormente, por Vitor Hugo, e é notório considerarmos, que outros fatores, também vistos por Weber, contribuíram para o surgimento desse tipo de organização social. Nesse sentido, é relevante considerar como as relações sociais que as pessoas construíram em toda a sua vida umas com as outras, destacando relações de: afetividade, parentesco, interesses comuns, costumes, tradição, ajuda mútua, vizinhança, a “territorialidade” e proximidade, tornaram-se pontos significativos para configurar o sentimento de pertencimento ao grupo e a localidade onde vivem. Foi através da união e associação de pessoas em torno do fundamento comum de suas vidas que se origina a chamada “comunidades”, dando origem a essas recorrentes formas de organização que encontramos em todo Rio Madeira.

Essa designação vista segundo Gusfield (1975), deve ser entendida pelos estudiosos das ciências sociais como uma categoria analítica e o seu conceito é uma constante construção, pois vários estudiosos tentaram defini-la e estabelecer parâmetros para conceituá-la de uma única forma. No entanto, muitos não percebiam a dinâmica que a envolvia e que vai além da “política da boa vizinhança” (aparente e harmônica). A análise sobre essa categoria deve superar qualquer evidência do primeiro “olhar”.

Para Gusfield (1975) o conceito de “comunidade” é apresentado de duas maneiras, a primeira no limite territorial marcado pelo grupo como uma referência basicamente geográfica. A segunda é relacional, diz respeito à construção das relações sociais, que são moldadas conforme os laços comuns de solidariedade. Gusfield (1975) justifica que a “comunidade” é uma das formas associativas que explica a reunião de grupos humanos, assim como a “sociedade” representa outra forma de associação. A diferença de ambas está presente na forma como as relações são orientadas, seja por valores de sentimentos ou interesses. Mesmo com essas diferenças, no momento de necessidade os sentimentos de

solidariedade vão estar presentes em ambas às associações, como no caso em que o coletivo se una em torno de um objetivo comum.

O entendimento dessa categoria sob a ótica desses dois teóricos, me ajudou a repensar o sentido das relações sociais que encontramos em Humaitá e em Porto Velho, na qual falaremos adiante, a manter a “vigilância epistemológica” vista em Bourdieu para repensar a “realidade e o conceito”, como categorias diferenciadas (BOURDIEU, 2004, p. 23-25). Partindo do que analisa Gusfield, julgamos que a maneira como a “comunidade” foi pensada por ele, é a referência apropriada para o entendimento de como essas formas de organização social se constituíram, tornando-se uma categoria de análise que servirá para a compreensão das realidades empíricas que encontrei.

Tendo apresentado inicialmente a forma organizativa em que os agentes da pesquisa se encontram, de acordo com a ordem que determinei para explicar as atribuições locais, passei a denotar as autodefinições por eles assumidas. Essas referências são diversas e correspondem a ligação que estes agentes tem com o lugar onde vivem, com a natureza, com as relações socialmente construídas e com as atividades que praticam nas chamadas “comunidades”.

Foram observadas variações entre algumas identidades assumidas, que correspondem à interpretação desses agentes sobre suas realidades. Para tanto foram identificadas quatro dessas designações: *ribeirinhos*, *extrativistas*, *agricultores e pescadores*, sendo que a categoria *ribeirinhos* trata-se de uma autodefinição, que conhecemos pela primeira vez, durante um “evento”<sup>20</sup> que reunia agentes de várias localidades da área rural de Humaitá<sup>21</sup>, na sede do município.

Essas categorias foram apresentadas pelos próprios agentes sociais entrevistados, ou seja, como se autodefinem em suas apresentações de acordo com a situação em se encontram e como se sentem, associando referências com o lugar onde vivem e o seu modo de vida. Segundo Fredrick Barth a autodefinição é acionada quando os agentes num sentido

---

<sup>20</sup> Os eventos são determinadas situações, programadas para ocorrerem. O antropólogo teve a oportunidade de acompanhar como se deram esses eventos e perceber como os grupos reagem perante a cerimônia que ocorria e também ao se depararem com diferenciados grupos num mesmo “espaço social”. O evento remonta a sua descrição sobre a inauguração da ponte no Distrito de Mahlabatini/Zululândia-África, essa era uma situação que reuniu grupos diferenciados. (GLUCKMAN, 1987, p. 229).

<sup>21</sup> Nos dias posteriores ao contato, observei que os agentes não se remetiam apenas àquela autodefinição e em meio ao diálogo que tive com alguns deles percebi essa variação. Mais tarde isso voltou a se confirmar, quando, na ocasião da realização da Oficina de Mapas que acompanhei, durante a viagem para o Lago do Antônio em maio de 2009, conversei com muitos moradores das “comunidades” pertencentes aquela área, que deixavam expresso a forma como se autodefiniam. Adiante isso ficou nítido quando ocorreram os depoimentos sobre a história de vida cada agente. Foi no contexto fora do espaço onde os conhecemos que emergiram as outras formas identitárias de autodefinição como: *extrativistas*, *agricultores e pescadores*.

organizacional usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros (BARTH, 2000, p. 32) <sup>22</sup>.

De acordo com o que analisei, as categorias de autodefinição utilizadas por eles é carregada de sentido político, quero dizer, definir-se enquanto tal seria estrategicamente positivo para eles, uma vez que a autodefinição passa a ter reconhecimento no âmbito jurídico e social, a exemplo das conquistas políticas que os grupos sociais tem a partir de declarações e convenções internacionais<sup>23</sup>, que se tornaram instrumentos de apoio as suas reivindicações. Ser *ribeirinho, pescador e indígena*, são designações identitárias que passaram a ser reconhecidas no campo político, tornou-se uma força nas lutas sociais dos movimentos sociais.

Refletindo sobre a situação que os agentes se encontravam, observei que a autodefinição *ribeirinhos* se tornou o elemento essencial e político, por conseguir passar seguridade as suas lutas sociais e acionar os instrumentos reivindicatórios nos diversos âmbitos da sociedade. Notoriamente os agentes reconhecem o aparato legal que os garante em suas instâncias políticas mobilizatórias.

Atualmente, em Humaitá, esses agentes encontram meios de ampliar a sua luta, organizados dentro de um “fórum” <sup>24</sup> que consiste numa forma de mobilização, embora inicial, que os torna cada vez mais visíveis. Enquanto estive fazendo o trabalho de campo no município, tive a possibilidade de acompanhar como se deu esse “fórum” e assim, entender o que seria esse espaço que eles criaram.

O “Fórum de Ribeirinhos do Município de Humaitá”, evento como é denominado, representa um espaço social constituído pelos agentes, onde as relações sociais de solidariedade remetem a formas organizativas apoiadas por “mediadores”, como as agências voluntárias, que se propõem a estar discutindo pautas que envolvem pontos relevantes aos agentes e compartilhando as idéias que surgem em meio a esse evento.

O “fórum” nasce dentro do âmbito da Diocese de Humaitá através da “pastoral ribeirinha” há cinco anos, é a quinta edição desse evento. A “pastoral ribeirinha”, que é uma

---

<sup>22</sup> O uso da autodefinição é reconhecido internacionalmente pela Convenção 169 da OIT e segundo a disposição jurídica do Art. 3º. Do Decreto 6.040, de 07 de Fevereiro de 2008, que diz: “Povos e Comunidades Tradicionais” são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

<sup>23</sup> Ver Convenção 169 da OIT, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas.(SHIRAIISHI NETO, 2007, p. 133, 121, 211)

<sup>24</sup> Os fóruns se tornaram espaços políticos onde agrupamentos de entidades, representações e associações têm debatido suas inquietações e organizado pautas de reivindicações para compor uma articulação política face às intervenções governamentais (ALMEIDA, 2008, p. 100).

entidade interna da igreja católica criada para trabalhar com os autodenominados *ribeirinhos*, assiste a cinquenta e oito comunidades anualmente. Ela realiza diversas atividades, algumas de cunho religioso e até mesmo orientando as denominadas “Associações Rurais”<sup>25</sup> nas deliberações político-organizacionais, funcionaria também como uma assessoria política para estas instituições.

Fazem parte da pastoral algumas mulheres que são membros da congregação católica das “Irmãs Franciscanas”. Elas são responsáveis por organizar esse evento, contatando com os representantes das localidades para que possam estar presentes no evento. A pastoral tem como Coordenadora uma das irmãs franciscanas, que na ocasião eleitoral que vivia o município, era candidata a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores – PT, indicada por ordem do Bispo da Diocese.

Em conversa conosco ela sempre dizia que, no fundo, não se sentia à vontade com o fato de estar entrando na disputa pelos votos. Sentia vontade de ajudar o “povo do interior”, mas não presa aos trabalhos da Câmara. Ela percorre junto com outras irmãs da congregação, todas as localidades rurais de Humaitá que estão no Rio Madeira.

Durante o evento, percebemos que tanto a coordenadora quanto a própria pastoral tornaram-se uma referência para os agentes, muitos recorriam a ela para pedir orientação na resolução de problemas como os processos de aposentadoria e de benefícios que pais, filhos e idosos tem direito. Além dessa assistência prestada, notei que as agências locais reconheciam na figura da coordenadora, a pessoa responsável por responder qualquer informação a respeito do modo de vida dos agentes e dos fatos concernentes a eles.

Prova disso, ocorria quando fui a essas agências, fazer entrevistas ou levantar informações sobre os agentes e a política de pesca local, a qual era recomendado a procura pela coordenadora para obter informações mais concretas sobre tudo que envolvia esses agentes. A partir disso, refleti sobre o quão essa figura da coordenadora representava não somente para os agentes como também para as agências, que a reconheciam como uma “porta-voz” dos agentes.

Esse quadro exprime a relação de proximidade que os agentes têm com a coordenadora da “Pastoral Ribeirinha”, reforça o que diz Bourdieu sobre a idéia de “delegação”, que se dá quando os agentes, como os que estou acompanhando, concedem poderes para que um intermediário ou porta-voz, os represente, resolva problemas para eles e para atender os seus interesses (BOURDIEU, 2004, p. 188-189). De certa forma é assim

---

<sup>25</sup> Formas organizativas legalmente reconhecidas que cada comunidade cria, geralmente para ser representada em órgãos públicos e privados.

que se configura essa relação, onde os agentes sempre recorrem à coordenadora e à pastoral, para que ela os ajude a resolver determinadas situações e seja sua “mediadora” no diálogo com as demais agências.

A concessão do poder dado à coordenadora, como forma de representá-los surge em meio à freqüente presença da igreja católica nas localidades rurais e da relação que a mesma criou com esses agentes, notadamente uma relação de confiança na qual o “carisma” da coordenadora, levou os agentes a apontá-la como principal mediadora no âmbito das negociações junto a outros segmentos locais.

Bourdieu chama a atenção para tipos de relações na qual a “delegação” torna-se um risco, uma vez que a existência ou visibilidade do “grupo” dependem da ação do mediador. Isso me leva a pensar que a falta de autonomia, seja pela ausência de iniciativa dos agentes em constituir uma ação, leva-os a buscar no mediador essa representação, que pode se tornar arriscada, pelo fato de que estes podem ficar inexistentes.

Voltando à realidade que acompanhei, observei que as ações de cunho mobilizatório, são nitidamente estimuladas pela coordenadora e a pastoral para que ocorram, denotando uma influência sobre o modo de agir e pensar dos agentes dentro do campo político. Nesse caso, Bourdieu diria que “na realidade é quase tão verdadeiro dizer que é o porta-voz quem faz o grupo” (BOURDIEU, 2004, p. 189). Assim, isso talvez tenha levado a organização do “fórum” como algo que pensado pela representação delegada, como necessário aos agentes, mesmo que não expresse uma intenção negativa e que o objetivo do “fórum” seja lutar pelas causas sociais que afligem aqueles que serão mobilizados.

No “fórum” os agentes formaram pequenos grupos para discutir a política local, pensaram propostas e tentaram fazer com que suas demandas reivindicatórias fossem conhecidas pelos governantes e cumpridas para minimizar os seus problemas.

Quando acompanhei esses agentes durante a realização do “fórum”, presenciei vários momentos relevantes para eles. Um desses momentos marcantes foi o da criação da “Frente de Luta pelo Rio Madeira – Comissão de Ribeirinhos do Baixo Madeira”, que tem como objetivo, representar as “comunidades ribeirinhas” do Rio Madeira no Estado do Amazonas, que serão afetadas pelas obras das UHE de Jirau e Santo Antônio, nas lutas reivindicatórias em prol desse rio.

Esses agentes não são apontados como afetados diretamente, fato que pode ser constatado no próprio EIA-RIMA. No entanto, esses *ribeirinhos* do município de Humaitá, que se encontra abaixo do limite onde as hidrelétricas serão construídas, sentem-se ameaçados pelos prováveis efeitos que surgirão conforme cada etapa dessas obras for sendo

concluída. Isso leva a aumentar a expectativa em torno da preocupação que os mesmos tem com relação a essas UHE's.

Em Almeida observei que a emergência das identidades é orientada por uma percepção politizada que os agentes sociais passaram a ter em concordância com a história de formação dos movimentos sociais, que surgiram em defesa dos direitos dos grupos, sejam eles “seringueiros, indígenas, pescadores, quilombolas e quebradeiras de coco babaçu” (ALMEIDA, 2008, p. 80-99). Estes provavelmente foram interligados pelas “redes de relações” que os uniram em torno de “objetivos comuns” e da forma como atualmente se vêem. Isso faz com que os diferentes grupos se fortaleçam mais em suas instâncias legalmente reconhecidas para criar propostas interventoras de resistência às imposições *externas*<sup>26</sup>.

Contudo, além da contribuição política que esses agentes tem dado através do “fórum e da comissão” é preciso que se dê destaque as suas atividades cotidianas que contribuem para que os agentes se autoidentifiquem como os *ribeirinhos, extrativistas, pescadores, os agricultores*, enfim, diversas categorias que correspondem a sua concepção de quem são para a sociedade.

Os agentes também realizam diversas atividades rurais, que atendem as necessidades de milhares de famílias, que são praticadas conforme o regime das águas, de seca e cheia do rio Madeira. Na agricultura, as famílias plantam mandioca, milho, banana, melancia, macaxeira, cacau, tabaco e cana. Também criam animais como gado, porcos, galinha, pato, carneiro e extraem da floresta os óleos vegetais; o açaí; a pupunha; o tucumã; o látex das seringueiras e a madeira para construção das casas e para outros fins.

Uma das atividades de maior destaque é a pesca, que apresenta determinados aspectos caracterizadores dos agentes da pesquisa. Esses aspectos convergem com um conceito elaborado por Gonçalves Furtado (1990), para organizar o entendimento sobre essa atividade, na qual a pesquisadora aponta que a forma “simplificada” dessa modalidade de pesca é classificada como uma prática de nível “artesanal”. Sua característica é baseada pelo uso de técnicas consideradas simples, por ainda fazerem uso de instrumentos “tradicionais” como caniço, arpão, flechas, linhas e anzóis, no sentido também dos conhecimentos adquiridos sobre como fazê-la, formas que são repassadas a cada geração.

A atividade é cumprida para garantir a sobrevivência de cada unidade familiar. Trata-se de complemento da renda, realizada no Rio Madeira, nos lagos, igapós e igarapés. Da

---

<sup>26</sup> Quando falamos de imposições externas, nos referimos às intervenções governamentais e privadas.

pesca participam todos os membros da família, mas os homens adultos e os meninos a praticam com frequência. Além da pesca ganham destaque outras atividades na qual podemos notar ser recorrente em toda calha do rio. É a atividade que desperta o interesse de grandes mineradores, mas que representa a base do sustento das muitas famílias que vivem na “beira do rio”.

O garimpo foi um destaque em nossa pesquisa, uma atividade extrativa muito presente e um traço diacrítico desses grupos que vivem no Baixo Madeira, é realizado em balsas no meio do rio e onde há a possibilidade de se extrair o ouro. Há aqueles que o praticam constantemente, mas é feito entre os meses de maio a outubro. Segundo os agentes, enquanto parte dos membros da família realizam atividades como a agricultura e o extrativismo, os homens jovens da família (os filhos mais velhos) é que vão garimpar no meio do rio. O garimpo representa uma boa parte da renda que garante a sobrevivência de muitos e é uma prática presente há anos nas famílias que vivem nas “comunidades” da região. Segundo as autoridades religiosas seriam estas as “comunidades” de Humaitá:

<b>“COMUNIDADES”</b>			
01	URUCURI	30	BELO HORIZONTE
02	DESCANSO	31	CARAPANATUBA
03	SAMAUMA	32	MALVINAS
04	LIVRAMENTO	33	PARIRI
05	VALPARAÍSO	34	PRAINHA
06	SÃO BRAZ	35	JUMA DO GETAL
07	PALHAU	36	ILHA DO JUMA
08	BOCA DO CHAMPANHE	37	RETIRO
09	SANTA CIVITA	38	BOA VENTURA
10	TERRA PRETA	39	CRISTAL
11	BOA VISTA	40	ALEGRIA
12	BOM FUTURO	41	JUMA DO POSTIGO
13	SÃO RAIMUNDO	42	MUANENSE
14	SÃO DOMINGOS	43	VISTA ALEGRE
15	SÃO SEBASTIÃO DO TAPURU	44	RESTAURAÇÃO
16	CANTEIRO DO CAIARI	45	CINTRA
17	TRAPICHE	46	BALTAZAR
18	LAVRAS	47	ANDIROBAL
19	MERITI	48	NAZARÉ DAS PIRAÍBAS
20	SÃO SALVADOR	49	SÃO FRANCISCO I e II
21	INDIANÓPOLIS	50	SÃO PAULO
22	SÃO SEBASTIÃO	51	SÃO PEDRO
23	LAGUINHO	52	NAMOR

24	SANTA LUZIA	53	SANTA ROSA
25	SÃO BERNARDINO	54	LAGO DAS PUPUNHAS
26	SÃO MARCOS	55	AUXILIADORA
27	TABULETA	56	BOM JESUS
28	CARARÁ	57	PRIMAVERA
29	JOARA	58	PARANAPANEMA

**Quadro 02:** Lista das “comunidades” pertencentes ao Município de Humaitá/AM.

**Fonte:** Diocese de Humaitá – Área Missionária do “Beiradão”. Agosto/2008.

### 1.1.3 Os agentes sociais atingidos pela intervenção oficial e suas formas de organizativas em Porto Velho.

A criação da extinta Ferrovia Madeira-Mamoré<sup>27</sup> e a abertura de redes telegráficas na Amazônia, através do projeto dirigido pelo Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, representaram os grandes marcos de atração de milhares de trabalhadores, para a região do Estado de Rondônia. Com isso, a formação dos municípios e dos próprios povoados foi sendo ampliada conforme esses agentes se estabeleciam.

Os empreendimentos acima citados foram projetos de integração que previam retirar a região do “isolamento” e diminuir as disparidades com relação a outras partes do Brasil. Foram projetos ousados, que trouxeram milhares de imigrantes para o norte do país, em busca de uma oportunidade para começar uma vida melhor. Mas tudo foi muito difícil e essas obras sucumbiram com o tempo, não resistiram aos desafios naturais encontrados na Amazônia e aos governos que as deixaram pelo caminho, tal como os trilhos da velha ferrovia, atualmente cobertos pelo asfalto do urbanismo e pela floresta que cobriu a história de milhares de trabalhadores.

Contudo, segundo o historiador Domingues Teixeira para trabalhar nas obras, vieram milhares de nordestinos, que antes mesmo chegaram à região para trabalhar em outras atividades como nos “seringais”. Também foram atraídos muitos estrangeiros que vinham de diversos lugares, desde a fronteira com a Bolívia; da Europa, como Espanha; da Itália; dos Estados Unidos; da Inglaterra; da Grécia; de Portugal e de outras partes e de outros continentes. Além destes, também foram chamados a trabalhar nas ferrovias os de origem caribenha, conhecidos como “barbadianos”<sup>28</sup>, que foram convencidos pela oferta de

<sup>27</sup> O empreendimento pretendia superar as dificuldades de exportação de produtos, de interesses do Brasil e da Bolívia, que não conseguiam ultrapassar os trechos encachoeirados do Rio Madeira. A partir de então, idealizaram a construção de uma ferrovia que ligasse o Madeira ao Mamoré. A obra foi iniciada no fim do séc. XIX, passou por muitas dificuldades na administração de seu andamento. Foi retomada em 1907, sob direção do engenheiro Percival Farquhar e foi concluída no começo do séc. XX. (DOMINGUES TEIXEIRA, 2001, p. 135-139).

<sup>28</sup> Segundo Marco Teixeira, Barbadianos era a designação geral que identificava aqueles que vinham da América Central, na realidade, os trabalhadores eram de diversas origens como: Barbados, Trinidad, Jamaica, Martinica, Santa Lucia, San Vicente, Guianas e outros.

emprego e preferidos pelos empregadores, por julgarem ser os mais resistentes as doenças tropicais que aqui encontravam (DOMINGUES TEIXEIRA, 2001, p.142).

A região era atraente pela propagação da informação de que aqui a riqueza era fácil, pois havia a expectativa em torno da exportação da borracha para a Europa e também a região parecia próspera para a extração de outras riquezas como o ouro. No entanto, tudo isso foi marcado por uma história de lutas e de conflitos, como aqueles travados entre os povos indígenas que habitavam as margens dos rios e os demais agentes sociais de diversas origens, que se desentendiam por inúmeros fatores.

As dificuldades marcaram a vida das pessoas que passaram a habitar as povoações, com isso vieram os surtos de malária, a imobilização da força de trabalho pelo poderio dos “coronéis de barranco” nos seringais e os riscos corridos nos trabalhos de construção das estradas que iam sendo abertas, quando se efetuavam projetos como a Transamazônica, a Madeira-Mamoré e as linhas telegráficas do projeto Rondon.

Mesmo diante de tantos desafios, os que se estabeleceram foram constituindo as povoações desde o Alto Madeira em diante, os antigos seringais passaram a denominar-se, semelhante ao caso de Humaitá, de “comunidades” e para aqueles que já viviam neles, apenas passaram a congregar novas famílias e outros membros, reproduzindo esta forma de associação.

O modo de produção desses agentes é baseado em atividades de subsistência, de forma geral nessas localidades são praticados a criação de animais, o cultivo de roçado, as árvores frutíferas, as hortaliças plantadas, milho, banana, macaxeira, abacaxi e melancia.

A pesca artesanal se destaca como uma das atividades bastante praticadas por esses agentes e corresponde ao que Gonçalves Furtado (1991) em suas análises, definiu com tal. Nas localidades próximas a Porto Velho, há aqueles agentes que apenas vivem da atividade pesqueira, caracterizando a definição apontada por Gonçalves Furtado (1991) de “pescadores profissionais”. A pesca realizada por esses agentes requer a utilização de certas tecnologias, diferentes das usadas durante a pesca artesanal. O pescador possui instrumentos apropriados para cada tipo de pesca e dispõe de uma logística para realizar grandes jornadas nos rios. O pescado dessa atividade tem o intuito de abastecer os mercados locais e da capital.

*Pescador* é uma das formas como os agentes da pesquisa em Porto Velho se designam. Ocasionalmente consiste numa das denominações remetidas às situações políticas vividas por eles, com isso buscam estruturar-se como tipos organizacionais vistos também em Barth. O que quero explicitar a partir de minhas observações sobre suas formas de

identificar-se é que, dependendo da situação social<sup>29</sup> ou não, os agentes sociais também se autodefinem como *ribeirinhos*, sendo que essas identidades são acionadas conforme a relevância que tem no campo político, ela é apresentada como um instrumento de luta para requerer ao Estado os seus direitos sobre o “território” e garantir a sua “reprodução cultural”.

A ascensão dessas identidades, unificadas em torno de uma luta comum, congregam elementos para a formação de “unidades de mobilização” que somados a interesses internos dessas unidades forma, o que Almeida chama de “forças sociais”. Essas forças sociais dispostas em torno de um mesmo fim, configuram a base que direciona os objetivos dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2008, p. 89).

Tais formas de identificação são apontadas em Almeida como transcendendo à usual denominação baseada nas atividades da vida cotidiana, no fazer prático rotineiro que geralmente é classificado pelo uso dado aos recursos naturais que esses agentes fazem. Essa autodenominação é vista por ele como uma “ruptura profunda” com os resquícios de uma política colonialista na região. A autodefinição surge para adentrar o campo dos interesses políticos e para acentuar, através das “diferenças étnicas e da diversidade cultural” as discordâncias com relação “ao poder de dominação do Estado” (ALMEIDA, 2008, p. 88-89).

É relevante mencionar que os agentes sociais com as quais entrei em contato durante o trabalho de campo em Porto Velho, estão mobilizados nesse sentido, pela luta contra as imposições dos planos governamentais, no caso desses agentes, estão unidos num movimento de resistência a “empreendimentos hidrelétricos” como as obras do “Complexo Madeira”.<sup>30</sup>

O quadro político vivido em Porto Velho gira em torno da consolidação de dois grandes empreendimentos hidrelétricos, com a criação de Jirau e Santo Antônio. Essas obras fazem parte do um plano de integração, na qual trataremos com mais ênfase adiante, que prevê a produção de energia para o setor industrial que está concentrado no sul do país para ampliação da produção que irá atender ao mercado internacional.

Com a construção das hidrelétricas ocorrerá o barramento do curso do rio Madeira e a dimensão da área alagada irá atingir todas as “comunidades” que se encontram à montante e à jusante das obras. Com isso serão centenas de unidades familiares, deslocadas

---

<sup>29</sup> Situações sociais segundo Gluckman (1987) são determinados eventos específicos, na qual os agentes vão se deparar.

<sup>30</sup> É um projeto de criação de 04 hidrelétricas nos rios Amazônicos do Brasil em Rondônia e na Bolívia. Sobre esse projeto estaremos fazendo uma abordagem mais densa nos próximos tópicos deste capítulo.

de suas residências, através de indenizações ou forçosamente, para dar espaço às águas que tomarão toda a área das margens do Alto Madeira. Os povoados que se formaram nessas margens e que se constituíram em “comunidades” são o que podemos chamar como “os afetados diretos” por essas obras.

<b>Localidades</b>
“Distritos de Mutum-Paraná e Jaci-Paraná, Comunidade do Engenho Velho, Comunidade São Domingos, Comunidade Maravilha, Comunidade Joana d’Arc III e X, Comunidade Santo Antônio, Comunidade Jatuarana, Comunidade Sacaca, Comunidade Porto Seguro, Vila Amazonas, Comunidade Teotônio, Comunidade Morrinho, Comunidade São João Batista, Comunidade Niterói, Comunidade São Sebastião, Comunidade Caracol, Comunidade Caldeirão, Comunidade Jirau, Comunidade Embaúba-Palmeiral.”
<b>Fator de Alerta</b>
“Estas comunidades estão situadas em áreas que irão ser alagadas, resultando na perda de suas casas, separação de amigos e familiares, de terrenos de cultivos, da criação de animais, da floresta, dos cemitérios e de toda a história de vida de seus antepassados, “afogados” pelas águas das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.”

**Quadro 03:** Áreas de Risco imediato em Rondônia

**Fonte:** Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: “Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazônia”. PNCSA, Março de 2009, p. 02.

Por causa dessas determinações, os agentes sociais passaram a acionar os mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer na terra e a entrar na luta judicial junto com os movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e outras instituições de apoio como as ONG’s e “entidades confessionais”<sup>31</sup>, para que não ocorresse o que na década de 80 aconteceu com os atingidos pela UHE de Samuel<sup>32</sup>.

A luta dos agentes sociais apontam para uma luta pelas “territorialidades específicas” conceituadas por Almeida, como produtos de diferenciados “processos de territorialização”. Essas “territorialidades” não são delimitações práticas, como as geográficas, são um produto da “delimitação cultural”. Estão além da determinação do privado, onde a identidade é a expressão da relação de pertencimento ao território e onde os recursos naturais são de livre acesso (ALMEIDA, 2008, p. 94-124).

Os “processos de territorialização” conjugam as mobilizações acionadas a partir da força política das identidades assumidas. Nesse campo, os agentes unidos na forma dos movimentos sociais, ganham visibilidade e poder político para intervir nas determinações governistas que tentam dominá-los. (ALMEIDA, 2008, p. 118)

<sup>31</sup> Como o CIMI e a CPT.

<sup>32</sup> A construção dessa Hidrelétrica deixou milhares de famílias em desvantagem, muitos foram deslocados e até hoje não receberam as indenizações pela saída da terra. Muitas famílias afetadas atualmente compõe o MAB e tem somado forças contra a construção de UHE’s no Brasil e principalmente na Amazônia.

Esse fator entra em concordância com o tipo de mobilização vista em Porto Velho, onde os agentes lutam por suas “territorialidades específicas” e acionam órgãos públicos como os Ministérios Públicos Federal e Estadual, em favor de sua defesa. Também buscam em decretos e convenções<sup>33</sup> que garantem o reconhecimento de suas identidades, elementos que irão salvaguardar os seus direitos.

As mobilizações desses agentes tem somado forças com outros movimentos internacionais e tem levado as reivindicações de ambos os segmentos, aos espaços de discussão organizados por agências governamentais como nas audiências públicas<sup>34</sup>. Outras formas de manifestação são expressas nas assembleias do MAB; nos manifestos criados como resultados de seminários dos movimentos sociais; nos fóruns e em todos os âmbitos em que estes agentes possam adentrar, para tentar amenizar os efeitos que estão vindo com o início dessas obras. A mobilização é apoiada pelos seguintes movimentos sociais e organizações:

<b>Organizações</b>	<b>País</b>
Representación de Nueva Esperanza	Pando – Bolívia
Central Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Guayara Merin – CSUTCG	Beni – Bolívia
Casa de la Mujer de GuayaraMerin	Beni – Bolívia
Grupo Nacional de Trabajo para la Participación – GNTP	Guayaramerin – Beni – Bolívia
Herencia – Lidema	Cobija – Pando - Bolívia
Organización Indígena del Pueblo Takana	Cobija – Pando – Bolívia
Federación Departamental de Mujeres Campesinas de Pando “Bortolina Sisa”- FDMCP	Cobija – Bolívia
Comité Binacional de Médio Ambiente	Brasil – Bolivia Guajará Mirim e Guayaramerin
Foro Regional Amazônico de Medio Ambiente – FORAMA	Beni – Bolívia
Comité Binacional de Madre Dios	Madre Dios – Peru
Comunidade Católica de Huepotuhe	Madre Dios
Foro Boliviano de Medio Ambiente y Desarrollo – FOBOMADE	Bolívia

**Quadro 04:** Movimentos Sociais Pan-Amazônicos que apóiam a luta contra as Hidrelétricas do Rio Madeira.

**Fonte:** Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: “Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazônia”. Março de 2009, p. 02.

## **1.2 As políticas governamentais que se consolidam no sul do Amazonas - O PAC, o PAS e o PDE**

A história dos planos governamentais, projetados para a Amazônia, alguns como “SPVEA, Operação Amazônia e Programa Polamazônia” que marcaram outras décadas, tornaram-se pontos relevantes para uma breve reflexão, principalmente por manterem pela

<sup>33</sup> Decreto 6.040 e Convenção 169 da OIT, que reconhecem as identidades coletivas de “Povos e Comunidades Tradicionais” e os direitos sobre os seus territórios e a sua reprodução cultural.

<sup>34</sup> De acordo com o MMA uma Audiência Pública “é a forma de consulta pública usual no processo de licenciamento e tem por objetivo a divulgação para a sociedade das informações sobre o projeto e discussão do RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, que reflete as conclusões do EIA/Estudo de Impacto Ambiental. (Portal Nacional de Licenciamento Ambiental, MMA, 2009)

região a essência dos mesmos interesses econômicos que são refletidos sob a forma da elaboração de projetos empresariais, que se infiltram na política de governo como ações do Estado para a sociedade.

A “SPVEA” (década de 40 a 64) tinha como características: gerar possibilidades de serviços a partir do planejamento de obras públicas que chamassem a atenção para a “valorização da região amazônica” e dos estímulos aos setores “agrícolas, mineral e industrial”, onde através de ações que favorecessem estes setores, haveria uma melhoria na “qualidade de vida da população regional” (MAHAR, 1978, p. 15-19).

O plano se expandia pela denominada “Amazônia legal”, que era também determinada como sua área de jurisdição, abrangia aos estados de Rondônia (antes Guaporé), Amazonas, Acre, partes do Mato Grosso e Maranhão, Roraima (antes Rio Branco) e parte de Goiás. Inicialmente o objetivo do plano era criar mecanismos que proporcionassem o crescimento agrícola e transformassem a região numa área de autosuficiência na produção de alimentos e na ampliação dos negócios sobre a exportação de matérias-primas que fossem produzidas na região, seja para o consumo interno e externo. Uma de suas prioridades era promover o desenvolvimento dos setores do transporte, de comunicação e energia. Também visava implementar ações que fossem ampliar os investimentos voltados ao saneamento básico, crédito, comércio, educação e recursos naturais.

No entanto, dado o amplo alcance do plano na Amazônia e também com a falta de conhecimentos sobre a região, muitos problemas foram surgindo e a escassez de recursos e a falta de controle dos gastos, para dar continuidade aos projetos foi aumentando cada vez mais. Com todas essas falhas em seu cronograma de planejamento, a SPVEA foi sendo criticada e vista com uma política falida por não alcançar os seus objetivos e em 64 foi dissolvida. Teve como marco dos “grandes projetos para Amazônia” – A construção da rodovia Belém-Brasília (MAHAR, 1978, p. 20-21).

A “Operação Amazônia” (década de 60), previa: 1) Uma política regional orientada pelo “estabelecimento de Pólos de Desenvolvimento”, tinha como uma das metas promover a ocupação da Amazônia, através de políticas de terras, através do estímulo a imigração, com a implantação de assentamentos permanentes nas fronteiras e a chegada de pessoas de outras regiões e estrangeiros; incentivar o capital privado a investimentos futuros; desenvolver a infraestrutura e pesquisar o potencial dos recursos naturais. 2) Aplicar a Amazônia o modelo nordestino de desenvolvimento (SUDENE), que promovia a industrialização na região, a partir do financiamento do capital privado nacional e

internacional. 3) Cabia ao Estado criar mecanismos de articulação, por via de isenções e incentivos fiscais, para atrair novos capitais empresariais a região. Para tanto, o mesmo entraria com a garantia de uma infraestrutura (transporte, energia e comunicações), suficientes para recepcionar esses investimentos. 4) 1966 - Criação do órgão administrativo, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, seu financiador seria o Banco da Amazônia – BASA. 5) Criação da Zona Franca de Manaus – ZFM, como medida compensatória para desenvolver a parte da Amazônia Ocidental que estava sofrendo com as conseqüências da concentração de investimentos que estava sendo feita em outras capitais como Belém. Com a ZFM, Manaus passaria a receber os incentivos para o desenvolvimento comercial, industrial e agrícola da região, passando a ser um dos principais pólos de produção do norte do país. As empresas que se estabelecessem na área de abrangência da ZFM, ficariam isentas de impostos sobre os produtos fabricados. A responsabilidade sobre a ZFM ficaria a cargo da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

O Programa Polamazônia, surgido na década de 70, foi um plano governamental que previa a criação de 15 pólos de canalização de investimentos diversificados. Os pólos eram caracterizados pela especialização própria em cada tipo de produção. Suas prioridades estavam voltadas a atender as empresas agropecuárias, madeireiras e de mineração. Era mais uma das provas do avanço do capital empresarial sobre as terras na Amazônia, com projetos falhos que agravaram a situação do avanço sobre as terras, pertencentes a grupos sociais que já viviam em suas localidades, que passaram a ser expulsos para dar vazão ao desmatamento de grandes áreas de floresta para fixar as mineradoras, para explorar madeira e criar os pastos em prol de seus empreendimentos. Sua área de atuação estava fixada no estado do Pará. (CASTRO, 2009, p. 112-113)

Tais experiências equivaleram ao atendimento de interesses vigentes em cada governo, fato que se repete na gestão atual e que condizem com o que Bourdieu diz a respeito das forças econômicas que se sobrepõem a outros segmentos, que não resistem aos mecanismos de imposição que são postos para que a situação seja controlada pelo grupo dominante (BOURDIEU, 1998, p. 44).

Esses planos tinham em seus conteúdos alguns pressupostos que priorizavam o “desenvolvimento econômico” da Amazônia, a “integração”. Esse termo se referia à garantia da soberania do país diante do tamanho da região e ao mesmo tempo pela sua retirada do “isolamento”. Eram planos que se configuraram em vários governos e em diferentes regiões da Amazônia, que conseguiram resultados limitados, em sua maioria projetos fracassados. Precursores das disparidades sociais que perduram até a atualidade.

No entanto, o termo “integração” retorna ao escopo dos projetos mais recentes, totalmente ressemantizado, carregado de novos componentes. Os sentidos que se encontram no termo não condizem mais com o clássico “integrar para não entregar”, mas anunciam que o “integrar” na atualidade, antes impostos e segregadores, se trata de uma aproximação dos países sulamericanos, sem os limites geopolíticos. Representa a diminuição de barreiras que impedem o crescimento econômico de países como os amazônicos (Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia), antes se quer citados com toda ênfase que tem agora, em projetos unicamente nacionais.

A chegada das facilidades que serão proporcionadas com a “integração” da América do Sul” estão se materializando em megaprojetos unificados que vão do extremo norte ao sul do continente. Não são projetos localizados separadamente como ilhas, todos tem uma interligação proposital que vai sendo contornada como uma “estrutura de uma planta de construção” idealizada por seus engenheiros.

A “integração”, que é citada pelos governos, tem uma nova conotação “valoriza” a “democracia participativa dos povos” e se dispõe a “acatar” os estabelecimentos das convenções internacionais dos direitos humanos e de “povos e comunidades tradicionais”. É essa nova política governamental de “integração” na qual faço referência, que penso ao analisar como todos os setores estão, propositalmente interligados.

Nessa abordagem farei uma breve apresentação sobre os atuais planos governamentais que são prioridades nesse governo, com intuito de apresentar quais são os interesses defendidos, que estão em vigor e que acabam direcionando os rumos da política nacional e regional para a Amazônia.

As metas governamentais de definição de uma política de infraestrutura para a Amazônia tem priorizado a criação de “grandes projetos” e a reativação de “obras audaciosas” que facilitarão os investimentos futuros do empresariado nacional e internacional, que vê no aproveitamento e utilização da matéria-prima local e dos recursos naturais ainda inexplorados, um dos meios de promover o tão esperado “desenvolvimento econômico da região”. Essa política, de acordo com Bourdieu, é uma política de “fragmentação e de característica neoliberal”, porque preconiza o crescimento de determinados setores empresariais e industriais em detrimento dos grupos sociais (BOURDIEU, 1998, p. 45). É provocadora de deslocamentos, segregações, problemas sociais e geradora de desigualdades, que aumentam a partir das medidas políticas que o Estado estabelece.

A tentativa de “integrar” de fato, a Amazônia ao resto do país, sempre foi um dos objetivos de muitos governos. A intenção inicial de ocupação desse “território” juntou-se as expectativas externas do capital em explorar as suas potencialidades naturais e assim sanar as necessidades dos países ricos. No entanto, esse abrangente processo, apesar dos lucros proporcionados ao setor dominante, tem denotado ser uma espécie de solução para os problemas sociais. Compreendi que as modalidades de exclusão se apresentam com uma roupagem aparente frente à sociedade, ocultadas pelo propagado plano de benefícios sociais que é apontado aos agentes por essas políticas governamentais, apesar do avanço e das conquistas desses segmentos expressos em movimentos sociais, enquanto formas de mobilização social contra a hegemonia dos setores dominantes.

De acordo com Bourdieu, nesse caso, fica nítida a dupla característica de que o Estado é “uma realidade ambígua e conflituosa” que se reveste de tal maneira, para negociar com os agentes sociais, mantendo os interesses de uns e controlando por via de suas articulações políticas, os demais grupos que lutam dentro desse “campo de forças” pela ascensão social. O que se percebe é que o Estado aprimora seus mecanismos de dominação e nem sempre age por via da “violência física, repressiva, policialesca” da forma como é explícito por Weber<sup>35</sup>, mas apresenta uma característica que envolve fatores diversos, nesse caso impositivos seja pelo aspecto financeiro ou da legalidade jurídica, que refletem sobre o direcionamento dos grupos sociais (BOURDIEU, 1998, p. 45).

Os mecanismos de convencimento são os mesmos usados nas décadas citadas, “é preciso desenvolver e ocupar a região, milhares de vidas em suas atuais condições serão beneficiadas com os investimentos “públicos” que estão sendo oferecidos”. Essa tem sido a investida midiática, e acima de tudo uma “violência simbólica” contra aqueles que estão dentro do campo a ser dominado pelo setor que o está pleiteando.

O atual governo tem denotado uma abertura econômica para investimentos do capital estrangeiro dentro do território nacional, justificados no caso específico da Amazônia, que há a necessidade de utilizar a sua capacidade natural de fornecer subsídios para gerar “crescimento e renda” na região e para o país. A grande problemática dessa questão é que a definição da “estrutura do campo econômico”, feita pelo Estado em prol de grupos dominantes, não produz apenas a miséria, mas define as futuras políticas que se estenderão ao longo dos mandatos, multiplicando as diferenças sociais e econômicas que são herdadas de políticas anteriores e que foram impostas em cada governo.

---

<sup>35</sup> Ver a obra de Max Weber “Ciência e Política: duas vocações”. (WEBER, 2007, p. 55)

No passado, após as centenas de tentativas de superar a derrocada da economia da borracha, outros projetos foram tomando conta do cenário da política brasileira e em meados de 1946 até meados da década de 80, inúmeras propostas foram sendo experimentadas. Com isso, as expectativas em torno de um plano de ação para alavancar a economia brasileira foram estimuladas com investimentos que foram direcionados para a ocupação e exploração da Amazônia. Os governos que se empenharam em estabelecê-las passaram a “pregar” que a solução para o “desenvolvimento nacional” partiria da alternativa de integrar o norte do país ao resto do Brasil.

O planejamento infraestrutural da Amazônia com vistas a atrair investimentos de cunho empresarial, sempre foi prioridade enquanto política governamental no Brasil. Os atuais planos não se diferem muito, mas assemelham-se a outros planos do passado que inauguraram a era do avanço empresarial, via mecanismos estatais para a Amazônia. Mesmo frente ao alto grau de dominação que o Estado exerce sobre os dominados, de acordo com Bourdieu (1998) é sugerido que os grupos dominados e os seus aliados lutem por uma mudança em sua estrutura, que está dominada por uma minoria que detém os recursos necessários para determinar as ações políticas dos governos.

No estado atual, as lutas críticas dos intelectuais, dos sindicatos e das associações devem se fazer prioritariamente contra o enfraquecimento do Estado. Os Estados Nacionais estão minados por fora pelas forças financeiras e por dentro pelos cúmplices dessas forças financeiras, isto é, os financistas, os altos funcionários das finanças etc. Penso que os dominados tem interesse em defender o Estado, em particular no seu aspecto social. (BOURDIEU, 1998, p. 56)

### **1.2.1 O PAC: uma política governamental em expansão**

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC tornou-se a política nacional mais relevante do governo Lula. Sua estratégia de promover o “crescimento” prevê gastos em torno de R\$ 503,9 bilhões para implementação de obras e projetos, num período equivalente a quatro anos, 2007-2010. Suas prioridades em investimentos estão divididas em três eixos: “1) R\$ 170,8 bilhões para gastos com a infraestrutura **Social e Urbana**; 2) R\$ 58,3 bilhões em **Logística e Transporte** e 3) R\$ 274,8 bilhões em **Energia**”. (PAC, 2007, p.07)

Segundo o que está estabelecido no documento que aponta as diretrizes do PAC, esse programa conta com grande parte de seus recursos, oriundos do capital de empresas estatais e com as “parcerias público-privadas”(PPP’s). Durante o período de implementação de suas metas, a maioria dos gastos ficarão a cargo das empresas estatais, com cerca de R\$ 436

bilhões em investimentos. As principais medidas que regem esse investimento estão organizadas em cinco blocos, abaixo relacionados:

<b>PAC</b>	1- “Investimentos em infraestrutura”.
	2- “Estímulo ao crédito e ao financiamento”.
	3- “Melhora do Ambiente de Investimento”. <sup>36</sup>
	4- “Desoneração e Aperfeiçoamento do sistema tributário”.
	5- Medidas fiscais de longo prazo.

**Quadro 05:** Medidas do PAC

**Fonte:** PAC, 2007, p. 04

De acordo com o PAC<sup>37</sup>, esses blocos vão orientar a trajetória das aplicações financeiras para que sejam efetuados durante o período que durar cada proposta. Segundo os critérios do PAC e de sua equipe de planejamento, os projetos previstos em seu cronograma, independentem do governante (federal, municipal e estadual) que assumir a cada mandato, ou seja, independente do gestor, os recursos deverão seguir a agenda do programa. Foi uma das formas que o atual governo encontrou para “amarrar” os novos administradores públicos, que terão que realizar todas as metas que encontrarão em andamento, uma vez que o programa geral prevê o envolvimento do “Executivo, do legislativo, dos trabalhadores e dos empresários”. A respeito disso, críticas vem sendo formuladas quanto ao papel interventor e impositivo do contexto de uma política de Estado que pode estar se formando e não como uma política de governo, vejamos:

O PAC foi apresentado não como um programa de governo, mas como um programa de Estado. Ambiciona-se que seus marcos não se delimitem somente a um mandato governamental, mas que se estendam por um longo tempo. Tanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, como a da Casa Civil, Dilma Roussef, se expressaram favoráveis à necessidade de o governo deixar um portfólio de projetos aos governos futuros. (Vigna & equipe INESC, 2008)

Outra abordagem a ser feita, é sobre o caráter da “participação” que a título de menção é encontrada nos textos do PAC<sup>38</sup>, trata-se do uso dessa designação de forma propagandística, com vistas a passar uma imagem de relação harmônica que inclui a presença dos agentes sociais na elaboração de “políticas públicas”. De acordo com Almeida, o uso de certas designações, como a “participação”, reflete as formas de apropriação que os grupos dominantes passaram a utilizar na apresentação das políticas governamentais

<sup>36</sup> Neste item é previsto um incentivo a recriação da SUDAM.

<sup>37</sup> O PAC é um programa de governo, lançado em 2007, na gestão do presidente Lula da Silva, criado para gerir projetos de investimentos em infraestrutura. (PAC, 2007)

<sup>38</sup> Ver PAC, 2007, p. 02.

vigentes. Essa ação é munida de uma razão que visa atrair novos investimentos, sendo que a menção aos segmentos sociais reflete de maneira positiva aos investidores e sociedade em geral, quando são citados como beneficiados de algum projeto.

Nesse sentido, se pararmos para revisar atentamente o programa, percebemos a ausência de critérios que tratem ou mesmo da falta de ações políticas direcionadas para assistir determinadas realidades específicas, que serão afetadas no momento em que cada linha de ação estiver sendo executada. Forma que demonstra pontos falhos do programa, por não considerar, de fato, as intervenções tanto trabalhistas quanto dos grupos sociais que representam as realidades mencionadas, como os “ribeirinhos, quilombolas, pescadores, garimpeiros, extrativistas e outros grupos”, na elaboração do que possa ser uma “política pública”.

Sobretudo, quando voltamos a pensar na questão da “participação”, indagamos, de que maneira o “trabalhador” poderá intervir ou mesmo sugerir algo? Haveria uma fórmula que faria com que os setores dominantes pudessem ser “paralisados”, durante o processo de elaboração de políticas decisivas como o PAC? Alguns críticos como Garzon, que escreve um artigo propondo um “Anti-PAC”, retratam que:

O modelo econômico hegemônico, ou seja, a forma como se ajusta e se combinam as frações dominantes, está cada vez mais fora do âmbito de avaliação, monitoramento e interferência dos eleitores e dos governos por eles constituídos. Em países financeirizados e com função destacada na divisão internacional do trabalho, as eleições pouco interferem na condução dos ministérios da área econômica e, especialmente, do Banco Central. (Garzon, 2009, p. 12)

Para Garzon (2009, p. 12), com o PAC haverá um controle maior sobre os territórios e seus recursos naturais, abrindo precedentes para disputas “inter-oligopolistas” e serão estabelecidas estratégias de dominação sobre as mobilizações contrárias ao programa. Segundo ele, o PAC espelha a necessidade das grandes empresas que são transmutadas em necessidades nacionais, como forma de omitir os reais interesses que estão subentendidos.

Contudo, o PAC determina em suas metas, a construção de uma infraestrutura que propõe minimizar os obstáculos que impedem o avanço dos investimentos estatais e empresariais sobre áreas cobiçadas pelo capital, mas o que poucos sabem é que esse programa está aliado a um plano maior de integração, baseado em *eixos de desenvolvimento*, idealizado pelas economias emergentes do continente sul-americano, da chamada IIRSA. Isso aponta que ambos os projetos se coadunam no sentido de promover uma “integração competitiva” que será promovida a partir de investimentos em infraestrutura, que

proporcionarão a proximidade entre regiões vizinhas, no caso IIRSA, a integração sulamericana, e no caso do PAC uma integração nacional.

Segundo Castro, o PAC e a IIRSA aliaram suas expectativas em torno de um projeto de integração, mas aqui no Brasil, o risco ocorre na medida em que a busca desenfreada pelo aceleramento da economia brasileira se configura e vão se constituindo novas contradições internas. No que tange às relações internacionais, estes projetos “levarão ao aumento das disparidades entre os países vizinhos”, pois o Brasil passa a se posicionar vantajosamente frente a eles. O quadro futuro preconiza a formação de uma nova liderança no continente. E o Brasil pode passar a ser, o “fornecedor de produtos, o responsável por empréstimos, o prestador de serviços”, e passar a gerar uma nova dependência econômica entre os países da América do Sul (CASTRO, 2009, p. 138).

Para que haja a concretização do PAC, os governos tem se empenhado de todas as formas, intervindo para apressar as construções. Essa posição pode ser vista nas declarações dadas pelo presidente e nas ações de seus ministros, que são destaque nessa pesquisa.

Um dos exemplos dessa postura é com relação ao setor ambiental com relação ao caso “Complexo Madeira”, que tem sido monitorado amplamente pelos atores governamentais para que sejam encontradas “brechas na lei ambiental” que possam criar exceções à liberação de concessões (licenças ambientais) para o início de grandes obras, como as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. No entanto, mesmo com todas as ressalvas que vem sendo feitas sobre as hidrelétricas do rio Madeira, através de estudos técnicos do próprio órgão ambiental e por especialistas que contestam a veracidade dos estudos feitos nos EIA-RIMA's produzidos, as concessões acabaram sendo iniciadas a todo custo. Desconsiderando as objeções feitas pela sociedade civil, por estudiosos da área ambiental e pelas defensorias públicas.

O próprio presidente Lula concedeu declarações afirmando que as “atuais leis ambientais” representavam uma “trava” ao processo de desenvolvimento e o Ministro Mantega vinha reforçando seus comentários, ao relatar que os “marcos regulatórios da lei ambiental” precisavam ser “melhorados”, isso denota os esforços que são feitos internamente pelos políticos, junto a cada ministério e secretaria para convencer a burocracia estatal sobre a efetivação das obras e acelerar os processos que impedem o avanço dos projetos. O resultado dos esforços desses representantes governamentais são as concessões que estão sendo dadas para que as obras sejam iniciadas, quanto a isso o próprio ministro

apontou que “era necessário abrir caminhos para que o investimento possa se realizar”, se reportando as leis<sup>39</sup>.

Durante o mês de maio de 2009, os jornais questionaram a atitude do governo, que continuavam a pressionar os órgãos responsáveis pelos recursos destinados às obras, para liberarem o mais rápido possível tudo o que se refere às prioridades do PAC. Durante esse mesmo período, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT foi quem mais recebeu cobranças, mas a maneira como foi pressionado causou um furor entre os críticos e os parlamentares da bancada oposicionista ao governo Lula, pois o tipo de pressão refletia uma espécie de “abono” aos funcionários do órgão.

O governo repassou um bônus salarial para que os funcionários acelerassem todos os processos e liberassem os recursos das obras, antes das eleições presidenciais. Sobre isso a ministra Dilma Roussef se pronunciou alegando que o bônus se tratava de algo legítimo e previsto no orçamento do governo e que a intenção era apenas de cumprir a legalidade de aumentar a renda salarial dos funcionários do DNIT<sup>40</sup>. Como é possível perceber, o governo de todas as formas tenta facilitar o início das obras do PAC e provavelmente de outros projetos aliados, há uma urgência por assegurá-los e uma omissão por desconsiderar as conseqüências dessas liberações imediatas.

Visando facilitar o andamento das obras do PAC está entre suas metas, a eliminação de alguns entraves históricos para a consolidação dos seus projetos, como:

▶ Eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia.
▶ Reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas.
▶ Estimular o aumento do investimento privado.
▶ Reduzir as desigualdades regionais.

**Quadro 06:** Metas para eliminação de obstáculos

**Fonte:** PAC, 2007, p. 06

Vejamos que os pontos em destaque sempre visam superar as dificuldades que impedem o andamento das “grandes projeções” e tão logo esses obstáculos sejam “removidos” do caminho das obras a serem construídas, as empresas passarão a buscar os recursos naturais nas áreas eleitas para a exploração e a comercializá-los a partir das novas rotas ativadas. Sobre esse aspecto, Castro retrata que essas extensões de áreas exploradas pelas empresas nacionais e estrangeiras, geralmente são ocupadas por grupo sociais que antes já abrangiam esses “territórios”, mas esses contingentes são requeridos pelos governos

<sup>39</sup> Ver Vigna & equipe INESC, 2008

<sup>40</sup> Ver Jornal Nacional, TV Globo, em 22 de maio de 2009.

para que se concretizem os projetos que se caracterizam como uma demanda nacional (CASTRO, 2009, p. 139).

Com isso, Castro também vai além e chama a atenção para o “aumento da desterritorialização” e assim se ampliam os problemas sociais como os conflitos por terra e os deslocamentos forçados, fatores que são recorrentes na Amazônia (CASTRO, 2009, p. 140).

No que se refere aos Estados do Amazonas e Rondônia o PAC prevê vários investimentos de infraestrutura logística e energética em destaque na Região do Rio Madeira:

<b>Tipo</b>	<b>Obra</b>	<b>Valores (milhões)</b>
Rodovia	BR-319 (construção de trechos, pontes e pavimentação)	529,0
Petróleo e Gás Natural	Gasoduto Urucu-Porto Velho	Em estudo
Hidrovia	Construção de cerca de 19 terminais hidroviários em todo Amazonas, inclusive nos municípios do Rio Madeira como: Borba, Humaitá, Manicoré, Lábrea.	Borba = 3,8 Humaitá = 5,2 Manicoré = 7,8 Lábrea = 2,9

**Quadro 07:** “Ampliação da Infraestrutura Logística e Energética” – Estado do Amazonas.

**Fonte:** PAC – Infraestrutura Energética, 2008, p. 10. PAC – Investimento Amazonas, 2008, p. 06-07.

<b>Tipo</b>	<b>Obra</b>	<b>Valores (milhões)</b>
Hidrovia	Terminal Hidroviário de Porto Velho – Cai n’Água	10,1
Rodovia	BR-319	97,0
Ferrovia	Ferrovia de Integração Centro-Oeste	3,0
Petróleo e Gás	Gasoduto Urucu – Porto Velho	Em estudo
Geração de energia elétrica	UHE Santo Antônio	5.700,0
	UHE de Jirau	6.440,0

**Quadro 08:** PAC – “Investimentos em Infraestrutura Logística e Energética para o Estado de Rondônia.

**Fonte:** PAC, Infraestrutura Logística e Energética, 2008, p. 07-09.

Isso nos leva a crer que mais uma vez a história dos “grandes projetos” para Amazônia volta a tomar força e o “espectro do desenvolvimento” retorna com uma nova roupagem, pronto para apresentar suas novas propostas.

### 1.2.2 O Plano Amazônia Sustentável: uma proposta de “desenvolvimento regional” para a “integração internacional”<sup>41</sup>

Dentre as políticas governamentais que são determinadas para a Amazônia, aponto como destaque o Plano Amazônia Sustentável – PAS, criado em 2003, por iniciativa do governo federal e dos governadores do norte do país, com o apoio dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, do Orçamento, Planejamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Educação, da Saúde e da Justiça. O plano foi idealizado durante uma das reuniões feitas entre esses representantes, para discutir o plano de desenvolvimento para Amazônia.

No limiar do plano que surgia, ficaram encarregados por coordená-lo o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente, assumindo a secretaria executiva. Um tratado de cooperação foi assinado pelo presidente da república e pelos governadores de cada estado que indicaram os seus secretários estaduais de planejamento e de meio ambiente como responsáveis a nível estadual.

As proposições do PAS primam por uma “política de desenvolvimento regional”, orientadas para a formação de uma estrutura interna competitiva visando uma futura inserção econômica externa. O plano inclui em suas metas, a realização da inclusão social, ressaltando a “participação” dos setores desfavorecidos nas principais elaborações do plano. Também tem como uma de suas metas estabelecer ações para promover a “sustentabilidade ambiental” e da “coesão territorial da nação”. (PAS, 2007, p. 06).

<b>01</b>	Produção Sustentável com Tecnologia avançada.
<b>02</b>	Novo padrão de financiamento
<b>03</b>	Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial
<b>04</b>	Inclusão Social e Cidadania
<b>05</b>	Infraestrutura para o desenvolvimento

**Quadro 09:** Prioridades do PAC – Eixos temáticos.

**Fonte:** PAS, 2007, p. 05.

<sup>41</sup> A “integração” a qual faço referência tem uma conotação diferenciada do Plano de Integração Nacional – PIN do governo Medici. As motivações que levaram à criação do PIN, eram variadas, estavam relacionadas com o plano dos governos militares de integração física da Amazônia como uma complementariedade de desenvolvimento econômico ao país. Também como uma solução, a partir da criação das rodovias, para criação de frentes de trabalho que pressionavam outras regiões do país e minimizavam as tensões sociais no nordeste, além de promover a ocupação da região Amazônica. Um dos destaques também era a propagada preocupação com a segurança nacional que estaria sob constante ameaça de uma dominação estrangeira. No entanto, um dos fatores que chamava a atenção desses governos era a possibilidade da exploração dos recursos existentes nas regiões de fronteira, como minerais; os investimentos que seriam feitos a partir da colonização agrícola que estavam sendo estimulados; o processo de facilitação para aquisição de terras; promoção da agroindústria, são alguns dos pontos desse plano de “integração” do governo Médici. (MAHAR, 1978, 30-33).

Com a organização da estrutura do PAS foi providenciado à elaboração de um documento denominado “Amazônia Sustentável – Diretrizes e Prioridades do Ministério do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”. Este documento tinha como objetivo ressaltar a importância do meio ambiente para o desenvolvimento econômico da região, servindo como base para a elaboração do Plano Plurianual – PPA da região.

As secretarias regionais também tiveram a incumbência de elaborar uma lista de propostas contendo uma síntese das oportunidades e das “limitações do processo de desenvolvimento sustentável dos estados”, com isso apresentariam uma série de ações prioritárias, sob orientação dos eixos temáticos do PAS.

A essência do PAS ficou marcada pela capacidade de tentar articular as ações dos governos federal e estadual, a serem concretizadas dentro do que foi definido por seus elaboradores como “território amazônico”.

Os ministérios responsáveis pelo andamento do PAS ressaltaram que dois elementos básicos são as bases orientadoras do plano, primeiro a pretensão da diminuição das desigualdades partindo da “regulação de ações nacionais de desenvolvimento”, sugerida sob a ótica “territorial”. A segunda, a valorização das “diversidades” encontradas na região, estimulando as potencialidades existentes na Amazônia, como forma de promover a geração de trabalho e renda.

No documento de apresentação do PAS também é notório encontrar a presença do conteúdo ambientalista, frisando sempre um “crescimento econômico” associado a uma “produtividade” elevada e orientada pela propaganda do “ambientalmente sustentável”. O conteúdo do PAS faz ressalvas a projetos passados que não sabiam ver os recursos naturais como bens a serem aproveitados e valorizados. No PAS o “meio ambiente” não é visto como um “obstáculo”, mas como um fator contribuinte para o crescimento econômico.

Na leitura da proposta do PAS há uma gama de informações que subscrevem o interesse nos setores da infraestrutura, de energia, de transportes, de pesquisas ambientais, do setor urbano, mineral, florestal, hidrológico, fluvial e social. Segundo o que está previsto no PAS, esse interesse se origina a partir de uma demanda social, vinda dos setores da sociedade civil.

No PAS é ressaltada uma constante preocupação, frisar que se trata de uma política diferenciada de tudo o que a Amazônia havia vivenciado. O PAS é uma política governamental ampla, que pretende intervir em todos os âmbitos possíveis para determinar a presença do Estado na Amazônia brasileira. Sua maior prerrogativa é “conhecer, controlar,

regular, investir, explorar, integrar, competir, comercializar, valorizar, exportar, produzir e ordenar a Amazônia”<sup>42</sup>.

### **1.2.3 O Plano Decenal de Energia: uma das bases da política de infraestrutura que visa grandes transformações no eixo do Rio Madeira**

Em meio às políticas apresentadas, está o Plano Decenal de Energia – PDE 2008-2017 elaborado pela Equipe de Pesquisa Energética - EPE<sup>43</sup>, de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia com o apoio das equipes da: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE/MME, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - SPG/MME e Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGMMME. (PDE, 2008, p. 01-02).

Esse plano está relacionado diretamente com os programas e planos que visam criar a infraestrutura e mecanismos que promovam o anunciado “desenvolvimento na Amazônia”. Por ser um plano voltado necessariamente para geração de energia nos estados brasileiros, também constitui metas para exploração de gás, combustíveis fósseis, minerais e novas fontes que possam gerar energia.

Tem como objetivo fazer uma definição do quadro nacional para “instalação de infraestrutura de oferta de energia, necessárias para atender ao crescimento dos requisitos do mercado (...) de forma ambientalmente sustentável” (...). (PDE, 2008, p. 02).

No que diz respeito ao setor elétrico, segundo o plano, a estimativa de planejamento é baseada no período de 10 anos e está voltado para “orientar e subsidiar” as negociações sobre compra de energia, como o caso dos leilões. Também o apoio a novos “empreendimentos”, estudos sobre a viabilidade de transmissão de energia, estudos de viabilidade econômica e socioambiental para construção de novas usinas elétricas.

O PDE apresenta como meta, através do Sistema Interligado Nacional – SIN, reunir todos os sistemas de energia possíveis, desde o extremo norte a sul do Brasil, principalmente os Sistemas Isolados como os Acre-Rondônia e Manaus-Macapá. Isso quer dizer, esses sistemas isolados serão ligados por via das Linhas de Transmissão – LT e Subestações - SE, localizadas nos estados e também com planos de construir novos transmissores em cada região.

---

<sup>42</sup> Termos vistos na documentação de apresentação do PAS 2007.

<sup>43</sup> Desde 2004 o planejamento energético brasileiro é de responsabilidade dessa agência. Ver Switkes (2008, p. 23).

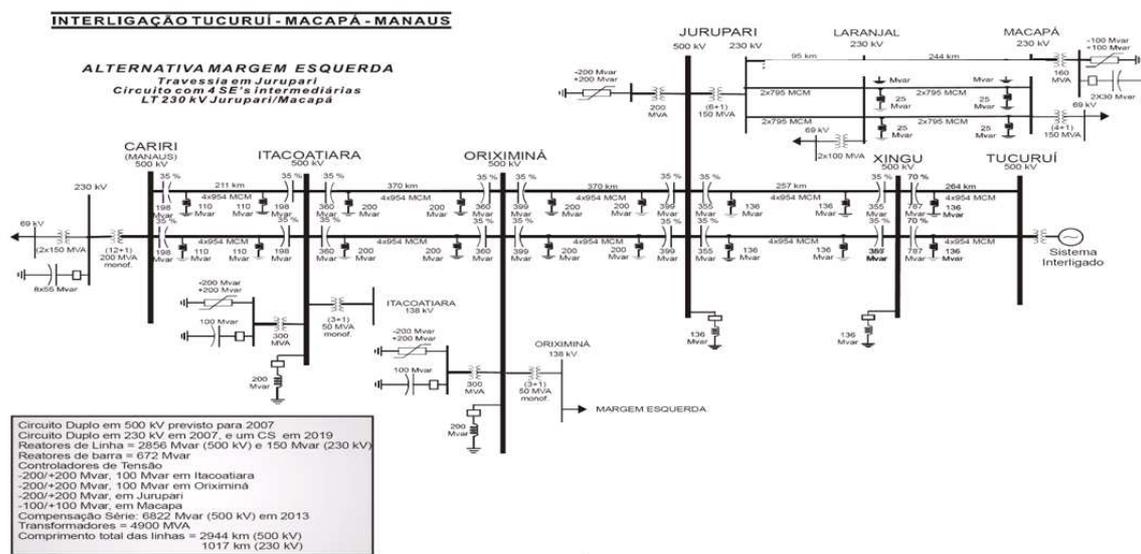
A intenção é fornecer energia para o maior número possível de demandas empresarias e de investimentos estatais, por exemplo, como suprimento energético necessário para o transporte da produção do gasoduto Coari-Manaus que alcançará Porto Velho formando a malha de ligação com o gasoduto Urucu-Porto Velho. Este trabalho também será feito para interligar o sistema Acre-Rondônia ao SIN, com a mesma intenção de servir de entrada para a “operação comercial” dos gasodutos e pelo interesse de ampliar a rota energética até o sul e o sudeste do país. A partir disso seria possível alcançar uma grande quantidade de regiões até formar uma gigantesca rede de energia.



**Figura 1** - Interligação Acre-Rondônia / Sudeste Centro Oeste. Fonte: PDE, 2008, p. 21.

A pretensão integracionista do PDE está programada também para realizar as futuras interligações, por via das LT's, no âmbito internacional das fronteiras. Um dos exemplos se dará no norte do país, onde será feita uma ligação com a Venezuela, entre a SE de Boa Vista - Brasil com a SE de El Guri naquele país (PDE, 2008, p 23). Estas ações mostram como o projeto de integração sulamericana, que diz respeito a parte de investimentos energéticos, se consolida simultaneamente ao processo de integração interna das regiões brasileiras, elas se encontram no âmbito das metas do PAC, na qual prevêem investimentos em infraestrutura e alia seus objetivos com os do PDE (PDE, 2008, p. 10-13).

Exemplos de interligações ao SIN:



**Figura 2** - Rota – Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus. Fonte: PDE, 2008, p. 23.

Embora haja essa interligação nas regiões, com o aumento de LT's e SE's, o PDE traçou como prioridades, aplicar recursos em pesquisa sobre a expansão energética em áreas pouco exploradas e tem planejado utilizar, cada vez mais a energia gerada em UHE's. Isso caracteriza a base de direcionamento desse plano durante os dez anos em que se pretende desenvolver essas alternativas de geração de energia, através de UHE's, principalmente em regiões como a amazônica, tornado-se cada vez mais, um eixo atrativo para que investimentos externos se desloquem para essas áreas, a partir da criação e expansão de vários tipos de fontes de energia (PDE, 2008, p. 21).

As UHE's são de uma forma simplificada, um "gigantesco paredão" de concreto que é erguido para deter o controle da água de um rio ou lago, e tendo o fluxo ou força das águas controlados, há toda uma estrutura mecanizada e operada por especialistas para aproveitar essa capacidade. A geração de energia depende da força da água que adentra a estrutura receptora desse volume que faz com as máquinas geradoras de energia entrem em atividade e passem a produzir a esperada quantidade de energia elétrica que será disseminada pelos seus transmissores. Na parte barrada ou represada de um rio, forma-se o que os técnicos chamam de "lago" ou o lugar onde a água ficou concentrada é a parte à montante e a parte que fica abaixo da represa depois do "paredão", denomina-se tecnicamente de à jusante.

Segundo Sevá (2008) e Switkes (2008), atualmente o norte do país é uma das regiões mais cobiçadas pelo governo brasileiro para a construção de "mega-barragens". O PDE e o PAC almejam apoiar e direcionar recursos para promover o barramento dos maiores rios que compõe a bacia amazônica em prol da geração de energia. Ambos também chamam a

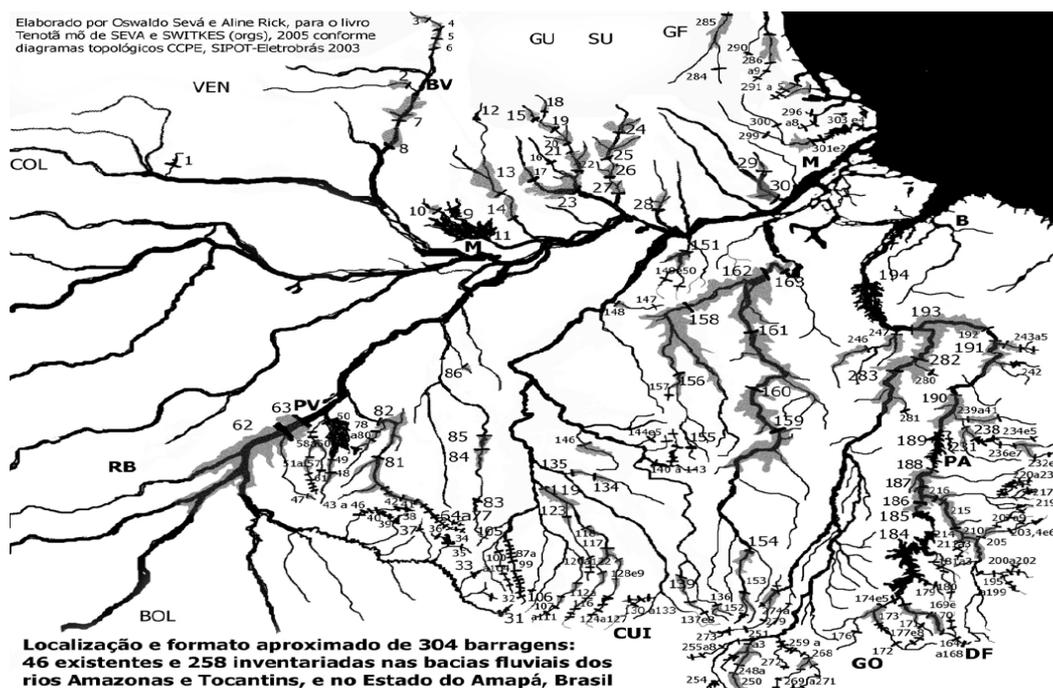
atenção a respeito do que esses planos prevêem que são os poucos investimentos em alternativas menos destrutivas ao meio ambiente e aos grupos sociais que vivem nas áreas de influência das barragens.

No plano de expansão energética, é frisado que cada vez mais as pesquisas em alternativas energéticas se estenderão. Mas para tratar de investimentos em energia que vão produzir um custo alto para os governos. No entanto, esse fator leva ao uso exacerbado dos recursos públicos e apenas de algumas contribuições de recursos privados. São investimentos que visam beneficiar determinados segmentos da sociedade, que estão ligados a reprodução do capital de seus interesses e que somente quando é realizada toda uma leitura atenta da conjuntura política que insiste em interligar políticas de governo às empresariais de cunho nacional e internacional é que chegamos a esse entendimento. E também quando é possível que se perceba que os ganhos oriundos desses investimentos são nitidamente desiguais.

Obras como as hidrelétricas são incentivadas por setores dominantes que irão ter um lucro em torno do processo de construção, dos interesses políticos e empresariais que se beneficiarão com a pós-construção, que está relacionada com a venda da energia as indústrias e ao setor doméstico, com o aumento de produções, com a diminuição de custos do transporte de insumos e o que houver envolvendo interesses capitais e que o setor energético possa atender. Todavia, esses são alguns pontos que devem ser considerados quando se pensa uma política de infraestrutura nessa magnitude.

São cerca de 304 projetos hidrelétricos ao todo, fora os que devem compor a lista e que ainda estão sendo estudados, a questão é, há necessidade de que se implemente todos esses projetos hidrelétricos para atender a uma “demanda populacional”? Não há novas alternativas que possam ser desenvolvidas e que sejam menos interventoras na natureza? Essa energia chegará a ser socializada com a população dessas regiões? A Amazônia é extensa e há lugares de difícil acesso. Como abrangê-la em sua totalidade e de acordo com as expectativas dos grupos sociais? A resposta é que não encontramos respostas nesses planos acima apresentados, porque não foram discutidos com esses grupos e para esses grupos. Apenas os setores privilegiados entram nessa roda de discussão e que propõem quais seriam as diretrizes desse plano, que regula a expansão de projetos energéticos em todo Brasil.

No mapa abaixo, elaborado por Sevá & Rick (2005), podemos observar o número previsto de futuras barragens em torno de toda a bacia Amazônica.



**Figura 03:** Mapa - Número de barragens distribuídas na Bacia Amazônica.

A problemática abordada por estes pesquisadores com relao ao avanço da engenharia energética sobre os rios amazônicos, chama a ateno para uma série de preocupaes. Sevá (2008, p. 04), engenheiro de formao, diz que os riscos corridos em se estabelecer uma UHE, são muitos, alguns se referem às falhas surgidas quando as construes entram em atividade. As represas geralmente entopem, devido o acúmulo de sedimentos e de vegetais que são levados pela correnteza dos rios, “seus prédios (parede) e grandes mecanismos (estrutura operacional) podem se deteriorar, logo elas não seriam eternas”.

Algumas dessas represas podem também se romper e segundo ele, são situaes provocadoras de graves acidentes, que envolvem vidas que se perdem com esse recorrente acontecimento. Quando ele se refere às mudanças geológicas que ocorrem com a construo de obras hidrelétricas nos arredores da represa e nos rios, alerta que algumas transformaes são irreversíveis, principalmente nos “ecossistemas” de áreas afetadas.

Uma das conseqncias sociais explicitadas por Sevá, vem do efeito que essas obras refletem sobre elementos essenciais para a manuteno de grupos sociais. Um desses exemplos está no desequilíbrio que  causado quando a vida aquática passa a sofrer com as alteraes que ocorre nos rios durante o processo de criao das UHE’s. Nesse sentido,  citado como exemplo, o desaparecimento de centenas de espécies de peixes, de outros

animais aquáticos e a predominância de outras espécies, fato que acaba afetando a alimentação dos grupos sociais e comprometendo as suas atividades (SEVÁ, 2008, p. 05).

Todos os afetados são levados a adquirir novos hábitos por causa da escassez que passam a viver. As áreas ditas à jusante das barragens, geralmente sofrem com longos períodos de seca, causadas pelo fechamento das comportas, logo a reprodução dos peixes também fica comprometida e isso significa um problema para quem depende da pesca em rios e lagos. As “várzeas se encharcam e se enchem por baixo”, “novas nascentes” surgem em lugares inesperados, à agricultura acaba sendo redirecionada por causa das mudanças no solo, são emitidos gases tóxicos na água de rios e lagos, com isso as pessoas, os animais e as plantas são prejudicados.

Para Sevá, com a retenção de água nas barragens surge a possibilidade de ocorrência de abalos sísmicos, mais conhecidos como “terremotos induzidos”, alguns com “magnitude Richter acima de 5 pontos”, semelhantes aos que ocorrem naturalmente em algumas regiões do mundo. Isso reflete um novo problema a ser enfrentado por aqueles que serão afetados pelas conseqüências que surgirão com essas UHE’s. Provavelmente, serão os povoamentos e até mesmo em algumas cidades, os futuros afetados, dada a imprevisibilidade das conseqüências que esses abalos sísmicos podem causar como desabamentos, rachaduras em casas e edifícios e até acidentes mais perigosos (SEVÁ, 2008, p. 07).

Outros problemas que acabam pondo em risco a vida de pessoas que vivem próximas as barragens, referem-se à atividade de abertura e fechamento das comportas, para esvaziar ou encher o lago a montante da obra, que é formado após a criação de uma UHE. Quando as comportas são fechadas para reter as águas que irão gerar a energia, a parte a jusante corre o risco de permanecer seca durante meses, até que os operadores da usina abram as comportas da represa para liberar a água excedida pela ação natural das cheias dos rios e das chuvas.

Acontece que essa ação muitas vezes é inesperada na vida das pessoas que ocupam as áreas próximas e Sevá (2008), denota que, por ocorrerem rápidas decisões de esvaziamento de comportas, sem aviso prévio, ou por falta de controle que deveria ser monitorado cuidadosamente, muitos acidentes já vieram a ser deflagrados e muitas situações imprevisíveis acabam marcando a vida dos afetados<sup>44</sup>. Ele cita alguns casos como os exemplificados abaixo:

---

<sup>44</sup> Recentemente houve o rompimento da hidrelétrica de Algodoal no Piauí, milhares de pessoas foram surpreendidas com a invasão repentina das águas da hidrelétrica. Centenas de pessoas ficaram sem suas casas, perderam suas plantações e criações. Alguns perderam parentes durante o ocorrido. Maio de 2009.

UHE	Ocorrência	Responsável
UHE Serra da Mesa	Seca do rio Tocantins por km de distância. Esse desastre inesperado durou semanas, prejudicou milhares de pessoas e matou centenas de peixes. GO – 1998	FURNAS e VBC
UHE de Lajeado	Grande mortalidade de peixes a jusante da usina e a montante interdição do lago por motivos sanitários. TO – 2002	_____
UHE de Itaparica	Morte de 88 pessoas com diarreia aguda, 2.392 pessoas intoxicadas, que residiam nas margens da beira da represa recém-inaugurada. Alagamento de municípios da Bahia e de Pernambuco com o desaparecimento da cidade de Petrolândia-PE. BA/PE – 1988	CHESF

**Quadro 10:** Problemas ocorridos na história das barragens no Brasil.

**Fonte:** Sevá (2008, p. 09-10).

Além das observações feitas por Sevá, outros críticos vem chamando a atenção para os investimentos do PDE, por exemplo, Cláudio Sales (In: Switkes 2008, p. 23)<sup>45</sup>, em uma declaração dada ao Jornal *O Estado de São Paulo*, relatou que poucos são aqueles que saem beneficiados a partir dos investimentos hidrelétricos, feito os que estão sendo projetados para a Amazônia.

Os que conseguem triplicar seus ganhos, são as “empresas fornecedoras de equipamentos, empreiteiras, políticos e empresários do setor comercial” que faturarão com os investimentos que estão sendo feitos nas obras, com o fornecimento de serviços e a compra de materiais.

Também estão sendo criados centenas de postos de empregos temporários, que estão previstos para perdurarem pelo tempo que levar as construções, alguns pelo período previsto de dez anos, conforme estão programadas as obras do PDE e do PAC. Isso leva a crer que pós esse período, logo milhares de trabalhadores estarão desempregados formando um problema social que afetará a região, talvez na mesma proporção que outrora atingiu outras regiões os mesmos projetos de desenvolvimento.

Garzon (2008)<sup>46</sup> relata que essa tentativa desenfreada pela produção de energia, a qualquer custo na Amazônia, exprime nitidamente a crise vivida no setor energético e que ameaça o “capital financeiro e transnacional” que numa forma “preventiva” de manter seus investimentos e ampliá-los, “tem avançado sobre os estoques energéticos que ainda não foram explorados”. O PDE foi apresentado à sociedade como o único plano capaz de sanar as necessidades em investimentos energéticos no país. É propagado como a principal

<sup>45</sup> Cláudio Sales é Presidente do Instituto Acende Brasil, que reúne várias empresas privadas do setor energético.

<sup>46</sup> Artigo publicado no site da Rede Brasil – Sobre Instituições Multilaterais. Ver [www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br)

alternativa e não há outras, se não as que estão em sua previsão de dez anos. O fato é que se o modelo apresentado não for implantado, haverá um grave entrave ao desenvolvimento econômico do país.

O que nos parece é que tal plano desconsidera outras formas de geração de energia, menos custosas e menos degradantes em benefício da energia que atenderá a todos os setores que optam por tipos de obras com altos custos, com riscos ambientais e sociais, a exemplo de UHE's. Desconsiderando outras alternativas e aderindo a “empreendimentos megalógicos”, que interpretam como irrelevantes números de atendimento como as demandas vindas das minorias, como os “povos tradicionais” e da população em geral.

Garzon (2008), em sua leitura a respeito do PDE, explica que a projeção apresentada sobre a demanda de energia, realmente não condiz com o número da população brasileira que necessita dos serviços energéticos. Na realidade a produção energética não será distribuída, de modo a abranger toda a população que anseia por esse serviço. As pesquisas sobre demandas que necessitam de energia são feitas, dedicadamente, em torno de “grandes consumidores de energia”, que são aqueles que requerem uma produção maior para expandir os seus negócios empresariais.

As críticas as políticas de Estado tem sido feitas dado os benefícios e privilégios concedidos aos setores que atualmente direcionam as ações prescritas no PDE. Nesse sentido, diversos setores que acabam por comandar essa política, tendem a aumentar suas chances de crescimento. Os governos por sua vez, justificam o investimento em uma infraestrutura expansiva de energia, como forma de prevenção, contra um futuro risco de “apagão” em todo Brasil.

Ambientalistas como os membros do Greenpeace (2009) manifestaram sua preocupação quanto à definição da diretriz básica de produção de energia que foi apresentada pelo governo federal no lançamento do PDE 2008-2017. A agência fez objeções quanto a ampliação da geração de energia baseada no alto consumo de “combustíveis fósseis” que estão vulneráveis ao esgotamento, são caros e poluentes, contradizendo a proposta de redução da emissão de gases de efeito estufa presentes no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, criado pelo próprio governo. Essa constatação desconsidera tudo o que foi proposto no âmbito dos Fóruns sobre mudanças climáticas, muitos dos quais o Brasil se destacou como líder nessa discussão.

O Greenpeace (2008) também relata que os estudos sobre potencial energético foram subestimados e que pesquisas desenvolvidas pelo próprio Greenpeace em conjunto com o Grupo de Energia da Escola Politécnica da USP, apontam que é possível produzir uma

“matriz energética” com 88% de energias renováveis com altos índices de eficiência. Energias como a “solar, a eólica, biomassa e baseada no funcionamento de pequenas centrais hidrelétricas – PCH’s seriam suficientes para atender a demanda de cada região.

Na lista de observações feitas pelo Greenpeace estão as críticas relacionadas ao crescente número de hidrelétricas que serão ativadas na Amazônia. Obras como as hidrelétricas de “Estreito, Jirau, Santo Antônio e Belo Monte” causarão danos irreversíveis no ambiente e para aqueles que serão afetados direta e indiretamente desde o início das construções até elas entrarem em operação. Os maiores temores são quanto a “inundação de reservas indígenas e unidades de conservação” e com a provável alteração no modo de vida dos “ribeirinhos” que vivem próximos a essas áreas projetadas.

Na Amazônia os casos mais críticos foram os das hidrelétricas de Balbina no Amazonas, Samuel em Rondônia e Tucuruí<sup>47</sup> no Pará, criadas para atender as necessidades do grande capital industrial, mas que resultaram em problemas com grandes proporções para os afetados por essas barragens.

Na atual conjuntura política a Amazônia torna-se preferencial e a capacidade hídrica de seus rios tem sido altamente cogitada pelos futuros investimentos empresariais para a construção de novas hidrelétricas.

Recentemente com a justificativa de que é preciso retomar uma política firme de integração da Amazônia ao resto do país, foram lançadas, através do PDE e do PAC, várias propostas de investimentos em construções de mais usinas hidrelétricas. Elas serviriam para subsidiar essas demandas do setor industrial e para retomar o processo de “desenvolvimento” da Amazônia, defendido pelo setor político dos governos.

<b>UHEs</b>	<b>Rio/UF</b>	<b>Bacia</b>	<b>Fase</b>	<b>Previsão</b>
Dardanelos	Aripuanã – MT	Amazônica	Construção	2010
Rondon II	Comemoração – RO	Amazônica	Construção	2009
Santo Antônio	Madeira – RO	Amazônica	Construção	2012
Jirau	Madeira – RO	Amazônica	Projeto Básico	2013

<sup>47</sup> 1)A UHE de Balbina foi criada para gerar energia para Manaus, com fins de atender a demanda do Pólo Industrial. Para tanto, o plano inicial era gerar 250 MW mas acabou fornecendo apenas 112 MW e forçosamente houve o deslocamento de um terço do povo Waimiri-Atroari do território que foi inundado e que fazia parte do território desse povo. 2)A UHE de Samuel em Rondônia, foi marcada por muitos erros em sua estrutura, onde o lençol freático continuou a se elevar e a atingir vários pontos da floresta nas proximidades da usina. A estimativa oficial relata que cerca de 3.000 pessoas foram deslocadas e afetadas, muitos não receberam a indenização prometida. 1)A UHE de Tucuruí foi criada visando atender os setores da mineração como ferro, bauxita, caulim e outros metais; a indústria metalúrgica de alumínio; de ferro-gusa; de ferro-ligas. O reservatório de Tucuruí inundou cerca 3.007 km<sup>2</sup> de floresta tropical e cerca de 35.000 pessoas foram deslocadas de suas terras. Os indígenas Parakanã, Assurini e Gavião foram prejudicados com esse desastre. Ver Switkes (2008, p 21-22)

Cachoeirão	Juruena – MT	Amazônica	Viabilidade	2014
Belo Monte	Xingu – PA	Amazônica	Viabilidade	2015
Santo Antônio do Jarí (*)	Jarí - PA/AP	Amazônica	Viabilidade	2015
São Manoel (*)	Teles Pires – MT/PA	Amazônica	Viabilidade	2015
Colider (*)	Teles Pires- MT	Amazônica	Viabilidade	2015
Foz do Apiacás (*)	Apiacás – MT	Amazônica	Viabilidade	2015
São Luiz do Tapajós (*)	Tapajós – PA	Amazônica	Inventário	2013
Sinop (*)	Teles Pires – MT	Amazônica	Viabilidade	2015
Tabajara (*)	Ji-Paraná – RO	Amazônica	Viabilidade	2016
Teles Pires	Teles Pires – MT/PA	Amazônica	Viabilidade	2016

(\*) Projeto não incluído no PAC.

**Quadro 11:** Lista de UHE's a serem construídas na região Amazônia – Prioridades do PDE 2008-2017.

**Fonte:** PDE 2008, p. 95-100.

Os recentes “empreendimentos” que dão continuidade a expansão de novas “mega-hidrelétrica” estão concentrados no Pará com o “Complexo do Belo Monte” e no Estado de Rondônia com uma série de novos investimentos em energia tornando-se um dos maiores desafios para os grupos empresariais, que seria dominar a ferocidade das águas do Rio Madeira para propiciar, segundo os projetores das obras, a produção de energia necessária para a interligação esperada de acordo com o PDE.

Os rios de maior potencial, como o Rio Madeira, são vistos pelos governos e empresariado como uma saída para a “salvação econômica” do Estado de Rondônia e para o Brasil. Desde a concepção e apresentação dos investimentos que estão sendo feitos nessa região, iniciou-se uma verdadeira campanha política de adesão aos projetos energéticos, que se distribuem, numa infinidade de obras. O PDE tem atualmente o desafio de “superar as barreiras naturais desse rio” para a edificação da maior obra já realizada na Amazônia, o “elefante branco” do “Complexo Madeira”, como diria Cláudio Sales.

<b>Tipo</b>	<b>Subtipo</b>	<b>Empreendimento</b>	<b>Valores Previstos 2007-10 (Milhões)</b>	<b>Valores Pós - 2010 (Milhões)</b>	<b>Estágio</b>
Geração de Energia Elétrica	Evte – Eia – Rima – Aproveitamentos Hidrelétrico	Tabajara	1,4	-----	Ação Preparatória
Geração de	UHE	Santo Antônio –	5.700,0	3.800,0	Licitação da

Energia Elétrica		“Complexo Madeira”			Obra
Geração de Energia Elétrica	UHE	Rondon II	73,5	-----	Obra
Geração de Energia Elétrica	UHE	Jirau – “Complexo Madeira”	6.440,0	2.760,0	Licitação da Obra
Transmissão de Energia Elétrica	LT	Ji-Paraná – Vilhena	101,8	-----	Obra
TOTAL			12.316,7	6.560,0	-----

**Quadro 12:** Investimentos do PAC e previstos no PDE para o Estado de Rondônia para o setor energético – Empreendimentos Exclusivos

**Fonte:** Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: “Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazônia”. Março de 2009 PAC, 2008, p. 15 & PAC, 2008.

O rio Madeira é o maior afluente do rio Amazonas e em sua extensão essa região torna-se um amplo “território” para investimentos que beneficiarão o *agronegócio*, a exploração mineral, a biodiversidade, o setor madeireiro e uma infinidade de recursos que podem ser explorados.

Tipo	Subtipo	Empreendimento	UF	Valores Previstos 2007-2010 (Milhões)	Valores Pós 2010 (Milhões)
Geração de Energia Elétrica	Inventário	Bacia do rio Aripuanã	AM/MT/RO	10,2	-
Transmissão de Energia Elétrica	LT	Interligação N - CO - Jauru – Samuel	MT/RO	366,3	-
Transmissão de Energia Elétrica	LT	Interligação Madeira – PortoVelho – Araraquara	GO/MG/MT/RO/SP	3.600,0	3.600,0
Petróleo e Gás Natural	Gasodutos	Gasoduto Urucu - Porto Velho	AM/RO	Em estudo	-
TOTAL				3.976,5	3.600,0

**Quadro 13:** Investimentos do PAC no Estado de Rondônia para o setor energético – Empreendimentos Regionais.

**Fonte:** Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia. Edição Especial: “Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Pan-Amazônia”. Março de 2009 PAC, 2008, p. 15 & PAC, 2008.

Um dos projetos mais relevantes para o governo Lula e que estão dentro dos planos de infraestrutura do PDE e PAC estão situados no maior afluente do Rio Amazonas, o Rio Madeira. Neste rio estão sendo construídas 02 hidrelétricas, a UHE de Jirau e a UHE de Santo Antônio, que se localizam bem próximas à cidade de Porto Velho e que fazem parte do amplo projeto de integração Panamazônica de interligação das regiões, por hidrovias e pelas UHE’s, denominado de “Complexo Madeira”.

### 1.3 O “Complexo Madeira” e a implantação das UHE’s de Jirau e Santo Antônio

Ao ter acesso à leitura do plano elaborado pela equipe ministerial do governo federal, percebi que a intenção do PDE é promover a interligação energética entre os estados, seja pelas LT’s ou pela criação de novas formas de geração de energia<sup>48</sup> para atender não somente as demandas comerciais e domésticas, mas a demanda industrial, que requer o aumento da produção de energia, que deverá ser negociada e vendida para esse setor.

Observei também que toda projeção do PDE vai ao encontro das propostas vistas nos planos governamentais como PAC e PAS, que almejam consumir grande quantidade de energia para encaminhar os projetos que estão sendo implementados na linha de preparação para a criação de uma infraestrutura que fornecerá subsídios para tudo o que se possa produzir na Amazônia, com o aproveitamento de suas matérias-primas para atender o mercado internacional.

Segundo Switkes o “Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira” está dentro dessas pretensões governamentais, digamos que é um dos projetos mais importantes da IIRSA na América Latina e vem sendo o primeiro a concretizar esse ideal de integração. O “Complexo Madeira” foi apresentado pela primeira vez durante um seminário da IIRSA, que foi organizado pelo BNDES e CAF, na cidade do Rio de Janeiro no mês de agosto de 2003.

O projeto do “Complexo Madeira” foi elaborado por dois de seus atuais edificadores, a FURNAS Centrais Elétricas S.A<sup>49</sup> e a Construtora Norberto Odebrecht - CNO<sup>50</sup>, que após esse processo de criação, realizaram os Estudos de Impacto Ambiental – EIA e o submeteram a apreciação e aprovação da ANEEL. O projeto consiste um plano do governo brasileiro de construir quatro hidrelétricas na calha do Rio Madeira para futura geração de energia e a construção de uma linha hidroviária que ligará o rio Madeira aos rios de sua confluência (SWITKES, 2008, p. 10-25).

---

<sup>48</sup> Estou falando de SE’s, PCH’s, Usinas Termelétricas – UTE’s e outros.

<sup>49</sup> FURNAS é considerada uma “holding” da estatal brasileira ELETROBRÁS, foi fundada em 1957 quando da construção da sua primeira hidrelétrica, a UHE FURNAS em Minas Gerais. A empresa trabalha basicamente com geração de energia, tem atuação no sul e sudeste do Brasil. Ver Switkes (2008, p. 22).

<sup>50</sup> A Companhia Norberto Odebrecht surgiu em 1944, é considerada a maior construtora no continente, atuando nos ramos da construção e da engenharia petroquímica. A Odebrecht é famosa pelos serviços prestados em vários países, foi a responsável pela construção da UHE de Itaipu; da UHE Pichi Picún Leúfu na Argentina; pela UHE de San Francisco no Equador que em 2008 apresentou falhas na estrutura da obra, fato que desencadeou um problema diplomático entre a empresa brasileira e o presidente Rafael Correa; pela ampliação do aeroporto de Miami e do metrô de Caracas na Venezuela e também pela pavimentação da rodovia Interoceânica no Peru. Também é destacada pela construção da Linha Amarela do metrô de São Paulo, que virou polêmica com o acidente provocado por um desabamento que matou 07 pessoas em janeiro de 2007. Ver Switkes (2008, p. 21).

Duas dessas hidrelétricas fazem parte de um acordo binacional entre o Brasil e a Bolívia, de construir uma UHE com capacidade de 600 MW, no território boliviano em *Cachuela Esperanza* no rio Beni. A outra UHE com capacidade para 3.000 MW seria na fronteira dos dois países entre as cidades fronteiriças de Guayaramerin na Bolívia e Guajará Mirim no Brasil, nas corredeiras *Ribeirão*. Parcialmente essas duas obras estão em fase de estudos de viabilidade e tem seus valores totais ainda subestimados, a obra de Cachuela Esperanza está estimada em US\$ 1,2 bilhão e a obra de Guajará Mirim está US\$ 2 bilhões ( Switkes, 2008, p. 25).

No que tange as outras duas UHE's, a Jirau com capacidade de 3.300 MW e a Santo Antônio com capacidade para 3.150 MW, encontram-se encaminhadas para a construção. Essas duas UHE's, servirão como matriz básica de fornecimento de energia, com cerca de 2.450 km de linhas de transmissão – LT's que serão levados por essa via até o SIN em Araraquara – São Paulo. O valor estimado pela ANEEL das duas hidrelétricas é de R\$ 25, 76 bilhões e de R\$ 15,00 bilhões estimados para a ampliação das linhas de transmissão.

Obras	Valores a serem investidos <sup>51</sup>
Construção da UHE de Santo Antônio	R\$ 12,72 bilhões
Eclusa Santo Antônio	R\$ 730 milhões
Interligação de interesse restrito Santo Antônio	R\$ 350 milhões
Custo Total da UHE de Santo Antônio	R\$ 13,80 milhões
Construção da UHE de Jirau	R\$ 13,04 milhões
Eclusa Jirau	R\$ 650 milhões
Interligação de interesse restrito Jirau	R\$ 580 milhões
Custo Total da UHE de Jirau	R\$ 14,27 milhões
Linha de Transmissão	R\$ 15 bilhões
Valor total do “Complexo Madeira”	R\$ 43,07 bilhões

**Quadro 14:** Detalhamento dos valores totais das obras no Rio Madeira.

**Fonte:** Switkes & International Rivers, 2008, p. 24.

Além do pacote da construção das UHE's, foram projetados a instalação de eclusas, acima apontadas, que serviriam para facilitar a operação da linha hidroviária no rio Madeira. Nessa hidrovia, que possui 4.225 km de extensão, deverão transitar embarcações de grande porte, como as balsas, que facilitarão, o tráfego acima e abaixo, de Puerto Maldonado-Peru e Riberalta-Bolívia, em rios como Madre Dios e Beni, passando pelo estuário do Amazonas até chegar no Oceano Atlântico (SWITKES, 2008, p. 25).

<sup>51</sup> Os valores apontados são subestimados, portanto passíveis de futuras mudanças apontadas pelos consórcios.

Com isso, será possível o escoamento de produtos como a “soja, madeira e minerais”, e que seguirão rumo aos portos do Pacífico e do Atlântico direto para comercialização. O projeto também prevê a pavimentação de rodovias como a BR-163 (Cuiabá-Santarém), a rodovia Interoceânica na fronteira Brasil-Peru e do Corredor Norte na Bolívia, vias que auxiliarão na logística do transporte da produção de grãos e de outros produtos, a chegarem mais rápido aos seus destinos<sup>52</sup>. (Núcleo Amigos da Terra, 2007, p. 03).

Características Gerais	UHE Santo Antônio	UHE Jirau
Altura (metros)	60 m	35,5
Tipos de turbinas	Bulbo	Bulbo
Número de turbinas	44	44
Potência	3.168 MW	3.326,4 MW
Energia Firme (MW médios)	4.051 MWh	
Tempo de construção	07 anos	07 anos
Início de funcionamento das primeiras turbinas	44 meses	44 meses
Previsão do custo de geração de energia	R\$ 51, 00 por MWh	R\$ 51, 00 por MW
Área inundada	271,36 km <sup>2</sup>	258 km <sup>2</sup>
Custo total somente da hidrelétrica	R\$ 25,76 bilhões	
Total da capacidade de geração: 6.494 MWh		
Total de área alagada: 529, 36 km <sup>2</sup> (53 mil hectares de lago)		

**Quadro 15:** Características das UHE's de Jirau e Santo Antônio.

**Fonte:** MAB, 2007, p. 07.

Em 2005 foi entregue ao IBAMA o EIA-RIMA do “Complexo Madeira”, situação na qual foram encaminhadas reformulações e solicitações de estudos mais aprofundados sobre uma série de pontos. Em setembro de 2006, mesmo sob forte pressão das defensorias públicas, que cobravam clareza e novos ajustes e estudos quanto aos “impactos socioambientais” que iriam ser causados pelas obras e que foram vistos nos relatórios, o IBAMA autorizou que fossem feitas as audiências públicas em PortoVelho, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã.

Durante esse período os movimentos sociais de Rondônia como o MAB, os pescadores, os ribeirinhos, os indígenas e representantes dos movimentos sociais da Bolívia passaram a intensificar as manifestações anti-barragens, contra o processo de implementação

<sup>52</sup> Os investimentos feitos com a hidrovía e as rodovias beneficiariam o setor graneleiro, principalmente a soja. A previsão para este setor é que os campos de plantação passem a se expandir para novas áreas ainda inexploradas e ter um crescimento em toda área do Madeira alcançando a parte boliviana. Segundo Switkes (2008, p. 29) a expansão proporcionaria uma diminuição dos gastos com transporte de cerca de US\$ 30 por tonelada, fortalecendo o agronegócio na região.

dessas obras. O caso boliviano foi amplamente debatido, pois o relatório de estudos do “Complexo Madeira”, não considerou áreas do território boliviano que provavelmente serão afetadas e alagadas. Assim como a jusante das obras, no Baixo Madeira, não houve referência às áreas que sofrerão com os efeitos futuros das barragens.

Antes que a licença prévia fosse liberada, muitos processos contestatórios vieram a público, e a própria equipe do IBAMA, formada por oito profissionais, apresentou seu parecer técnico alegando insuficiência nos estudos e que provavelmente os efeitos reais estariam muito além do que os previstos<sup>53</sup>. O governo federal reagiu imediatamente contra os laudos dos técnicos, criando situações depreciativas quanto ao parecer. Naquele período o IBAMA passou a receber sérias pressões, por parte do governo para que a obra fosse autorizada a iniciar. Durante essa etapa o presidente Lula chegou a declarar a imprensa que estava inconformado com a demora da liberação, chegando a comentar nos jornais que “jogaram o bage no colo do presidente”<sup>54</sup>. (Boletim Diário do Portal EcoDebate, dezembro de 2008).

Contudo, o processo de licenciamento ambiental prévio - LP dessas hidrelétricas acabou sendo emitido em 09 de julho de 2007 e logo depois foi realizado o leilão para definir quais empresas se encarregariam das obras. Para a UHE de Santo Antônio, em decisão que ocorreu em dezembro de 2007 a responsável pela obra é o consórcio Madeira Sustentável - MESA<sup>55</sup> e em maio de 2008 para a UHE de Jirau o encarregado é o Consórcio Energia Sustentável do Brasil – CESB/ENERSUS<sup>56</sup>.

Por fim, as obras da UHE de Santo Antônio foram iniciadas no fim do semestre de 2008, com a instalação do canteiro de obras na Cachoeira de Santo Antônio. Muitos pontos com relação ao EIA-RIMA ficaram obscuros e sem resposta, mesmo com as incorporações solicitadas pelos ministérios públicos e pela sociedade em geral aos empreendedores, para que diminuíssem o grau dos prejuízos que se terá com as UHE's.

Como os fatores que preocupam os movimentos sociais são inúmeros e alguns deles são relevantes para a abordagem definida neste estudo, se faz necessário que sejam

---

<sup>53</sup> Ver Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Brasília, 21 de março de 2007.

<sup>54</sup> Lula usou a metáfora do bage por causa das manifestações que ocorriam naquele momento. Os movimentos sociais e pesquisadores alertavam para a mortandade de peixes durante a construção.

<sup>55</sup> O Consórcio MESA é formado por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda; Construtora Norberto Odebrecht S/A; Andrade Gutierrez Participações S/A; CEMIG Geração e Transmissão S/A; FURNAS Centrais Elétricas S/A; Fundo de Investimentos e Participações – FIP; Amazônia Energia formado pelos bancos Banif e Santander. Fonte: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

<sup>56</sup> O consórcio ENERSUS é composto pelas empresas Suez Energy South América participações Ltda.; Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S/A; Eletrosul – Centrais elétricas S/A; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. Fonte: Ministério Público do Estado de Rondônia e Procuradoria da República em Rondônia, 2008.

apresentados quais seriam os mais notórios para os agentes da pesquisa e que estariam envolvidos diretamente com os processos de mobilização que ocorrem no presente. Então vejamos:

Situação
“Os dados do Estudo de Impacto Ambiental da obra indicam que 719 famílias serão atingidas devido à construção das barragens, sendo que 564 delas serão efetivamente deslocadas para o enchimento do reservatório. Nossos levantamentos indicam um número de atingidos é bem maior, de cinco mil pessoas”. (MAB, 2007)
“Há três comunidades indígenas isoladas que não foram incluídas nos estudos de impacto.” (MAB, 2007)
“Perda de espécies de peixes que servem para a atividade da pesca”
“Facilitação de desmatamento e/ou coleta predatória”.
“Aumento de incidência de Malária”
“Conflito social sobre a atividade pesqueira local”
“Aumento da incidência de outras doenças”
“Perdas de áreas para agricultura”
“Elevação do preço das terras e benfeitorias devido à aquisição de terras”
“Comprometimento do transporte para as famílias ribeirinhas”
“Comprometimento das comunidades ribeirinhas”
“Perdas de áreas aptas à agricultura”
“Perdas das cachoeiras”
“Interferências em unidades de conservação”
“Interrupção de rotas migratórias de peixes em consequência dos barramentos”
“Modificação da pesca nos reservatórios devido a alteração nos recursos pesqueiros disponíveis”
“Concentração de cardumes a jusante dos barramentos”
“Queda no emprego e renda dos garimpeiros”
“Alteração na renda dos pescadores”
“Possibilidades de comprometimento das atividades da população ribeirinha a jusante”
“Rompimento das Barragens”
“Seca nas regiões a jusante das barragens”

**Quadro 16:** Lista de fatores vistos como “impactos negativos” causados pelas UHE.

**Fonte:** Parecer Técnico Nº 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA e MAB, 2007.

#### 1.4 Os Planos da IIRSA na América do Sul

Antes de aprofundar o conhecimento a respeito do estudo de caso sobre a questão da pesca no Rio Madeira, é necessário que se explicita o atual quadro em que se encontram e são direcionadas as “políticas públicas” para a Amazônia, principalmente para a região que corresponde ao *locus* da pesquisa. Esse esclarecimento compreende as transformações socioeconômicas que estão ocorrendo na região do Rio Madeira. Estão relacionadas com os projetos de infraestrutura que são determinadas pelos governos, a partir de um grande plano de “integração”, a IIRSA.

A IIRSA nasce à cerca de oito anos em Brasília, durante o Encontro da Cúpula dos Presidentes da América do Sul, ainda no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ela surge da pretensão desses governos em construir uma base de infra-estrutura

expansionista para promover a interligação de varias regiões dentro do eixo nacional e internacional de seus países, através de projetos estruturais que ampliarão os setores de transporte, energia e comunicações<sup>57</sup>. No Brasil durante o governo Lula da Silva, a partir de 2003, a IIRSA tomou forças e passou a implementar obras de grande porte<sup>58</sup>, todas apoiadas pelo empresariado e pelos governos locais.

Esse plano de integração está relacionado com as políticas governamentais que são determinadas para a região. Isso remonta a um conjunto de mudanças na distribuição territorial da Pan-Amazônia. Os governos tem feito esforços para por em prática, todos os projetos, ligados a IIRSA e previstos em sua agenda de execução.

Esse fato tem acarretado uma política de limitação sobre a ocupação de territórios e tem afetado de forma intervencionista o modo de vida de “povos e comunidades tradicionais”, através de ações governamentais, que se impõem e redirecionam as formas de uso dos recursos naturais disponíveis. Esse fator reflete, diretamente sobre as organizações sociais existentes, por isso é relevante que se apresente tal conjuntura para relacionarmos de que forma estão interligadas as políticas locais.

Segundo a forma como é justificada, a IIRSA foi pensada para promover a ascensão econômica dos países sul-americanos, na tentativa de mudar a posição destes frente à geopolítica internacional, com a justificativa de minimizar as desigualdades existentes na América Latina. De forma geral os projetos da IIRSA visam integrar, no período de dez anos, toda infraestrutura do continente sul-americano com fins de facilitar a livre circulação do capital e assim abrir caminho para futuros tratados comerciais (FURTADO, 2008, p. 180-181).

---

<sup>57</sup> Ver página da IIRSA, são cerca de 514 projetos nos setores citados. [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org).

<sup>58</sup> Hidrelétricas, gasodutos, rodoviárias, mineral, hidroviária e portuária, são alguns dos exemplos de investimentos do governo federal.



Figura 04: Mapa - América do Sul - Eixos de Integração sulamericana.  
Fonte: IIRSA, 2008.

A IIRSA possui uma Agenda de Implementação Consensuada - AIC e é apoiada e financiada com recursos dos 12 países que a criaram e com os recursos aplicados por Agências multilaterais como:

Denominações: Instituições Financeiras Multilaterais – IFMs	Siglas
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	<b>BIRD</b>
Banco Interamericano de Desenvolvimento	<b>BID</b>
Fundo Monetário Internacional	<b>FMI</b>
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<b>BNDES</b>
Corporação Andina de Fomento	<b>CAF</b>
Instituições Financeiras Regionais	<b>IFRs</b>
Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata	<b>FONPLATA</b>
Banco Mundial	<b>BM</b>

**Quadro 17:** Lista de instituições financiadoras.

**Fonte:** [www.natbrasil.org.br](http://www.natbrasil.org.br) [www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br).

Essas fontes financiadoras representam o interesse do capital privado em investimentos na América Latina. Segundo Furtado, agências multilaterais como a CAF e o BM tem aplicado milhões em dinheiro para a execução de mega projetos como os que estão sendo feitos no Brasil. No entanto, ambas atendem as demandas do comércio internacional e desconsideram as orientações dos grupos sociais dos países sulamericanos. Desta forma passam a desestabilizar formas de organização social, sobrepondo-se a territórios pertencentes a “povos e comunidades tradicionais”, ao fim são responsáveis por causar danos ambientais que afetam esses grupos (FURTADO, 2008, p. 176).

Um dos fatores que tenho acompanhado e que tem sido polêmico entre os segmentos sociais é a falta de transparência como esses projetos se apresentam. São obras que surgem em meio às necessidades do empresariado industrial e ficam distantes das discussões ampliadas com a sociedade em geral e que não implicam num fortalecimento da economia regional. Sua preocupação não é medida a partir de um compromisso ambiental e social, tão pouco visam cumprir a promessa de trazer melhoria para a maioria da população e menos ainda minimizar as distâncias entre os países vizinhos, a não ser pelo interesse comercial que está em jogo.

Muitos críticos têm feito observações relevantes e divulgado em notas e estudos, suas reflexões e análises a cerca das transformações sociais que estão sendo promovidas pelas agências multilaterais aliadas aos governos locais. Fato que tem chamado atenção para o esforço que as agências brasileiras tem feito para tomar o espaço nas negociações em torno desse plano de integração<sup>59</sup>.

Nesse sentido, além do CAF e BM, Furtado aponta que no Brasil, o BNDES também vem se destacando como um dos grandes investidores, seu crescimento se deve ao apoio que recebeu durante o governo Lula, fato que o fez tornar-se um dos principais responsáveis por empréstimos milionários aos países sulamericanos, como no empréstimo concedido ao Equador para a construção da UHE de San Francisco. O BNDES se transformou num instrumento político do estado brasileiro é uma agência da política externa, responsável por negociar investimentos e por galgar o caminho do Brasil rumo a liderança política na América do Sul (FURTADO, 2008, p. 182-183).

Verdum critica a posição do Brasil com relação à expansão empresarial brasileira diante dos países andinos, que se configura num novo domínio neoliberal de um país do continente sob outros, antes privilégio de países estrangeiros sob os países da América do

---

<sup>59</sup> Ver Furtado (2008), Verdum (2008), Castro (2009) e Almeida (2009), ambos fazem críticas ao modelo neoliberal de desenvolvimento.

Sul. Assim, o Brasil está na liderança política das negociações financeiras, pois seus bancos, a exemplo do BNDES, concedem empréstimos e as suas empresas como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Gerdau, a Votorantim, a Odebrecht e a Camargo Correa estão presentes na maioria dos países andinos, executando e dominando o mercado das construtoras de obras de infraestrutura, previstas pela carteira de projetos da IIRSA. “A crescente presença do capital brasileiro na região andina vem colocando por terra as expectativas de que, com o governo Lula, os processos de integração superariam os conteúdos essencialmente neoliberais” (VERDUM, 2008, p. 07).

Além do destaque para esses financiadores existe uma distribuição interna desses investimentos que são baseados nos valores em dinheiro disponíveis, que são organizados no que a IIRSA denomina de “carteira de projetos”. Essa carteira possui as prioridades e está dividida em eixos de ações. Cada eixo possui grupos técnicos que planejam e executam suas atividades, abaixo apresentamos esses eixos e a previsão dos valores gastos em cada um.

EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – EID	Nº GRUPOS <sup>60</sup>	Nº PROJETOS	% PROJETOS	INVESTIMENTOS ESTIMADOS EM USD	% INVERSÃO
ANDINO	10	65	12,6%	6.926,4	10,0%
DE CAPRICÓRNIO	5	69	13,4%	7.759,9	11,2%
HIDROVIA PARAGUAY-PARANÁ	5	98	19,1%	3.972,9	5,7%
DO AMAZONAS	7	57	11,1%	4.760,0	6,9%
ESCUDO GUAYANÊS	4	25	4,9%	1.019,3	1,5%
DO SUL	2	26	5,1%	2.497,0	3,6%
INTEROCEANICO CENTRAL	5	49	9,5%	4.213,8	6,1%
MERCOSUL-CHILE	6	102	19,8%	25.022,6	36,1%
PERU-BRASIL-BOLÍVIA	3	23	4,5%	13.102,2	18,9%
PSI	0	2	0,4%	2,90	0,0%
TOTAL	47	514	100,0%	69.247,0	100,0%

**Quadro 18:** Carteira IIRSA 2008.

**Fonte:** IIRSA, Dezembro de 2008.

Segundo Castro, a Pan-Amazônia<sup>61</sup> é um dos principais eixos de investimento da IIRSA, sua ocupação é estratégica, por ser uma região rica em recursos naturais ainda não explorados, por possuir uma das maiores florestas tropicais do mundo e por deter um grande potencial hídrico e mineral. Um de seus maiores objetivos é realizar o “reordenamento do território”, ou seja, traçar a abertura dos caminhos do Atlântico ao Pacífico para que ocorra um aglutinamento da região ao mercado internacional. A reestruturação da Bacia Amazônica irá facilitar o escoamento dos insumos produzidos na região para abastecer mercados internacionais como o da China, Japão, Europa e Estados Unidos. No entanto, para que haja

<sup>60</sup> São grupos técnicos executivos de planejamento, elaboradores das ações.

<sup>61</sup> Nos referimos a Pan-Amazônia porque seus principais investimentos visam atingir a parte Amazônica de cada país limítrofe com o Brasil.

a execução das metas da IIRSA, os projetos visam abranger os territórios amazônicos do Brasil, da Colômbia, Venezuela, Peru, das Guianas e a Bolívia (CASTRO, 2009, p. 110-117).

Castro aponta que os interesses partem também do avanço sobre as fronteiras e para além delas, com a inserção dos projetos de integração e dos “atores capitalizados”, que estão envolvidos com as economias da “pecuária, mineração e da soja”. Esses interesses que estão chegando nos limites entre os estados amazônicos, atualmente são as peças-chave dos ditames para uma política governamental que beneficia e facilita os seus interesses, o Estado passa a ser o seu mecanismo de inserção nos territórios pretendidos para os novos negócios (CASTRO, 2009, p. 114).

A Amazônia também se destaca pela sua capacidade de concentrar a maior parte da água de todo mundo, cerca de dois terços (70%)<sup>62</sup>. E essa riqueza tem despertado o interesse em investimentos em infraestrutura hidrelétrica e hidroviária, com destaque para construção de UHEs como as dos rios: Xingu, Tocantins, Tapajós, Araguaia, Trombetas e Madeira. As obras feitas nesses rios são algumas prioridades vistas nos eixos de interligação entre as fronteiras brevemente mencionadas.

Além dos eixos acima apresentados, vejamos a atual situação dos projetos e os gastos que foram investidos e também como são divididas partes desses valores, segundo a IIRSA.

<b>Os chamados “avanços concretos” dos projetos da IIRSA ▼</b>
10% do previsto, equivalente a 51 projetos concluídos – inversão estimada em US\$ 7.506 milhões.
38% do previsto, equivalente a 196 projetos em andamento – inversão correspondente a US\$ 30.728 milhões.
20% do previsto, equivalente a 103 projetos em elaboração – inversão estimada em US\$ 17.383 milhões.
<b>A carteira de projetos da IIRSA conta com os seguintes financiamentos ▼</b>
Financiamento a partir de recursos do <b>Tesouro Público</b> ► 190 projetos = US\$ 17.641
Financiamento a partir de recursos <b>Público-privado</b> ► 29 projetos = US\$ 13.408
Financiamento a partir de recursos <b>Privados</b> ► 28 projetos = US\$ 7.185

**Quadro 19:** Projetos concluídos e tipos de financiamentos.

**Fonte:** IIRSA, Dezembro de 2008.

Toda implementação idealizada pela IIRSA e os governos dos países sulamericanos é baseada em condicionantes que justificam tais investimentos. Alguns deles são ressaltados em suas apresentações como formas de dar uma nova dimensão as economias emergentes dos 12 países envolvidos. A IIRSA preconiza que este é o momento de recuperar a economia

<sup>62</sup> Ver Castro (2009, p. 132).

do continente, diminuir a pobreza, a exclusão social, o desemprego e criar uma abertura comercial entre os mercados vizinhos.

Para tanto, a IIRSA julga que é necessário que se aproveite a potencialidade de cada país através de seus recursos naturais; que se crie uma reserva financeira interna para não depender de reservas externas; que se promova a competitividade comercial em torno da circulação comercial de produtos; que se consolide maior poder de negociação com outros países; que haja o apoio ao comércio intraregional através das novas rotas a serem construídas com as rodovias, hidrovias e ferrovias; ampliar corredores de circulação tendo como base os portos que serão ligados a outras rotas e estimular a competitividade e reduzir os custos que as empresas envolvidas terão. Como pude observar toda a prioridade deste grande plano de integração está em promover a reprodução do capital empresarial e isso omite a relevância dos grupos sociais que serão atingidos por essas iniciativas.

Nº	EIXOS	PAÍSES/REGIÕES – Áreas de interligações
01	Interoceânico Central	Brasil-Bolívia-Paragua-Peru-Chile
02	Mercosul-Chile	São Paulo-Montevidéu-Buenos Aires-Santiago
03	Peru-Brasil-Bolívia	Acre-Rondônia
04	Andino	Caracas-Bogotá-Quito-Lima-La Paz
05	Do Sul	Talcahuano-Concêpcion/Chile-Neuquen-Bahia Blanca/Argentina
06	Andino do Sul	Norte e Sul da Argentina
07	Multimodal do Amazonas	Brasil-Colômbia-Ecuador-Peru
08	Hidrovia Paraná-Paraguai	Brasil-Paraguai
09	Escudo Guyanés	Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname
10	De Capricórnio	Antofogasta/Chile-Jujuy/Argentina-Assunção/Paraguai-Porto Alegre/BR

**Quadro 20:** Interligações dos Eixos.

**Fonte:** IIRSA, 2008 e Silva, 2004.

Esse tipo de iniciativa tomada pelos responsáveis das obras e apoiada pelos governos, que acabam compactuando com a falta de democratização de informações ao público, vem sendo contestados em manifestações e mesmo nas instâncias jurídicas como nos ministérios públicos federal e estadual. Essas defensorias tem acionado os mecanismos legais em favor dos direitos que devem ser garantidos as minorias que são atingidas por grandes projetos, todavia essas tentativas se tornam verdadeiras batalhas desgastantes .

Nesta apresentação, não me ocuparei em falar de todos os eixos de integração e dos detalhes de cada um, mas darei ênfase ao que concerne à Amazônia, para que se possa

aprofundar a discussão sobre as mudanças previstas e as políticas que são definidas para esta região.

## CAPÍTULO II

### 2 UM CAMPO DE CONFRONTOS E TENSÕES: OS AGENTES DA PESQUISA EM HUMAITÁ - AM

#### 2.1 As “políticas governamentais e os investimentos empresariais” que promovem as “transformações sociais” no município de Humaitá e seus efeitos locais

O município de Humaitá no Amazonas encontra-se no limite das “profundas transformações sociais” que estão ocorrendo na calha do Rio Madeira, provocadas pelas inúmeras iniciativas, sobretudo governamentais, que contribuíram para o aceleração do processo de expansão de várias frentes empresariais, como a do agronegócio, da pecuária, a madeireira<sup>63</sup> e da mineração<sup>64</sup>, sobre grandes extensões de terras localizadas em áreas pertencentes a este município e aos demais municípios próximos ao Rio Madeira.

Dentre os municípios do Rio Madeira, Humaitá, se destaca pelo crescente avanço de três dessas frentes, a da soja, da pecuária e a madeireira, que estão em ascensão e que no futuro com os investimentos em infraestrutura, como a pavimentação de rodovias, como a BR-319<sup>65</sup> e a implantação da hidrovia do “Complexo Madeira”, que estão sendo viabilizadas pelos governos, terão sua produção pronta para ser comercializada em mercados do sul do país e também atendendo ao mercado consumidor externo.

No que se refere ao setor agrícola, Soares argumenta que culturas como a soja passaram a receber incentivos governamentais desde a década de 80, ainda com o governo de Gilberto Mestrinho, quando foram atraídas varias famílias de agricultores ucranianos,

---

<sup>63</sup> Este setor é denotado em Soares (2008, et alli), como historicamente explorado por grandes empresas internacionais em busca de madeiras nobres para atender ao mercado que consome a matéria-prima. Os pesquisadores destacam que a empresa Gethal, atuou em toda calha do Rio Madeira, na parte do Amazonas até a sua foz no município de Itacoatiara.

<sup>64</sup> Sobre esse aspecto, é apontado em Soares (2008, et alli, p. 143) que em outros municípios da Calha do Rio Madeira, a concessão de exploração de recursos minerais, conhecida como “áreas com concessão de lavras”, estão autorizadas a serem pesquisadas e exploradas por empresas privadas e estatais, alguns municípios com situação definida são: Nova Olinda do Norte – 05 áreas; Borba – 01 área; Autazes – 03. Estão aguardando a concessão de lavras: Nova Olinda do Norte – 03 áreas; Itacoatiara – 01 área. Municípios que detém os alvarás de pesquisa são: Itacoatiara – 16; Silves – 01; Autazes e Itacoatiara – 04; Itapiranga e Silves – 03; Autazes e Silves – 01; Itacoatiara e São Sebastião do Uatumã – 01; Itacoatiara e Silves – 06. Somando um total de 44 investimentos previstos na calha do Rio Madeira.

<sup>65</sup> Segundo Soares (2008, et alli), ao longo da BR-319, foram criados vários projetos de assentamento - PA, coordenados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, como o Projeto Integrado de Colonização – PIC, que visam alcançar e ocupar as milhares de extensões de terras disponíveis ao longo da BR-319, com vistas a beneficiar o mercado de commodities. Nessas áreas, os incentivos vão para o setor do agronegócio apoiados pelos governos e empresariado. Os autores destacam os PICs Juma e Matupi, ambos no município de Humaitá.

vindos do sul do país, do Paraná, para introduzir e fortalecer a cultura de grãos naquela região. Os “russos” como eram conhecidos, receberam incentivos financeiros e passaram a produzir em grande escala para atender ao mercado, que necessitava da produção e cada vez mais da expansão do cultivo dos grãos. Com isso extensões de floresta começaram a ser devastadas para dar lugar às plantações de cultivo de soja (SOARES, 2008, et alli, p. 140).

Soares, também relata que depois do governo de Gilberto Mestrinho, com a entrada de Amazonino Mendes<sup>66</sup>, foram feitas mais uma etapa de incentivos a agricultura de grande escala. Nesta longa temporada, o governador propôs mais um plano para beneficiar o crescimento da produção agrícola, aumentando os lucros para o setor empresarial do agronegócio, que seria conhecido como “3º Ciclo de Desenvolvimento”<sup>67</sup>.

Com o pós-governo Amazonino Mendes, o Estado do Amazonas teve uma nova etapa de incentivos ao agronegócio. A partir do governo de Eduardo Braga, em 2004, nasce o projeto “Zona Franca Verde” que perdura até a atualidade, investindo em setores produtivos como o agrícola, a pecuária, o madeireiro e de variados recursos da floresta<sup>68</sup>. Neste governo, os maiores incentivos, estão direcionados ao agronegócio que vem ganhando com esses privilégios e aumentando suas áreas de expansão, avançando cada vez mais sobre o sul do Amazonas com forte consolidação em municípios como: Humaitá, Apuí, Manicoré, Lábrea e Boca do Acre.

O atual governo de Eduardo Braga tem o apoio do governo federal a partir de planos nacionais criados especificamente para priorizar as ações que estejam voltadas para a promoção do “desenvolvimento da Amazônia”. Um dos planos mais relevantes nesse sentido é o PAS, como já foi mencionado, que também preconiza incentivos aos mesmos setores e que diferente de planos direcionados para a criação de uma infraestrutura básica de transporte, energia e comunicações, como o PAC e o PDE, tem como ponto diferencial, os investimentos nos setores de produção regionais de cada Estado e para as questões que remetem as propagadas formas de “sustentabilidade”.

O PAS converge seus objetivos com ambas as políticas de governo, alinhando suas metas com as do Plano Plurianual do Estado do Amazonas – PPA (2008-2011) e as do capital privado, destacando a ascensão de setores econômicos locais. Um dos anseios do

---

<sup>66</sup> O governo Amazonino Mendes oscilou ao longo das décadas de 80, 90 até 2003.

<sup>67</sup> Trata-se de uma reedição da idéia de ciclo, criticada por Oliveira Filho, quando tratava da questão da borracha na Amazônia. Seria em alusão aos ciclos da “extração da borracha e da implantação da Zona Franca de Manaus, este seria uma nova promessa naquele momento político (SOARES, 2008, et alli, p. 140).

<sup>68</sup> Ver portal do Governo do Estado – Programa Zona Franca Verde.

PAS é utilizar a infraestrutura de integração da Amazônia a outras regiões, para exportar os produtos locais que estão incentivados a ser comercializados.

Contudo, o município de Humaitá se apresenta como a “porta de entrada” de investimentos neste sentido, que beneficiam os setores empresariais como o da soja<sup>69</sup> e da pecuária. Estes empreendimentos têm recebido incentivos governamentais que propiciam seu crescimento em áreas como as do município de Humaitá, fato que tem provocado transformações em seu aspecto natural em prol desses investimentos.

O estímulo à pecuária e suas industrias correlatas, como a de couro, os frigoríficos e a de laticínios, são também parte fundamental da estratégia em uma área onde a pecuária representa atividade marcante. A incorporação da atividade pecuária ao conjunto de iniciativas que colaboram para o alcance de um uso mais intenso dos recursos naturais permite antever possibilidades de consorciamento da pecuária com o complexo produtivo da soja. (PAS, 2007, p. 73)

Diante de um quadro em expansão como esses, tem-se o que Almeida denomina de “agroestratégias”, que correspondem às ações lançadas pelos setores empresariais, para fortalecer o agronegócio. As “agroestratégias” nada mais são do que um conjunto de mecanismos que visam facilitar, através de “articulações políticas e da remoção dos obstáculos jurídico-formais”, os caminhos para ampliação dos negócios que primam pelo crescimento do cultivo de grãos e pela aquisição de milhões de hectares de terras para atender aos interesses industriais “agrícolas, pecuários e metálicos” e que de alguma forma, poderão elevar os valores das *commodities*<sup>70</sup> no mercado internacional (ALMEIDA, 2009 p. 58 - 63).

Para tanto, o empresariado envolvido nestas ações é o mesmo que estão aliados as políticas de governo, nesse caso passam a inferir diretamente sobre a elaboração de planos, programas, projetos e na política traçada para definir a ordenação territorial na Amazônia. Dando tamanha visibilidade à necessidade de se constituir uma “mega infraestrutura” idealizada a partir das políticas governamentais, que vimos anteriormente e que, neste caso, privilegiarão o setor agrícola e servirão para o escoamento da produção fora de suas bases

---

<sup>69</sup> A soja está presente em boa parte da região do Rio Madeira, a pretensão é aumentar a sua produção no estado do Amazonas. Os incentivos dos governos federal e estadual tem criado uma estrutura de expansão que vem beneficiando grupos empresariais como o Grupo Maggi. A empresa terá maiores lucros com a viabilidade que será proporcionada a partir da hidrovia Madeira-Amazonas e com a funcionalidade do terminal hidroviário de Itacoatiara, previstos no PAC, com isso, serão acrescidas as facilidades para transportar a produção de soja até os mercados consumidores no país e no exterior.

<sup>70</sup> De acordo com Almeida (2008), *commodities* é um termo geralmente usado para designar uma grande produção geralmente da mesma origem. Essa produção (homogênea) irá atender mercados maiores em grande escala e seu transporte sempre é feito em volumes gigantescos. Exemplos: soja, cana-de-açúcar, milho, minerais e outros.

produtivas. Portanto, o que se configura no momento e de acordo com Castro, é uma política governamental que prioriza o crescimento de uma economia de *commodities* (CASTRO, 2009, p. 121).

O risco que esse crescimento representa é que, haverá uma sobreposição desse tipo de economia com relação à pequena produção oriunda do trabalho das unidades familiares que produzem em baixa escala, apenas para prover a manutenção de seus membros e para atender ao mercado regional. Provavelmente com o avanço da agricultura de grande escala sobre as terras “tradicionalmente ocupadas” onde são praticadas as atividades agrícolas de pequenas unidades familiares e/ou de “povos e comunidades tradicionais”, haverá o deslocamento forçado e a marginalização desses grupos sociais em prol de um empresariado que a cada governo adentra mais ainda os “territórios” na Amazônia<sup>71</sup>.

Essa economia de *commodities* pressupõe cada vez mais a aquisição de grandes extensões de terras e isso perpassa pelos interesses desses “povos e comunidades tradicionais” que vivem nas áreas pretendidas pelo empresariado. Esse empresariado, através das “agroestratégias”, tem se mobilizado e utilizado as ferramentas do Estado para retirar todo tipo de ameaça, que seriam os grupos sociais através dos movimentos sociais, de seus objetivos principais.

Para tanto, segundo Almeida, as “agroestratégias” tem direcionado o campo decisório legal dos aparatos oficiais (tribunais, assembléias, câmaras, senados, congresso, ministérios) no sentido de ser favorável às suas solicitações de concessões de uso de recursos naturais e na aquisição de terras para o cultivo de grãos e exploração mineral. Contra elas tem-se as reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais aos tribunais de justiça e às representações políticas do governo (ALMEIDA, 2009, p. 78).

Dessa forma, dada a força que as “agroestratégias” têm dentro do cenário político, na qual apóiam e barganham sempre resoluções positivas para suas problemáticas, acabam balizando os rumos das decisões oficiais, tendo participação efetiva na formulação de “Medidas Provisórias, Portarias, Licenças Prévia e Definitivas, Anteprojetos de Lei – APL, Propostas de Emendas Constitucionais – PEC e outros meios legais que possam influenciar a seu favor”. Com essas estratégias, o interesse privado vai adquirindo forças para projetar

---

<sup>71</sup> De acordo com Almeida (2009), o avanço sobre as terras na Amazônia denota a emergência da demanda mundial pela produção de culturas que terão que atender a indústria alimentícia e a produção de biocombustíveis. A expansão desta última tem promovido uma polêmica entre as indústrias de cada produção, pois a de biocombustíveis requer a diminuição de áreas que são reservadas aos cultivos alimentares. Isso denota o aumento da disputa por terras que se agrava sobre áreas que estão “disponíveis”. A diminuição das áreas de cultivos alimentares tem sido alertada por organizações internacionais, como ponto chave para uma crise mundial, logo os alimentos tem seus preços elevados em todo mundo.

uma corrida ferrenha pelos recursos básicos, agitando o “mercado de terras”. Tem-se uma competitividade acirrada entre segmentos que pretendem se estabelecer em terras ainda inexploradas.

O “mercado de terras” vem sendo cada vez mais movimentado por especuladores, atraídos pelos incentivos governamentais que vigoram em prol do “desenvolvimento dos setores agrícolas” na Amazônia. O desmatamento tem sido provocado principalmente pelo crescimento dos setores agropecuários e madeireiros, que capitalizam seus ganhos a partir da exploração das florestas<sup>72</sup>. A abrangência desses negócios se torna cada vez maior pela ocupação de terras públicas que são promovidas pelo empresariado, de forma ilegal. A desocupação das terras férteis onde vivem os grupos sociais representa um negócio de alto valor, pois passam a abrir precedentes de disputas pelos que almejam implementar algum tipo de negócio nessas áreas, isso faz com que haja a abertura de uma concorrência para adquirirem essas terras.

Almeida designa como “desterritorialização” os processos que favorecem o agronegócio, considerando os mecanismos utilizados para conceder aos setores empresariais facilidades na aquisição de terras e onde os meios “jurídico-formais, políticos, étnicos e culturais” não sejam mais os empecilhos que possam obstaculizar a sua expansão (ALMEIDA, 2009, p. 76).

Em Humaitá, os loteamentos de áreas nos arredores da BR-319, evidenciam que também passaram a ser valorizadas, principalmente se nessas áreas forem realizadas investimentos em agricultura e pecuária. Tais iniciativas receberão assistência técnica e incentivos fiscais do governo, para que possam se estender. Fatores como esses, tem despertado o interesse de grileiros, que passaram a se instalar nessas áreas, visando aproveitar os benefícios governamentais. Em decorrência as situações de conflitos, principalmente com os grupos sociais dessa região, poderão se agravar na medida em que estas pessoas passarem a ocupar essas referidas áreas. (SOARES, 2008, et alli, p. 145).

A reativação da BR-319 é destacada também pelo crescente aumento da criação de assentamentos, 41 PA's previstos e alguns já existentes ao longo dos municípios que se encontram as margens do Rio Madeira, e de áreas de proteção federais e estaduais como as “Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral como Estações Ecológicas e Parques Estaduais e RDS's”.

---

<sup>72</sup> Nos planos regionais há linhas de ação que estimulam o avanço sobre a exploração madeireira, justificadas numa das formas de geração de renda “sustentável”. Ver Programa Zona Franca Verde e PAS.

De acordo com Almeida, estas áreas também são vistas como obstáculos aos interesses do agronegócio que tentam, através de ações movidas junto ao legislativo e no judiciário, barrar os processos que transformam essas terras em áreas protegidas. As tentativas em adquirir o maior número possível de terras acaba sendo positivo para o setor de venda de imóveis rurais, pois os lucros que se obtém com o repasse de hectares, seja para diversas atividades, faz aumentar os ganhos das empresas responsáveis por essa prática e interessa aos setores do agronegócio e o madeireiro, porque passam a explorar essas áreas da forma como planejam (ALMEIDA, 2009, p. 76).

Abaixo apresentamos a lista de UC's, que existem no município de Humaitá e nos demais municípios do Rio Madeira:

Tipo	Nome da UC F	Extensão – há	Ato de Criação	Município
Uso Sustentável	Floresta Nacional de Humaitá	494.090,00 (468.790)	Decreto Nº 2.485, de 02/02/1998	Humaitá
Uso Sustentável	Floresta Nacional do Jatuarana	863.067,00	Decreto de 19/09/2002	Borba
Uso Sustentável	Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande	305.628,00	Decreto de 03/06/2004	Manicoré
Uso Sustentável	Floresta Nacional Balata Tufari		Decreto de	Humaitá

**Quadro 21:** Unidades de Conservação no Rio Madeira – Federais.

**Fonte:** IBAMA (2006). <http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>.

Quando estive em Humaitá, conversei com uma das analistas ambientais do IBAMA, o diálogo se deu em torno das atividades feitas pela agência no município, sobre a pesca e as áreas protegidas existentes em Humaitá. Solicitei informações gerais sobre as atividades feitas pela agência e foi na fala da analista que percebi a pressão feita pelo governo federal ao IBAMA local. Esta agência foi levada a acelerar o processo que facilitaria a licença de concessão ambiental para que as empresas madeireiras e as “comunidades” que se encontram dentro dos limites da FLONA, pudessem concorrer a uma licitação para exploração de madeira dentro dessa área. No entanto, o que ficava claro era o favorecimento ao interesse empresarial das madeireiras diante do baixo poder capital das “comunidades” na disputa por esse “direito” que seria concedido pelo IBAMA, em adentrar nessa área e comercializar espécies de madeira consideradas nobres.

Tipo	Nome da UC E	Extensão – há	Ato de Criação	Município
Uso Sustentável	Floresta Estadual de Apuí	185.946,165	Decreto Nº 24.812 de 25/01/2005	Apuí
Uso Sustentável	Floresta Estadual do Aripuanã	336.040,065	Decreto Nº 24.807 de 19/01/2005	Apuí
Uso Sustentável	Floresta Estadual de Manicoré	83.381,039	Decreto Nº 24.806, de 19/01/2005	Manicoré
Uso Sustentável	Floresta Estadual do Sucunduri	492.905,277	Decreto Nº 24.808 de 20/01/2005	Apuí

Proteção Integral	Parque Estadual do Guariba	72.296,331	Decreto Nº 24.805 de 19/01/2005	Manicoré
Proteção Integral	Parque Estadual do Sucunduri	808.312,179	Decreto Nº 24.810 de 21/01/2005	Apuí
Uso Sustentável	RDS Aripuanã	224.290,817	Decreto Nº 24.811, de 21/01/2005	Apuí
Uso Sustentável	RDS Bararati	113.606,429	Decreto Nº 24.813, de 25/01/2005	Apuí
Uso Sustentável	RDS Canumã	22.354,867	Em fase de criação	Nova Olinda do Norte e Borba
Uso Sustentável	RDS do Rio Amapá	216.108,73	Em fase de criação	Manicoré
Uso Sustentável	RDS do Rio Madeira	283.117	Decreto Nº 26.009 de 03/07/2006	Novo Aripuanã e Manicoré
Uso Sustentável	Reserva Extrativista Guariba	72.296,331		Novo Aripuanã e Apuí

**Quadro 22:** Unidades de Conservação no Rio Madeira – Estaduais.

**Fontes:** IPAAM, 2007. (<http://www.ipaam.br/areas.html>); (<http://www.ipaam.br/legislacao/ESTADUAL/>);

Casa Civil do AM ([http://www.casacivil.am.gov.br/ver\\_lei.php?cod\\_lei=804](http://www.casacivil.am.gov.br/ver_lei.php?cod_lei=804))

Agência de Florestas do AM ([http://www.florestas.am.gov.br/programas\\_02.php?cod=1222](http://www.florestas.am.gov.br/programas_02.php?cod=1222))

Em meio as UC's, estão os Projetos de Assentamento, criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o quadro aponta como eles estão distribuídos e ordenados ao longo dos municípios que fazem parte do Rio Madeira. Esses quadros denotam o número de intervenções que estão sendo feitas pelos governos a partir de uma política territorial, aos moldes de ações que defendem um “desenvolvimento sustentável e econômico” que estão na pauta do dia dos governos e que se aplicam as terras localizadas ao sul do Amazonas:

Município	Nome do Projeto	Área (ha)	Capacidade de assentamento (nº de famílias)	Obtenção	Ato de Criação
Apuí	PA RIO JUMA (Projeto de Assentamento Federal)	689.000,0000	7.500	Resolução Nº 0238 de 30/08/1982	05/11/1981
	PAE ARIPUANÃ-GUARIBA (Projeto de Assentamento Estadual)	1.226.748,8914	80	Portaria Nº 49 de 23/12/2005	16/08/1982
	PAE SÃO BENEDITO (Assentamento Agroextrativista Federal)	627.822,6154	80	Portaria Nº 47 de 23/12/2005	01/07/1982
Borba	PA PUXURIZAL (Projeto de Assentamento Federal)	4.414,6664	104	Resolução Nº 0147 de 20/07/1992	30/11/1984
	PA PIABA (Projeto de Assentamento Federal)	3.400,8336	111	Portaria Nº 0028 de 18/11/2002	30/11/1984
	PAE ABACAXIS (Projeto de Assentamento Estadual)	687.633,5546	100	Portaria Nº 028 de 17/12/2004	31/10/1984
	PAE TROCANÁ (Assentamento Agroextrativista Federal)	69.812,5527	300	Portaria Nº 016 de 10/06/2005	23/04/1981
	PAE TUPANA IGAPO-AÇÚ I (Projeto de Assentamento Estadual)	138.435,0000	200	Portaria Nº 48 de 23/12/2005	23/04/1981

	PAE MARIPITI (Assentamento Agroextrativista Federal)	108.411,7626	400	Portaria Nº 033 de 27/12/2006	23/04/1981
Humaitá	PAE BOTOS (Projeto de Assentamento Estadual)	101.397,6518	200	Portaria Nº 008 de 23/04/2004	18/08/1982
	FLONA DE HUMAITÁ (Floresta Nacional)	468.790,0000	160	Portaria Nº 23 de 28/07/2004	02/02/1998
Lábrea	PA UMARI (Projeto de Assentamento Federal)	9.017,1028	158	Portaria Nº 16 de 02/04/1996	16/08/1982
	PA PACIÁ (Projeto de Assentamento Federal)	5.221,3731	305	Portaria Nº 0089 de 28/10/1999	30/01/1980
	PDS GEDEÃO (Projeto de Desenvolvimento Sustentável)	11.898,8000	160	Portaria Nº 013 de 29/03/2007	01/09/2006
Manicoré	PA MATUPI (Projeto de Assentamento Federal)	34.344,9000	533	Resolução Nº 0148 de 20/07/1992	26/03/1981
	PAE MATUPIRI (Projeto de Assentamento Estadual)	9.712,2079	70	Portaria Nº 020 de 24/09/2001	31/08/1982
	PAE JENIPAPOS (Projeto de Assentamento Estadual)	40.401,1824	395	Portaria Nº 010 de 12/05/2004	31/08/1982
	RESEX DO LAGO DO CAPANÁ GRANDE (Reserva Extrativista)	304.146,2800	200	Portaria Nº 18 de 27/07/2004	03/06/2004
	RDS AMAPÁ (Reserva de Desenvolvimento Sustentável)	216.108,7300	300	Portaria Nº 41 de 19/10/2005	01/06/2005
	PAE ONÇAS (Assentamento Agroextrativista Federal)	9.500,0000	200	Portaria Nº 015 de 11/08/2006	31/08/1982
Nova Olinda do Norte	PA PAQUEQUER (Projeto de Assentamento Federal)	5.439,1313	374	Portaria Nº 0112 de 27/11/1998	09/08/1984
	PAE CURUPIRA (Projeto de Assentamento Estadual)	169.442,4312	300	Portaria Nº 029 de 21/12/2004	09/08/1984
Nova Olinda do Norte	PAE ABACAXIS II (Assentamento Agroextrativista Federal)	287.098,6229	500	Portaria Nº 015 de 10/06/2005	09/08/1984
Novo Aripuanã	PA ACARI (Projeto de Assentamento Federal)	161.700,0000	1.773	Resolução Nº 0186 de 20/08/1992	21/06/1982

**Quadro 23:** Projetos de Assentamento – Região do Rio Madeira/Amazonas.

**Fonte:** INCRA, 2007.

A pressão sobre as terras no sul do Amazonas é apresentada por Almeida como sendo a “reestruturação do mercado formal de terras”. Esta reestruturação está sendo orientada, principalmente pelas “agroestratégias”, que tentam guiar os rumos das definições do que seriam as terras a serem reservadas. Para o agronegócio as áreas reservadas atualmente dispõem de milhares de hectares de terras e acabam retirando do “mercado de terras”, grandes extensões que poderiam servir aos interesses desse campo. Para tanto, essa reestruturação formal está se dando no campo jurídico, onde os negociadores do

agronegócio tentam criar novas regras de liberação dessas terras, para atender aos seus interesses (ALMEIDA, 2009, p. 76-77).

Segundo Almeida, essa prática de facilitação de concessão de venda de terras públicas, se dá desde os anos 70 com os governos militares. Quando durante esse período o Estado, dada a abundância desse recurso, criava mecanismos de incentivos, para que grupos empresariais pudessem adquirir grandes quantidades de terras e também havia o reconhecimento legal da terras, oriundas dos atos de grilagem. De acordo com o que pude observar em seus escritos, essa prática se tornou comum. No entanto, os atores que atualmente despontam na compra de grandes imóveis rurais na Amazônia são as agências imobiliárias internacionais<sup>73</sup>, que passaram a adquirir essas terras para explorá-las de acordo com seus interesses (Almeida 2005, p. 80-81).

Outros fatores preocupantes são as crescentes “campanhas de compra de milhares de extensões de terras para preservação da floresta”, algumas visando à venda de “créditos de carbono”, onde estas áreas passariam a ser privatizadas e a ser monitoradas por seus compradores com a justificativa de que estariam defendendo a Amazônia das ações destrutivas do homem contra a natureza<sup>74</sup>. No geral os compradores são empresários estrangeiros, dentre os quais estão envolvidas empresas farmacêuticas, de biotecnologia, de cosméticos, nas quais visam desenvolver a capacidade genética da diversidade existente na floresta, para fabricação de variados produtos e que possam comercializados em outros lugares.

## **2.2. A Política de Pesca e seus efeitos locais**

As políticas governamentais que apresentamos anteriormente refletem diretamente sobre a realidade local do município de Humaitá. No que tange as políticas que estabelecem apoio ou orientam atividades como a pesca, pode acompanhar, através da leitura sobre alguns planos estaduais, com ações mais específicas, relacionadas à pesca foram elaboradas nos últimos anos. A maior parte dessas ações exprime características que visam estabelecer metas que se aplicam de forma geral a todo estado e denota as ações normativas que regulam a prática da atividade para um ordenamento com vistas ao atendimento do mercado.

---

<sup>73</sup> AgBrazil Inc. (Missouri, EUA) e a Brazil Iowa Farms LL.(ALMEIDA, 2005, p. 80).

<sup>74</sup> De acordo com Soares (2008, et alli) e Almeida (2009), “um dos mentores dessa campanha é o empresário sueco-britânico Johan Eliasch, responsável por comprar 18.600 hectares de terras entre os municípios de Manicoré, Humaitá, Lábrea e Itacoatiara em 2006 em São Paulo. O mais inusitado de toda esse acontecimento é que esse empresário adquiriu parte das terras que pertenciam a GMO Renewable Resources, empresa que controlava a Gethal.” (ALMEIDA, 2001, p. 80-81).

No processo de análise inicial dessas políticas, priorizei a leitura sobre as ações que estão circunscritas no cerne do plano mais geral do governo do estado do Amazonas, em seu PPA – 2008-2011, plano que trata de todas as políticas que serão efetuadas no estado e que apresenta as linhas de atividades para os setores produtivos no Amazonas.

De acordo com a leitura sobre o PPA 2008-2011, estão previstos alguns incentivos a pesca como: “1) A criação de créditos especiais para o financiamento dos custos das expedições de pesca; 2) Melhoria da frota pesqueira, inclusive o condicionamento do pescado embora as condições de higiene; 3) Implantação de indústrias de beneficiamento do pescado, incluindo a linha de exportação”. Isso aponta um forte interesse do governo em propiciar as condições necessárias para regularizar, ampliar e incentivar a prática da pesca profissional para um crescente atendimento do mercado interno e visando a ampliação do mercado externo que já é assistido com parte do pescado que é vendido nas regiões de fronteira<sup>75</sup>.

O setor econômico com base no aumento da produção pesqueira passa a ser prioridade dos governos. Gonçalves Furtado diz que esse setor está sujeito as dinâmicas das políticas de governo, que ora traçam metas mais direcionadoras do campo econômico e ora apresentam propostas inadequadas as realidades locais. No entanto, não há clareza a respeito de ações mais localizadas, que definam as diretrizes para a pesca artesanal que visa à subsistência de unidades familiares. Gonçalves Furtado classifica essa intrusão de ações, que são pensadas numa escala de cima para baixo, de “externalidades”, que podem afetar as “relações sociais e ambientais dos agentes” e que também podem levar a uma mudança radical em suas práticas cotidianas e nas formas de uso dos recursos naturais (GONÇALVES FURTADO, 2004, p. 59).

Batista, um dos estudiosos da pesca comercial no Amazonas, em meados de 2004, fazia críticas a essa falta de definições mais específicas que deixava o setor a margem de muitas outras prioridades dos governos. Ele apontava que as agências governamentais ainda não teriam criado uma diretriz que tratasse as especificidades de cada município do estado e

---

<sup>75</sup> Segundo Batista, Aquino, Farias & Gomes (2005, p. 16-19), peixes como o jaraqui, o tambaqui, o surubim, a matrinhã e os bagres, são bastante consumidos pelos grupos sociais nos municípios do Madeira. E destacam a região como o ponto principal onde nascem os bagres, como a Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e a Dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*). Esses peixes são altamente consumidos em toda Amazônia. Estas espécies de bagres realizam uma trajetória que sai do Rio Madeira passando pelo Rio Solimões e descem o Rio Amazonas até o Estuário Amazônico nas proximidades de Belém. Depois de atingirem dois anos de idade, esses bagres retomam uma nova trajetória, sobem os rios Amazonas e Solimões, passando por Santarém, Manaus, Tefé e vão para o Alto Solimões rumo ao Peru, próximo a Cordilheira dos Andes, onde atingem a maturidade e estão prontos para a reprodução. Em meio a essa trajetória servem de fonte de alimento para as famílias que vivem as margens de rios e lagos e abastecem os mercados dos grandes centros. Essas espécies são consumidas tanto no Brasil, como na Bolívia, Peru e Colômbia. (Alonso & Pirker, 2005, p. 28).

que apresentasse uma “estratégia e planos de governos” das questões relacionadas à pesca na Amazônia. Fato que não se difere da realidade atual, mesmo passado cinco anos da publicação de seu estudo (BATISTA, 2004, p. 109-110).

Batista afirma que a falta dessa orientação, acabava por determinar uma política recorrentemente indireta, responsável pela elaboração de um “conjunto de instrumentos normativos de configuração contraditória” e que não condiziam com as realidades locais, mas continham um sentido protecionista e econômico, interessado no crescimento das chamadas “indústrias pesqueiras”<sup>76</sup> que passava a predominar sobre as outras categorias de pesca, como a de subsistência. Isso era polêmico porque, em alguns casos, as políticas de governo estavam distantes de adicionar de fato, as reivindicações dos agentes sociais e reconhecer a relevância da “participação” dos movimentos sociais em geral, na formulação de normas e ações políticas, que é expressa apenas nos relatórios de apresentação das mesmas, voltadas para a prática da pesca (BATISTA, 2004, P. 110-111).

Lopes (2004) também faz uma alusão à questão da participação popular na formulação das políticas públicas, denotando a “inexperiência” das instituições governamentais no momento de lidar com as “demandas” advindas da sociedade civil. É necessário que estas instituições, no caso do Estado, estejam preparadas para dialogar com os agentes sociais locais, considerando que estes não se posicionem na condição de dominados, para que o formato final das políticas sejam realmente “públicas” e não apenas governamentais.

No entanto, isso relembra que no presente contexto de “integração econômica” não é prioridade governamental construir uma política que vise atender as demandas dos agentes sociais, o capital privado está direcionando as condições para um “desenvolvimento fornecedor de produção” da região para outros lugares. E no que tange a prática da pesca na Amazônia serão criadas as ações que beneficiem a procura por novas fontes de pescado, que possam atender as novas demandas que surgirão principalmente depois que a infraestrutura para escoamento de produtos da Amazônia, estiver disponível.

Para tanto, os setores que vem sendo constantemente citados e incentivados a crescer, com subsídios exclusivos previstos em planos como o PPA e o PAS, são os

---

<sup>76</sup> “A indústria pesqueira representa um contingente maior, que diz respeito às empresas privadas que comercializam o pescado. Esses contingentes estão sempre em expansão, buscando novas áreas de pescado, adentrando em lugares propícios a pesca, com os denominados geleiros (barcos de pesca), que dispõem de tecnologia para efetuar a captura em massa de várias espécies. Muitas situações de conflitos de pesca são atribuídas a “invasão” dos geleiros em áreas consideradas territórios dos agentes sociais que vivem em “comunidades”. Os agentes sociais passam a reivindicar o uso exclusivo dessas áreas justificados a partir da escassez do pescado causado pela “pesca predatória”, que não seleciona as espécies menores e geralmente não respeita o período de reprodução dos peixes”.

empresariais da aqüicultura<sup>77</sup>. Enquanto se “reordena o território”, cria-se peixes em cativeiro para atender o mercado consumidor.

Portanto, é provável que as propostas de “preservação” de áreas e a pressão sobre os agentes sociais frente ao avanço sobre as suas áreas de uso de pesca, aumente cada vez mais. Igualando-se ao fenômeno do avanço sobre as terras na Amazônia que tem afetado a vida dos agentes sociais que praticam atividades diversas como a agricultura, o extrativismo e a criação de animais, que dependem da terra para manter seu modo de vida.

Contudo, para destacar que os investimentos privados são os maiores privilegiados, observei que nos objetivos dos planos são expressos os incentivos principalmente a aqüicultura, uma atividade que requer gastos com equipamentos, assistência técnica, materiais variados, pesquisa e um financiamento que possa garantir os lucros e a possibilidade de prejuízos que o beneficiado possa ter com as espécies que cria. Essa atividade tem se transformado na mais rendosa forma de adquirir os lucros com a comercialização de espécies nobres, criadas em cativeiro, nas áreas particulares. O pescado que é retirado dos criadouros, é vendido no estado e em outros lugares, dessas espécies as mais as preferidas são: o tambaqui, o pirarucu e a matrinhã. As áreas que mais produzem estão concentradas nos municípios de Manacapuru, Tefé, Balbina, Itacoatiara e Manaus.

O problema se apresenta nas condições que são estabelecidas para os agentes sociais. De que maneira estes iriam se inserir? Na realidade não consigo conceber a inserção destes, deixando suas outras atividades em prol de uma única, alguns se quer tem afinidade com a pesca, muitos tem diversas praticas. Também existe a proposital possibilidade desses agentes não serem os beneficiados.

Em vista da alta de empreendimentos como estes, são estimulados os negócios a partir dos seguintes benefícios oferecidos pelos planos governamentais que prometem amparar este setor através de: “1) Pesquisas relacionadas a outras espécies de peixe com potencial para a piscicultura; 2) Criação de linhas de crédito especiais para capital de giro e de ampliação da produção; 3) Capacitação sobre tecnologias alternativas de beneficiamento do pescado como peixe defumado, lingüiça e farinha de peixe, agregando maior valor; 4) Incentivo à exportação de pescado para o mercado internacional; 5) Campanhas de conscientização junto aos pescadores para conservação de estoques pesqueiros através do sistema de manejo”. Na qual, todas essas linhas de ação teriam que se estender aos

---

<sup>77</sup> A aqüicultura diz respeito ao processo de criação de espécies aquáticas em cativeiro. Ver em [www.ciencia.com](http://www.ciencia.com).

municípios do Estado do Amazonas para que possam ampliar e melhorar as condições da atividade da pesca para geração de renda.

Algumas características da pesca na região são apontadas no PAS como “potencialidades” a serem “desenvolvidas” como forma de geração de renda em todos os Estados da Amazônia. Neste plano as referências denominam a pesca como “produção aquática” e buscam exaltar, mais uma vez, a relevância da aquicultura, considerada ainda pelo PAS como “incipiente” e a produção para o atendimento comercial<sup>78</sup>. São reconhecidas também as áreas, que vão do Estuário Amazônico no Pará ao Alto Solimões no Amazonas, de maior produtividade e infraestrutura para o armazenamento de pescado e na qual possuem as condições materiais (tecnológicas) mais adequadas, destacando-se no processo de comercialização (PAS, p. 40).

Além dessas áreas de intensa atividade, no texto do PAS são citadas as dificuldades existentes com a pesca feita em diversas localidades, principalmente nas mais distanciadas dos centros urbanos. Onde não há uma infraestrutura apropriada para transporte e armazenamento e onde a pesca fica desgastada pela intensa procura de determinadas espécies. Por fim, dentre os pontos mais relevantes, o plano reconhece a importância da pesca e da aquicultura como atividades que podem ser estimuladas visando um “desenvolvimento econômico” da Amazônia (PAS, p. 41).

Pelo o que foi possível perceber no PAS, os rios amazônicos representam uma espécie de criadouro que armazena espécie comercializáveis e que devem ser exploradas. E como todos os recursos naturais, citados no PAS, devem ser conhecidos e explorados para que haja uma inserção no plano de integração comercial que se configura com a infraestrutura que está sendo idealizada na região. A proposta esclarece em suas entrelinhas que é preciso expandir-se sobre áreas de difícil acesso e superar os obstáculos para empreender o avanço, pois as áreas que estão próximas as sedes municipais já não dispõem dos recursos demandados, a visão que ainda se tem no PAS é que na Amazônia os recursos são “abundantes” e o não aproveitamento dessa riqueza exprime a falta do “desenvolvimento econômico” da região. “A própria abundância de recursos favorece sua exploração insustentável e o isolamento dificulta a integração econômica, social e política” (PAS, 23-24).

---

<sup>78</sup> Segundo o PAS (p. 40), são pescados cerca de 200.000 toneladas por ano na Amazônia. De forma geral a pesca propicia 155.000 empregos, sendo 72% oriundos da pesca artesanal, 23% da pesca comercial e 3% dos frigoríficos.

Apesar de não apresentar em todo conteúdo que analisei, pontos que incluam os agentes sociais nas metas do PAS e PPA, fica claro que o que interessa as políticas governamentais são as áreas distanciadas dos grandes centros. Nessas localidades estão os “pontos de pesca” ainda pouco explorados e isso aguça o avanço da “indústria pesqueira” sobre as espécies que ainda estão concentradas nesses lugares. Ironicamente, em muitos desses lugares estão os agentes sociais, que não praticam apenas a pesca, mas que construíram uma relação profunda com o lugar onde vivem e tiram o seu sustento, que representa simbolicamente, o que eles expressam em suas características.

A base das organizações sociais desses agentes vem sendo duramente fragilizada pela ação propiciada através das próprias políticas governamentais e das medidas que regulam a prática da pesca. Mas ao mesmo tempo, as dificuldades que envolvem inúmeros fatores que contribuem para uma dinâmica vivida pelos agentes sociais, tem feito com que no âmbito de suas formas organizativas, possam emergir “sujeitos políticos” que lutam para reverter as várias situações originadas na medida em que o avanço capitalista, da procura por novas fontes, se impõem sobre suas realidades (GONÇALVES FURTADO, 2004, p. 65). Dessa forma, os agentes tem ganhado forças nos fóruns, através do apoio das colônias, nas associações e em outras novas formas de representação política que possam lutar pela garantia dos direitos desses agentes.

### **2.2.1 A recente criação do Ministério da Pesca e Aquicultura**

Antes de prosseguir com a seqüência de minha apresentação sobre a elaboração do acordo de pesca como recente ação efetiva no campo da pesca em Humaitá e mais adiante quando fizermos referência sobre o caso da pesca em Porto Velho, se faz necessário que seja apresentada a mais nova política do governo Lula da Silva, a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Dada a relativa abrangência dessa política, não me deterei em aprofundar sobre todos os aspectos que caracterizam esse plano, mesmo porque o cronograma dessa pesquisa não previa que tal política fosse criada ao fim do semestre em que estou sistematizando o corpo dessa dissertação. No entanto, deixar de fazer alusão a esse novo momento histórico, daria margem a um vazio de informações novas que vem à tona e que passa a relacionar-se com alguns pontos da pesquisa, na qual dei ênfase. Outro fator relevante nessa abordagem, está relacionada às recentes observações que fiz sobre a interligações das políticas governamentais, que reafirmam a predominância dos setores econômicos sobre os planos

apresentados a sociedade civil, tornando-se relevante para o exercício da reflexão sobre esse tipo de análise.

A estrutura desse novo ministério está sendo criada e a sua política definitiva de gestão ainda está sendo debatida nas conferências regionais de aquicultura e pesca. Adiante com a realização da conferência nacional de aquicultura e pesca, as propostas das regionais serão apresentadas e conseqüentemente terão que fazer parte da constituição desse plano maior de governo.

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura surge em meio a pesquisa que estou fazendo sobre as políticas que estão em emergência na Amazônia e, sobretudo no tange às políticas de pesca. As atuais ações que orientam o setor da pesca são consideradas, por muitos analistas, ainda pouco expressivas, sem diretrizes representativas para orientar e amparar uma das atividades características da Amazônia. No entanto, o setor recebe uma atenção a mais do governo, através desse novo ministério, que promete investimentos que visam à criação de uma “rede de ações para o fortalecimento da pesca no Brasil”.

O novo ministério foi criado, por meio da Lei Nº 11.958, de 26 de junho de 2009<sup>79</sup>, para substituir a SEAP, tendo como Ministro de Estado o Sr. Altemir Gregolin. Segundo o disposto na publicação do Diário Oficial da União, é conferido ao ministério os poderes de criação de uma política nacional pesqueira e aquícola que abranja os seguintes investimentos e domínios: “produção; transporte beneficiamento; comércio; abastecimento; incentivos; infraestrutura; fomento a pesca e aquicultura; sanidade pesqueira; normatização de atividades e fiscalização da pesca e aquicultura” de acordo com suas atribuições; concessão de licenças e autorizações para o exercício da atividade (inclusas a pesca comercial, pesca ornamental, pesca de subsistência, pesca amadora ou desportiva); autorização do arrendamento de embarcações; pesquisa pesqueira; promoção do uso sustentável dos recursos pesqueiros”.

Este ministério passa a exercer a função de ordenador das ações que serão direcionadas para a pesca de um modo geral, no território nacional, consideradas nas águas continentais e interiores, no mar continental e em áreas de limites internacionais. Será o responsável por fixar as “normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso dos recursos pesqueiros”. A política básica de governo está sendo apresentada nas conferencias estaduais de pesca e aquicultura, onde o ministro está percorrendo vários estados para tornar pública a criação do ministério e a sua atual política.

---

<sup>79</sup> Segundo a determinação legal reconhecida pelo MMA, uma Lei “é instituída pelo legislador, no cumprimento de um mandato, que lhe é outorgado pelo Povo. (MMA, 2009)

Em Manaus, durante os dias 02 e 03 de julho de 2009, ocorreu a III Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca. Presenciei o evento e tive acesso a uma breve apresentação do “Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aqüicultura”. A intenção de minha participação era ter um panorama geral do que seria discutido, a respeito da política de governo que está sendo construída nesse momento.

Na conferência estavam presentes os representantes de todas as colônias de pesca do Amazonas, alguns deputados estaduais e federais, um senador da base governista do PT representante do Amazonas, o presidente da Confederação Estadual de Pesca no Amazonas, o representante da Superintendência do Trabalho Regional e Emprego – STRE, o representante da Secretaria de Produção Rural – SEPROR, o representante do Conselho de Pesca – CONAPE, o representante da SEAP, o vice-governador do Estado, o prefeito de Humaitá que também é do ramo da aqüicultura e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa como UFAM, INPA e UEA.

Das falas em destaque, o pronunciamento do vice-governador representou a intenção de consolidação de uma política governamental direcionada para beneficiar o setor empresarial de produção e exportação de pescado na Amazônia. O vice-governador retratou o anseio do governo do estado junto com o governo federal em criar possibilidades e infraestrutura para que se cumpra esse objetivo, segundo seu pronunciamento o “Amazonas vai se transformar no maior fornecedor de pescado do Brasil e do mundo”. Em meio a isso, ressaltou que a região tem as condições naturais favoráveis para dar início a esse novo desafio que é tornar o Amazonas o maior produtor de pescado.

A exposição do ministro foi marcada por várias considerações feitas ao atual governo federal, ressaltando a consolidação de uma “política de Estado” e a construção de uma nova política de pesca “participativa e de inclusão social”. Ao meu ver, o ministro demonstrou uma visão positiva de muitas ações anteriores tomadas pelo governo. Ele elogiou a criação do seguro-defeso como medida resolutiva que contemplava os beneficiados em casos que iam desde as situações de tragédias ambientais, como a de derramamento de óleo em áreas de pesca, assim como forma de sanar problemas, a partir da escassez do pescado em algumas regiões. O mesmo via nessas medidas imediatas, soluções vistas como conquistas sociais.

Apesar desses destaques, o ministro teve como maior enfoque a valorização da aqüicultura e pesca para atender ao mercado, visando ordenar a atividade para aumentar a venda para importação e exportação do pescado. A intenção é criar uma “cadeia produtiva” de incentivo ao aumento da quantidade de pescado capturado. Com isso serão oferecidos,

aos que ingressarem nesse setor, os PRONAF<sup>80</sup>, que subsidiarão os empreendimentos que se disporem a estar recebendo recurso para ampliação dos negócios.

Para que o setor da pesca cresça, nos diversos âmbitos de atuação, o ministro anunciou a criação de “territórios” próprios para a produção pesqueira, declarando: “Porque nós vamos produzir boi na Amazônia? Vamos produzir peixes!” Isso reforça o viés mercadológico que as políticas governamentais estão galgando para o futuro, com base nessa atividade. A intenção está interligada com a preparação de uma infraestrutura que conta com a construção de terminais pesqueiros para receber o pescado; na criação de centros de pesquisa e dos chamados centros de pesca e no trabalho de “fortalecimento das organizações sociais” (associativismo e cooperativismo) nas localidades rurais.

Estes foram os pontos relevantes do ministério que está sendo constituído atualmente, com uma estrutura voltada para o setor econômico, que visa acima de tudo, tornar a região amazônica uma fonte fornecedora de pescado para todo o mundo. No que tange aos agentes sociais, não consegui conceber de que maneira estes teriam a tal participação ou inclusão social, mesmo porque se estes forem agregados ao plano do ministério, como ficariam suas demais atividades, sendo que muitos não são apenas pescadores, mas vivem em lugares onde há uma riqueza de espécies. A partir dessa nova política, a regulamentação da atividade da pesca será ordenada por esse ministério, não caberá mais ao IBAMA acompanhar os processos de normatização e criação dos acordos de pesca na Amazônia. Logo, resta aos agentes sociais esperar pelas futuras orientações que virão com o término da formação dessa política governamental.

### **2.3 As agências e as ações que orientam à pesca em Humaitá**

Durante o trabalho de campo que realizei em Humaitá, no segundo semestre de 2008, percorri várias agências, duas governamentais e duas não-governamentais, para conhecer as ações que estavam sendo feitas com relação à pesca praticada na área do município. Essas agências estavam responsáveis por algum tipo de atividade ou apenas atuavam dando apoio às atividades relacionadas à pesca. Foram as que mantive contato e na qual foi possível realizar algumas entrevistas. As agências são: IDAM, IBAMA, ONG Pacto Amazônico e Colônia de Pesca Z-31.

#### **2.3.1 O IDAM**

---

<sup>80</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O IDAM foi uma das primeiras instituições que me recebeu e que pode me fornecer as informações sobre a política de pesca definida no Rio Madeira, no trecho que diz respeito ao município de Humaitá. Essas informações, abaixo apresentadas, foram concedidas em entrevista por uma das técnicas (engenheira de pesca) da agência, responsável por acompanhar o desenvolvimento da atividade no município. Ela relatou, brevemente, sobre como era a realidade da pesca, falou sobre o trabalho que desenvolviam e as dificuldades que encontravam para que fossem executadas as ações do IDAM.

Segundo a técnica da agência, o IDAM carecia de uma infraestrutura mais ampliada, de recursos financeiros para o deslocamento até as áreas de pesca mais distantes e do aumento do número de técnicos especializados, como outros engenheiros de pesca, para assistir o número de pessoas que tentavam investir na pesca comercial. O número de funcionários da agência local era reduzido e o quadro era de contratados desde 2006, então havia um recorrente “rodízio” nas equipes responsáveis pelos trabalhos que eram realizados no município.

Um dos relatos frisava que as atividades eram dirigidas de forma precária, com baixos recursos e para minimizar essas dificuldades, os técnicos, em suas respectivas áreas, tentavam fazer parcerias com outras entidades para executar suas ações. Um desses exemplos, de acordo com a técnica, era a constante busca de apoio do IBAMA, que teria como prioridade no município as ações voltadas ao manejo florestal. A mesma afirmava ainda que tal realidade acabava por comprometer os trabalhos do IDAM, uma vez que nem sempre podiam contar com tal apoio logístico.

Sobre a pesca existente em Humaitá, ela buscou descrevê-la, como em sua maioria, de recorrência artesanal, onde prevalece à procura pelos “bagres” ou “peixes lisos”, forma pela qual a população local os denomina. Falou das dificuldades atuais que as pessoas encontram com a escassez de espécies nos lagos e disse que estas áreas precisariam ser “manejadas”<sup>81</sup>: “tem muitos lagos em que a população diz que tinha muito tambaqui, muito pirarucu e que hoje é uma raridade”(Técnica do IDAM, em entrevista durante o trabalho de campo, Agosto de 2008).

Segundo a técnica, o pescado retirado para comercialização atende o mercado local e parte dele é vendido em Porto Velho. A venda do pescado local para outros municípios,

---

<sup>81</sup> Manejada é a designação usada por técnicos para um trabalho feito junto aos grupos sociais que vivem em áreas onde a pesca é praticada intensamente. Nesse sentido manejar está relacionado a ações de controle da pesca.

como Manaus é dificultosa, há falta de infraestrutura dos pequenos vendedores de pescado para estocar o excedente e para fazer o transporte em lugares mais distantes. O pescado que segue para Porto Velho é comercializado com muitas dificuldades e sem o apoio governamental, os pescadores obtêm muitos prejuízos na rota de entrega, porque ao chegar ao município não existe um terminal frigorífico apropriado para receber o que será vendido.

Outra dificuldade é a da espera pelo pagamento da compra, na qual os pescadores têm que aguardar dias na cidade para receber o dinheiro, o tempo de espera requer que o pescador faça gastos pessoais, com comida, combustível e gelo. Às vezes nem toda a quantidade pescada é vendida e a falta de gelo para conservar o pescado acaba causando muito desperdício.

Segundo a técnica do IDAM, as formas de captura do pescado não se diferiam muito, e tudo o que é retirado dos rios, igarapés e lagos é vendido *in natura* e não tem beneficiamento. Ela questionava a falta de um frigorífico no município para facilitar as ações da agência, que seria a de ordenar a pesca em “linhas de montagens”, onde as famílias de pescadores poderiam trabalhar sem ter que se deslocar para vender o pescado em Porto Velho. Dessa forma pretendiam valorizar o valor do peixe que é vendido *in natura*, que atualmente está muito abaixo do valor de mercado.

De acordo com a técnica, para que a agência pudesse entender a realidade da pesca e conhecer as potencialidades do município, seria necessário que houvesse estudos especializados sobre os aspectos locais da atividade, mas não há condições disponíveis para que seja feito esse tipo de levantamento. Uma das preocupações, por exemplo, é com relação ao nível de mercúrio presente nas águas do Rio Madeira, por causa da intensa atividade do garimpo. Portanto, não se tem idéia do teor dessa substância na água que é consumida e nem da quantidade de mercúrio presente nos peixes, fato que pode causar graves problemas a saúde para aqueles que usufruem desses recursos.

O IDAM também se apresenta como o órgão responsável pelos financiamentos em diversos setores, segundo a representante da agência, uma das linhas desse recurso prevê um apoio a pesca artesanal com investimentos em compras de equipamentos como: novos instrumentos de pesca, malhadeiras, caixas de isopor para conservação de gelo, reforma de embarcações e para a construção de novos barcos de pesca.

Está apto a conseguir um financiamento, os que a pesca se mostra como única fonte de renda comprovadamente, que estejam associados à Colônia de Pesca do município e que a carteira de pescador esteja regularizada. O IDAM, através de seus técnicos, faz um cadastro do candidato para concorrer ao recurso e se encarrega de fazer uma vistoria em

torno da vida deste sujeito. Após a aprovação dessa fase inicial, o candidato é encaminhado à agência financeira, nesse caso o Banco da Amazônia – BASA onde o contemplado é beneficiado com o recurso.

Com relação aos conflitos de pesca, a funcionária relata que o IDAM tem conhecimento de muitas situações, as mais conhecidas ocorrem no Lago do Antônio e no Lago do Uruapiara. A agência atribui a ocorrência desses conflitos ao crescente número de famílias que vivem nesses lagos e ao aumento do número de pescadores que entram nessas áreas para pescar, conseqüentemente a relação tornava-se mais conflitante, pois os que viviam nos lagos alegavam que os “pescadores de fora”, pescavam incessantemente e essa ação fazia com que o pescado começasse a ficar escasso.

Em vista desses problemas o IDAM concordou com a necessidade de se fazer um Acordo de Pesca nas áreas (lagos e demais locais de pesca) onde a atividade é bastante praticada e que são pontos de ocorrência de conflitos. A técnica relatou ainda que somente a partir do estabelecimento de regras é que seria possível controlar situações de desentendimentos que se davam em torno dessa atividade.

Fora da entrevista, à técnica, apesar do posicionamento sobre a criação de um acordo para regular a frequência da atividade no município, também relatou que não estavam totalmente interados com a discussão sobre o acordo de pesca, nem sempre podiam acompanhar as reuniões e reconheceu, nesse caso, a relevância da presença contínua da pastoral para efetivação do processo. Era a entidade que estimulava a discussão nas “comunidades” e que poderia me passar mais detalhes sobre essa construção. Então ela sugeriu que a busca pela coordenadora da própria pastoral, seria a melhor solução para compreender como se deu o debate em torno da necessidade do acordo.

### **2.3.2 O IBAMA**

O IBAMA foi outra agência a qual recorri em busca de mais informações, mas não obtive resultados contundentes na abordagem. O que me foi esclarecido é que não havia um técnico especializado da área, um engenheiro de pesca. Durante a abordagem, fui informada de que os analistas da agência estavam ocupados com outras atividades e a partir disso sugeriram que eu procurasse a coordenadora da pastoral. Admitiram que ela era a pessoa responsável por organizar a agenda de discussões para apresentar os conteúdos do acordo. Isso denota de fato, a isenção que as agências locais do governo têm com relação a uma

política de pesca e reforçam o poderio da pastoral sobre as medidas a serem tomadas para dar continuidade a construção do acordo de pesca.

De fato, ambos os posicionamentos vieram a confirmar o que prenunciamos anteriormente, em todos os lugares que percorri há o reconhecimento da coordenadora da pastoral como a mediadora dos campos institucionais, entre agentes e agências. Fato que remete a uma “transferência de responsabilidades”, que teria o Estado, para a mediadora. Ela consegue percorrer todos os campos em que os agentes não conseguem adentrar para negociar. Nesse caso ela passaria a responder por eles e a deliberar por eles, segundo seus “valores éticos”, nas situações mais complexas que pudessem surgir (BOURDIEU, 2004, p. 191).

### **2.3.3 A agência Pacto Amazônico**

Uma das agências que se destaca no município, principalmente na tentativa de estabelecer-se enquanto um novo mediador é a ONG Pacto Amazônico. Percebi isso, ao observar a postura de seus representantes quanto aos agentes. De acordo com Bourdieu o mediador seria aquele em que lhe são delegados poderes de representar um grupo. Assim, consegui compreender pelos atos dos membros da ONG, o que eles pareciam querer transparecer. Cheguei a essa conclusão quando fui até a sede da ONG em Humaitá, onde me apresentei e realizei minhas entrevistas com alguns dos seus membros e busquei saber mais sobre as ações da agência para o setor da pesca.

Segundo a primeira entrevistada, que é uma das fundadoras da ONG, a idéia de criar essa agência partia do anseio que ela e outros membros tinham em “promover a valorização da cultura local e com a intervenção iniciada a gente sentiu a necessidade de nos organizarmos juridicamente fazendo o registro da organização”. Para que a tal idéia se concretizasse, as atividades iniciais foram feitas a partir de 2003, com a ida da equipe da agência até as localidades rurais para conhecer os agentes. Durante essa ida, a equipe se apresentou e realizou de palestras (fazendo “intervenções nas comunidades”), cursos de capacitação e levou informações diversas aos agentes.

A meu ver essa forma como foi sendo moldada a relação de proximidade com os agentes, apontam para “práticas de cooptação” na qual a agência tenta mostrar aos agentes que existem outros modos de produção que podem seguir uma lógica econômica voltada para o mercado externo e pode trazer garantias de acesso a outros bens pelos agentes (BOURDIEU, 2004, p. 150-151). Era uma das formas que encontraram para estabelecer uma relação e projetar um vínculo, “assistencialista”, no futuro.

Entre 2004 e 2005 quando toda situação legal da agência estava resolvida, começaram a escrever pequenos projetos e passaram a submetê-los a avaliação de agências financiadoras para conseguir ampliar as suas atividades nas localidades rurais<sup>82</sup>. Essas atividades, segundo a entrevistada, visavam atender as demandas que surgiram como pedido dos agentes, durante as viagens da equipe.

Para ela, a relação de “confiança” que se criou entre a agência e os agentes propiciou esse entendimento de que, através da agência eles conseguiriam sanar os problemas das localidades, ou seja, produzir e aumentar a renda, assim a equipe pode introduzir nas discussões que tinham nessas localidades, os quesitos “valorização e sustentabilidade”, como novas formas de pensar as suas atividades, que supostamente deveriam ser adotadas pelos mesmos.

O que me chamou a atenção, foi refletir sobre a relação que isso possa ter com o crescente número de oportunidades que vem sendo oferecido pelos governos, através de seus PPA's e o PAS são alguns exemplos, aos “produtores rurais” através de uma gama de políticas que primam pelo aumento de suas produções. Isso indica que aqueles que não estiverem articulados, em suas associações ou através de seus mediadores”, estão excluídos dos planos de governo e da possibilidade de financiamento de agências financiadoras, logo do eixo de produção que está sendo projetado para a Amazônia.

Pelo o que pude observar, a agência buscava realizar suas atividades preocupada em enquadrar os agentes de acordo com os editais, dos governos e dos bancos, que eram oferecidos. Seu objetivo era expandir o alcance que tinha até as mais longínquas localidades e trabalhar uma proposta de “organização” para promover, o que eles denominavam de um “desenvolvimento sustentável”. Esse “desenvolvimento” era concebido através de atividades voltadas para a produção rural, para que isso ocorresse à agência tem realizado atividades conjuntas, por exemplo, com o IBAMA e tem buscado cada vez mais, os financiamentos para beneficiar o setor da produção rural.

A agência destaca-se como uma espécie de “nova intermediária dos agentes” e tem incentivado os agentes a inserir-se no setor econômico da produção. Para tanto, tem orientado que os agentes organizem suas associações para receber o crédito de bancos e das agências governamentais que podem conceder recursos para as atividades rurais.

---

<sup>82</sup> As atividades eram cursos de organização comunitária, que orientam o setor produtivo como a agricultura, o extrativismo.

No Ministério do Meio Ambiente nós aprovamos quatro projetos, três barcos e um caminhão, para as comunidades agroextrativistas. Porque essa história do projeto é o seguinte o DRS previa nas ações, no plano de trabalho do DRS, a viabilidade do escoamento da produção, que aqui o gargalo é o escoamento e o banco do Brasil local propôs apresentar um projeto pro banco do Brasil e através de um financiamento, conseguir o barco para alcançar essas comunidades. A partir do nosso objetivo que é empoderar as comunidades que é capacitá-los pra uma auto-gestão. Nós somos contra o endividamento das comunidades, a gente num é a favor de que as comunidades peçam um crédito sem condições financeiras até por não saber gerir mesmo um empréstimo, uma negociação financeira é uma coisa complicada, até pra quem tem experiência, imagina pra uma comunidade ribeirinha. E nós preparamos os projetos e encaminhamos para o MMA e passamos dois anos lutando aí e graças a Deus aprovamos todos os quatro projetos, todos feitos nas associações. E o trabalho é todo baseado em formação, ou seja, organização social comunitária, a gente vai lá, sensibiliza a comunidade da necessidade da organização, faz com que eles discutam entre eles dessa necessidade, dessa importância, fala dos prós e contras no momento em que eles se dispõem e delibera a ida com suporte, até como aconteceu na barreira do tambaqui, financiando essa legalização da organização comunitária juridicamente. (Entrevista nº02, Representante do Pacto Amazônico, Humaitá, agosto de 2008)

Para construir essa posição de “delegada pelos agentes”, a agência tem inserido um novo plano de pensamento que propõe “reestruturar” o modo de vida dos agentes e tem se interado das discussões que ocorrem em torno do município para denotar aos agentes o seu interesse pelas problemáticas que marcam as suas vidas. Para tanto, vem acompanhando as reuniões sobre o acordo de pesca e a implantação das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, que são empreendimentos vizinhos ao município e que tem uma relação direta com as atividades pretendidas pela agência.

No que tange ao acordo, o papel da agência, junto com todas as outras agências locais, era fazer uma mobilização em favor da implementação das regras. Para que isso fosse possível, todos buscavam empenhar-se numa campanha, que visava fazer com que os agentes que não aceitavam o acordo e que não sabiam do que se tratava, passassem a aderir a proposta. A esse respeito à agência deixou claro que nesse papel de mobilizadores, estavam incumbidos de convencer as outras pessoas de que o acordo seria a melhor opção para todos. Com o acordo o pescado estava garantido e a alimentação da população local também.

Quanto às hidrelétricas a representante da agência mostrou um posicionamento contrário aos empreendimentos, disse que as conseqüências serão danosas não só ao meio ambiente mas também a vida dos agentes sociais. Durante a entrevista seu posicionamento foi firme e conclui admitindo os riscos que o empreendimento possa trazer aos agentes.

Infelizmente os movimentos sociais estão dispersos, aqui no sul do Amazonas não existe uma organização pra que os movimentos sociais tenham voz nas decisões já tomadas. Até por que existe um interesse extremamente grande dos governos de Rondônia e o cala boca, cá entre nós do Amazonas, do governo estadual, do

governo Federal, não uma é suposição! É fato! E o que a gente vê é que existe um grupo de interesse extremamente poderoso que vem calando a voz das comunidades que vão ser extremamente atingidas, até porque o pessoal que tá acima tende a inundar, o pessoal que tá abaixo tende a secar, fora os gases que vão ser produzidos aí pelo entremeio de apodrecimento dessa várzea que vai ficar secar até desalagar. (Entrevista nº02, Representante do Pacto Amazônico, Humaitá, agosto de 2008)

A confirmação da agência como uma nova mediadora é notada a partir das indicações que os próprios agentes concederam ao permitir que ela os representasse em discussões políticas, falando em nome do município de Humaitá e defendendo as “comunidades rurais” (BOURDIEU, 2004, p. 188-189). Os membros da agência estiveram em seminários discutindo as mudanças climáticas, fizeram parte do conselho municipal de desenvolvimento rural e sustentável, da conferência municipal do meio ambiente, representando posteriormente o município na conferência estadual.

De alguma forma essas ações foram convencendo os agentes de que a agência poderia responder em seu nome e isso fazia com que a mesma fosse percebida por estes como algo que os refletisse. Os membros da agência na qual falei durante a entrevista, denotaram que quando estavam nos eventos, manifestavam sua indignação diante de situações de reivindicação, expressavam sua revolta e agiam como se fizessem parte oriunda dos agentes na qual representavam. Nesse caso segundo Bourdieu, a agência se constitui aos agentes como o “mandatário” visto na obra do sociólogo, “ele é uma parte do grupo que pode funcionar enquanto signo no lugar do grupo como um todo” (BOURDIEU, 2004, p.191).

### **2.3.4 A Colônia de Pescadores Z- 31<sup>83</sup>**

Dentre as agências na qual mantive contato para fazer a entrevista e conseguir algumas informações, a Colônia Z-31, através de seu presidente, se dispôs a colaborar com a pesquisa. A Colônia de Pescadores Z-31 de Humaitá é a forma associativa legal e representativa de pescadores profissionais<sup>84</sup> e artesanais no município. Ao todo ela é composta por 1.700 associados e é responsável por uma série de atribuições estatutárias que visam beneficiar a categoria desses profissionais. Além de representá-los burocraticamente, cabe a colônia comprar o pescado de seus associados, cerca de 50 toneladas/mensal e 400 a

---

<sup>83</sup> Para maiores esclarecimentos as siglas Z-31 representam Z a zona de pesca e a numeração 31 que corresponde a área de pesca. Ver (GONÇALVES FURTADO, 2004, p. 64)

<sup>84</sup> Categoria referida também por Gonçalves Furtado (1990) como “pescador profissional”, aqueles que vivem apenas da pesca, que a realizam para atender ao comércio e daí retirar o sustento de suas famílias.

500 toneladas por ano somente no município de Humaitá, e fazer o repasse do pagamento aos pescadores associados<sup>85</sup>.

Em entrevista fui informada que a Colônia é responsável por conceder os documentos necessários aos pescadores, para que estes possam providenciar junto a outras agências do Estado, alguns benefícios que lhes são de direitos, assim: os benefícios da previdência social como seguro-maternidade, aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio-doença, acidente de trabalho, todos os benefícios que o INSS pode garantir ao assegurado, através desta agência.

Segundo o representante da Colônia, atualmente a agência enfrenta a falta de apoio para lidar com os problemas existentes no setor. Pois a categoria ainda não dispõe de uma política que a acompanhe, por parte dos governos, que visem beneficiar a prática da pesca artesanal na região, os apoios existentes são para o campo da produção comercial, assistência técnica e de pequenos projetos que não se concretizaram ainda. As situações problemáticas, existentes no rio e nos lagos, acabam escapando de seu domínio, uma vez que, segundo o presidente, não apresentam condições para estarem debatendo esses problemas.

Nós não temos recurso pra ir até as comunidades ribeirinhas pra passar as informações sobre a questão dos direitos e deveres deles, as nossas reuniões sempre são feitas aqui na cidade e tudo tem custo e isso gera custo. Pra chegar nas comunidades é difícil, as outras atividades a gente faz em parceria junto com o IDAM, Banco da Amazônia e o Ministério do Trabalho. As atividades são seguro desemprego através do Ministério do Trabalho, financiamento através do Banco da Amazônia. (Entrevista nº 03, Presidente da Colônia Z-31, Humaitá, agosto de 2008)

Essa dificuldade das colônias de pesca também é demonstrada por Gonçalves Furtado, quando a pesquisadora trata da falta de uma política governamental que dá margem ao aumento das situações de conflito, que nem sempre são acompanhadas pelas colônias, devido às falhas em sua estrutura. As colônias na condição em que se encontram e mesmo a colônia de Humaitá, declara que não consegue abarcar os problemas dos pescadores para ajudar a solucioná-los (GONÇALVES FURTADO, 2004, p. 64).

A pesquisadora também considera que as condições políticas que remontam ao grupo que está a frente da colônia, também somam fatores que podem contribuir para a imobilização da agência frente às condições de luta que a mesma poderia tomar. Isso dependeria dos interesses que estivessem em jogo, como alianças políticas com governos,

---

<sup>85</sup> Os dados na qual tivemos acesso, foram concedidos por membros da diretoria da Colônia de Pesca Z-31.

empresários e partidos políticos. Internamente em sua estrutura, poderia ocorrer disputas pelo poder de domínio do setor e isso de alguma forma, acaba prejudicando os próprios associados, pois inibe o percurso de ações de uma gestão (GONÇALVES FURTADO, 2004, p. 64).

Foi enfatizado pelo presidente que a colônia não tinha um terminal pesqueiro para abarcar todo o carregamento de peixe que desembarca no porto de Humaitá. Há muito desperdício, também não há um frigorífico que contenha os estoques de pescado, não há uma subestação de energia para a ampliação da pequena fábrica de gelo. Recentemente, naquele período eleitoral, a conta de energia elétrica, que era paga com recursos da prefeitura foi suspensa.

A colônia naquele momento era mantida com recursos oriundos da mensalidade paga pelos associados, em torno de R\$ 10,00, que era destinado a pagamentos das contas da entidade e em pequenos investimentos feitos na própria sede. Algumas vezes parte do recurso era direcionado para uso em situações emergenciais, quando um associado recorria à Colônia para pedir auxílio. O apoio governamental ao setor era reconhecido negativamente pelo presidente:

Aqui por parte do governo Lula, o principal a política de pesca aqui pra nós é péssimo, estadual sinceramente também é a mesma coisa, a nível federal é questão do seguro desemprego que tem o seguro desemprego é razoável. Aqui pra gente a maioria das vezes o pescador artesanal é o mesmo profissional, porque profissional mesmo num tem não, a maioria é artesanal porque profissional é de barco de 10 toneladas pra cima. E os comercializam são filiados, são magarefes. Dos filiados, posso te dizer que 40% é do interior dentre 100%, porque também a maioria não tem condições de vir aqui na cidade pra se filiar. 20% de mulheres estão cadastradas e as mulheres são mais do interior. (Entrevista nº 03, Presidente da Colônia Z-31, Humaitá, agosto de 2008)

Com relação ao acordo de pesca, o presidente não demonstrou muita familiaridade, acompanhou algumas discussões no início do processo, mas relutou em falar mais sobre o assunto e reconheceu que o andamento estava sendo dirigido pelo IBAMA (Manaus), onde também participavam o IDAM, a UFAM e a coordenadora da pastoral.

No que tange as hidrelétricas, o presidente opinou, falando a partir de sua perspectiva, relatando como via o empreendimento separado do posicionamento da Colônia de Humaitá, que até o presente não estava formalizado. Ele se mostrou contrário às obras, principalmente por saber que toneladas de peixe, que servem de alimento para milhares de famílias e que abastecem mercados no Amazonas e Rondônia irão desaparecer com o desastre ambiental que temem que aconteça.

Das barragens, eu não posso ti falar assim da colônia, eu posso ti falar do meu ver, pra mim, eu acho que não é? Pra mim vai prejudicar muito, ribeirinho e pescador, porque tem um pessoal do IBAMA aqui e foi cavado aí na frente um buraco de seis metros de fundura, você vai lá agora! Você vai ver que tá tudo aterrado, porque que aterrou? Porque a água ficou parada, porque se montar a barragem lá, com certeza o nível da água vai baixar e a correnteza num vai ser a mesma que era antes. E a água do Madeira todo mundo sabe que ela é mais barro do que água. Então a tendência é que aquela terra ela vai sentar. Então o nível do Madeira com certeza vai baixar. Todas as comunidades que às vezes nós temos a oportunidade de ir ou quando eles vem até a gente, a gente comenta sobre isso. A colônia ainda num tem um posicionamento com relação a isso. (Entrevista nº 03, Presidente da Colônia Z-31, Humaitá, agosto de 2008)

Por causa do problema das barragens, uma das preocupações do presidente da colônia era com o acúmulo de sedimentos que o leito do rio teria. Isso se tornaria um obstáculo para a navegação e para que a pesca, seja ela realizada nos mais longínquos lugares do rio Madeira. A diretoria da colônia relatou que outro fator de risco é com relação ao desabamento de terras que ocorre na área situada próximo ao porto, que provavelmente ficará comprometida com essa descida de sedimentos que o rio trará. Naturalmente esse fenômeno ocorre há anos, onde crateras enormes são abertas pela ação da natureza quando o rio corre.

No ano de 2008, durante o mês de outubro, uma fenda engoliu parte da primeira Avenida de Humaitá, que fica localizada próxima a catedral de Nossa Senhora do Carmo no centro do município. Esse fato vem se tornando uma nova preocupação para a população local, principalmente com relação aos efeitos que as obras hidrelétricas poderiam causar. Afinal áreas como a de Humaitá no Amazonas foram desconsiderados no EIA-RIMA dessas hidrelétricas.

#### **2.4. O processo de construção do Acordo de Pesca: o vislumbre de uma “Instrução Normativa” para regular os conflitos de pesca em Humaitá**

Para entender como ocorreu o processo de elaboração do Acordo de Pesca que regularizaria a prática da atividade em Humaitá, recorri inicialmente a agência mais próxima dos agentes da pesquisa, a pastoral ribeirinha. Foi a agência que discutindo com os agentes sobre os problemas relacionados aos conflitos de pesca nos lagos, rios, igarapés e demais áreas de pesca, articulou junto com representantes das localidades rurais, a ocorrência das reuniões para definir a necessidade de estabelecer regras que regulassem a atividade nessas áreas. Para que seja possível entender como funciona esse mecanismo legal e como está se

dando esse processo na realidade que analiso, farei uma breve exposição de como esse ato deve ser construído, segundo as diretrizes do MMA e do IBAMA.

De acordo com a Instrução Normativa<sup>86</sup> Nº 29 de 31 de dezembro de 2002 do Ministério do Meio Ambiente – MMA e IBAMA, o Acordo de Pesca representa uma das estratégias para uma futura administração pesqueira. Para tanto, é previsto que seja reunido um número representativo de todos os envolvidos nesse processo, neste caso serão os denominados pela instrução normativa de “comunidades de pescadores”. Um acordo de pesca é “um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área definida geograficamente”.

Segundo a instrução, os que usufruem dessa atividade devem se organizar em reuniões para discutir a melhor forma de atender os interesses de todos e promover a preservação das espécies. Ao fim deverão ser definidas as “normas específicas” para regular a atividade de modo a atender todas as demandas sem causar maiores prejuízos (IN29, 2002, p. 01).

A discussão do acordo deve ser acompanhada por um analista ambiental, técnico especialista da agência ambiental responsável, o IBAMA, também em conjunto com outros técnicos de agências ambientais e da sociedade civil que queiram acompanhar o andamento de construção. Cabe aos representantes de cada “comunidade” comunicar aos demais membros das localidades e também aos demais segmentos da sociedade, sobre a mobilização para que se faça um planejamento das futuras reuniões que definirão como será o acordo de pesca. Nas reuniões serão apresentados os problemas e deverão ser discutidas novas propostas visando soluções para diminuir os conflitos.

Antes das reuniões do acordo, a instrução sugere que sejam feitas outras reuniões (anteriores e posteriores a reunião do acordo) no interior das “comunidades” entre seus associados, para que possam ser levadas a reunião do acordo, novas sugestões e propostas. Novamente na reunião do acordo, todas as demandas serão apresentadas e discutidas para ser elaborado o conteúdo definitivo e que possa estar entre as regras que irão compor um acordo. Aqueles que participarem das reuniões, sendo representantes de cada “comunidade”, deverão retornar aos seus pares com as informações finais, resultantes de cada reunião (IN29, 2002, p. 03).

---

<sup>86</sup> De acordo com a definição do MMA, as Instruções Normativas são “atos administrativos expedidos pelos Ministros de Estado para a execução das leis, decretos e regulamentos (CF, art. 87, parágrafo único, II), mas são também utilizadas por outros órgãos superiores para o mesmo fim” (MMA, 2009).

Ao término do processo de construção, as propostas serão lidas em assembléia geral, submetidas à aprovação e registradas em Ata da Assembléia, esse documento deve conter a assinatura de todos os que a acompanharam. Feito isso, deverão ser encaminhados, a partir da apresentação de um ofício, à Gerência Executiva do IBAMA. No ofício encaminhado, estará a solicitação de regulamentação através de uma Portaria Normativa Complementar.

A representação do IBAMA local encaminhará o documento e a solicitação ao IBAMA-sede para que seja feita a apreciação técnica e jurídica, com fins de que sejam tomadas as providencias necessárias para divulgação e em seguida a publicação no Diário Oficial da União, do devido acordo de pesca. Depois que forem divulgadas as cópias do acordo para a sociedade civil, serão estabelecidos o plano de monitoramento e a avaliação<sup>87</sup> do funcionamento do acordo (IN29, 2002, p. 04).

Para destacar a breve amostra de como os acordos deveriam atender aos agentes sociais, organizamos uma lista com os principais critérios de regulamentação da pesca. Assim ficam estabelecidos segundo a instrução normativa:

**“Considerando o que consta do Processo nº02001004183/01-85, RESOLVE:**

**Art. 1º** - Estabelecer os seguintes critérios para a regulamentação, pelo IBAMA, de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira:

**I.** Que sejam representativos dos interesses coletivos atuantes sobre os recursos pesqueiros (pescadores comerciais, de subsistência, ribeirinhos, etc.), na área acerca da qual se refere o Acordo, desde que não comprometam o meio ambiente enquanto patrimônio público a ser assegurado e protegido;

**II.** Que mantenham a exploração sustentável dos recursos pesqueiros, com vistas à valorização da pesca e do pescador;

**III.** Que não estabeleçam privilégios de um grupo sobre outros, ou seja, as restrições de apetrechos, tamanho de embarcação, áreas protegidas, etc, deverão ser aplicáveis a todos os interessados no uso dos recursos;

**IV.** Que tenham viabilidade operacional, principalmente em termos de fiscalização;

**V.** Que não incluam elementos cuja regulamentação seja atribuição exclusiva do poder público prevista em lei (penalidades, multas, taxas, etc).

**VI.** Que sejam regulamentados através de Portarias Normativas Complementares às Portarias de normas gerais que disciplinam o exercício da atividade pesqueira em cada bacia hidrográfica.

Parágrafo único - Entende-se por Acordo de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente.

**Art. 2º** - Estabelecer procedimentos para a regulamentação de Acordos de Pesca, de acordo ao Anexo I desta Instrução Normativa;

**Parágrafo único** - Entende-se por regulamentação de Acordo de Pesca, a edição de Ato Normativo do IBAMA com adoção de regras ou medidas acordadas.

**Art. 3º** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação”.

<sup>87</sup> O monitoramento deve ser feito com o acompanhamento de um técnico de agência ambiental do IBAMA ou ONG's. A avaliação é feita anualmente, baseada nas informações provenientes do monitoramento realizado.

**Quadro 24:** Critérios para o funcionamento de um Acordo de Pesca.

**Fonte:** Instrução Normativa Nº29 de 31 de dezembro de 2002.

O acordo de pesca das localidades rurais de Humaitá está passando pelas etapas previstas, como na seqüência acima apresentada, não está concluído e, segundo as informações que tive acesso, foi pensado para tentar controlar os conflitos existentes nos lugares onde a pesca é realizada. A princípio, os conflitos se dão em torno da entrada de pescadores de outros lugares em áreas como os lagos, segundo o que observei nas entrevistas que fiz, isso aponta para uma disputa entre os que vivem nessas localidades com agentes externos pelo pescado existente. Nestes lugares são comentados pelos agentes, que estes pescadores apanham uma quantidade de pescado que torna esse recurso “escasso” para as famílias que necessitam prover sua existência.

Os pescadores que entravam, porque têm muitos aí que falam que só vai pescar quando colocarem uma placa, aí eles param de pescar porque nós, lá na outra não aceita que eles entrem, mas.... eles vêm vendem até 100 kg e vai vender no tempo da piracema, como falam. E eles aqui também não são pescador, e pescador mesmo só pesca pra comer pra sobreviver, mas que vem de fora pesca pra sobreviver, gente mesmo que não é nem vizinho da gente. (Entrevista nº 04, B, Lago do Antônio, Humaitá, maio de 2009)

Antes que se eleja o fator “escassez de recursos naturais” como sendo um dos principais pontos na discussão sobre os conflitos sociais. É necessário que se reflita que nos lugares onde esses conflitos eclodem, temos que considerar não apenas esse contraste, mas acima de tudo, que tratam-se de “territórios específicos”, constituídos por processos culturais históricos de uma ação coletiva, que sentem-se ameaçados pela inserção “violenta” de uma lógica comercial que busca nesses espaços sociais os recursos que lhes fornecerão os meios para aumentar sua capacidade de crescimento. Nesses “territórios” vivem os agentes sociais que sofrerão com a ação *externa* sob a apropriação dos recursos naturais na qual os mesmos fazem uso entre si, conforme a práticas culturais em torno da apropriação do mundo material, que se constituiu e se distribuiu ao longo de suas histórias (ACSELRAD, 2004, p. 14-15).

Nesse âmbito, o conflito se dá quando os diferentes interesses entre os agentes passam a disputar o poder de dominação sobre determinados recursos, ou seja, a justificativa da escassez, pode ocultar o avanço pela busca do recurso para atender ao capital. Sendo que ao mesmo tempo, o desaparecimento de um recurso pode afetar profundamente, de modo que ocorra uma “violência simbólica” à vida dos agentes que sofrem a ação, onde os

aspectos culturais que constituíram a organização de um modo de vida fiquem comprometidos ou sofram uma desestruturação em sua organização social.

De acordo com o que pude acompanhar durante as conversas entre os agentes no evento do fórum, outro fator relevante me chamou a atenção, seria uma segunda situação nesse conflito. Nem todos os que vivem nas localidades que ocorrem os conflitos, que fazem parte desses “territórios específicos”, concordaram com a criação de um acordo de pesca, muitos se negaram a participar, por temer a limitação de sua atividade, e diferente dos requeriam esse acordo, tais agentes vivem da prática comercial para manter suas famílias e em vista que todos teriam que se submeter a tais regras, como proveriam seu sustento?

Além disso, surge em meio à discordância do acordo o problema com o aumento da população de jacarés nessas localidades e em rios e lagos. Os agentes preferem agir ocultamente tentando se prevenir contra os ataques do que recorrer sem resposta ao IBAMA. Que segundo eles, não soluciona o problema que afeta a atividade da pesca, muitos casos como esses foram denunciados nas entrevistas e essas razões somatizam para que os agentes se eximam da imposição e passem a não participar desse debate do acordo.

Discussão sobre acordo de pesca? houve uma só vez! isso nós tamo em 2008 e foi em 2005, teve um encontro aqui em Humaitá do qual fui convidado participei e era pra falar sobre rios e lagos, preservação de lagos, melhor dizendo. Isso foi promovido pela diocese aqui de Humaitá, foram convidados o IBAMA, teve representante do INCRA e discutimos um fator muito grave pra nossa comunidade, falamos sobre o manejo do jacaré. A moça do IBAMA tava aí falando sobre jacaré e fizemos uma pergunta, como faríamos se o jacaré vem nos atacar, se a nossa defesa é matar ele. Aí falaram que era crime e por coincidência chega um filho de um dos participantes que é ribeirinho também, com a mão quase decepada pelo jacaré. Isso o pessoal do IBAMA ficou quase como sem jeito, então um dos problemas da nossa pesca no nosso lago, lá na Malvina é o jacaré demais, demais, mesmo, sem exagero. (Entrevista nº 05, C, Malvinas, Humaitá, agosto de 2008).

Mas quase foi preso uma pessoa próxima da minha comunidade porque tinha morto um pássaro, eu num lembro bem o nome do bicho, ele tava na gaiola e acabou morrendo, foi uma coisa a toa, denunciaram o IBAMA foi lá, multou o cidadão num valor que não é irrisório mas também que num é muito alto, mas o rapaz como era um homem de bem, vendeu a casa pra poder pagar a multa. Então quer dizer isso revolta a gente porque quem ta na cidade fica fácil, tem emprego ainda, tira o dinheirinho do bolso vai no supermercado, compra um quilo de carne, compra um quilo de peixe e quando compra um quilo de peixe tem horror mas num sabe a dificuldade de quem pegou aquele peixe, trouxe pra ele colocar na mesa dele. Então isso revolta a gente, nós sentimos muito, nós lamentamos as autoridades que não dá assistência pra nós ribeirinhos quanto a esse problema do jacaré, só falam em manejo do jacaré, manejo do jacaré, mas só da boca pra fora, aí fazem um encontro assim, eles pegam e enrolam, eles adoram enrolar que quando trabalha faz um relatório, quando faz só número faz um “enrolatório” leva praquela seu superior e esse superior tem outro superior e assim por diante com tanta gente do interior, mas ninguém se torna superior a um animal daquele. Ta aqui nós ribeirinhos que somos os mais sacrificados é que devemos pagar a conta?. (Entrevista nº 06, D, Lago Uruapiara, Humaitá, agosto de 2008).

No entanto, essa ação pode ser lida pelos agentes que detém o poder de negociação e que tem o apoio da maioria dos seus, como inválida, onde qualquer ação desses agentes que se opõem, pode ser concebida como fora das normas estabelecidas. Isso denota os pressupostos que demarcam a relação antagônica entre os agentes, e um dissenso que se funda quanto ao acordo. O mecanismo que segundo Acselrad é usado para solucionar situações como essas, seria comparado a uma “psicologização” desse dissenso, tentar controlá-lo através das ditas regras previstas nas instruções normativas e nos manuais para amenizar as discordâncias (ACSELRAD, 2004, p. 10).

Segundo informações dos agentes sociais, a idéia do acordo foi pensado no âmbito das localidades rurais e depois levado a sede do município para uma discussão mais ampla com outras agências, onde passaram a contar com o apoio da pastoral ribeirinha, através de sua coordenadora, somando forças para o estabelecimento do acordo. Juntos, agentes e pastoral, procuraram o IBAMA de Humaitá para se informar sobre o processo. Este justificou sua pouca afinidade com tais interesses e orientou que ambos acionassem o IBAMA de Manaus para solicitar auxílio quanto ao início do processo de construção do acordo com as “comunidades”.

O que observei com esse quadro que se delineou é que, para tentar cessar a situação de conflito, os agentes interessados no acordo, que tinham conhecimento dos meios pelos quais as agências ambientais do governo, costumavam controlar esses conflitos, passaram a requerer a sua intervenção no sentido de distribuir as formas de acesso, regulado, aos recursos naturais, como a pesca. Nesse ínterim, ao ser solicitado, o IBAMA passou a conceber o acordo de pesca como forma de regular as relações sociais, impondo as normas de acesso ao pescado nas áreas onde a prática intensa da atividade passou a ser um dos motivos principais, que levaram a situações conflituosas entre os próprios agentes sociais e entre os agentes externos. Ganha legitimidade nessa luta quem consegue controlar as relações sociais (ACSELRAD, 2004, p. 20).

Sobre os Acordos de Pesca foi a gente mesmo que foi se informar, através da irmã e do IBAMA. Aqui em Humaitá o IBAMA é uma coisa assim, assim que não dão quase atenção. Então se fechasse o acordo lá até em março era pra ligar direto pra ele, pra Manaus. O cara do IBAMA lá de Manaus. (Entrevista nº 07, E, “comunidade São Sebastião”, Humaitá, agosto de 2008).

Dos últimos tempos pra cá eu ainda cheguei a conhecer o Lago do Antonio como um lugar muito farto de peixe, e eu não fui um dos primeiros. Já fui chegando depois dos antigos moradores, mas eu ainda cheguei a ver a fartura que tinha de

peixe no Lago do Antonio. Então observando isso aí, a gente chegou a um acordo, porque do jeito que a gente tava vendo, o que tava acontecendo. Se fosse deixar continuar do jeito que estava daqui há uns dois ou três anos não nós, mas os nossos filhos e os nossos netos, eles iriam passar por dificuldades em relação ao peixe, ao pescado aqui na nossa comunidade. Então vendo isso aí, a gente tomou uma iniciativa em fundar essa associação, e através da associação nós planejando esse acordo de pesca pra comunidade. (...) Então a gente procurou os nossos direitos junto aos órgãos, junto ao IBAMA, e eles não deram apoio pra gente. (Entrevista nº 08, F, Lago do Antônio, Humaitá, maio de 2009).

As reuniões para montagem do acordo foram iniciadas em 2005 e depois foram sendo ampliadas nas localidades rurais. Deste processo participaram as seguintes agências: IDAM, INCRA, ONG Pacto Amazônico, Banco do Brasil, Pastoral Ribeirinha e Colônia de Pesca Z-31. O acordo está na fase final de sua concretização, mas desde o ano passado o IBAMA de Manaus não enviou o seu representante para acompanhar os últimos acertos, para então serem encaminhados ao IBAMA/sede em Brasília os documentos finais que tornam legítimo o acordo.

A justificativa dada para a ausência do analista ambiental em Humaitá, é que devido às atuais mudanças de cargos e de setores da agência e com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, não foi possível ajustar o cronograma de atividades para ida ao município. Como o IBAMA não será mais o responsável por acompanhar os processos de criação de acordos de pesca, o analista não soube informar como iriam proceder.

## **2.5 A pesca e o “Complexo Madeira”: novos desafios para os diferentes agentes sociais do Rio Madeira**

O período em que estive fazendo o trabalho de campo em Humaitá era marcado por uma série de eventos locais que mobilizavam a vida do povo humaitaense, era período de eleições e havia uma expectativa crescente das pessoas sobre uma possível mudança ou um estado de continuidade administrativa. Afinal, o prefeito atual era candidato à reeleição e havia novos candidatos pleiteando a prefeitura municipal.

As preocupações que estavam em jogo envolviam a situação econômica, infraestrutura, saúde, educação, os contratos temporários e os aumentos salariais do município. Parecia ser um momento de balanço administrativo, que fazia com que os eleitores refletissem. Em meio ao agito, observei que havia muitos comentários sobre a situação política do município nos lugares que frequentei. Era visível a formação de vários grupos políticos que se reuniam para conquistar cada voto no município. O contexto local era marcado por um momento de tensão e de disputas.

Essa situação me fez recordar os estudos de Max Gluckman (1987) que ao analisar as “situações sociais” na Zululândia Moderna, passou a compreender como estava configurada a estrutura social daquela sociedade. Na Zululândia viviam zulus e europeus, mas estes em seus devidos grupos. Os chefes políticos de cada grupo, negociavam as obras que seriam feitas na Zululândia. Para tanto, buscou no estudo de vários eventos, que participou, captar as singularidades que iriam contribuir para constituí-la. No estudo desses eventos, passou a analisar os comportamentos dos grupos.

Isso me proporcionou uma observação sobre esses comportamentos e me fez identificar diversos dos interesses que surgiam em meio ao período de eleições e no decorrer do fórum que participei.

Humaitá estava fervorosa por causa da campanha eleitoral e em plena festividade do rodeio local. Mas tudo isso acabava por tomar toda a atenção dos cidadãos. Na cidade não se falava em outra coisa a não ser no futuro e nos problemas a serem resolvidos pelo novo prefeito.

Durante essa temporada, parecia que algumas coisas vinham à tona para forçar a população a repensar o que se queria realmente para o município. Uma das coisas que me chamou a atenção foi o racionamento de energia e de água, serviços essenciais que estavam interligados e que supostamente faltavam justamente em períodos eleitorais. Segundo os próprios moradores da cidade, o corte desses serviços tratava-se de algo costumeiro nessa temporada.

A atual “promessa” mais ouvida nos anúncios políticos dizia respeito à construção das hidrelétricas em Rondônia. Na qual, a partir desses empreendimentos, Humaitá não teria mais racionamento de energia elétrica e nem falta de água. Logo os demais serviços públicos do município funcionariam devidamente e tudo correria em direção ao “desenvolvimento”, palavra que não deixava de ser citada a todo momento nas propagandas de rádio e que, segundo os candidatos, faltava para esta região tão esquecida e distante da capital amazonense.

Além disso, Humaitá enfrentava a forte presença do avanço das queimadas que deixavam nublado o céu daquele município. Parecia que havia uma corrida para limpar as áreas que ainda restavam florestas e o objetivo era transformá-las o mais rápido possível em campos para as plantações de arroz, soja, milho e a criação de gado. Isso não ocorria em áreas distantes da cidade, bastava ir em direção ao aeroporto ou em qualquer estrada nessas proximidades, que se via queimadas em todas as direções, algumas muito próximas as agências ambientais, responsáveis pela fiscalização desse tipo de ação.

Enquanto a cidade estava mobilizada para as eleições, eu seguia rumo ao fórum promovido pela pastoral ribeirinha e os agentes sociais da pesquisa. Uma das pautas mais significantes para eles era a respeito da construção das UHE's de Jirau e Santo Antônio, fato que foi incluso insistentemente na lista de debates pela coordenação da pastoral, por se tratar de um empreendimento que afetaria o modo de vida daqueles que viviam nas localidades rurais do município.

No 1º dia do fórum, ocorreu a apresentação de todos os participantes e logo a formação dos grupos de trabalho para elaborar pontos para uma discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelos agentes. O 2º dia do fórum foi reservado para prestar esclarecimentos sobre a construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, na qual foi providenciada a participação de um membro dos movimentos sociais de Porto Velho, para repassar informações sobre o que seria esse grande projeto e de que forma todos os que vivem ao longo do Baixo Rio Madeira poderiam ser afetados.

Para tanto o expositor fez uma contextualização ampla que denotava a interligação de projetos de infraestrutura, dando ênfase aos planos da IIRSA, do PAC e do PDE. Projetos que estão sendo implantados visando subsidiar indústrias e a produção de mercado. Contudo, foi ao projeto “Complexo Madeira” que a exposição buscou dar maior atenção, nos efeitos que as construções poderiam levar as vidas daqueles agentes que se encontravam no fórum. Para tanto, foi feita a apresentação de documentários com depoimentos de pessoas que haviam sido afetadas por outras obras hidrelétricas em outras regiões do país, também nos depoimentos de quem já estava sofrendo as pressões das UHE's de Jirau e Santo Antônio.

Nestes documentários, foram destacados por especialistas, os efeitos sobre os recursos naturais na qual os agentes também dependem, onde teve destaque a atividade da pesca, que está ameaçada e compromete a existência de espécies consumidas em todo o Rio Madeira. Depois da exposição percebi a preocupação daqueles que nunca haviam recebido qualquer tipo de informação sobre o empreendimento. Os que sabiam não tinham idéia da dimensão dos problemas que poderão ser acarretados futuramente. As pessoas ficaram surpresas com as informações contidas nos materiais distribuídos, alguns eram as cartilhas do MAB e nos panfletos do IMV sobre esses efeitos.

Mesmo diante do que assistiram nos documentários, os agentes ficaram motivados a lutar, alguns passaram logo a expressar oposição as UHE, principalmente por considerar que os governos locais se quer fizeram audiências públicas no município para esclarecer o que seria aquele empreendimento. A impressão que se tinha era que eles perceberam que corriam

o risco de perder seus lugares, suas casas, sua história. Ficaram muito preocupados com a possibilidade dos lagos secarem, com o desaparecimento dos peixes, com a falta do transporte, com o isolamento de algumas localidades, caso os lagos secassem por muito tempo. Demonstraram sinais de incerteza e medo com relação ao futuro e principalmente por ter que deixar de realizar suas atividades. Em meio às discussões que surgiram depois da exposição se formaram os seguintes posicionamentos:

Aqui nós tinha de tudo e se houver essa barragem a gente vai ter crise, crise...e eu só tenho pena das crianças. Porque embora que seja isso, que o prefeito fala que se ele for eleito ele vai ajudar, mas como é que pode ajudar?! Se tem essa barragem como é que pode viajar barco? A gente não pode viajar. ( Entrevista nº 09, G, “comunidade São Bernardino do Lago do Antônio”, Humaitá, agosto de 2008).

Somos ribeirinho e moramos na parte de baixo e vamos sofrer com essa represa aí, apesar da água ficar presa em barragem, vamos ter com certeza sérias dificuldades, não só no nosso transporte como também na água porque nós dependemos do rio que é a estrada principal de transporte e passa barco. Fazendo essa barragem vamos ser diretamente prejudicado, o peixe vai ser praticamente extinto porque num vai ter pra onde subirem pra procriarem e eles têm que subir todo ano pras cachoeiras, pra procriarem e depois voltarem novamente. Com isso eu dentro do pouco conhecimento que eu tenho, mas eu tenho certeza absoluta que isso vai causar um impacto, o peixe vai ficar escasso pra nós amazonenses que dependemos do peixe que gostamos do peixe. E como nós estamos muito preocupados, eu particularmente, fiquei muito sensibilizado ouvindo as entrevistas das pessoas que foram atingidas pelas barragens que já foram feitas, as dificuldades que tão atravessando, a falta de apoio das autoridades competentes e que eles fizeram esse estudo pra construção dessas barragens, não nos consultaram, não querem saber, não nos ouviram, não deram a vez pra estejamos colocando a nossa situação que vivemos. (Entrevista nº 10, H, “comunidade Palhalzinho do Acará”- Manicoré, Humaitá, agosto de 2008).

Os agentes sociais expressaram também a sua representação sobre o Rio Madeira que é para eles um símbolo que compõe seus traços culturais. Como componente que contribui para manutenção da organização social das denominadas “comunidades”, que se formaram às margens desse rio, uma alteração em seu curso pode causar uma desestruturação do modo de produção desses agentes sociais. Tendo suas atividades interrompidas os traços culturais sofrerão modificações, podendo influenciar diretamente na adoção de novos padrões de vida que garantam a sobrevivência destes.

Olha eu acho que pra nós o rio Madeira é tudo. É de onde nós tiremo a água, o peixe, agora mesmo tem o mineral que a gente tira daqui que tá no garimpo. O Madeira para nós é tudo porque com essas barragens e se esses impactos acontecer e se secar ou transbordar eu acho que acabou a vida do ribeirinho aqui no Baixo. Porque lá a gente num vai mais poder viver e se vir aqui pra cidade, você vê a calamidade que tá aqui pro povo, todo mundo passando fome, com gente roubando, tudo isso. Então a gente vive lá, na nossa vidinha boa . Agora, lá nós temos água, peixe, planta, colhe, tudo isso. E esse impacto se acontecer vai acabar

com a vida de todo mundo, então o rio Madeira é mãe, é pai, é tudo. (Entrevista nº 11, I, “comunidade Baltazar”, Humaitá, agosto de 2008).

O que eu tenho a dizer é que o rio Madeira representa pra nós é a maior parte da nossa vida. Representa tudo pra nós, a maior parte da alimentação vem do rio pra nós, sobre a água, contudo que água é barrenta, mas a gente acha que é uma água até sadia, muito mais do que esses igarapé. Porque dá muito mais malária nos lagos do que no pessoal do rio Madeira. Então pra nós ele é demais importante e numa só voz todo fala da mesma coisa, o mais importante é o rio Madeira. (Entrevista nº 12, J, “comunidade do Descanso”, Humaitá, agosto de 2008).

Chamo a atenção também para um fator, dentro dessa discussão das barragens não é apenas a população do interior de Humaitá que não tinha conhecimento sobre os efeitos causados pelas UHE. Não há proposta de se fazer um esclarecimento no município sobre esse debate, as pessoas acham que o município não será afetado, os governos sugerem que o Estado do Amazonas não sofrerá nenhum efeito grave.

Esse tipo de pensamento é reproduzido pelos próprios políticos da região em suas campanhas. Conversando com algumas pessoas, soube que nenhuma audiência pública havia sido realizada para prestar esclarecimento sobre as obras das UHE. Apenas recentemente, através da Diocese, estava sendo promovido um debate direcionado aos agentes sociais para informá-los desse projeto. Isto indica que a administração municipal vem se omitindo do compromisso de trazer à tona essa discussão e de tentar apresentá-la a população, principalmente pelas mudanças no curso do rio, que acarretarão efeitos futuros para os agentes sociais que vivem na área rural de Humaitá.

Os fatores acima apresentados moldam um quadro de transformações sociais que alcançam toda a área do Rio Madeira, portanto não são situações isoladas que estão eclodindo apenas em um Estado. Mas são transformações sociais que extrapolam qualquer barreira geopolítica. Os planos governamentais e os interesses vigentes tendem a abranger toda a região da Pan-Amazônia. O avanço sobre a região do Rio Madeira representa a quebra de protocolos ambientais e sociais, principalmente no que diz respeito à dominação de densas áreas ainda ricas de recursos naturais. Humaitá, da mesma forma que Porto Velho, já está na trilha das intervenções externas, onde parece ser apenas uma questão de tempo, para que esse processo de transformação se acentue sobre as vidas dos agentes sociais da mesma forma como ocorreu a partir do projeto “Complexo Madeira”.

### CAPÍTULO III

#### **3 AS RELAÇÕES DE CONFLITO EM PORTO VELHO - RO A PARTIR DA CONSOLIDAÇÃO DO “COMPLEXO MADEIRA”**

Neste capítulo não me deterei em fazer uma análise centrada apenas nas relações sociais relativas ao processo de produção pesqueira em Porto Velho. A situação com que me deparei envolve uma série de acontecimentos que me fizeram buscar o entendimento das formas de interação entre diferentes agentes sociais diretamente referidos aos efeitos da intervenção governamental na região do Madeira. A dinâmica das relações reflete a lógica das políticas governamentais, através do projeto “Complexo Madeira”, com a finalidade de contrapor-se às contestações dos movimentos sociais. Por si só tal dinâmica acentua uma situação social de conflitos e tensões.

Essas mudanças envolvem interesses políticos e comerciais, de modo semelhante, mas em proporção maior, ao que se consolida em Humaitá. Constata-se um ritmo acelerado de profundas transformações no acesso e uso dos recursos naturais, que afeta as formas organizativas dos agentes sociais que estão agrupados em associação, nas distintas “comunidades”. Todas as ações que se sobrepõem aos interesses desses agentes, são responsáveis pelas drásticas perdas que estão ocorrendo nessa área, onde o “campo das relações sociais” tem sido marcado por graves antagonismos entre “dominantes e dominados” (BOURDIEU, 2004, p. 195-196), compreendendo questões ambientais e de caráter econômico.

Nesse sentido, farei uma descrição a respeito de como as políticas governamentais, somadas ao interesse empresarial, que através de projetos de “integração e de infraestrutura”, tem causado alterações no curso do Rio Madeira com efeitos ambientais imprevisíveis. Sobretudo abordarei, como isso vem afetando o modo de vida de centenas de famílias ribeirinhas e demais agentes sociais que vivem nas “comunidades” próximas ao município de Porto Velho, fato que não está dissociado das práticas da pesca nessas proximidades. Em resumo, darei ênfase aos aspectos que envolvem os interesses governamentais e privados, as lutas sociais dos agentes sociais, os mediadores, as agências e os movimentos sociais.

Nessa abordagem destacarei a preocupação dos agentes com referência às suas atividades rurais, que tem sido interrompidas abruptamente pela implementação das políticas

governamentais. Ao fazer esse destaque apontarei os riscos à atividades como a pesca artesanal, que constituem elementos significativos para o modo de vida dos agentes sociais situadas.

### **3.1 As relações de pesquisa: o caso “Complexo Madeira” em Porto Velho**

Quando me reporto às “ameaças”, estou falando do que observei durante o trabalho de campo na cidade de Porto Velho e arredores. Estou falando também da percepção que tive quando fui ao município em busca de informações sobre os fatores que envolviam as ações preconizadas para o setor pesqueiro local. Nestas circunstâncias fui surpreendida pelas medidas que estavam relacionadas às políticas governamentais e os projetos antes mencionados (PAC, PAS e PDE), que estavam sendo consolidados, mas com fortes agravantes que envolviam a contestação dos movimentos sociais pela forma como estavam sendo executados.

O aspecto situacional era diversificado, havia vários segmentos envolvidos em torno do maior projeto hidrelétrico a ser implantado na Amazônia, o “Complexo Madeira”. O fator que reunia governos, empresas, agências, movimentos sociais e agentes sociais, era a luta pela implementação ou não, das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o que configura o campo de lutas mencionado por Bourdieu (2004 p. 23-24). Esse seria um campo onde os agentes sociais estariam sendo postos à margem e perdendo seus direitos sobre as áreas que efetivamente ocupam e sobre a forma de uso dos recursos naturais que lhes garantia a sobrevivência.

De maneira resumida, pode-se dizer que, na luta contra as hidrelétricas, estão diferentes agentes sociais, como: *pescadores, ribeirinhos, extrativistas, agricultores e indígenas*. Encontram-se também inúmeras agências, tais como: as entidades confessionais (CIMI, CPT, CJP e outros segmentos da igreja Católica); o MAB; as agências não-governamentais e alguns pesquisadores ligados a instituições de pesquisa e ensino. Do outro lado, em favor das hidrelétricas, estariam os governos (estadual, municipal e federal); os interesses que implementam a IIRSA; as construtoras (Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez); as empresas de energia (FURNAS, CEMIG, Tractebel Energia, Eletronorte, CHESF); os bancos nacionais e internacionais (BNDES, Santander, Bradesco, Citigroup); as IFMs e tantos.

Estes agentes e agências estão medindo forças numa disputa desigual, pelo controle e domínio dos recursos naturais. Quem possui o poder de barganha são aqueles que detém o

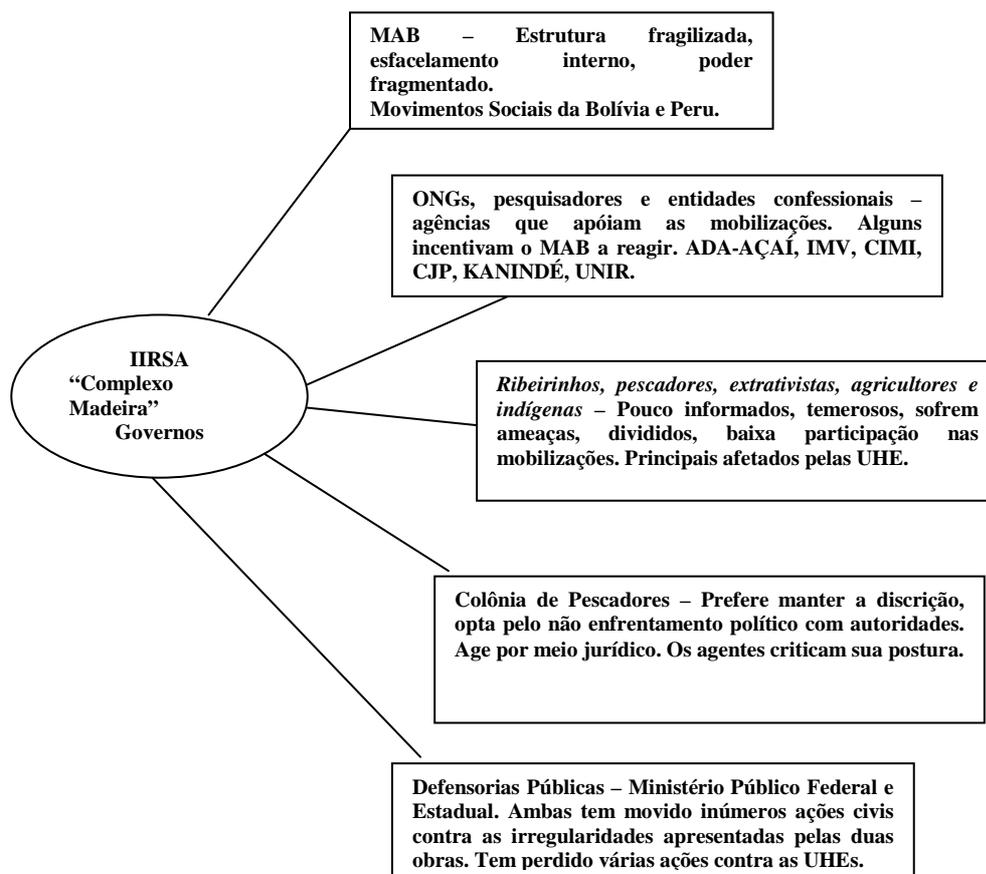
poder político associado com os conglomerados econômicos. São eles que podem provocar as alterações no espaço físico de acordo com seus interesses imediatos.

Quando fui a Porto Velho fazer o trabalho de campo, me surpreendi com muitas situações novas, na qual optei por incorporá-las a pesquisa, dada a relação direta que tinham com a vida cotidiana dos agentes sociais. Para tanto, passei a fazer o registro dessas informações localizadas, através de resumos etnográficos, que organizei, para pensar o processo que inspirava os agentes sociais aos atos de mobilização contra o “Complexo Madeira”.

Nesse sentido, pode-se dizer que o trabalho de campo teve um significado primordial para a pesquisa. Foi através dele que cheguei à conclusão de que não conseguiria apenas abordar aspectos relacionados às políticas que visam ações voltadas para a atividade da pesca, uma vez que essa prática permeia a vida dos agentes sociais e também está no âmago dessas transformações.

Através da observação direta, tive a possibilidade de perceber os aspectos da luta dos agentes sociais contra a implementação das UHE's de Jirau e Santo Antônio, isso me fez refletir que apenas fazer a leitura de fontes secundárias sobre essa realidade, não daria conta da complexidade deste campo de relações. O fator relevante é que o “aparente” ocultava as nuances do “campo de lutas” que está formado em Porto Velho, envolvendo inclusive os operários das empreiteiras que constroem as barragens.

O denominado projeto “Complexo Madeira” consiste no cerne, que mobiliza o campo das relações sociais e que envolve todos os agentes acima citados. Para tanto fiz uma breve ilustração da forma como estão distribuídos esses atores e seu potencial no âmbito da discussão sobre esse projeto:



**Figura 05** – Fluxograma do campo das relações sociais

Dentro do fluxograma acima, faço um resumo das observações que fiz no trabalho de campo e que apresentarei ao longo deste capítulo. Nessa perspectiva, observa-se inicialmente, que os agentes e agências estão posicionados em diferentes lugares, conforme os interesses que defendem. Ficam perceptíveis os elementos concernentes aos conflitos e às alianças que se fizeram entre os vários segmentos sociais, no âmbito do público e o privado, seja entre as agências governamentais e não governamentais, seja entre as agências que “representavam” os agentes sociais e nos antagonismos existentes entre os movimentos sociais e os agentes sociais.

Características desses antagonismos puderam ser observadas nos eventos que destacarei, na maneira como as políticas governamentais se impõem, na expressão de estudos que contestam os prejuízos que virão com essas obras e a partir das mobilizações de resistência vindas dos movimentos sociais, na qual alguns deles tive a possibilidade de acompanhar, fruto das idas ao campo da pesquisa em Porto Velho. Mas antes de fazer uma

referencia mais apropriada sobre esse campo de relações, se faz necessário apontar como está o conjunto da política local definida para a pesca em Porto Velho. Tenta-se ter um conhecimento necessário para que se entenda de que forma esse enfoque está relacionado às transformações que ocorrem em virtude da implementação do projeto “Complexo Madeira”.

### 3.2 A pesca na região de Porto Velho

A pesca que ocorre nessa região de Porto Velho é praticada no mesmo período que em Humaitá o calendário é exatamente o mesmo. Os instrumentos utilizados pelos pescadores são entretanto, diversos, alguns de tecnologia profissional, para realização da pesca em grande escala e outros considerados simples, para o uso na pesca artesanal. Aqueles que pescam, principalmente para autoconsumo utilizam o caniço, a malhadeira, o anzol, a flecha, a tarrafa e o arpão. A preferência pelos peixes varia entre o tambaqui, o surubim, a dourada, a piramutaba e os bagres.

Na direção do Alto Madeira, passando por Porto Velho, Jaci-Paraná e Mutum-Paraná, há a predominância dos que pescam de forma artesanal, mas existem aqueles que vivem basicamente da pesca e que se consideram “pescadores profissionais”. Alguns desses pescadores não dispõem de instrumentos avançados para realizar a pescaria, praticam como podem e pescam em grupos durante dias para fornecer ao mercado de Porto Velho, o resultado de suas empreitadas<sup>88</sup>.

Para os pescadores das proximidades de Porto Velho não há renda fixa, depende muito de onde eles moram, aqueles que vivem nas proximidades da capital rondoniense e de Guajará-Mirim, conseguem ter uma renda maior em relação aos que estão distanciados desses municípios como Cachoeira Teotônio, Jaci-Paraná, Vila Murtinho e Nova Mamoré (BARNES, 2008, p. 131). No entanto, grande parte dos *pescadores* trabalha na pesca para subsistência e as condições de acesso aos serviços básicos como moradia, saúde, educação, transporte, ainda são bastante precários.

O número de membros de uma unidade familiar varia, nos povoados visitados, de quatro a oito pessoas numa mesma casa ou unidade residencial. A unidade se volta para o trabalho nas atividades agrícolas e extrativistas destinadas ao autoconsumo. Algumas

---

<sup>88</sup> De acordo com Barnes, as estimativas de quantidade de pescado retirado do rio anualmente não são precisas. Os dados do EIA de 2005 apontam cerca de 354 toneladas/ano pescado e os dados coletados pela Colônia de Pescadores Z-01 apontam um total de 407 toneladas pescadas. Isso indica que há diferenças e que seria necessário realizar um outro estudo sistematizado e com metodologia padronizada para mensurar com mais rigor e precisão os números de pescado retirado do rio (BARNES, 2008, p 128).

famílias que vivem nessas “comunidades” já estão na terceira ou quarta geração, evidenciando um certo padrão de transmissão das práticas de uso dos recursos naturais.

Os pescadores dessa região também são filiados à Colônia de Pescadores Z-1 de Porto Velho, são ao todo cerca de 3.800, sem contabilizar aqueles que não estão filiados à colônia. Muitos vão em busca da Colônia por se sentirem amparados legalmente e para assegurar os benefícios que os pescadores e suas famílias tem por direito. Atualmente a maior preocupação dos pescadores é com a construção das UHE’s de Jirau e Santo Antônio. Onde muitos deles terão que abandonar a prática porque serão deslocados de suas áreas. A pesca artesanal é uma atividade ameaçada e pode desaparecer, como também poderá ocorrer perda da biodiversidade da qual dependem muitas famílias.

A normatização da pesca nessa área de Rondônia, bem como em todo estado, é regulada por uma agência do governo do estado de Rondônia, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM<sup>89</sup>. Como parceiros as agências ambientais tem feito ações com o IBAMA e a Polícia Ambiental. O IBAMA atua acompanhando a SEDAM em outras atividades de cunho ambiental, mas tem como prioridade a fiscalização e o acompanhamento em áreas reservadas. A Polícia Ambiental acompanha a SEDAM nas fiscalizações e apreensão de pescado que estiverem irregulares as exigências prescritas nas leis ambientais.

A SEDAM, que estabelece, conforme a Lei Estadual de Pesca Nº1. 038/02 e sua regulamentação, Decreto Estadual de Pesca Nº10. 227/02 divulga o que seria permitido e proibido enquanto ações para a pesca. É papel dessa agência especificar em suas instruções normativas, quais seriam os procedimentos adequados para pescar e quais seriam os instrumentos permitidos e proibidos, durante as épocas de defeso e fora desse período. A SEDAM também é responsável por classificar as “modalidades” de pesca existentes no Estado, determinando os locais que julga apropriado. Dentre as determinações, destaquei os tópicos abaixo:

**LEI Nº 1038, DE 22 DE JANEIRO DE 2002  
PESCA E AQUICULTURA**

**CAPÍTULO II  
DA PESCA E SUAS MODALIDADES**

**Art. 11** – Será permitida a exploração da aquicultura, nos seguintes bens integrantes da bacia

---

<sup>89</sup> Durante o trabalho de campo estive por duas vezes na SEDAM e IBAMA, infelizmente não fui atendida, sob a justificativa de que as pessoas encarregadas por acompanhar a pesca em Porto velho estarem em viagem de trabalho.

hidrográfica do Estado de Rondônia:

**I** – lagos e quaisquer correntes de águas em terrenos de seu domínio; e

**II** - coleções de águas provenientes de obras do Estado consistentes em represas, reservatórios e canais.

**Art. 12** – Para os fins desta Lei, a atividade de pesca classifica-se em artesanal, amadora, profissional e científica, assim definidas:

**I** – pesca artesanal, aquela praticada como meio de subsistência;

**II** – pesca amadora, a atividade pesqueira extrativa, praticada com apetrechos artesanais e não predatórios, com fins estritamente desportivos e recreativos;

**III** – pesca profissional, a que for praticada com fins econômicos e que represente, para seu praticante, o principal meio de vida; e

**IV** – pesca científica, a atividade pesqueira extrativa, exercida por instituições públicas, pessoas físicas ou jurídicas, para fins de estudos e pesquisas.

**Quadro 25:** Lei estadual de Pesca e Aqüicultura – Rondônia.

A SEDAM é caracterizada pela rígida disciplina cobrada àqueles que vivem da pesca em Rondônia, principalmente na pesca realizada nas áreas das cachoeiras. As instruções normativas divulgadas pela SEDAM, são determinações elaboradas no âmbito do governo do Estado, que ordena que a prática da atividade seja controlada desde a pesca artesanal até a pesca voltada para o mercado exportador, como a aqüicultura em grande escala.

Todas as modalidades de pesca são rigidamente acompanhadas e devem seguir os critérios de ordenamento estabelecidos pelo Estado. Dependendo do tipo de pesca e da finalidade do pescado no estado de Rondônia, registros, quantidade e licenças para capturas devem ser solicitados, antecipadamente, à agência SEDAM.

De acordo com essas instruções normativas, quase todas as ações para pesca, que um *ribeirinho* ou *pescador* almeja realizar, devem ser anunciadas a SEDAM e aguardar que a agência autorize uma concessão para a atividade. Ficam fora dessa determinação, aqueles que praticam a pesca de subsistência, realizada por “aposentado e o maior de 65 (sessenta e cinco) anos, quando do sexo masculino, e o maior de 60 (sessenta) anos, quando do sexo feminino”, que não tem finalidade comercial, mas que tem limite de peso definido e na qual os *pescadores* dispõem de instrumentos considerados simples (linha de mão, caniço simples, molinetes com anzol simples) para pescar. Nesse caso o *pescador* não pode ser vinculado a clubes e associações de pescadores<sup>90</sup>.

A pesca com finalidade comercial deve ser notificada com antecedência a agência. Os pescadores e criadores de peixes devem ser cadastrados no Registro Geral de Pesca – RGP, para usufruir das garantias estabelecidas nas instruções normativas de pesca e de acordo com a lei de pesca do Estado.

<sup>90</sup> Ver Decreto Estadual nº10. 227/02.

Aqueles que desobedecerem as regras estabelecidas pelo SEDAM, estão sob risco de receber as penalizações previstas no Decreto 10.227 de 12 de dezembro de 2002. As multas variam de acordo com a infração cometida.

§ 4º Incorrem em penas de multas, quem:

**I** – Exercer a pesca amadora e profissional sem portar licença ou registro concedida pela SEDAM: Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) acrescido de R\$ 10,00 (dez reais) por cada kg de pescado capturado;

**II** – Pescar com métodos e apetrechos proibidos ou predatórios: Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) acrescido de R\$ 10,00 (dez reais) por cada kg de pescado capturado.

**III** – transportar pescado sem a guia de trânsito: Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) acrescido de R\$ 10,00 (dez reais) por cada kg de pescado transportado;

**IV** – pescar em locais e/ou épocas proibidas, interditados pelo órgão competente. Multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) acrescidos de R\$ 10,00 (dez reais) por espécies capturadas;

**V** – desenvolver ações que provoquem a morte de organismo aquáticos em qualquer de suas fases de crescimento e desenvolvimento:

a) multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) se a infração for praticada por um pescador residente;

b) multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se a infração for cometida por um grupo de pescadores residentes, ate o máximo de dez pessoas, acrescida de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por cada pessoa que exceder desse numero;

c) multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) se a infração for cometida por um grupo de pescadores não residentes, ate o máximo de dez pessoas de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por cada pessoa que exceder desse numero; e

d) multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) se a infração for praticada por clube ou empresa organizadora de evento de pesca amadora;

**Quadro 26:** Penalizações por infração.

Em Rondônia, é função do Estado de acordo com o art. 23, incisos VI e VII da Constituição Federal que lhe atribui competência material, resguardar a biodiversidade, bem como a chamada “fauna ictiológica”. De acordo também com a Constituição Estadual em seu art. 219, I, que lhe confere poderes para, através de suas agências, “assegurar as diversidades de ecossistemas e espécies, considerando a preservação do patrimônio genético do Estado”. Desta forma, com a leitura dessas normas, conclui-se que os aparatos legais que guarnecem o recurso e garantem as condições para a reprodução dos grupos sociais, estão sob a responsabilidade do Estado, logo, é sua obrigação garantir não somente a sobrevivência de espécies aquáticas, bem como criar mecanismos, através de políticas de governo, que amparem a atividade<sup>91</sup>.

<sup>91</sup> De acordo com a PORTARIA Nº 186 /2008/GAB/SEDAM, que prevê: “**Considerando** o preceituado no art. 23, incisos VI e VII da Constituição Federal que atribui competência material ao Estado para proteger e preservar todos os recursos naturais, dentre os quais se enquadra a fauna ictiológica; **Considerando** que a Constituição Estadual em seu art. 219, I, estabelece como dever do Poder Público, através de organismos próprios e colaboração da comunidade assegurar, em âmbito estadual, as diversidades das espécies e dos ecossistemas, de modo a preservar o patrimônio genético do Estado;”

No entanto, o Rio Madeira está prestes a sofrer as mudanças no curso de seu leito com a construção das duas hidrelétricas do “Complexo Madeira”. Sabe-se que este rio é rico em biodiversidade e garante o sustento dos agentes que ao longo de toda sua formação vivem da pesca e de outras atividades agrícolas. Seria dever do Estado de acordo com as leis ambientais, acima citadas, criar formas para manter essa diversidade de elementos naturais, para subsidiar os elementos necessários que garantem a reprodução social não só desses agentes como também da população que consome pescado, nos mercados, feiras e comércios dos centros de Rondônia e outras regiões, mas não é isso que ocorre. O Estado apoiou todas as alterações que irão ser feitas no rio, deixando de cumprir o que lhe caberia de acordo com as atribuições conferidas a ele.

Segundo o pesquisador Geraldo Santos, que é biólogo do INPA, com as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o rio Madeira perderá sua capacidade de manter a sua biodiversidade em todos os sentidos<sup>92</sup>. No caso da pesca, as rotas migratórias de peixes, a diversidade vegetal e a qualidade da água estarão gravemente comprometidas. O pesquisador tem feito estudos a respeito de outras experiências com hidrelétricas já construídas, avaliando o que aconteceu com as espécies de peixes após o término de obras como essas.

Santos alerta que em hidrelétricas como as de Tucuruí e Samuel, na parte à jusante da obra, algumas espécies foram extintas, sendo que as espécies migradoras praticamente desapareceram em Tucuruí. Em mais um dos resultados de seus estudos, o pesquisador afirma que obras hidrelétricas influenciam também os rios ao redor, por exemplo, quando a UHE de Tucuruí ficou pronta, no rio Tocantins se sobrepuseram as outras espécies de peixes, o mapará, o tucunaré e a pescada. No caso da UHE de Samuel, no rio Jamari espécies como o aracu, o tucunaré e a piranha-preta viraram as espécies dominantes frente a outras. Na UHE de Balbina, no rio Uatumã o tucunaré e a piranha-preta também se tornaram as espécies predominantes (SANTOS, 2008, 94-95).

Espécies bastante consumidas pelos agentes sociais como acari-bodó, branquinhas, jaraquis, pacu, matrinxã e curimatãs, foram reduzidas de forma intensa nas barragens de Tucuruí, Balbina e Samuel. Tais fatores são apontados por Santos como situações a serem comparadas com o que pode vir a acontecer depois que as UHE de Jirau e Santo Antônio estiverem concluídas (SANTOS, 2008, p. 99-100).

---

<sup>92</sup> Segundo o próprio EIA serão cerca de 459 espécies de peixes afetadas pelas alterações feitas no eixo fluvial de todo o rio. Esse número é contestado por pesquisadores da área.

O pesquisador Philip Fearnside<sup>93</sup>, através dos estudos que realizou sobre os efeitos das barragens do Rio Madeira sobre os bagres, alerta que há improbabilidades com relação aos canais de transposição de peixes que serão criados. Fearnside afirma que os peixes podem subir por estes canais, mas seus ovos e larvas não farão o mesmo trajeto, isso faz com que ocorra muitas perdas de espécimes juvenis e uma diminuição considerável dos futuros cardumes que se formariam ao longo do rio, indicando uma queda para a atividade da pesca de bagres (FEARNSIDE, 2009, p. 02).

Além desse fator, Fearnside baseia sua projeção no estudo que fez da barragem de Tucuruí, onde os bagres que ficaram abaixo da barragem, morreram com a ausência de oxigênio por ocasião da abertura da primeira turbina dessa hidrelétrica. A problemática com relação aos bagres do Rio Madeira, também é se eles irão conseguir transportar-se de um lago para outro, uma vez que haverá áreas dessa passagem, sem oxigênio. A descida das larvas também representa um risco, pois as mesmas cairão à deriva direto para o reservatório, onde ficarão presas ou não passarão intactas pelas turbinas.

O pesquisador também chama a atenção para as perdas que serão sentidas muito além das áreas citadas pelos empreendedores, como na pesca de bagres, realizadas no Baixo Amazonas. Essas perdas dos recursos pesqueiros são incalculáveis, mas para o pesquisador, não só afetam o setor exportador, como principalmente a vida de grupos sociais desde a Bolívia, o Peru, na bacia do Madeira e no Médio e Baixo rio Amazonas. Fearnside critica que os estudos sobre perdas ambientais, deveriam ser feitos antes das decisões de construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Necessariamente os estudos deveriam anteceder qualquer decisão com relação a esse tipo de obra, o conhecimento sobre os ambientes teriam que ser abrangentes e não abreviados como ocorreram no caso do “Complexo Madeira” (FEARNSIDE, 2009, p. 02-03).

Um outro estudo vem reafirmar as previsões dos pesquisadores citados a respeito da pesca no Rio Madeira. Segundo Barnes, ao analisar um recente estudo feito por pesquisadores da UNIR, a pesca realizada entre os trechos acima da barragem, que vão de Porto Velho a Guajará-Mirim é predominantemente artesanal. Esse trecho do rio seria uma espécie de zona de transição de peixes, sendo de potencial importância para a comercialização de pescado. Nessa área, o pesquisador aponta a predominância de cerca de

---

<sup>93</sup> Philip Fearnside é pesquisador do INPA e vem realizando estudos sobre barragens na Amazônia desde a década de 70. Possui uma vasta experiência nos estudos sobre mudanças climáticas, desmatamento e outros fatores que envolvem danos ambientais a partir da implantação de obras como as do “Complexo Madeira”. Fez várias previsões relacionadas aos efeitos sobre a região do Rio Madeira e atualmente está acompanhando as atividades de reativação da BR-319 e seus possíveis efeitos. Também está acompanhando o caso do “Complexo Belo Monte” no Pará.

189 espécies, onde 119 delas são essenciais para o sustento das famílias que vivem as margens de rios e lagos próximos ao rio Madeira. Ele destaca também os seguintes números: “119, 82 são usados na pesca comercial, 16 para pesca esportiva e 52 são comercializadas para recreação e turismo na bacia amazônica” (BARNES, 2008, p. 120-121).

Barnes relata que com as hidrelétricas o comércio do pescado estará prejudicado, pois o peixe mais procurado, o bagre, está na lista das principais espécies afetadas. A pesca artesanal de bagres, realizada na Cachoeira Teotônio, através da técnica de “fisga” (com arpão), é uma das atividades mais comprometidas e corre o risco de acabar.

Além disso, um dos pontos fundamentais dessa perda, que se terá com a queda da quantidade de pescado nessa região, indica que a estrutura econômica organizada por *pescadores* e *ribeirinhos* ficará abalada. Pois investimentos nessa atividade são feitas por estes agentes e envolve uma aplicação econômica em infraestrutura como: aquisição de transporte, próprio ou aluguel (barco ou canoas), compra de instrumentos (apetrechos), compra de combustível, gastos com manutenção desse transporte, compra de vasilhames para armazenamento (isopor, caixas, freezer), compra de gelo. Gastos que representam investimentos para a manutenção de várias famílias e que para muitos não haverá compensação equivalente, ou mesmo nenhuma garantia de retorno que mantenha uma atividade futura para eles (BARNES, 2008, p.124).

Glenn Switkes aponta também que à jusante da barragem, haverá uma perda de nutrientes que compromete a reprodução dos peixes e grandes perdas para a agricultura de várzea, bastante praticada pelos agentes sociais que se encontram nas localidades que seguem esse curso do rio. Possivelmente, com essa perda de nutrientes, haverá a mudança da temperatura da água, fato que levará a mortandade de milhares de espécies que servem de fonte de alimentos para esses mesmo agentes (SWITKES, 2008, p. 11).

Outro risco apontado por Switkes está no acúmulo de mercúrio (MeHg) na água que será consumida, após as UHE's estarem concluídas. Primeiro, toda a quantidade dessa substância química que é usada em garimpos em todo rio Madeira, desde a Bolívia, tende a se acumular, principalmente, na parte represada. Logo a água consumida pelos agentes está comprometida para o uso doméstico.

Os peixes também serão prováveis acumuladores de quantidades de mercúrio que se aglomerarão, além de outros índices já conhecidos, na região. Isso dá margem aos diversos problemas de saúde, que pela alta ingestão de mercúrio seja na água ou no consumo de peixes, incorrem em graves problemas neurológicos. Em mulheres grávidas, o caso do excesso de mercúrio acaba afetando a formação do feto sadio (SWITKES, 2008, p. 13).

Até o aparecimento de uma doença chamada “Síndrome de Minamata”<sup>94</sup>, não se tinha notícias de efeitos tóxicos crônicos relacionados à presença de mercúrio e de MeHg no meio ambiente. Sem dúvida, o mais grave caso publicado de doença por exposição crônica à poluição ambiental por MeHg aconteceu em 1956, na cidade de Minamata, no Japão. Milhares de pessoas de diversos municípios localizados na baía de Minamata foram contaminadas por mercúrio e mais de 900 morreram com dores severas devido ao envenenamento. (CASTILHOS & RODRIGUES, 2008, p. 161)

São esses fatores, associados à implantação das UHE’s no Rio Madeira por meio de políticas governamentais, que são destacados, por estar intrinsecamente relacionados à atividade da pesca. A partir disso, faço a seguinte indagação, como não afirmar que tais políticas e projetos não vão afetar as práticas dos agentes sociais?

Com o avanço da imposição de políticas governamentais sobre povos e comunidades tradicionais que vivem na região do Rio Madeira e nas áreas de influência desse rio, temos um quadro de considerada ameaça sobre as formas organizativas que se constituíram historicamente nessas áreas. Nas comunidades localizadas próximas ao Rio Madeira, os *ribeirinhos, pescadores, agricultores, garimpeiros, indígenas e extrativistas* estão sofrendo com as pressões externas sobre os recursos naturais que fazem uso, para que estes tenham que deixar o seu modo de vida para dar lugar, ao que os empreendedores de projetos como o “Complexo Madeira”, chamam de “a integração da América do Sul”.

Para que isso seja possível e essa “integração” ocorra, esses agentes sociais irão ser “retirados, removidos, expulsos ou deslocados” de suas terras e de suas atividades, em prol dessas edificações. Não obstante, aqueles que praticam a pesca artesanal e profissional estão fadados as perdas que terão, a partir da implementação das obras do “Complexo Madeira”.

### **3.3 As lutas e mobilizações dos agentes sociais atingidos pelas UHE’s em Porto Velho**

Os movimentos sociais têm conquistado reconhecimento em meio à sociedade civil, por suas lutas e reivindicações. De acordo com Almeida, passaram a ganhar forças a partir da politização das realidades localizadas, onde passaram a compreender que poderiam atuar em favor de seus interesses, elegendo suas autodefinições como identidades coletivas que pudessem representá-los (ALMEIDA, 2008, p. 80).

---

<sup>94</sup> Segundo Castilhos e Rodrigues (2008, p. 162), a Síndrome de Minamata é caracterizada, pelo enfermo apresentar um “conjunto de sinais de desordem neurológicas: distúrbios visuais, ataxia (perda da coordenação), formigações, queimaduras, irritabilidade, cefaléia, perda de sono, perda da audição, dificuldades de pronunciar palavras, deteriorização mental, tremor muscular, paralisia até chegar a morte”.

Esse processo se deu entre os vários grupos que formam os movimentos sociais em todo Brasil a partir da década de 80, com a emergência de várias identidades coletivas que se reuniram em resistência as políticas governamentais que se impunham cada vez mais, através de “grandes projetos” para a Amazônia.

As ações que mobilizam centenas de pessoas contra o projeto “Complexo Madeira”, remontam ao agrupamento “político-organizativo que reúne diferenças culturais em torno de pontos comuns de convergência e de ideais”<sup>95</sup>. No caso dessas hidrelétricas, essas mobilizações intensificaram-se desde que os estudos de viabilidade, finalizado em 2004, e o EIA-RIMA, em 2005, foram concluídos e divulgados. Foram manifestos de diversas características, acionados pelos movimentos sociais sob coordenação do MAB, com o apoio de várias agências, pesquisadores e colaboradores que passaram a constituir um grupo que lutaria contra a implementação das UHE’s e pelos direitos dos que seriam “atingidos” a partir dessas obras.

Almeida relata que a resistência dos movimentos sociais tem implicado nas mobilizações contra as limitações políticas que o Estado impõe sobre a “base territorial” dos diferentes grupos sociais. Os elementos identitários passaram a ser acionados, com base nas conquistas políticas que “povos e comunidades tradicionais” tiveram nas últimas décadas, toda vez que os movimentos sociais engajavam-se contra a política dominante de base colonialista, que reprimia a ascensão das diferenças étnicas e culturais (ALMEIDA, 2008, p. 89).

No entanto, cada vez mais as “unidades de mobilização” tem refletido sob seus objetivos e conseguido constituir uma base política firme frente aos obstáculos que pretendem enfrentar. Suas estratégias são definidas em assembleias, reuniões, fóruns, nos espaços de discussão política que moldam a forma de negociação que terão nas relações políticas que passaram a estabelecer.

O MAB<sup>96</sup>, enquanto um dos movimentos que emergiram em meio ao histórico marco de politização de realidades localizadas, tem sua origem no estado de Rondônia logo após a construção da hidrelétrica de Samuel na década de 80. De acordo com D’Almeida, sua criação foi consolidada a partir da reunião de vários segmentos sociais, como as “Comissões Regionais de Atingidos”, que se agrupavam de diversas formas para lutar contra os

---

<sup>95</sup> Ver em Almeida (2008, p. 85)

<sup>96</sup> É um movimento que tem como objetivo organizar a população “atingida”, a lutar contra os empreendimentos hidrelétricos e propor um projeto alternativo de produção de energia, menos danoso ao meio ambiente aos grupos sociais (D’ALMEIDA, 2008, p. 156)

empreendimentos que afetavam milhares de *ribeirinhos, pescadores e extrativistas* que viviam nas proximidades de UHE's.

Segundo Nobrega, também se juntaram ao movimento de atingidos por barragens em Rondônia, o movimento local de atingidos pelo projeto da Usina de Ji-Paraná<sup>97</sup>. Ambos os movimentos somaram forças e durante o encontro nacional de atingidos por barragens em Brasília, no ano de 1991, foi fundado o movimento dentro do Estado de Rondônia (NOBREGA, 2008, p. 68). A partir disso, surge o MABRO, que passou a atuar junto a com as famílias que viviam no rio Jamari contra a proposta de construir a obra da Usina de Ji-Paraná.

A luta seria reivindicar os direitos dos atingidos da UHE de Samuel e impedir que fosse implantada essa segunda obra, a Usina em Ji-Paraná. A intenção era intervir no que ocorreu a exemplo da experiência do que houve na UHE de Samuel, onde segundo D'Almeida, a área inundada pela hidrelétrica equivaleu a 61.000 ha e desabrigou cerca de 600 famílias, nas quais muitas se quer receberam qualquer tipo de indenização pelas perdas que tiveram (D'ALMEIDA, 2008, p. 157).

De acordo com Nobrega as lutas sociais contra os projetos energéticos no Estado de Rondônia ocorrem desde a década de 80, quando manifestantes se reuniam a partir da experiência desastrosa da UHE de Samuel para impedir que a história se repetisse em outras localidades. Algumas áreas que poderiam ser atingidas eram as Terras Indígenas Igarapé Lourdes onde vivem as etnias Arara e Gavião. Estes juntamente com entidade eclesiais, trabalhadores rurais e o MAB, na época, somaram forças para impedir que o tal projeto se concretizasse e promovesse a destruição de parte dessas terras que também atingiriam não só as T.I, mas várias “comunidades” vizinhas (NOBREGA, 2008, p. 68-69)<sup>98</sup>.

Contudo, o MAB passou a se estruturar apenas entre 2002 e 2003<sup>99</sup> e D'Almeida afirma que desde este período, sua atuação tem se ampliado e conta com grande parte de

---

<sup>97</sup> Segundo Nobrega, o projeto da Usina de Ji-Paraná não foi concretizado devido às fortes mobilizações contrárias as obras. “Em 1990, o Plano Decenal 1990-1999 foi divulgado. Nele, consta o adiamento da Usina Ji-Parana, cuja construção inicialmente prevista para 1991, foi transferida para 1999. Em 1993, sem conseguir viabilizá-lo nem política e nem economicamente, o ministro de Minas e Energia, Paulino Cicero, anunciou a suspensão do projeto da Usina Ji-Paraná (Jornal Alto Madeira, 31/8/93)”. (NOBREGA, 2008, p. 74)

<sup>98</sup> As lutas anti-barragem que ocorreram em Ji-Paraná, assim como no caso de Porto Velho, reuniram várias agências que apoiaram as mobilizações, dentre elas estavam: o Conselho Indigenista Missionario de Rondonia (CIMI-RO), a Associação de Proteção Ambiental e Recuperação de Áreas Indígenas (APARAI), a Comissão Pastoral da Terra de Rondonia (CPTRO), a Diocese de Ji-Parana, o Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI), o Grupo União e Consciência Negra, o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Rondonia (MST-RO), o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Rondonia (CUT-RO) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

<sup>99</sup> Isso me fez entender que a formação é recente e justifica algumas fragilidades que percebi no movimento local para reunir mais membros na luta contra os recentes empreendimentos do “Complexo Madeira”.

seus membros, aqueles que foram “atingidos” pela hidrelétrica de Samuel, muitos são de Candeias do Jamari, Calama e da “comunidade São Carlos”.

Com a atual ameaça do projeto “Complexo Madeira”, D’Almeida relata que o MAB passou a ter a adesão de novos membros, alguns deles são pessoas que vivem no Rio Madeira, são *pescadores, agricultores, extrativistas e ribeirinhos* da região, que se sentiram ameaçados e compreenderam que dentro do MAB, poderiam ter a possibilidade de defender os seus direitos (D’ALMEIDA, 2008, p. 157-158).

Na sua luta contra o barramento do rio Madeira, o MAB tem percorrido todas as margens do Baixo ao Alto Madeira para tentar explicar aos agentes sociais o que seria esse projeto e quais são os efeitos sobre as vidas das pessoas que serão afetadas por essas obras.

Durante o período em que estive em Porto Velho, fazendo o levantamento das informações, cheguei a conhecer alguns membros do MAB. A partir do contato com essas pessoas, cheguei a acompanhá-los numa de suas reuniões fora de Porto Velho. Por intermédio do movimento, tive a oportunidade de conhecer alguns *ribeirinhos* e uma das “comunidades”. Nessa “comunidade”, onde as famílias viviam da pesca e de outras atividades rurais, o MAB acompanhava um dos dramas vividos por um dos moradores que havia tido problemas com os funcionários da FURNAS.

Nessa “comunidade” ouvi relatos de que estes funcionários da FURNAS chegaram a questionar os *ribeirinhos* a partir da afirmação de que as pessoas que viviam na “comunidade”, não seriam realmente *pescadores*, por não viver diretamente daquela atividade. Isso causou polêmica entre os *ribeirinhos*, porque esta afirmação provocativa irritava as pessoas. O senhor com quem conversei afirmou que estavam sendo acusados de não serem *pescadores*, de não viverem da pesca porque também realizavam outras atividades, fato que resultou em sua indignação e reclamação quanto ao ocorrido.

Naquela ocasião o MAB estava apurando os fatos sobre esses abusos e outros casos de ameaças sofridas pelos *ribeirinhos* da “comunidade São Domingos”. Também estavam apurando o fato de que os funcionários estavam fazendo reuniões individuais com as famílias, para que estas aceitassem a proposta de indenização da empresa pela desocupação da terra. Isso de alguma forma descaracterizava a negociação que o coletivo das “comunidades” afetadas, estava planejando alcançar, pois agindo individualmente, a empresa tinha como coibir as pessoas a aceitar qualquer proposta<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> Quando estivemos na “comunidade São Domingos”, cheguei a presenciar uma reunião que estava sendo realizada por uma equipe da FURNAS, na casa de uma família. Acompanhada de uma das *ribeirinhas*, entramos na casa, sentamos e ouvimos a proposta da assistente social da equipe. A equipe tentava convencer

Ao final do diálogo que tivemos, ele solicitou que eu tirasse uma foto sua, na balsa que pertencia à sua família, para comprovar aos funcionários de FURNAS que ele vivia da pesca. Seria uma das formas de provar que ali as pessoas, quando não estavam envolvidas em outras atividades, estavam pescando e que essa atividade fazia parte de suas vidas.

Mas o episódio acima foi apenas uma das situações, durante outras entrevistas, quando conversei com os agentes que conheci já em Porto Velho, sobre vários dos assuntos relativos às hidrelétricas, uma coisa ficava clara, todos tinham a mesma preocupação, “como seriam as mudanças em seu modo de vida?”. Isso era uma constante, por isso não deixei de considerar esse fato significativo, traços de resistência que insistem em mantê-los na luta pelo seu direito de permanecer da forma como vivem, com suas famílias, vizinhos, suas criações, de suas atividades agrícolas, crenças, elementos que caracterizam os agentes como são em suas “comunidades” e sua cultura. Tais traços são percebidos em um dos relatos que selecionei para demonstrar:

A gente vive do plantio da mandioca, de fazer farinha, feijão, tudo e da pesca, quase todo mundo vive, da pesca e da roça. E se inundar tudo vamos viver de quê, plantado o quê, pescando o quê? E mesmo ninguém tá vendendo terra, nós num tamo querendo isso, nós queremos ficar com que é nosso de direito. A energia nem vai ficar aqui, não é verdade? Então pra quê construir isso aqui? Isso num é interessante. (Entrevista nº 13, K, “comunidade Trata Sério”, Porto Velho, agosto de 2008)

Nesse depoimento foi possível perceber que em muitos casos, não há um interesse pelo dinheiro das indenizações propostas. O sentimento de pertencimento a tudo aquilo que foi construído e apreendido durante a vida, não tem valor econômico. A ameaça de desmembramento dos laços culturais acaba sendo uma agressão para os agentes sociais, uma intrusão forçada. Isso me fez refletir muito a partir das definições de Barth e me ajudou a compreender como os valores culturais resistem a imposições externas e se manifestam através da união desses agentes numa luta de resistência (BARTH, 1987, p. 31 -32).

No que tange as hidrelétricas, o MAB tem sido enfático, em contrapor-se aos interesses econômicos que movem toda dinâmica vivida entre as partes nessa disputa que envolve as UHE's. De acordo com o MAB, o mundo vive uma “crise energética” e os grupos interessados, que são as multinacionais, tentam dominar a todo custo às fontes de produção de energia que se encontram em meio aos recursos naturais (rios, minérios, terras,

---

que era melhor aceitarem a proposta de indenização, caso demorassem a responder, poderiam perder o prazo de cadastramento pelas indenizações. Se preferissem mudar para uma casa, a empresa estava providenciando a construção de um conjunto habitacional, com segurança, escola, posto de saúde e muitos benefícios que seriam dados pela empresa. Ao sairmos da reunião percebemos que a equipe não estava dialogando com toda “comunidade”, agiam de forma individual.

biodiversidade, combustíveis fósseis), sem considerar que nas áreas pleiteadas para as obras do complexo, estão vários grupos sociais que vivem em suas “comunidade”, onde muitos se negam a ter que ser deslocados ou indenizados por valores que não substituem as relações sociais que eles construíram em toda sua vida (MAB, 2008, p. 03).

Apesar dos desafios, a resistência desses agentes tem somado forças além dos limites entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, através dos movimentos sociais desses países, que reivindicam também uma postura de reconhecimento da área a ser afetada pelo empreendimento<sup>101</sup>. Ambos vem tentando garantir os direitos de *ribeirinhos, pescadores, extrativistas, castanheiros, campesinos e indígenas*, através de manifestações, campanhas e reuniões em vários espaços de discussão, na esperança de minimizar as dificuldades enfrentadas por aqueles que serão afetados por projetos como o “Complexo Madeira”.

Ambos os movimentos tem travado várias lutas nas instâncias judiciais, num trabalho conjunto com os ministérios públicos federal e estadual, inclusive nos tribunais internacionais, em conjunto com as agências que apóiam a luta anti-barragem para tentar neutralizar as ações mais desastrosas que o projeto “Complexo Madeira” possa trazer.

Uma das ações movidas pelos MP's, e que posso destacar dentre as inúmeras, foi com relação aos EIA-RIMA feitos pelas empresas interessadas na implantação das hidrelétricas. Esses estudos receberam duras críticas dos vários segmentos sociais e dos ministérios, que tiveram com base o Parecer Técnico elaborado por uma equipe do IBAMA, que contestava uma série de pontos e recomendava que não fosse concedida a licença de liberação para a construção das UHE's. O fato é que a equipe de técnicos do IBAMA, apontou as falhas que serviram de fundamento para que os MP's, intervissem com uma ação judicial para tentar frear o projeto “Complexo Madeira”, embora a ação não conseguisse êxito. Abaixo, destaco algumas das observações feitas pelos técnicos do IBAMA:

---

<sup>101</sup> “Las presas del río Madera tienen muchos otros impactos, incluyendo la acumulación del sedimento en la tapa del reservatorio de Jirau que elevaría los niveles del agua y crearía inundaciones en Bolivia”. (FEARNSIDE, 2009, p. 14).

“1- O EIA não apresenta adequadamente a determinação das Áreas de Influência Direta AID e Indireta – AII para o meio sócio-econômico. O IBAMA considera necessária para a AII a compreensão da totalidade do município de Porto Velho e os pólos municipais de atração à região (Autazes, Borba, Humaitá, Itacoatiara, Manicoré, Nova Olinda do Norte e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas e Rio Branco/AC, por exemplo), bem como aqueles que vivem de atividades pesqueiras e turísticas, ligadas aos recursos hídricos. Somente o município de Porto Velho foi considerado no estudo. Além disso, os impactos às áreas a jusante foram minimizados ou ignorados.

2- Os impactos a jusante - ainda que programas de mitigação específicos solicitados pelo IBAMA referentes à extinção da exploração econômica das várzeas e impacto das perdas de áreas de lazer incluam essa área – foram reiteradamente minimizados no EIA e nas audiências públicas. Na reunião pública ocorrida em Calama em dezembro de 2006 os apresentadores afirmaram que não há impactos do empreendimento a jusante, em qualquer nível.

3- Aqueles que vivem de atividades pesqueiras, por exemplo, serão atingidos economicamente muito além dos limites brasileiros, como é o caso dos bolivianos e peruanos que dependem economicamente da pesca da dourada (*Brachyplatystoma rosseauxii*), espécie seriamente ameaçada com a implantação dos empreendimentos.

4- Desta forma, além do arriscado fator epidêmico de afecções como a malária e a dengue e considerando a incapacidade estrutural de Porto Velho em relação ao *boom* demográfico, o 'comprometimento da pesca da dourada', evento isoladamente caracterizado como impacto negativo e irreversível, já é suficiente para a ampliação dos limites definidos para as áreas de influência dos aproveitamentos e, por conseguinte, para o envolvimento da Bolívia e do Peru nas discussões a respeito dos impactos ambientais dos empreendimentos.

5- Outra área sensível nos estudos é a localização e classificação, em relação aos impactos, das comunidades indígenas. O EIA informa que na região dos aproveitamentos estão as Terras Indígenas Karitana, Karipuna, Lage, Ribeirão, Rio Negro Ocaia, Pacaá Novas e Uru-Eu Wau-Wau mas que nenhuma delas será afetada por eles. Nas Audiências Públicas o IBAMA recebeu documentos que reivindicam o reconhecimento, nos estudos, da Terra Indígena Kaxarari, no afluente do rio Abunã, e do Povo Katawixi, da Terra Jacareúba, no rio Mucuím, em situação de isolamento e risco. A T.I. Kaxarari está a cerca de 70 km do reservatório de Jirau, já no Estado do Acre. Os Katawixi, por outro lado, estão mais próximos que qualquer outro grupo indígena identificado no EIA, cerca de 9 km. Não foram considerados, possivelmente, porque estão no Estado do Amazonas. Há também os índios isolados no igarapé Karipuninha, que perambulam na região de Jirau e outros na mesma situação (isolamento e risco) próximos das T.I. Karitana e T.I. Karipuna. Neste sentido é necessário o aprofundamento dos estudos relacionados ao componente indígena, em razão das pressões sobre os grupos indígenas e seus territórios e o grau de vulnerabilidade destes frente ao aproveitamento energético, considerando ainda as solicitações da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, quando pertinentes, recebidas neste Instituto.

6- Não foram considerados como afetados os assentamentos da reforma agrária Joana D'Arc I, II e III, em processo de legalização pelo Incra/RO e comunidades ribeirinhas como Porto Seguro e Engenho Velho, principalmente, localizadas próximas aos reservatórios. Considerando o possível erro apresentado na definição das áreas de influência dos aproveitamentos, em razão dos problemas de sedimentação e assoreamento, é um risco não incluir essas comunidades como potencialmente afetadas.

#### **RELATIVOS À PESCA**

7- O EIA afirma que os pescadores capturam, em média, 17 kg por dia ao longo do ano, e obtém rendimento bruto estimado em R\$ 1.197,00 por mês; essa informação, no entanto, não está datada. Na figura B.IV.62 este número, referente ao ano de 2004 sobre a média diária pescada, fica em 10 a 50 kg de dourada; 30 kg de filhote e 30 a 50 kg de jaú.

8- Os preços do pescado variam em função da espécie. Os mais importantes economicamente são a dourada, o filhote, a jatuarana, o surubim e a pirapitinga. Os mais baratos são tucunaré, o acará, o jaraqui, o aracu, a curimatã e o pacu. Foram registradas nos desembarques pesqueiros mais de 60 espécies diferentes de pescado. O aumento inicial das espécies que ocorrem na região e substituição, no curto prazo, das espécies migradoras e de grande porte por espécies de peixes sedentários de menor valor comercial, afetará a pesca de forma mais intensa em áreas como o rio Jaci-Paraná, Igarapé Karipuna e, principalmente, Cachoeira do Teotônio, onde

existem comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores, seringueiros e populações indígenas), o que implicará na redução na fonte de alimento e renda de muitas famílias.

**Quadro 27:** Parecer Técnico do IBAMA

**Fonte:** PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Além das ações judiciais impetradas pelos MP's, outras articulações políticas, feitas por agências apoiadoras aos movimentos sociais contra as hidrelétricas, foram dirigidas até mesmo a tribunais internacionais. Nesse caso, a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé<sup>102</sup> remeteu ao Tribunal Latino Americano da Água, uma série de denúncias que feriam os direitos dos grupos sociais afetados pelo projeto. Abaixo listei os seguintes pedidos, feitos ao tribunal:

“Por todos os fundamentos de fato, de direito apresentados e considerações tecidas, tendo como suporte os elementos técnicos documentais e diplomas legais anexados como provas idôneas e suficientes ao julgamento da denúncia sobre a violação de direitos indígenas na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Madeira, em territórios ocupados tradicionalmente no estado de Rondônia/RO, apresentamos, respeitosamente, ao Egrégio TRIBUNAL LATINO AMERICANO da ÁGUA – instância ética de justiça ambiental sediado na cidade de San José, capital da Costa Rica, os seguintes pedidos a serem apreciados na AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTINENTAL realizada de 8 a 12 de setembro na cidade de Antigua, Guatemala, e dirigidas aos réus, na seguinte ordem:

1 – Retomar o processo de mobilização social e participação cidadã ativa nas discussões sobre benefícios e malefícios dos empreendimentos das UHE's Santo Antônio e Jirau, de forma que o poder soberano do povo brasileiro seja fielmente expresso e representado nas decisões políticas da União, assim como, seja criada instância governamental para debates e diálogos dos impactos desse projeto, com a participação de atores da sociedade civil dos dois países;

2 – Suspensão da Licença de Instalação da UHE de Santo Antônio, concedida pelo IBAMA no dia 11 de agosto de 2008, até que sejam concluídos os objetivos de proteção aos índios e grupos indígenas isolados pela Frente de Proteção Etno-Ambiental apontada no Plano de Trabalho da CGII/FUNAI, com a demarcação oficial dos limites da Terra Indígena pela FUNAI;

3 – Definição prévia, com prazos para implementação dos planos de reassentamentos das comunidades ribeirinhas deslocadas e a indenização das posses, benfeitorias, culturas e manejos (lucros cessantes das comunidades), assim como, compensação ambiental compatível com os atributos da biota local mediante projetos de desenvolvimento sustentável com geração de renda local e educação profissionalizante;

4 – Que o Exmo. Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, proceda a consulta do Conselho de Defesa Nacional do Brasil sobre a conservação, exploração e uso dos recursos hídricos do rio Madeira, com fulcro no artigo 1º, parágrafo único, letra “c”, da Lei nº 8.183/1991;

5 – Que o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil pactue arranjos jurídicos internacionais sobre a gestão dessa Bacia Hidrográfica com a República do Peru e com a República da Bolívia – com este país, especificamente sobre rio de drenagem internacional Beni/Madeira (mesmo corpo hídrico com nomes distintos em cada território nacional); e

<sup>102</sup> A Kanindé é uma das agências que tem apoiado o movimento indígena nas manifestações contra as hidrelétricas. Infelizmente quando estive fazendo o trabalho de campo não consegui contatar nenhum de seus representantes. Mas tive acesso ao documento que a agência encaminhou ao Tribunal Internacional da Água.

6 – Que o Comitê de Direção Executiva da IIRSA exponha quais são os critérios de consulta e participação popular na definição de seus projetos de infraestrutura regional e quais são os mecanismos de controle social ao dispor das organizações da sociedade civil organizada e movimentos sociais.”

**Quadro 28:** Petição Tribunal Latino Americano da Água.

**Fonte:** Petição encaminhada pela Kanindé ao Tribunal Latino Americano da Água, Audiência Pública □ Setembro 2008, Antigua – Guatemala, Roteiro de Denúncias.

Outro fator que preocupa os agentes sociais é o posicionamento das agências ambientais do governo, que não definem propostas para tentar pensar com os movimentos sociais soluções menos desgastantes. O fato notório é que há uma indignação, por parte dos agentes, com o poder concedido a essas agências, que apenas impõem medidas repressivas aos mesmos, na qual esses agentes sentem-se profundamente injustiçados, por serem tratados rigorosamente por elas. Na declaração abaixo é visível a indignação de uma das entrevistadas:

Nossa dificuldade é só isso aí, que é as ameaças, como agora eles tão dando prazo pra fechar a cachoeira e como é que os ribeirinho vai passar, se o transporte dele é a canoa? Pouca pessoa que tem o acesso a estrada e como vai fazer os pescadores? Todo ribeirinho é pescador, aí é IBAMA em cima de nós, Florestal em cima de nós, como que vão viver também? Ninguém fala nada, só proíbe e nós tamo encurralados e eu to pedindo chapéu. (Entrevista nº 13, K, “comunidade Trata Sério”, Porto Velho, Agosto de 2008)

Essas proibições, por parte dessas agências ambientais, são recorrentes e se tornaram uma tormenta na vida dos *ribeirinhos* e *pescadores* de Porto Velho. A pesquisadora Bruna D’Almeida, durante o trabalho de campo que realizava na “Comunidade São Carlos”, fez referências a ação opressora de agências como a SEDAM, relatados entre os diálogos que a pesquisadora tinha com os moradores da “comunidade”. D’Almeida chegou a afirmar que as ações e proibições poderiam vir a piorar, caso as obras chegassem a iniciar (Almeida, 2008, p. 29-30).

No entanto o que se nota no dia-a-dia de São Carlos e de outras comunidades no Baixo Madeira, onde se tem maior conhecimento, é a ação coercitiva da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEDAM proibindo as famílias de pescarem sob pena de terem seus instrumentos apreendidos e serem multadas, isto independente de se estar utilizando instrumentos permitidos ou não, e do período ser ou não de defeso. Em São Carlos esta atitude por parte da SEDAM, segundo o relato dos seus moradores, vem acirrando com o passar dos anos e começou na comunidade desde que foram introduzidas as “reservas”. Mas em todo o Baixo Madeira, de um modo geral, se percebe a ação coercitiva e inibidora cada vez maior por parte dos órgãos governamentais. Isto foi notado principalmente no ano de 2007 e se imagina que daqui em diante, por conta do interesse no desenvolvimento do “Complexo Madeira”, a repressão será ainda maior. A proibição desde já à manutenção dos modos de vida das comunidades, possivelmente, visa estimular a saída das pessoas dos seus territórios, uma vez impedidas de reproduzir seus

modos de vida e, assim, manterem suas condições básicas de subsistência, facilitando o processo de remoção compulsória das famílias para a implementação do empreendimento em questão.

Ao confirmar o que D'Almeida havia comentado a respeito das ações da agência, me surpreendi com outro caso, muito semelhante ao vivido pelos moradores da “Comunidade São Carlos”. Em entrevista realizada com a presidente da Colônia de Pescadores Z-1, fui informada que o IBAMA não seria mais o responsável pela fiscalização da pesca nessa área. A responsabilidade seria da SEDAM e da Polícia Ambiental. No entanto, de acordo com a presidente, a forma como esses fiscais vêm fazendo suas abordagens aos pescadores artesanais e profissionais, confirma uma ação “violenta” da agência com esses agentes.

De acordo com as denúncias que chegavam até a Colônia, os fiscais agrediam os pescadores, apreendendo seus apetrechos, apontando as armas como se os *pescadores* fossem delinqüentes, assustando-os ao ponto de humilhá-los publicamente como infratores. As denúncias que chegavam à direção da Colônia eram diversas. A direção da Colônia justificou que está tentando resolver a situação, notificando essas agências sobre os abusos cometidos contra os pescadores e disse estar cobrando uma nova postura durante as fiscalizações. Vejamos o que a presidente relatou a esse respeito:

Então o que eu tenho muito batido na tecla é que o pessoal do IBAMA, da Florestal, do SEDAM, a gente faz aquela reunião, mas discutindo assim. Mas quando vai pra campo eles num instruem bem os fiscais, que o fiscal você sabe, que a partir do momento que ele põe um revólver e com um uniforme pronto! Aí ele é o dono de tudo. E o pescador você sabe que são umas pessoas simples, humildes, que qualquer coisa eles têm com medo, mas então eles ficam acuados. A partir do momento que diz a fiscalização tá vindo! Eles já ficam com medo, mesmo embora eles num estejam fazendo nada errado. Mas eles já são inibidos por que eles chegam armados e com a arma pegam os apetrechos deles mesmo, então em casa é invasão! Por que vai dentro da sua casa, pegar seus apetrechos que você num tá nem utilizando, pra mim é um roubo. Se ele num tem um mandato de busca e apreensão. Então eles são fazendo isso, a gente já sentou agora, faz pouco tempo. Nós temos agora esse período que a fiscalização vai bater nas cachoeiras em Teotônio e Santo Antonio, debatemos várias vezes pra que eles num fizessem o que eles fizeram ano passado, que chegaram lá e fecharam de uma vez e pronto e acabou-se, e o pescador como é que ele vai sobreviver? Num tinha direito nem de descer o barranco em cima das pedras pra tirar a sua canoa, porque estava em cima das pedras. Mas eles são moradores de lá, como é que eles vão sobreviver? Eles tem que passar por lá, eles tem que...aí debatemos, debatemos nesse ponto. Aí deixaram o pescador descer e pegar o seu material, sua canoa. Esse ano eles disseram que vão fazer totalmente diferente. Ano passado chegaram dois homens aqui, eles ficaram com muito medo, nunca tinha acontecido isso, qual o motivo ninguém sabe, porque eles pescam vem de muitos anos, mas nunca teve um caso e foi aplicado assim de imediato sem avisar ninguém, nem avisaram a colônia, chegaram, fecharam do jeito que eles quiseram, ali no Teotônio. A área de maior conflito é Teotônio e Calama, que tem entre os pescadores e os órgãos ambientais. (Entrevista nº 14, Presidente da Colônia de Pescadores, Porto Velho, Agosto de 2008).

Um dos instrumentos legais que talvez ajudasse a garantir os direitos desses pescadores em suas atividades seria que pudessem acionar o que está estabelecido nas Instruções Normativas ou Acordos de Pesca. Os agentes não dispõem, entretanto, de conhecimento sobre os conteúdos que poderiam lhes fornecer subsídios de defesa. No entanto, segundo a presidente da Colônia, esse mecanismo não funciona “o Acordo só existe no papel e está engavetado”, não é posto em prática, nem pelos pescadores e nem devidamente trabalhado pelas agências ambientais.

Shiraishi Neto faz críticas a este modelo jurídico que regulamenta o uso dos recursos naturais, como a pesca, que é imposto pelo Estado, pensado de forma “universal”, ao tratar a quem será limitado o recurso. Por negar a existência social dos diferentes grupos e criar mecanismos que avaliam os “direitos” de se obter os recursos naturais a partir de uma única perspectiva, no sentido de podar as “práticas sociais” que possibilitam a manutenção desses grupos (SHIRAISHI NETO, 2006, p.13). Em Porto Velho a situação se configura da seguinte forma:

Mas aí esse nosso podemos pescar é que tá difícil, é que nós não podemos pescar, estamos assim praticamente escondidos, porque? Porque o apoio é muito pouco das nossas autoridades aos nossos pescadores que é uma classe muito importante pro Estado, produção de alimentos e isso eles inda não viram, sempre é fraco que a minoria eles nunca enxergam. Mas a partir do momento em que a gente se organizar que é isso que eu tô tentando desde o começo da minha gestão. Então o que é que eu penso desde o começo, a gente se unir pra que a gente mostre para as autoridades competentes do nosso estado, que vejam que nós somos importantes para a sociedade. (Entrevista nº 14, Presidente da Colônia de Pescadores, Porto Velho, Agosto de 2008).

Assim como no caso das “quebradeiras de coco babaçu”, acompanhadas nas pesquisas de Shiraishi Neto, que tinham sua atividade extrativista da coleta de coco babaçu restringida por leis ambientais que mais impunham proibições do que concessões (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 21). Os *pescadores, agricultores, indígenas e extrativistas* do Rio Madeira agora sofrem com as restrições a pesca<sup>103</sup>. O que leva a pensar que possivelmente são ações que limitam as práticas em benefício aos planejamentos econômicos que beneficiam o setor comercial de pescado e as obras que afetam comunidades que fazem uso de recursos naturais como o pescado, sendo que o Estado apóia a efetivação dessas obras. Seria uma das formas de provocar o deslocamento compulsório

---

<sup>103</sup> As quebradeiras de coco babaçu em sua experiência, para lutar contra essas restrições jurídicas tiveram que estabelecer-se em seu movimento o MIQCB, então passaram a firmar alianças políticas em instâncias jurídicas e municipais. Tal ação vem conseguindo assegurar seus direitos dando uma nova modelagem ao “padrão jurídico tradicional” do Estado, tornando-o mais condizente com sua realidade (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 15-16).

dos agentes, via pressão sobre suas ações? Uma vez pressionados e restringidos de praticar a pesca, os agentes sairiam de suas localidades para a cidade ou outras localidades para prover sua existência? Que atividades substituirão as práticas que estão imbricadas na formação cultural desses agentes?

Sobre esse aspecto da “universalização jurídica” nos processos de limitação ao uso dos recursos naturais, D’Almeida supõe o seguinte pensamento:

As normas jurídicas estatais têm base na abstração e na generalidade do sujeito de direito, onde todos são iguais perante a lei e se sujeitam a universalidade jurídica. No entanto, à medida que as ações governamentais são pensadas sob este viés “universal”, deixam de considerar a diversidade de práticas e modos de vida existentes, continuando a negar a existência social de grupos sociais portadores de identidade coletiva e étnica. Há uma tentativa por parte do Estado de adequação das experiências vividas ao direito posto, este entendido como os modelos jurídicos estatais preexistentes, que não leva em conta as especificidades sócio-culturais, principalmente quando se trata de situações diametralmente opostas ao direito individual-patrimonialista burguês. (D’ALMEIDA, 2008, p. 34)

Em meio a isso, os *ribeirinhos* se preocupavam também com as indenizações previstas pelos empreendedores, que são as medidas compensatórias aos *pescadores* que praticam a atividade na cachoeira de Santo Antônio. A presidente da Colônia chegou a me relatar que não conseguiam manter um diálogo com a Madeira Energia – MESA sobre essas indenizações, pois a empresa sempre se omitia a esse respeito. A própria Colônia estava fazendo uma lista com os nomes dos *pescadores* que atuavam naquela área, para tentar montar uma proposta de compensação, de pelo menos cinco anos, que atenda as necessidades das pessoas que dependem dessa atividade. A presidente disse ainda que a MESA oferece uma lista de propostas de compensação, mas temem que esses valores não condigam com os valores a serem pagos aos *pescadores*.

Pra eles o valor calculado foi uma pouca vergonha por que em primeiro lugar eles num tão pedindo pra sair, eles que querem tirar eles, em segundo lugar eles vão ficar sem lugar pra pescar e como é que eles vão sobreviver? Tu já tem andando por aí, visto as usinas que são vista por aí, o que é que acontece com os pescadores? Onde tem usina num tem ninguém, jogam ele lá pro meio da cidade e aqui na periferia ele vai sofrer, porque tira totalmente à cultura dele, ele vai rodar, rodar e vai cair lá na boca da beira do rio. (Entrevista nº 14, Presidente da Colônia de Pescadores, Porto Velho, Agosto de 2008).

De acordo com a presidente, a construção das hidrelétricas representam o fim de uma atividade relevante para os agentes sociais que vivem dessa atividade, bem como para aqueles que vivem em áreas que são vistas como fora do RIMA, tanto na parte do Alto e Baixo Madeira. A interrupção da atividade e a perda das espécies aquáticas, como já foram mostradas, trarão sérios prejuízos para a Amazônia como um todo.

A partir do quadro que se compôs, não há garantias sobre o futuro da pesca no Rio Madeira principalmente para os afetados, que ora lutam pelos seus direitos frente aos processos que se darão com a sua retirada das áreas requeridas, ou que ora sonham com uma condição financeira adequada, a partir de planos de compensação que lhes possibilite uma vida equivalente a que levavam.

Assim pude apreender e perceber como os agentes estão enquadrados dentro das políticas governamentais que priorizam a consolidação de um projeto de infraestrutura. Dessa maneira os agentes encontram-se em posição inferior, dominados pelas forças do Estado, para que os planos do grupo empresarial dominante se concretizem em detrimento ao modo de vida de “povos e comunidades tradicionais”, que ainda resistem a mais uma das investidas sobre a Amazônia.

### **3.4 Atos de mobilização: os agentes e as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio**

Para fazer a análise que pretendia, optei por destacar os eventos (reuniões, ato público e audiência pública), na qual tive oportunidade de estar presente como situações sociais relevantes para a identificação dos agentes da pesquisa e das agências envolvidas, e para estabelecer as “relações de entrevista” necessárias a pesquisa de campo e ao exercício de reflexão para entender aquela realidade. Para tanto apresentarei esses eventos, através da descrição do que observei, no intuito de tentar ser compreendida, tomando como base, outros trabalhos de campo e referências literárias para discutir as relações sociais e as categorias em jogo (GLUCKMAN, 1987, p. 228-229).

#### **3.4.1 A reunião e o “Ato Público” no Porto do Cai n’água – Porto Velho**

O primeiro evento que observei diretamente tratava-se de uma reunião realizada em Porto Velho para organizar uma manifestação contra a implantação do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. Fui chamada a acompanhar, através de uma iniciativa vinda da coordenadora do CIMI, que conheci na casa onde estava hospedada. Nessa reunião estavam os representantes de vários segmentos sociais, unidos para debater e definir as ações que estavam planejando realizar em defesa dos direitos dos agentes durante aquele período. Participaram da reunião os seguintes representantes e agências:

Nº	Presentes	Segmento
01	Comissão Justiça e Paz – CJP	Igreja Católica
02	Instituto Madeira Vivo – IMV	ONG
03	Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB	Movimento Social
04	ADA-AÇAÍ	ONG
05	KANINDÉ	ONG
06	Comunidade Trata Sério	“Ribeirinhos” <sup>104</sup>
07	Justiça Global	ONG
08	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	Instituição de Ensino Superior
09	Conselho Missionário Indigenista – CIMI	Igreja católica

**Quadro 29:** Lista de agências e agentes que participaram da reunião de mobilização contra a implantação do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio.

Na minha primeira inserção entre os agentes e em plena reunião, observei o comportamento dos participantes do evento. O quadro daquela reunião expressava uma inquietação, diferente do que eu havia visto nos vídeos que tive acesso sobre as campanhas em prol do Rio Madeira, onde todos (agências e agentes) pareciam estar unidos na luta contra as hidrelétricas. No entanto, a realidade observada apontava que a mobilização estava comprometida e fragilizada, por exemplo, o que se esperava ver com relação ao MAB era uma maior participação de seus membros e que o direcionamento das ações fossem orientadas pelo próprio movimento.

A representação do MAB se concentrava apenas nas figuras de dois de seus coordenadores, não vi a presença de outros militantes para tentar dividir conjuntamente as responsabilidades na reunião<sup>105</sup>. Também vi que estavam presentes os representantes de cada agência citada, mas havia apenas dois dos agentes sociais, que se autodefiniam como *ribeirinhos*, o que denotava um baixo envolvimento de outros agentes na luta em prol dos seus direitos e contra o represamento do Rio Madeira.

A reunião foi dirigida pelos representantes da agência ADA-AÇAÍ<sup>106</sup>, que foram os responsáveis por dar seguimento aos preparativos para a organização da manifestação<sup>107</sup>, ouvindo a sugestão de cada participante. Os agentes compareceram para relatar o que estava

<sup>104</sup> Apenas dois dos agentes sociais.

<sup>105</sup> Naquele dado momento as pessoas comentavam o trágico acidente que havia ocorrido com um ônibus que levava membros do MAB para um evento da Rede de Educação Cidadã, neste acidente muitos chegaram ao óbito e o fato havia abalado os membros do movimento. Em: 11 de julho de 2008 ocorreu este acidente nas proximidades do município de Ouro Preto do Oeste em Rondônia.

<sup>106</sup> A ADA-AÇAÍ é uma ONG que atua no ramo do desenvolvimento de atividades agroflorestais, com base numa produção sustentável de elementos da floresta e assistência as atividades rurais.

<sup>107</sup> O MAB pouco se manifestava nas tomadas de decisões, talvez ainda se sentissem desfalcados pela ausência de seus membros mais ativos.

ocorrendo nas comunidades próximas a Porto Velho. Eles falaram que algumas famílias estavam sendo deslocadas das margens do Rio Madeira por diversos motivos, principalmente para dar início a instalação do canteiro de obras da UHE de Santo Antônio. Alguns relatos eram como este:

Lá no Trata Sério mora muitas famílias, todas as famílias são contra, por que ninguém quer tá vendendo terra e eles querem dar um preço muito baixo que num dá nem pro ribeirinho comprar uma chapa. Num chegaram com nenhuma proposta, nada,nada,nada. Nós só estamos sabendo através do pessoal do canteiro, eles tão fazendo com que os colegas ribeirinhos num conversem com nós. O canteiro de obras tá perto da comunidade do Engenho e eles num tão querendo conversar com nós, eles tão coagindo o pessoal e eu acho que eles num tem um bom tratamento não. E só de dizer que você vai sair da sua terra tendo direito de tanto, numa negociação individual. É só puxar pro canto e tu vai receber tanto, tu vai receber tanto. Coisa que num dá nem pra você comprar nada e num tem discussão e o ribeirinho? Vão tocar fogo na casa, passar trator e assim por diante! As ameaças deve ser dos peões das obras, porque todo mundo se apresenta como Odebrescht e Furnas, então é muita ameaça. E nós que tamo na luta estamos nessa. E eu até num quero muito papo com eles, por que eles num querem muito papo com nós, eles querem é ir desregularizando nosso terreno, dando um preço que a gente num compra nenhum machado!. (Entrevista nº 13, K, “comunidade Trata Sério”, Porto Velho, Agosto de 2008).

O deslocamento compulsório das famílias que vivem nas localidades rurais que serão afetadas por projetos de infraestrutura tem sido uma prática comum para os governos e empreendedores de obras hidrelétricas. De acordo com o MAB, a construção de barragens já “expulsou” em todo Brasil, cerca de um milhão de pessoas, sendo que 70% das famílias “atingidas” não receberam nenhum tipo de recurso a qual tem direito. As pessoas que são retiradas das áreas almeçadas pelas obras hidrelétricas, acabam indo morar nas periferias dos grandes centros, onde vivem desempregados e com muitas dificuldades (MAB, 2008, p.6).

No caso das localidades rurais de Porto Velho, a ação realizada pelos funcionários dessas obras lembra os detalhes do deslocamento descrito pelo antropólogo Stephen Baines, quando no decorrer da obra da usina hidrelétrica de Balbina na década de 80, os Waimiri-Atroari tiveram que deixar suas terras e ver a destruição do seu modo de vida, para dar lugar ao inundamento previsto na obra, para a formação do lago do reservatório da UHE. No caso que analisamos, de igual forma, as pessoas são levadas a sair de suas localidades seja por pressões, ameaças ou por meio da aceitação das indenizações impostas pelos empreendedores. Outros agentes, assim como alguns indígenas citados pelo antropólogo, também foram “cooptados” pelas propostas feitas através dos negociadores das hidrelétricas e passaram a se posicionar em favor dessas obras. (BAINES, 2000, p. 153).

Pode-se dizer que um dos desafios mais relevantes para estes agentes, que estavam na reunião, era o fato de não poderem somar forças com outros agentes que haviam sido

envolvidos pelas propostas dos funcionários ou mesmo com receio de se juntar a mobilização contra as UHE, por medo de represálias vindas das empresas responsáveis pelas obras.

Isso remete à constante ação que funcionários de obras tem em articular as formas de convencimento que serão dirigidas aos agentes com relação à importância de uma obra hidrelétrica. Baines em sua experiência de campo fez várias alusões sobre como essa teia, que envolve os agentes é formada. Os funcionários de obras hidrelétricas em conjunto com funcionários de agências de governos, se incumbem de mostrar àqueles que serão afetados, que a solução econômica para seus problemas, vem com as obras. Há uma propagada atração por gerar renda, emprego, indenizações, prometem melhor moradia e outros benefícios. No caso dos Waimiri-Atroari os funcionários da FUNAI e do Programa Waimiri-Atroari - PWA, criado pela ELETRONORTE, convenceram as lideranças indígenas e o jovens, de que a melhor alternativa para salvar o seu povo da falta da existência, era com a criação da hidrelétrica de Balbina. Fato que levou os Waimiri-Atroari a fazerem campanhas de adesão em prol da criação dessa UHE (BAINES, 2000, p. 140-150).

No caso do Rio Madeira, o fato dos agentes não estarem coesos nessa luta, se deve a estratégia adotada pelos empreendedores, que pouco se diferem das que foram usadas no caso de Balbina. Outro fator que contribui para essa desarticulação é o fato do MAB estar, atualmente, fragilizado por uma série de incidentes locais, como o fato de ter perdido muitos de seus membros no acidente e também, presumo, pela falta de uma articulação local, que sofre com a ausência de mais articuladores políticos para fazer a mediação entre os agentes sociais e os governos.

Na fala da moradora da “comunidade Trata Sério”, identifiquei que os empreendedores utilizam estratégias mais individualizadas, onde os agentes são levados a se sentirem acuados pelas ameaças e propostas para deixarem suas localidades. Este fato onde os agentes são pressionados, via situações de constrangimentos, também é abordado por Almeida, ao tratar do deslocamento compulsório de agentes que constantemente sofrem, toda vez que empreendimentos como obras de infraestrutura emergem sobre áreas ocupadas por “grupos domésticos, etnias e pessoas de diversos segmentos”.

O que me faz lembrar que mais uma vez situações como as apontadas por Baines, anteriormente, e Almeida, voltam a se repetir, tornando-se uma prática comum entre os governos. Na reflexão sobre esse tipo de deslocamento, Almeida também externaliza que mesmo por via de ações mais extremadas e agressivas, existem os meios coercitivos de

convencimento que propõe a sociedade civil a “necessidade das obras de infraestrutura como formas de promover o progresso e a modernização” (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Isso exprime o ardiloso mecanismo que foi criado pelos empreendedores para retirar tudo aquilo que seria classificado como obstáculo. As instâncias a que recorrem os interesses empresariais, evidenciam que utilizam a linguagem jurídico-formal dos centros de poder para justificar os prejuízos e as perdas ambientais e sociais, provocadas pelas obras de infraestrutura que sempre alegam que serão convertidos em benefícios sociais.

Mesmo com todos esses problemas, foi no âmbito da reunião, que conheci alguns dos informantes principais da pesquisa, inclusive a moradora da “Comunidade Trata Sério”, a mesma da citação acima. Ela se tornou uma das mais destacadas colaboradoras da pesquisa e me forneceu muitas informações para que pudesse ampliar o conhecimento sobre aquele antagonismo que tentava entender.

A partir disso, seguindo as atividades resultantes dessa reunião, passei a acompanhar os próximos passos das ações definidas pelo grupo para a manifestação contra as hidrelétricas. A próxima tarefa para os agentes e todos os que estavam na reunião, era fazer valer as deliberações propostas que seriam: 1º - criar um documento/denúncia, baseado na Convenção 169<sup>108</sup> da OIT que deveria ser entregue aos Ministérios Público Federal e Estadual, no dia do “ato Público”, para que fosse possível viabilizar uma ação civil pública e conseguir barrar o início das obras e 2º - realizar uma manifestação pública, anti-deslocamento das famílias, no porto do Cai N’Agua em Porto Velho para chamar a atenção das autoridades e da população, quanto às reivindicações.

No entanto, antes que as ações acima fossem encaminhadas para o dia da manifestação, todos se encontraram, um dia antes, e formaram equipes para viabilizar o que seria necessário para esse evento. Dentre as prioridades estavam: 1º - uma equipe se encarregaria de reunir o maior número de carros para transportar as pessoas, caso houvesse poucos participantes, para fazer uma carreata até os ministérios públicos; 2º - a outra equipe cuidaria da logística, conseguiria água para distribuir durante a manifestação; 3º - a terceira equipe estava incumbida de fazer a panfletagem no porto, com finalidade de atrair donos de barcos, donos de flutuantes<sup>109</sup>, estivadores<sup>110</sup>, pescadores, comerciantes do porto, moradores

---

<sup>108</sup> A Convenção 169 da OIT, “reconhece como critério fundamental os elementos de auto-identificação, e reforça a atuação dos movimentos sociais, orientados principalmente por fatores étnicos das novas identidades coletivas.” Ver Shiraishi Neto (2007, p. 09-10)

<sup>109</sup> Casas construídas sobre troncos da árvore do Assacu (*Hura creptans L.*), que flutuam na superfície da água dos rios.

<sup>110</sup> Trabalhadores de áreas portuárias, geralmente atuam fazendo transporte de diversos tipos de carregamentos. Também são conhecidos como “carregadores dos portos”.

das redondezas<sup>111</sup> e quem estivesse interessado em escutar as denúncias que seriam feitas e 4º - alguns se responsabilizariam por entrar em contato com a imprensa local.

Nestas tarefas, resolvi acompanhar a equipe da panfletagem, que era a dos agentes, para observar como reagiriam as pessoas que trabalhavam e viviam no porto, frente à campanha de adesão do movimento anti-barragens. Seguimos a moradora da “comunidade Trata Sério”, que foi aos flutuantes, bares e nas lojas, falando da necessidade de conter o início das obras. Nos flutuantes e barcos ela teve uma receptividade amigável, as pessoas eram atenciosas com ela e se solidarizavam com as perdas futuras que os agentes iriam ter.

Nas lojas em que ela adentrou, a *ribeirinha* não era bem aceita, eles refutavam dizendo que a manifestação era desnecessária, afinal Porto Velho iria se “desenvolver” com a implantação dessas hidrelétricas. Diziam também que as famílias que viviam as margens do rio iam ser indenizadas e não havia o que reclamar. A senhora ficava tentando convencer esses comerciantes, embora não tivesse muito êxito.

Os estivadores deram ouvidos a sua fala, mas não discordavam e nem concordavam, apenas escutavam. Os ambulantes que trabalhavam no Porto também concordavam com os comerciantes dos boxes, realmente em alguns momentos, parecia ser difícil para ela tentar dialogar com essas pessoas. Ela sempre me olhava e dizia que ia lutar até o fim e que não queria sair do seu lugar.

Observando as reações das pessoas ao serem abordadas, percebi que o trabalho feito pelas empresas, governos e políticos locais, que estavam em campanha eleitoral, era intenso. A propaganda midiática que circulava em Porto Velho favorecia as obras das hidrelétricas. De acordo com o argumento de Sevá, campanhas massivas feitas em períodos eleitorais, como estavam sendo feitas em Porto Velho, representam “eventos eleitoreiros”, fato que pude acompanhar por estar sendo conduzido em pleno período de eleições municipais e que estava sendo usado como plano político de muitos candidatos (SEVÁ, 2008, p. 15).

A população de Porto Velho estava sendo convencida de que o “Complexo Madeira” seria o único meio que o Estado encontrou para “desenvolver” Rondônia e o Brasil. A promessa feita à população sobre o crescimento do município, incentiva os deslocamentos para a região de cem mil pessoas. Consoante as estimativas oficiosas e provavelmente disputarão as vagas de emprego previstas para trabalhar nas obras do complexo (GTA & RIO TERRA, 2007). A cidade de Porto Velho entretanto, não detém a infraestrutura adequada para tanto, haja vista que menos de 2% da população tem acesso ao saneamento

---

<sup>111</sup> Pessoas que moram próximos ao Porto do Cai N’Água.

básico. Provavelmente, segundo informações das agências GTA e Rio Terra, os problemas sociais existentes aumentarão, bem como o índice de criminalidade no município. Aliás há indicações de que Porto Velho é uma das capitais mais violentas do Brasil<sup>112</sup>.

Voltando à descrição do evento, destaco que ao acompanhar a senhora em sua ação de mobilização para a manifestação, que ocorreria no dia seguinte, tive a oportunidade de ir até a Colônia de Pesca Z-1 do município. Assim, falei com a sua presidente, que me recebeu e concedeu uma entrevista. Ela me falou sobre a situação dos pescadores com relação à política de pesca adotada pelo Estado e sobre a implantação das UHE. A colônia, que atende desde Fortaleza do Abunã até Calama, diz preocupar-se com o futuro da atividade, que até então representa a fonte de renda de muitos pescadores e que está ameaçada se houver o deslocamento das famílias de pescadores e com o possível desaparecimento de espécies, como os bagres.

Quando perguntei sobre o posicionamento da Colônia quanto ao apoio ao ato, ela respondeu que preferia agir juridicamente, que tinham uma assessoria que iria encaminhar as denúncias que os pescadores faziam sobre as ameaças que estavam sofrendo, direto ao Ministério Público Federal. Não havia necessidade, portanto, de se exporem durante o protesto. Sobre esse posicionamento vejamos a sua fala:

Amanhã eu não sei se eu vou comparecer, por que eu não posso entrar de frente, por que a assessoria jurídica ela tá trabalhando nisso. Ela vai entrar diretamente com a ação. E nós estamos juntando as provas pra essa ação. São os documentos que estão trazendo para gente, vamos entrar legalmente de outra forma. Por que isso aqui num vai adiantar, isso aqui era pra ser feito antes, só que se isso aqui tivesse feito antes das usinas terem saído, agora já vai sair. (Entrevista nº 14, Presidente da Colônia de Pesca, Porto Velho, Agosto de 2008)

Após sairmos da Colônia, a senhora comentava que não sentia que a agência estivesse ao lado dos pescadores, eram muito distantes, principalmente quando o momento requeria a presença de representantes políticos ao lado dos agentes e fez muitas críticas a atual diretoria.

No dia seguinte é chegado o evento da manifestação. A concentração estava marcada para as oito horas da manhã, num galpão aberto que ficava em frente ao Porto do Cai N'Água. Estavam presentes lideranças indígenas; membros do MAB; alguns professores da UNIR; membros do CIMI; do IMV; da ADA-AÇAÍ; da CJP; da KANINDÉ e os agentes sociais.

---

<sup>112</sup> Ver o Documentário “O que beira a beira do Madeira” – GTA & RIO TERRA, 2007.

À primeira vista tratava-se de uma manifestação com baixa participação popular, mas configurava-se no local uma situação semelhante à citada por Gluckman (1987) ao descrever os grupos que se formavam no evento de inauguração de uma ponte na Zululândia Moderna. Neste caso, as ONGs, os indígenas, os intelectuais, a imprensa, a igreja, o MAB e os agentes. Todos reunidos para formalizar a oposição ao empreendimento, cada um declarando sua indignação, protestando num carro de som que foi disponibilizado pelos movimentos sociais. Após a concentração marcada, todos seguiram rumo aos Ministérios, entregaram as denúncias aos Procuradores e ficaram aguardando que algo fosse feito pela justiça, para que as famílias não fossem expulsas de suas terras. Ao final todos se despediram e encerrou-se o evento.

Ao analisar todo esse quadro, não detectei nos relatos dos agentes o reconhecimento de que uma agência tivesse sido delegada a representá-los, nem mesmo o MAB era reconhecido nesse sentido. Vimos que há um distanciamento entre as agências, o movimento e os ribeirinhos. O distanciamento talvez estivesse ocorrendo devido aos problemas recentes que todos enfrentavam, acidentes, ameaças, deslocamentos. Tudo parecia fragilizar a estrutura que unia os que lutavam contra as barragens.

As ONGs, aparentemente, tentam restabelecer o papel do MAB, de apoio aos agentes sociais que serão afetados pelas obras e de coordenar as ações contra as imposições do governo. O MAB apresentava-se com uma estrutura fragilizada, com a concentração de afazeres em alguns de seus membros, no caso em seus dois coordenadores e não consegue aglutinar novos militantes.

A colônia vem sendo criticada por não estar representando, da maneira como os agentes almejavam, seu posicionamento quanto às hidrelétricas parecia omissivo. Isso prova que há uma insatisfação, que não afeta as decisões tomadas pela representação. A Colônia dispõe de autonomia e administra a situação da forma que julga adequada. No caso, adota a política do não enfrentamento.

Os agentes buscam articulação com as agências quando se sentem ameaçados, fazem suas denúncias, recorrem ao apoio jurídico dos ministérios, mas não nomeiam, no momento, nenhum representante. A relação mais próxima e que parece estar mais presente é a mantida com as ONGs, que tentam se estabelecer como poder delegado de representação dos agentes. Pois o fato dessas agências estarem constantemente presentes nas “comunidades”, realizando suas atividades, faz delas o porta-voz provisório das solicitações que surgem em meio às dificuldades enfrentadas a partir das hidrelétricas. Mas nada parece ser definitivo.

### 3.4.2 A Audiência Pública como mecanismo de informação

De acordo com o previsto pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, uma audiência pública seria o um espaço definido para prestar esclarecimentos ou promover uma “consulta pública”<sup>113</sup> sobre processos de avaliação de “impactos ambientais e sociais” que são de interesse público. Nesse sentido o MMA supõe que em uma audiência pública haja a “participação social” via essa forma de consulta, sobre a “viabilidade ambiental de empreendimentos que possam causar danos ambientais”. No caso de empreendimentos deste porte e do projeto “Complexo Madeira”, deveriam ser espaços utilizados para apresentar a sociedade os projetos e seus respectivos RIMA’s em contraste com as conclusões do EIA<sup>114</sup>, efetuado anteriormente ao relatório<sup>115</sup>.

Segundo Dourado (2008), o recurso da audiência pública foi criado na França no ano de 1980, pelo MMA daquele país, para analisar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos. Em se tratando do Brasil, foi através do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA pela Resolução nº 01/86, artigo 11 no parágrafo 2º, que foi atribuído ao órgão licenciador/ambiental e/ou município a incumbência de realizar audiências públicas.

As audiências públicas forneceriam as informações sobre os empreendimentos e o debate sobre os RIMA’s. Esses relatórios devem ser socializados e apreciados pelos agentes interessados nas informações contidas nele. O conteúdo desse relatório deve ser claro e inteligível para que todos possam ter acesso às informações técnicas. A linguagem de RIMA tem que ser acessível para que os conhecedores do relatório possam fazer sugestões e solicitar esclarecimentos (DOURADO, 2008, p. 10).<sup>116</sup>

Para Dourado, a audiência pública é de responsabilidade administrativa do Estado, portanto orientado via normas jurídicas. A forma contributiva da sociedade na tomada de decisões durante uma audiência está garantida e de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 09/87, participam da audiência o representante do “Ministério Público, uma entidade civil

---

<sup>113</sup> Segundo Dourado, “a consulta pública é um instituto de participação popular previsto na legislação para situações variadas. Diferentemente da audiência pública, para a consulta pública não há regras procedimentais unificadas na legislação brasileira. Além disso, a doutrina jurídica sobre a consulta pública é escassa, tratando-o de modo incidental na discussão de temas do Direito Administrativo e Ambiental” (DOURADO, 2008, p. 03)

<sup>114</sup> De acordo com Dourado (2008), o EIA “é um dos instrumentos que deriva da Política Nacional de Meio Ambiente baseada na Lei n. 6938/81.

<sup>115</sup> Ver Portal do Licenciamento Ambiental – [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

<sup>116</sup> Dourado (2008) aponta que a audiência pública é regida pelo “ato normativo do CONAMA de acordo com a resolução nº 09/87, como procedimento administrativo, que estabelece as regras para que seja realizada uma audiência”.

organizada ou 50 (cinquenta) ou mais cidadãos podem solicitar do órgão de meio ambiente a realização de audiência pública” (DOURADO, 2008, p. 13).

Em resumo, a audiência pública é realizada para que as avaliações sobre o projeto e o RIMA de um empreendimento sejam apreciados e assim o licenciamento ambiental possa ser concedido ou não aos seus proponentes. Caso as instruções para a realização de uma audiência pública, desde a sua convocatória, a apresentação dos requisitos exigidos pelo seu regimento, não forem cumpridos, as concessões serão desconsideradas e invalidadas<sup>117</sup> (Idem, 2008, p. 13).

Segundo Rahnema, muitas vezes, uma contradição pode ocorrer dentro do espaço social onde essa “participação” deveria ser exercida. Para ele, a “participação” seria um processo de construção, onde os indivíduos deveriam “tomar parte ou formar alguma coisa” em conjunto, ou seja, deveriam estar “vivendo, acompanhando e fazendo parte” de algo que possa intervir também (RAHNEMA, 2000, p.190).

A exemplo do que Rahnema relata a “participação”, pode ser induzida por aqueles que almejam passar uma imagem de que um processo está sendo construído “democraticamente”, com o apoio de todos. Em Porto Velho não é diferente, desde que o projeto “Complexo Madeira” foi idealizado, não houve diálogo com a sociedade para se pensar o que seria viável investir, em infraestrutura energética, a partir do barramento do Rio Madeira. Sendo que durante o processo de implantação dessas hidrelétricas, os governos e empresariado apenas informaram à sociedade que se iria efetuar o projeto. Alternativas energéticas não foram pensadas, anteriormente, junto com os movimentos sociais, para igualar as propostas sobre uma produção de energia menos danosa ao meio ambiente, considerando também as demais obras do projeto, como as rodovias e a hidrovia.

Abaixo, ao tratar das audiências públicas que ocorreram durante a apresentação dos EIA-RIMA das UHE’s e dos projetos da construção. Faço referência sobre como foi sendo forjada, durante esses eventos, uma participação dos agentes favoráveis ao “Complexo Madeira”, que demonstram, e até mesmo por passarem a crer, uma confiança no que essas obras possam trazer sobre suas vidas. Foi uma das observações que fiz ao ter contato com o conteúdo de audiências públicas anteriores e da audiência que presenciei no trabalho de campo.

### **3.4.3 As audiências realizadas sobre as hidrelétricas do “Complexo Madeira”**

---

<sup>117</sup> Ver “art. 2º, § 2º da Resolução n. 09/87”.

No que tange às hidrelétricas do “Complexo Madeira”, apenas 04 “audiências públicas” foram realizadas ao todo para destacar os relatórios, o projeto, os estudos e discutir pontos relativos à construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, apresentadas a sociedade civil. A primeira audiência ocorreu em 10 de novembro de 2006 em Jaci-Paraná, seguida da segunda audiência realizada no dia seguinte em Porto Velho em 11 de novembro de 2006, uma terceira foi feita em 30 de novembro de 2006 em Mutum-Paraná e a última em 15 de outubro de 2008 em Porto Velho.

De todas as audiências, tive a possibilidade de acompanhar esta última e sobre ela farei um breve ensaio etnográfico, adiante, ressaltando as minhas observações sobre este evento. No entanto, antes de apresentar o ensaio, farei um resumo das audiências anteriores, visando fazer um contraste sobre estas audiências, com a última audiência, na qual participei.

As audiências realizadas no ano de 2006 ocorreram numa seqüência de dias e foram contestadas por movimentos sociais, pesquisadores, agentes e agências. Infelizmente não compareci as três audiências realizadas durante esse ano, mas recorri a fontes que me dispusessem as informações sobre o andamento desses eventos. De acordo com os documentários na qual tive acesso, essas audiências públicas, programadas pelo IBAMA em conjunto com os consórcios FURNAS/Odebrecht, denotaram ser palcos de muitas manifestações contrárias às obras e também de imposição dos consórcios a partir dos argumentos usados para justificar a necessidade do empresariado em implementar esse projeto<sup>118</sup>.

Participavam como contestadores, os membros do MAB, representantes de associações rurais, *ribeirinhos*, *pescadores*, pesquisadores e professores universitários. Estes sempre fazendo indagações diversas, alguns expressando sua preocupação com os deslocamentos e também sobre as indenizações que estavam sendo propostas.

Muitas pessoas tão se iludindo com o que possa vir a receber e o que fazer com aquele dinheiro ou benefício que eles vinham dar. Sendo que num tem totalmente reconhecimento do que possa vir a acontecer com a gente. Porque as conversas deles são bonitas e isso e aquilo outro, e uns que não entendi tanto, que num tem um pouco de conhecimento das coisas, fica embaralhado, fica poxa vai ser ótimo nós ir pra cidade, receber uma quantidade, vai dar pra nós viver bacana, sendo que a realidade não é essa. Você vê tanto que a briga entre a Usina de Samuel com as comunidades de lá até hoje ainda rola. Então a gente por aí, a gente tem que tirar um pouco de exemplo. (Depoimento de um dos agentes sociais sobre as indenizações prometidas pelos consórcios, Porto Velho, novembro de 2006)

---

<sup>118</sup> Ver os documentários “O chamado do Madeira: a luta dos povos da Amazônia contra os megaprojetos” organizado pela Rede Brasil e Actionaid e o “O que beira a beira do Rio Madeira” organizado pelo GTA.

As manifestações em meio às audiências denotavam a indignação com relação aos danos ambientais sobre o Rio Madeira, bem como os problemas sociais que recairiam sobre os agentes sociais que vivem nas “comunidades” próximas onde estão sendo construídas as hidrelétricas, desde a área de formação até a sua foz. Para ressaltar como foram essas discussões e principalmente os questionamentos dos agentes sociais sobre as obras que estão sendo feitas atualmente e tendo como exemplo outras experiências de agentes que sofreram com as conseqüências trazidas por UHE's, separei algumas citações relevantes para que se possa ter uma idéia do teor das questões levantadas durante uma das audiências públicas.

Cinco quilômetros dessa pompa que vocês querem fazer sobre nossas cabeças, cinco quilômetros que vocês não consideram e eu não vou ser impactado? Eu desconsidero sob verdade, porque se eu moro a cinco quilômetros de uma pompa que vai tá feita na minha cabeça, isso aí senhora vai ter impacto sim! E essa obra senhora, não só vai impactar de Santo Antônio pra cima não senhora! Ela vai impactar o Rio Madeira, da primeira nascente lá nos Andes até na foz, lá no Amazonas. Cada obra não só vai afetar só o Amazonas não senhora, vai afetar o Brasil, vai afetar o planeta!(Fala do membro da Associação Ribeirinha Arirambas em resposta a superintendente ambiental de FURNAS, durante a audiência pública realizada em 30/11/2006 em Mutum-Paraná)

Se realmente for feito o que estão falando aqui, realmente será inédito no mundo esse tipo de empreendimento. Porque nós sabemos que aonde teve barragens houve fome, miséria e destruição. Eu acho que é importante, eu como um dos atingidos, estou aqui para levar a nossa mensagem de como nós fomos despejados. Essa mesma sereia que tão contando aqui, um dia contaram para os nossos pais. Hoje a maior parte dos nossos pais não estão mais para ver e ouvir a nossa história. (Membro do MAB, fazendo depoimento durante a audiência pública realizada em Jaci-Paraná, 10/11/2006)

Muitos agentes denunciavam a manipulação dos participantes das audiências, através do uso dos termos técnicos e expressões jurídicas, que eram apresentadas pelos representantes dos consórcios, ora para não serem compreendidos, causar intimidação e evitar indagações e ora também para convencer aqueles que assistiam as apresentações. Contestavam também contra a possibilidade de terem que deixar as suas localidades, as suas atividades e a possibilidade de ir morar em áreas periféricas do município de Porto Velho.

Falam muita coisa, falam muita coisa, mas, nada de interesse pra gente no meu ponto de vista. Nada de interesse pra gente porque falam uma coisa e a gente entende mais ou menos, uns entende mais ou menos, tem gente que num entende nada. Quando a gente faz uma pergunta pra eles, realmente da nossa linguagem que a gente vai entender, não é com eles, é com outra pessoa. Então a gente fica perdido, fica praticamente só escutando eles falarem. Eles falam o que querem, tá bom, obrigado, dá uma comidinha pra um, dá uma comidinha pra outro e vai embora. (Fala de um dos agentes sociais, que relatava como os representantes dos consórcios agiam nas audiências, Porto Velho, novembro de 2006).

Além dos agentes, professores universitários que participaram das audiências públicas, manifestavam sua indignação frente à falta de clareza e de discussões no âmbito das entidades de classe e da própria universidade sobre a necessidade dessas hidrelétricas para o município.

Porque pra mim não está claro, o discurso que vem atender o desenvolvimento de Rondônia não está claro! Eu tô colocando isso como professor da universidade, porque na minha universidade que tá o nome, nós não discutimos. Se na universidade não se discutiu, eu quero saber se na associação de moradores se discutiu? Se discutiu nas entidades de classes? Eu quero saber disso, mas estamos sabendo também que há um interesse de manipulação das pessoas, para vir pra cá concordar. Não vamos concordar, vamos debater e é a partir do debate que a gente pode chegar a um objetivo! Essa é a questão, essa é questão que eu coloco, obrigado! (Fala de um dos professores da UNIR, durante a audiência pública realizada em Porto Velho, 11/11/2006).

Tendo como destaque as falas dos agentes sociais e de apoiadores do movimento anti-barragens, houve também a manifestação dos governadores da região Amazônica, que expressavam apoio as UHE e ressaltam que sem estas obras não haveria possibilidades de crescimento para os Estados do norte do país. Vejamos as falas que selecionei para mostrar o posicionamento dos atuais políticos.

Eu sou governador, eu não ganho um tostão, eu não ganho uma cibalena pra nada. Mas depois lá na frente é outra história tá gente! Porque o progresso é imediato, num tem como evitar isso, as cidades vão crescer tanto, que não tem como mais frear. (Fala do governador de Rondônia, Ivo Cassol, durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Porque nós não abrimos mão, a palavra é essa. Nós estados, Acre, Rondônia e Amazonas, não abrimos mão de estar dentro desse empreendimento, isso é uma novidade aqui no Brasil, dentro da terra, permanentemente dentro do negócio. (Fala do ex-governador do Acre, Jorge Viana, em apoio às obras do “Complexo Madeira”, durante a audiência pública de Mutum-Paraná, 30/11/2006)

Nessas audiências o IBAMA também se posicionava publicamente sobre as medidas que seriam tomadas e as responsabilidades pela agência que seriam assumidas, caso iniciasse o processo de deslocamento das famílias que vivem nas localidades que serão afetadas pelas obras.

Se o empreendimento for aprovado pelo IBAMA e tiver viabilidade ambiental e passar para a fase de licença de instalação, quem vai cobrar os programas, quem vai exigir do empreendedor, seja ele esse consórcio que tá aqui hoje, seja um outro consórcio que ganhe, é o IBAMA. Quem pode assinar esse compromisso e dizer para os senhores se o empreendimento for viável e nós estamos avaliando ainda. Nós estamos dizendo isso aqui olhando no olho de cada um de vocês, se o empreendimento for viável, quem vai cobrar do empreendedor é o IBAMA, não é o INCRA. A responsabilidade nesses casos, não é um reassentamento de reforma agrária é um reassentamento de pessoas que tão aqui assentadas em suas propriedades e que tem que ser removidas para um outro local. Vai ter um

processo de discussão sobre onde vão e sobre as condições que vão e quem vai monitorar é o IBAMA. Então esse compromisso o IBAMA tá assumindo aqui porque é o seu compromisso. Se houver impedimento com certeza esse compromisso tá assumido pelo IBAMA. Se quiserem eu assino, esse é o compromisso do IBAMA. (Fala de Luis Felipe Kunz, diretor de licenciamento do IBAMA, ao se reportar as indagações feitas pelos agentes sobre os deslocamentos, audiência pública realizada em Mutum-Paraná, 30/11/2006).

### **3.4.4 Etnografia sobre a Audiência Pública da UHE de Jirau**

Como forma de refletir sobre essa experiência de participar de uma audiência pública, tive como base o estudo etnográfico de José Sergio Leite Lopes e de seus colaboradores que registraram cuidadosamente a Audiência Pública de licenciamento ambiental da Usina Nuclear de Angra 2, ocorrida no ano de 1999. O produto dessa experiência foi à publicação de um artigo (em 2000) feito pelo antropólogo a respeito dos acontecimentos que ocorreram nesse evento e que passou a nortear a minha forma de analisar a audiência pública em Porto Velho, durante o trabalho de campo (LEITE LOPES et alli, 2000, p. 369-393).

Durante o mês de outubro de 2008, voltei a Humaitá e Porto Velho para dar continuidade à busca pelas informações que seriam necessárias a pesquisa. Enquanto estava em Humaitá soube da audiência pública que haveria em Porto velho para apresentar a nova proposta do consórcio Energia Sustentável do Brasil - ENERSUS sobre a mudança do plano de construção da UHE de Jirau para a Ilha do Padre. A notícia era divulgada nos canais de televisão e nas rádios de Porto Velho. Resolvi ir até o evento, acompanhar como se daria todo o processo, ouvir o que o consórcio tinha a dizer e observar como as pessoas se comportavam frente a essa nova proposta. A audiência estava marcada para o dia 15 de outubro de 2008, às dezenove horas no auditório do hotel Aquárius em Porto Velho.

No dia da audiência me dirigi ao hotel e no local me deparei com um número grande de pessoas que tentavam entrar no auditório, havia uma fila e os participantes da audiência se aglomeravam, alguns distribuindo panfletos a favor das UHE's e outros contra essas obras. Enquanto esperava para entrar, passei a observar a movimentação do lado de fora do auditório. Na rua do hotel estavam estacionados cerca de cinco ônibus (novos e bem equipados) em frente ao auditório, com um número expressivo de moradores e representantes de "comunidades" vindos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Fortaleza do Abunã.

Os que desciam do ônibus (adultos, jovens, crianças e idosos) traziam consigo faixas de apoio as UHE's e vestiam camisetas com frases que exprimiam a necessidade das construções. Nos muros dos terrenos vizinhos foram postas várias faixas de apoio ao

consórcio, também havia várias faixas pedindo para realizarem audiências públicas em cada área que será afetada pela obra. Na entrada do auditório havia várias recepcionistas distribuindo o regimento da audiência, elas recebiam simpaticamente a todos e faziam à distribuição dos lugares na plenária. Fato que recordou a descrição de Leite Lopes sobre a “cena, atores e adereços” de uma audiência pública (LEITE LOPES, et alli, 2000, p. 372).

Em cada corredor e pontos estratégicos do auditório, eram servidos café e água, tudo para aparentar ser um lugar em que as pessoas se sentissem acomodados para quando o evento iniciasse. A distribuição do auditório era a seguinte: havia uma espécie de arquibancada ao redor da parte central do auditório, nesses lugares acima, pessoas de várias localidades sentaram juntas com seus panfletos, cartazes e faixas, com mensagens de apoio as UHE. Na parte central do auditório, foram colocadas cadeiras organizadas lateralmente onde as pessoas foram ocupando na medida em que chegavam ao auditório. Na formação da mesa que conduziria a audiência estavam o presidente do IBAMA, os representantes do consórcio e os políticos locais, ficaram os membros do MESA.

O clima dentro do auditório era de euforia, as pessoas demonstravam alegria, era algo que lembrava um campeonato esportivo. Existiam grupos de pessoas que mais pareciam torcidas com faixas em cada canto do auditório, com declarações de apoio a obra de Jirau. Não havia nenhum tipo de manifestação contrária a obras, o MAB não estava presente para contestar o novo projeto. Apenas havia uma tímida distribuição de panfletos contra as UHE. O que me fez pensar o quão não estavam representados os agentes sociais como nas audiências públicas que vi nos documentários anteriormente. Talvez o movimento atravessa-se um momento de fragilidade e fragmentação, dados os resultados negativos que vinham tendo com as ações civis anti-barragens, que o MAB, em conjunto com os agentes, as agências que os apóiam, através dos ministérios públicos, vinham tentando vetar.

Esse arranjo de controle sob a audiência pública de Jirau em Porto Velho, denotava o domínio exercido dos que detinham o poder sobre: o tempo, os participantes, a recepção e a distribuição do uso do espaço do auditório. Fator semelhante também foi enunciado por Leite Lopes em suas observações:

As possibilidades de improvisação dentro do roteiro preestabelecido denotam o potencial da reação dos setores organizados e denunciam formas sutis de violência praticadas pelos representantes do Estado. A Audiência pública de Angra 2, a exemplo do que encontramos citado por outros autores, foi projetada tal qual uma representação teatral: o controle da entrada, a distribuição de material, o cenário, as marcações que refletem o status dos atores e suas relações (as posições ocupadas no espaço), os atos (as partes definidas no regulamento) e as formas e momentos de participação do público. (LEITE LOPES et alli, 2000, p. 370-371).

De fato o evento parecia estar ocorrendo apenas para cumprir o que estava previsto na resolução do CONAMA. Sendo um espaço controlado pelos promotores da audiência (IBAMA e ENERSUS), o evento não denotava ser tão democrático quanto se pensava. A esse respeito Leite Lopes chama a atenção para a hierarquização que é estabelecida para controlar o evento e limitar as possíveis formas de participação que pudessem surgir, a partir das manifestações dos que se posicionassem contrários ao empreendimento.

O Estado (IBAMA e CNEN) e o empreendedor (também Estado) estão permanentemente juntos no palco, colocando-se acima da sociedade, e incorporando coletivamente o bem comum, não significando isso, no entanto, a ausência de reações contrárias e críticas por parte de alguns participantes. (LEITE LOPES, 2000, p. 376)

Enquanto as pessoas chegavam, o presidente do IBAMA, Roberto Messias, era o encarregado de coordenar os trabalhos e deu início a leitura do regimento da audiência. Feito isso, o coordenador enunciou os nomes que formariam a mesa. Foram conclamadas as autoridades locais como o prefeito, o governador (que enviou seu representante), alguns políticos (deputados) e os pesquisadores/técnicos responsáveis pelo EIA da obra de Jirau. Esta formação de mesa com a presença de políticos, denota os apoios comuns que é dado em muitas audiências públicas a empreendimentos grandiosos, como as UHE's, realidade semelhante ao ocorrido quando houve o debate de Angra 2. (LEITE LOPES, et alli, 2000, p. 371). Neste evento nenhum dos representantes dos ministérios públicos compareceu.

Após a mesa ser formada, o coordenador passou a dar vez aos políticos, estes aproveitaram para reforçar o apoio às obras do "Complexo Madeira". A fala inicial foi a do prefeito Roberto Sobrinho (PT), que declarou que mesmo mudando o lugar da construção, a obra de Jirau teria que ser iniciada o mais breve possível. O prefeito falou também da importância do público em conhecer as mudanças que iriam ser feitas em Jirau e do desenvolvimento que a UHE traria para o Estado, gerando milhares de empregos e promovendo o crescimento econômico em diversos setores.

Porque eu não tenho a menor dúvida que o povo de Porto Velho é a favor da construção das hidrelétricas, como também não tenho dúvida que essas hidrelétricas venham significar melhoria da qualidade de vida, inclusão social para a população que mora neste município. A discussão se a hidrelétrica era importante ou não, foi superada. Nós não estamos discutindo, neste momento, se é para construir ou não construir a hidrelétrica, porque 90% do povo de Porto Velho é a favor da construção das hidrelétricas e eu não tenho a menor dúvida com relação a isso. O que nós estamos discutindo aqui, é que há uma mudança de um local pra outro e nós queremos ser informados, nós temos o direito de ser informados e nós queremos as hidrelétricas! E queremos as hidrelétricas gerando: qualidade de vida, inclusão social, riqueza e emprego para nós que moramos aqui! Um grande abraço a vocês! (Prefeito Roberto Sobrinho, proferindo algumas

palavras durante a audiência pública da UHE de Jirau em Porto Velho, 15/10/2008).

Depois do prefeito falaram o representante do governador e mais dois deputados, todos declarando apoio ao empreendimento. Um dos deputados, Moreira Mendes (PPS), em nome do governador Ivo Cassol (na época sem partido) e da bancada dos deputados estaduais e federais, mais a dos senadores do estado, fez a leitura de um documento de apoio a UHE de Jirau. No documento havia referências ao rio Madeira como algo a ser sacrificado em nome do “desenvolvimento” do Brasil. Sendo que ao final apelou ao governo federal que agilizasse a obra porque já não conseguiam esperar demais. Destaquei a sua fala pela importância que ele, enquanto deputado, em nome dos demais políticos, dava a obra em Rondônia.

Quero dizer a todos os presentes que exatamente há uma semana toda a bancada federal de Rondônia esteve no gabinete do presidente do IBAMA levando uma reivindicação da bancada. Este é nosso papel, como deputados federais e senadores que representamos o estado de Rondônia e o povo de Rondônia. Levamos um ofício ao senhor presidente, que está aqui presente conosco hoje, e idêntico ofício foi encaminhado também à Ministra Dilma Rouseff da Casa Civil; ao ministro Edson Lobão das Minas e Energia; ao ministro Carlos Minc do Meio Ambiente; e finalmente ao doutor Gerson Quelma que é o presidente da ANEEL. Nesta correspondência, nós retratamos e deixamos clara a preocupação da bancada enquanto representante do povo. Para nós deputados e senadores, a construção dessas duas usinas é de fundamental importância para o país, mas, sobretudo, como disse o prefeito Roberto Sobrinho, aqui pra Porto Velho, pra região de Porto Velho, pra nossa Rondônia porque os benefícios das usinas não ficam apenas aqui no município de Porto Velho. As suas ondas de benefícios vão chegar aos mais distantes recantos do nosso Estado, até Pimenteira lá no longínquo Guaporé. Sem dúvida vai receber os reflexos dessa melhoria da qualidade de vida que tanto precisa o povo de Rondônia. Eu quero dizer a vocês que neste ofício, que eu vou ler um pequeno pedaço aqui, nós mostramos a nossa preocupação. “Hoje o Estado de Rondônia é basicamente exportador de matéria-prima, em breve com energia abundante e infra-estrutura necessária poderá dar um salto de qualidade na vida dos seus cidadãos. O futuro promissor, entretanto somente se concretizará se as empresas responsáveis pela construção das usinas e principalmente o governo federal se voltarem para as urgentes demandas econômicas, sociais e ambientais de Rondônia. E é com essa esperança que o povo de Rondônia oferece ao Brasil o seu maior bem, a sua maior riqueza: o rio Madeira. Queremos que a construção das usinas o máximo compromisso de desenvolvimento para a região que a construção das usinas seja muito boa para o Brasil, mas que ela seja muito mais justa pro nosso povo”. Em seguida nós apresentamos uma série de reivindicações que eu vou ler porque julgo importante. A primeira delas, “que a construção das usinas de Santo Antonio e Jirau, as duas, contribua efetivamente com o desenvolvimento regional por meio da geração de posto de trabalho, investimentos em capacitação profissional, educação, saúde e plena utilização da mão-de-obra e produtos do nosso estado. Pedimos também que o Governo Federal e as empresas concessionárias busquem soluções para reduzir ao máximo o impacto ambiental decorrentes das obras, que a compensação pelos inevitáveis impactos ambientais decorrentes da construção seja feita na própria região afetada. Que seja assegurado às famílias atingidas pelas barragens a continuidade digna de suas atividades produtivas e culturais. Finalmente, que o Governo Federal agilize o licenciamento das obras aproveitando a janela hidrográfica que permitirá a antecipação da geração de energia para o Brasil, conseqüentemente das receitas para a capital

Porto Velho e Estado de Rondônia com a maior brevidade possível. (Discurso proferido pelo deputado federal Moreira Mendes, durante a audiência pública da UHE de Jirau em Porto Velho, 15/10/2008).

O superintendente da Agencia Nacional de Águas - ANA, Francisco Viana, também reafirmou que iriam fazer de tudo para acelerar as obras e que as mudanças previstas de deslocamento da obra para nove quilômetros depois da cachoeira de Jirau, não representavam perigo à população e que as águas não afetariam a Bolívia.

Então eu gostaria de tranquilizar a todos que a ANA tem a responsabilidade formal de analisar e está fazendo isso, vendo a questão do remanso como é que vai, quais são as implicações que tem entre um projeto e outro, a parte dos sedimentos. Então tudo isso está sendo auditado e as informações preliminares que a gente já dispõe nos permite tranquilizá-los que tudo isso será observado e será feito. Além de se manter, é uma outra discussão, as questões do nível da água lá na Bolívia. As regras, e isso já está definitivamente feito, as regras e operação na Ilha do Padre vão manter as mesmas características anteriormente definidas, ou seja, o nível da água tem que ser mantido, a régua vai ser mantida lá em Abunã e portanto não haverá influencia na divisa com a Bolívia na operação deste reservatório. São essas seguranças que a ANA traz pros senhores e evidentemente desejando que logo a gente possa avançar junto com o IBAMA nessa determinação da licença para dar início a essas obras importantes pra região, muito obrigado. (Presidente da ANA, Porto Velho, 15/10/2008)

Após o pronunciamento dos representantes do governo, houve a fala do presidente da ENERSUS e dos pesquisadores do consórcio que apresentaram a nova proposta de mudança do lugar da construção (de Jirau para Ilha do Padre) e que conseqüentemente teriam uma “diminuição nos gastos previstos no primeiro orçamento”. A nova área de construção da barragem foi anunciada, e apontada em um filme exibido para o público presente. Em seguida o presidente da ENERSUS fez a leitura da lista de “impactos” que iriam surgir, e reforçou que seriam efeitos, que segundo os próprios pesquisadores do consórcio, teriam menos intensidade que os “impactos” previstos anteriormente. Cada pesquisador responsável por um setor passou a apresentar as novas modificações e estudos, aqui apresentarei apenas os pontos que estão relacionados às mudanças bruscas que afetam os agentes sociais.

Na parte de engenharia, um novo projeto de Mutum-Paraná foi apresentado, com *slides* sendo projetados, apresentando uma localidade “ideal”, com casas planejadas, áreas comerciais, sistema de serviços públicos, que funcionariam e atenderiam aos moradores da denominada “Nova Mutum-Paraná”<sup>119</sup>. A cada momento que o projeto do novo distrito era apresentado, o público reagia vibrando e agradecendo ao consórcio pelas mudanças que viriam. São essas as promessas feitas para os moradores de Mutum-Paraná:

---

<sup>119</sup> Forma como renomearam a área que receberá os deslocados de Mutum-Paraná

Então, trezentos e trinta e um lotes que são para aquele pessoal cadastrado, esse lotes a gente está pensando em fazer lotes de 800 m<sup>2</sup>, casas de dois, três quartos, varanda, banheiro, cozinha, aquecimento solar, a idéia do aquecimento solar é economizar energia elétrica e além disso a gente vai estar fazendo mil e trezentas casas com lotes menores do que pra vocês da comunidade, que serão destinados aos supervisores e engenheiros que vão construir a usina. Depois de terminada a usina, pelo menos seiscentas dessas casas a gente vai estar doando pra comunidade, pode ser um número maior, mas pelo menos o compromisso da empresa é de que seiscentos lotes de casas serão doadas aí para as autoridades e a gente vai discutir de que forma fazer isso. A cidade vai ser ecologicamente correta, nós vamos fazer escolas de primeiro e segundo grau, eu não sei, mas dependendo do tamanho pode ser uma ou duas escolas, vai ter creche pré-escolar, sistema e coleta de esgoto, sistema e distribuição de água, coleta seletiva e tratamento de resíduos, o que é isso? A gente está querendo apresentar pra vocês! (Marcelo Sá, funcionário da ENERSUS, audiência pública em Porto Velho, 15/10/2008)

Também foram apresentados por outros engenheiros e biólogos alguns estudos feitos sobre a vegetação local, as alterações no processo de sedimentação e sobre como ocorreriam os procedimentos para escavação da área e as demais manobras de instalação das obras. Todas as apresentações eram caracterizadas pelo uso de uma linguagem técnica própria das engenharias e da biologia, o que impedia muitos participantes a entender melhor a exposição e até mesmo de fazer as ponderações necessárias para esclarecer as dúvidas.

No que tange a pesca, o biólogo Ronaldo Barthem, doutor em Ecologia pela Unicamp e pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi fez algumas observações, reconhecendo a importância de espécies para a prática e consumo da pesca na “Amazônia” como um todo e no “Rio Madeira” como berço de várias espécies que migram para se reproduzir nas cachoeiras deste rio. O pesquisador apesar de fazer o retrato da importância dessas espécies para a região amazônica, não revela certeza sobre o que poderá ocorrer quando toda a estrutura da barragem estiver pronta e funcionando, mas alerta sobre os danos as espécies que são consumidas, migram e se reproduzem desde os Andes até a foz do Rio Amazonas. Não foi feita qualquer referência sobre os riscos no consumo de peixes após a construção das UHE’s.

Além desses migradores que são bastante comuns, em geral são os peixes de escama jaraqui, tambaqui, curimatã e matrinxã, existem outros que são os grandes migradores e eles têm uma importância grande aqui em Rondônia, mas eles são grandes em outras regiões da Amazônia. Eu vim de Belém e a pesca desses grandes bagres é muito forte nessa região, existe uma pesca industrial, vocês estão vendo esse barco grande lá, que eles pescam lá fora. Então existe uma pesca industrial que pega bastante desses bagres e exportam esses bagres para outras áreas. A área do estuário é a área de criação desses bagres e eles migram o rio Amazonas e vão desovar nas encostas dos Andes, eles passam aqui por Porto Velho e sobem lá pra cima pra desovar na Bolívia e no Peru. Então esses peixes têm uma escala de 5 mil quilômetros de migração e eles são os mais preocupantes em termos de uma barragem nesse rio. Qual o problema que uma barragem

poderia ter? Ela poderia impedir que os peixes subissem o rio pra desovar, e poderia impedir que as ovas, que os filhotinhos dos peixes, descessem o rio pra se criar em outras áreas. Então todo o estudo foi baseado na subida do peixe e na descida do peixe e os outros estudos foram pensando nesse assunto. Um dos problemas dentro dos dois estudos, Jirau e Ilha do Padre, é que dentro do Jirau existia, o rio era dividido em dois, e uma parte a parte direita era onde ficariam as turbinas onde a água ia verter, e a parte esquerda seriam os vertedouros. Um dos problemas desse layout é que num determinado momento, quando o rio está mais seco e os vertedouros fecham e essa fica uma de zona área morta, além de ficar acumulando sedimento ali naquela região, ela iria ser uma armadilha pra todos os peixes e ovas de peixes que iam descer o rio madeira. Então ela tem um desenho não muito amigável para a descida de ovos e de peixes. Aqui na comparação nós vemos dois estudos, do Jirau e de Ilha do Padre, na primeira vemos que existe esse lado esquerdo que seria uma espécie de abatedouro dessas larvas, os peixes iam pensar que era uma várzea iam pra lá e não é nada disso e iam acabar morrendo ali. E, além disso, os filhotes de peixes e larvas, juvenis iam acabar ficando presos que nem os outros sedimentos. No desenho do Jirau, ele tem as turbinas dos dois lados o que favorece porque não existe nenhuma zona de área morta em nenhum dos dois lados, então quando o rio está seco e os vertedouros estão fechados tanto faz se o peixe vem de um lado ou do outro ele vai passar pelas turbinas é o que, mais ou menos, se espera que os juvenis e as larvas de peixes façam. (Ronaldo Barthem, biólogo e consultor da ENERSUS, durante a audiência pública da UHE de Jirau em Porto Velho, 15/10/2008)

Depois de apresentarem os slides passaram um pequeno filme expondo como ficaria a obra e logo após a apresentação de todos os pesquisadores, deram início às inscrições para os blocos de perguntas.

Quando os blocos de perguntas foram se formando já estava ficando tarde e boa parte do público estava se retirando, as primeiras falas foram dos representantes de localidades próximas as obras os mesmos que vieram nos ônibus, que apenas elogiavam o consórcio e faziam exigências para que as obras comesçassem o mais rápido possível. Algumas pessoas se dirigiam aos membros da Energia Sustentável apenas para abraçá-los e tirar fotos, eram muitas pessoas fazendo isso, jovens, estudantes, adultos, evangélicos, presidentes de “comunidades” e idosos. Os blocos de criticas aos empreendimentos foram postos para o final, quando não havia mais quase pessoas na plenária, ficou nítida a seleção dos que iam falar.

Um dos blocos de questionamentos foi o dos pesquisadores do consórcio concorrente MESA, que havia feito o estudo inicial da construção e havia perdido a concorrência pela implementação da obra. Eles fizeram várias criticas declarando que o novo RIMA, poderia ser posto em dúvida e que um estudo de seis meses, feito pela ENERSUS não dava as mesmas garantias que um estudo feito em sete anos feito pelo consórcio MESA, apontaram várias falhas. A partir das indagações feitas à equipe da Energia Sustentável, surgiu um momento de atrito entre os consórcios e o público aplaudia a cada resposta dada pelo consórcio responsável pela obra diante daqueles que os criticavam.

Depois das objeções feitas pela equipe do MESA, também vieram outros questionamentos, mas de todos apenas selecionei o que diz respeito vida dos agentes sociais e sobre. As perguntas eram diretas e objetivas, mas as respostas que vinham da equipe do consórcio, eram confusas e não respondiam de fato as perguntas que não eram complexas. O que foi respondido representava uma forma de sair do foco dos esclarecimentos cobrados pelos participantes da audiência. Em vista que o tempo da audiência era controlado, os consultores podiam elaborar uma resposta de modo a omitir as informações contestadas. Assim, algumas pessoas se sentiam intimidadas e desistiam de retomar a pergunta.

### *A mudança*

“1) **Pergunta da Plenária:** Porque haviam mudado o local da obra sem consultar a população?

**Resposta do empreendedor:** a mudança foi feita por conta de redução de custos e por conta de redução de impactos ambientais, então esse foi o motivo da mudança para o local da barragem.

2) **Pergunta da Plenária:** Por que a população não foi avisada antes, a comunidade não foi avisada antes?

**Resposta do empreendedor:** Porque nós não sabíamos que o nosso projeto seria o projeto vencedor do leilão, então nós não tínhamos essa informação, nós não sabíamos que seríamos vencedores”.

### *A identidade*

“3) **Pergunta da Plenária:** Perguntam também sobre a identidade cultural, vai mudar de nome? Essa mudança vai manter sua identidade? Como fazer?

**Resposta do empreendedor:** Eu acho que essa pergunta foi feita antes da apresentação. São duas opções: Nova Mutum preservando totalmente essa identidade, essa característica numa região que os moradores de Nova Mutum vão escolher ou o pólo de desenvolvimento econômico que está bem em frente ao eixo da Ilha do Padre. São duas opções, o eixo da Ilha do Padre está mais perto de Jaci-Paraná, mas a população de lá terá o direito de ficar na cidade com o seu nome, cada um escolhendo o que é melhor para o seu futuro”.

### *A Pesca e as indenizações*

“4) **Pergunta da Plenária:** O que farão vocês com os ribeirinhos e as comunidades que vivem da pesca e da agricultura? Realmente serão indenizados? A população quer saber se

será liberado uma área e além disso também fala se haverá possibilidade para os garimpeiros trabalharem<sup>120</sup>? Quais serão os benefícios para essas três comunidades?

**Resposta do empreendedor:** Atualmente, independente da hidrelétrica, existe problema de pesca relacionado com muita gente pescando e competição entre pescadores de um lado pra outro. O Madeira é pescado antes dos peixes chegarem aqui em cima o pessoal do Amazonas pesca até chegar perto de Porto Velho, então este cardume de peixes estão subindo, estão tendo uma pesca excessiva lá embaixo e aqui em cima e isso é manejável, o que não é manejável você altera o ambiente”. Na seqüência desse bloco de perguntas apenas responderam sobre a pesca, mas de forma muito incoerente, pois se passarmos a observar as perguntas, elas estão relacionadas aos projetos voltados a assistência aos afetados, que vivem da pesca artesanal. Se quer as demais perguntas foram respondidas.

De igual forma, como havia ocorrido na audiência pública de Angra 2, houve a marcante presença de indígenas que também aproveitaram para perguntar sobre os efeitos sobre suas terras, na qual foram solicitadas informações sobre quais seriam as medidas tomadas para resolver os problemas que viriam. Alguns indígenas denunciaram que nunca haviam sido citados enquanto afetados e exigiam esclarecimentos e que o consórcio promovesse reuniões em suas aldeias. Os indígenas também manifestaram oposição ao fato de que não receberam o mesmo tratamento dado aos moradores de Jaci-Paraná e Mutum-Paraná, que foram levados para participar da audiência pela equipe do consórcio. Como resposta aos indígenas, os consultores apenas disseram que as reivindicações dos indígenas seriam registradas e analisadas.

De acordo com o que pude observar todas as respostas dadas ao público eram muito soltas e imprecisas, algumas se quer condiziam com as perguntas feitas. Foi assim o restante de toda a noite e praticamente todos haviam saído da plenária. Ao final concluí que a audiência era realmente algo programado, uma reunião feita apenas para consolidar os planos do consórcio vencedor. No final da audiência, as últimas falas, que eram das pessoas que estavam no ônibus (alugado pelo consórcio), eram apenas pronunciamentos de agradecimento pelo empreendimento estar sendo realizado no estado de Rondônia. Para o consórcio o final da audiência pública foi fechado com “chave de ouro”, uma vez que o que transparecia era a unanimidade em aceitar o projeto “Complexo Madeira”.

Da forma como foi conduzido, o mecanismo da audiência pública é utilizado por empreendedores, como forma de simular o que está sendo apresentado, isto é, seria um

---

<sup>120</sup> Pergunta vinda do representante do sindicato dos garimpeiros.

projeto em que a sociedade civil tem clareza e apóia sua execução. No caso do projeto “Complexo Madeira”, temos um quadro que imobiliza toda e qualquer tentativa contrária de oposição a esse empreendimento. O espaço da audiência pública foi utilizado para consolidar o projeto, que atualmente se encontra em andamento, com o apoio dos governos empresariado, retirando de vez os agentes sociais da região do Madeira, para implementá-lo.

As atuais circunstâncias denotam mais uma grande obra que se consolida na Amazônia e o mecanismo principal dessas ações interventoras foram os instrumentos de poder do Estado, para favorecer um grupo empresarial e político. O “Complexo Madeira” está em sua fase inicial das obras e esse estudo apenas tentou mostrar um pouco das transformações sociais decorrentes de projetos como esse, para mais uma vez provocar a reflexão, sobre os problemas sociais que surgem na Amazônia, cada vez que obras de infraestrutura avançam, inspiradas pelo processo de crescimento econômico do Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pude constatar, ao longo desta dissertação, a região do rio Madeira aporta características diversas, de significativa relevância e que estão intrinsecamente ligadas às vidas dos agentes sociais da pesquisa. Essa relevância é dada pela história da ocupação dessa região, pela formação das suas “comunidades”, mas, sobretudo das relações sociais que esses agentes sociais estabeleceram com outros agentes ao longo de suas vidas.

As relações que esses agentes estabeleceram com seus pares e com o lugar onde vivem representam o sentimento de pertencimento ao grupo, a localidade, aos costumes, as suas crenças, em suma é o fundamento cultural que dá sentido ao seu modo de vida. No entanto, os agentes sociais estão vivenciando as transformações sociais recorrentes das bruscas mudanças, devido às intervenções empresariais e das políticas governamentais, a partir da inserção do projeto “Complexo Madeira”.

Pode-se afirmar então, que ao analisar as políticas governamentais percebe-se que os efeitos ambientais e sociais recaem diretamente sobre o modo de vida dos agentes. Esse fato é reafirmado a partir do trabalho de campo que realizei, apontando as problemáticas percebidas junto aos próprios agentes e através das informações que consegui a partir da colaboração das agências, da análise de documentos oficiais, de artigos, de manifestos e de estudos realizados por pesquisadores que acompanham toda essa transformação social que ocorre com a imponência dessas políticas governamentais.

O que pretendi demonstrar em todos esses capítulos, estava relacionado às estratégias que as políticas governamentais atuais, montaram para criar uma infraestrutura que privilegiasse os setores dominantes empresariais e que desenvolvessem planos que estimulasse a intensa exploração dos recursos naturais. Isso de todas as formas não tem sido um processo partilhado com os grupos sociais que vivem nessa região, não há a efetiva “participação” desses agentes com relação a essa política no rio Madeira. Os efeitos podem se apresentar de diversas maneiras, algumas vezes irreversíveis, mas principalmente, podem aumentar os problemas sociais e prejudicar as práticas culturais destes agentes.

Perceber na leitura dos conteúdos dos planos governamentais, a intenção dos grupos dominantes, foi relevante para reafirmar uma das hipóteses iniciais que tive sobre o avanço de pretensões empresariais agronegócio, pecuária, exploração mineral, exploração de pescado para exportação, extração de madeira, sobre as áreas ocupadas por diversos grupos sociais.

No caso das ações governamentais voltadas para o setor da pesca nas áreas estudadas, foi notório compreender que são planejamentos que priorizam uma regulação que visa à pesca para o atendimento de mercado. A pretensão dos governos e do emergente Ministério da Pesca é que essa atividade se expanda como um dos principais setores produtivos na região, uma vez que na Amazônia o potencial pesqueiro, de acordo com os projetistas dos governos e empresariado, é considerado ideal para o crescimento econômico dos estados.

Em Humaitá pude perceber que as expectativas para o setor da pesca ainda são ínfimas, não há política com um direcionamento apropriado por parte dos governos e das agências locais. As ações no campo da regulação partem dos próprios agentes sociais e dos mediadores, que acabam sugerindo novas propostas para o controle de situações, como os conflitos em torno da pesca.

O futuro da pesca no município, com as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, não é tratado como prioridade, sendo que Humaitá fica na parte à jusante das obras e que vários alertas sobre as perdas no pescado e em outras atividades já foram apontadas ao poder público, mesmo essas estimativas sendo amplamente divulgadas pelos ministérios públicos e por pesquisadores.

Provavelmente, a futura situação que se formará em Humaitá e que recaíra sobre os agentes sociais, não considerada pelo governo do Amazonas, principalmente pelo fato do município de Humaitá estar fora dos RIMA's de ambas as obras. Mas sabe-se que danos sociais e ao meio ambiente são processos que podem fugir ao controle de técnicos de obras hidrelétricas e não podem ser corrigidos com simples medidas de “mitigação”, como apontei em alguns casos anteriores, com experiências com UHE's, como o caso Balbina. Então, como não dizer que os efeitos não recairão sobre esses agentes sociais?

A leitura realizada sobre as regulações que controlam a pesca em Rondônia, indicaram uma ação rígida que limita o acesso a atividade para aqueles que vivem da pesca nesse Estado. Essa rigidez é justificada no “controle do uso dos recursos naturais e na preservação das espécies aquáticas”. No entanto, não há uma estratégia para tornar esse controle, menos agressivo, que fosse pensado em conjunto com a sociedade civil e respeitando os direitos dos grupos sociais sobre esse recurso.

A abordagem desse controle, feita aos *pescadores* e demais agentes sociais, no exercício da atividade que garante a sua sobrevivência, da forma como é feita nas proximidades da construção das hidrelétricas, denota uma postura abusiva das agências ambientais do governo, fato que me levou a crer que a ação proposital, estaria ligada as

pressões sofridas por estes e outros agentes ao terem que sair de áreas que costumeiramente fazem uso para dar lugar aos canteiros de obras das construtoras das UHE's.

Nesse sentido, através dos depoimentos dos agentes sociais, pude concluir que, as agências ambientais fiscalizadoras, exercem com “violência” os poderes que lhes são conferidos pelo Estado, como detentor da “força administrativa”, que passou a delegar as suas “instituições”, o poder de controle do comportamento dos “indivíduos”. Esse fato foi nitidamente percebido e corresponde ao que o teórico observou em seus estudos sobre o poder de dominação que o Estado exerce sobre os agentes sociais.

Percorrer duas realidades diferentes que se inter cruzam pelas mesmas circunstâncias, me possibilitou fazer um contraste necessário para ter noção do quão de um lado (referente a Porto Velho), as relações sociais são intensamente conflituosas. Este fato afeta os agentes sociais da pesquisa, de modo que estes têm sido sobrecarregados, pelas pressões sofridas, resultantes dos processos dinâmicos de mudança no campo de lutas. Isso é proporcionado pela disputa entre os que estão dentro desse campo, os dominantes e os dominados (aqueles que insistem em resistir). Servindo para também entender que os dominados, se utilizam de todos os mecanismos possíveis para impor seus projetos. Estes grupos são influentes e se infiltram em vários âmbitos que possa lhes proporcionar ganhos.

Simultaneamente o outro lado (Humaitá), vive as transformações de forma ainda menos turbulenta quanto em Porto Velho. Mas isso não quer dizer que as interferências que ocorrem nesse município não tenham a mesma dimensão, muito pelo contrário, estão se intensificando e podem se tornar mais presentes, na medida em que os projetos começarem a intensificar suas ações sobre essa região. A diferença na dinâmica de disputas, pelo que observei, ainda não está evidente, não há a representação de uma mobilização social da mesma proporção que há em Porto Velho, com a presença mais forte dos movimentos sociais na luta contra o agronegócio e os projetos de infraestrutura.

Portanto, através desta pesquisa, espero ter conseguido apresentar como as políticas governamentais, definidas nos últimos anos com base nos anseios do governo Lula e do empresariado nacional e internacional, projetadas para a região do Rio Madeira, tem conseguido criar formas de impor planos e projetos de infraestrutura na Amazônia. Considerando também que a partir dessas políticas, emergem efeitos sociais irreversíveis, que recaem sobre os “povos e comunidades tradicionais”, provocando violentas perdas e a destruição do modo de vida destes grupos sociais, da mesma forma que outrora políticas governamentais, que no passado foram implantados na Amazônia, um dia o fizeram.

Foi possível constatar que, na medida em que esses projetos avançam, os povos indígenas e comunidades do Rio Madeira, estão sendo excluídos, explorados e anulados, por serem vistos como meros obstáculos do crescimento econômico. Persiste uma visão conservadora, que opõe às inovações tecnológicas a uma suposta “primitividade” dos povos e comunidades tradicionais, cujos efeitos são imponderáveis e contrastam com a consolidação das identidades coletivas e das formas associativas, que aglutinam *povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, garimpeiros e extrativistas*.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll, 2004, p. 07-11.

ALMEIDA, A.W.B. de. – Universalismo e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: **Amazônia e a Crise da Modernização**. CED/MPEG. 1994.

\_\_\_\_\_. Distinguir e Mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. **Revista Tipiti**. p. 6-7, 2003.

\_\_\_\_\_. Novas características do mercado de terras. In: **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís, Lithograf, 2005, p. 80-81.

\_\_\_\_\_. “Terras de Quilombo, “Babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundo de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas”. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford.Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”, 2006.

\_\_\_\_\_. Palafitas de Jenipapo na Ilha de Marajó: a construção da terra, o uso comum das águas e o conflito. In: **Novos Cadernos NAEA**, v.9, n. 1, jun. 2006, ISSN 1516-6481, p. 25-76.

\_\_\_\_\_.Paradoxo Amazônico. In: **Revista Contra Corrente. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais**. Janeiro de 2009, p. 18-22.

\_\_\_\_\_. Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Alfredo Wagner Berno de Almeida & Guilherme Carvalho, (org.). Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFPA, 2009, p. 57-105.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad.: Estela dos Santos Abreu, RJ: Contratempo, 1996.

BARNES, Erin A. Valores de Mercado da Pesca Comercial. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 120-137.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (org.) **O guru, o iniciador e outras formas variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, p. 25-67.

BARTHEM, Ronaldo Borges. **Estudos não confiáveis: 30 falhas no EIA-RIMA do Rio Madeira**. Amigos da Terra – Amazônia brasileira; International Rivers Network – IRN, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação cultural e social**. Manaus: Valer, 1999, p. 140-150.

BOURDIEU, P. Trabalhos e projetos: [1980], Esboço de uma teoria da prática [1972] e O Campo Científico [1976]. In: ORTIZ, R. (Org.) Pierre Bourdieu. Trad. Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas), 1983.

\_\_\_\_\_. Compreender. In: **A Miséria do Mundo**. Pierre Bourdieu et. Al. (Orgs.). Trad.: Mateus Azevedo et. al., Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2007, p. 693-732.

\_\_\_\_\_. Efeitos de lugar. In: **A Miséria do Mundo**. Pierre Bourdieu et. Al. (Orgs.). Trad.: Mateus Azevedo et. al., Petrópolis: Editora Vozes, 3ª ed., 2000, p. 160-163.

\_\_\_\_\_. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia**. Pierre Bourdieu et. Al. (orgs.). Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad. Barbara Catani, São Paulo, Ed. UNESP, 2004, p. 17 – 79.

CASTILHOS, Zuleica C. et al. Acumulação de Mercúrio em Peixes. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 160-183.

CASTRO, Edna et al. **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Belém/ NAEA, Editora CEJUP, 2001.

\_\_\_\_\_. Integração Sul-Americana do IIRSA: Visão do Estado e dos atores da Pan-Amazônia. In: **O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica**. Alfredo Wagner Berno de Almeida & Guilherme Carvalho, (org.). Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório COMOVA/UFP, 2009, p. 107-141.

D'ALMEIDA, Bruna Gonçalves. **Práticas jurídicas de pescadores e extrativistas da várzea amazônica e grandes projetos governamentais: conflitos sócio-ambientais na comunidade de São Carlos, em Rondônia, e o Complexo Madeira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2008, p. 20-60.

DOMINGUES TEIXEIRA, Marco Antônio & FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional: Rondônia**. Porto Velho, Rondoniana, 2001, p. 97, 119, 137, 142-148.

DOURADO, Sheilla Borges. **Participação e Audiência Pública**. Artigo. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Participação indígena na regulação jurídica dos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental, Universidade do Estado do Amazonas, 2009.

FABRÉ, Nídia Noemi & BARTHEM, Ronaldo Borges (orgs.). Variabilidade Genética da Dourada e da Piramutaba na Bacia Amazônica. In: **O manejo dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas.** Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005, p. 16-19.

\_\_\_\_\_. Dinâmica populacional e estado atual da exploração de piramutaba e de dourada. In: **O manejo dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas.** Manaus: IBAMA, ProVárzea, 2005, p. 28.

FEARNSIDE, Philip M. s/d. Recursos pesqueiros. In: A.L. Val & G.M. dos Santos (eds.) **Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos (GEEA).** Tomo 2, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, 2009, p. 02-03.

\_\_\_\_\_. **Impactos de presas hidroeléctricas en la Amazonía. Simposio Internacional "Evaluación de Impactos Ambientales de grandes hidroeléctricas en regiones tropicales: El caso del río Madera".** WWF-Bolivia, La Paz, Bolívia. 19 de Maio de 2009, p. 19.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. **O Seringal e o Seringueiro.** 2<sup>a</sup> ed. revista. Manaus: Edua, Governo do Estado, 1999, p. 223-224.

FURTADO, Fabrina. Integração financeira da América do Sul. Banco do Sul: mais do mesmo ou oportunidade histórica? In: **Revista de Economia Heterodoxa**, n° 9, Ano VII, 2008. ISSN: 1808-0235

GARZON, Luis Fernando Novoa. É preciso um Anti-PAC. In: **Revista Contra Corrente. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.** Janeiro de 2009, p.12-13.

\_\_\_\_\_. A crise, o setor elétrico e o PDE 2008-2017: o que será na base do que é? Porto Velho, 2009. Disponível em: [www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br)

GONÇALVES FURTADO, Lourdes. Características Gerais e Problemas da Pesca Amazônica no Pará. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Série Antropologia. Belém: Goeldi, n°1, p. 41-89, 1990.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia. In: **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll, 2004, p. 57-71.

GUSFIELD, Joseph R. **Community – a critical response.** New York: Harper & Row Publisher, 1975.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: **Antropologia das sociedades contemporâneos-métodos.** São Paulo: Global, p.227-344, 1987.

HUGO, Vitor. **Desbravadores**. Volume I, Ed. Do Autor e Banco do Estado de Rondônia – BERON. 1991, Porto Velho/RO.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1899-1916)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, CAPES, SP: Brasil, 2006, p. 40-50.

LOPES, José Sergio Leite. **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, p. 17, 2004.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento Econômico da Amazônia**. IPEA/INPES, Rio de Janeiro: 1978.

NEVES DE ALMEIDA, Raimundo. **Retalhos Históricos e Geográficos de Humaitá**, O Autor, 1ª e 2ª edição, Porto Velho-RO, 1981 e 2005.

NOBREGA, Renata da Silva. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade: a luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008, p. 67-90.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever**. Revista de Antropologia/USP, Volume 39, SP, 1996.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O Caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Enio Silveira (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PETRETERE JUNIOR, Miguel. **Setor pesqueiro: Análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca**. Resumo sobre o Setor pesqueiro. São Paulo: IBAMA/PROVARZEA – MMA – PPG7, 2004, p. 14-15.

RAHNEMA, Majid. *Participation*. In SACHS, Wolfgang (org.). **The Development Dictionary**. New York: Zed Books, 2005. 11ed. p. 116-131.

RUFFINO, Mauro Luis (Coord.). Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/PROVARZEA, p. 70-120, 2004.

SANTOS, Geraldo Mendes dos. Pesca e Ictiofauna no Rio Madeira. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 94-119.

SEVÁ Filho. Arsênio Oswaldo. **O conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais**. Anais do 2º Encontro Nacional da ANPPAS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Indaiatuba, SP, 2004. Arquivo em [www.fem.unicamp.br/~seva](http://www.fem.unicamp.br/~seva)

\_\_\_\_\_. **Tenotã Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos de hidrelétricas no Rio Xingu.** São Paulo: IRN – International Rivers Network, 2005, ISBN 85-99214-01-2 - Arquivo em [www.fem.unicamp.br/~seva](http://www.fem.unicamp.br/~seva)

\_\_\_\_\_. **Tentativas hidrelétricas nos rios Xingu paraense e Madeira-Mamoré internacional.** Anais do II Encontro de Ciências Sociais e Barragens. Salvador/BA, 2007. Arquivo em [www.fem.unicamp.br/~seva](http://www.fem.unicamp.br/~seva)

SILVA, Solange Teles da Silva. **Políticas Públicas e Estratégias de Sustentabilidade Urbana.** Artigo publicado durante o II Seminário de Direito Ambiental – I Congresso de Direito Ambiental da Amazônia, p. 127-133, Belém: 2003.

SOARES, Ana Paulina Aguiar et al. Transformações Econômicas e Sociais. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas.** Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 140-159

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Leis do Babaçu Livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas.** Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006, p. 7-14.

\_\_\_\_\_. **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007, p. 121,133,211.

SWITKES, Glenn (Org.). Resumo Executivo. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas.** Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 10-15.

\_\_\_\_\_. A pedra fundamental da IIRSA. In: **Águas Turvas: Alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas.** Editora: São Paulo: International Rivers, 2008, p. 16-25.

TEIXEIRA, Carlos Correa. **O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal (estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia).** São Paulo: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, USP, 1980.

VERDUM, Ricardo. Financiamento a megaprojetos: novos desafios. In: **Revista Contra Corrente. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.** Janeiro de 2009, p. 6-7.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva.** Brasília, DF : Editora da Universidade de Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ciência e Política: Duas Vocações.** Trad: Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 55.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: Hucitec – USP, 1993.

ZHOURI, Andréa. **A insustentável leveza da política ambiental**. Zhouri et Al. (orgs.). BH: Autêntica, 2005.

## 6. FONTES CONSULTADAS:

Parecer Técnico Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Rondônia

Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira – RO. Parecer Técnico sobre Ecossistemas. Ministério Público do Estado de Rondônia. Outubro, 2006.

Petição encaminhada pela Kanindé ao Tribunal Latino Americano da Água, Audiência Pública □ Setembro 2008, Antigua – Guatemala, Roteiro de Denúncias.

PORTARIA Nº 186 /2008/GAB/SEDAM, Estado de Rondônia.

Instrução Normativa N°29 de 31 de dezembro de 2002, Brasília, MMA.

Plano Amazônia Sustentável. Ministério da Integração Nacional / Ministério do Meio Ambiente. Diagnóstico e Estratégia, v. I, Brasília, abril, 2004.

Plano Nacional de expansão de Energia 2008-2017. Ministério das Minas e Energia. EPE, Brasília, 2009.

Programa de Aceleração do Crescimento. Ministério da Casa Civil, 2007-2010, Brasília.

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.

LEI Nº 11.958, DE 26 DE JUNHO DE 2009. Casa Civil, Subchefia para Assuntos jurídicos. Brasília, 2009.

LEI N.º 2.713, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2.001. Política de proteção a fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e aqüicultura no Estado do Amazonas. Assembléia Legislativa do estado do Amazonas. Manaus, 2001.

Boletim Informativo Nova Cartografia Social da Amazônia, n° 02 – Edição Especial. **“Complexo Madeira: Conflitos Sociais na Panamazonia”**. Março de 2009.

Cartilha do MAB. **Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem?** Agosto de 2007.

[www.sbi.bio.org](http://www.sbi.bio.org)

[www.pac.gov.br](http://www.pac.gov.br)

[www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br)

[www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php](http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php)

[www.riomadeiravivo.org](http://www.riomadeiravivo.org)

[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

[www.ibama.gov.br/provarzea](http://www.ibama.gov.br/provarzea)

[www.natbrasil.org](http://www.natbrasil.org)

[www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)  
[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

